



ISRAEL E O MÉDIO ORIENTE ENTRE O PASSADO E O FUTURO

A REAFIRMAÇÃO ESTRATÉGICA DO COMPROMISSO DA PAZ

Marli Pereira de Barros Dias

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais
Especialidade: Cultura, Política e Sociedade

ORIENTADORES: *Prof. Doutor Silvério Carlos Matos Rocha Cunha*
Prof. Doutor Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins

ÉVORA, SETEMBRO DE 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Doutoramento em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais

Área de Especialização: Cultura, Política e Sociedade

***Israel e o Médio Oriente entre o Passado e o Futuro. A Reafirmação
Estratégica do Compromisso da Paz***

Orientador: Prof. Doutor Silvério Carlos Matos Rocha Cunha

Co-Orientador: Prof. Doutor Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins

Évora

2015

RESUMO

Título: Israel e o Médio Oriente entre o Passado e o futuro. A Reafirmação Estratégica do Compromisso da Paz.

Resumo: O conflito israelo-árabe tem provocado, desde há muitos anos, o desgaste político, social, económico, assim como das relações entre Israel e os países árabes. Este conflito merece atenção quanto à criação de novas estratégias para alterar a realidade dos países envolvidos, através do rompimento da violência e da promoção de um compromisso para a paz. A presente tese procura estudar o problema a partir da investigação bibliográfica diversa e da análise do período compreendido após os Acordos de Oslo até à atualidade. Tomamos a disputa territorial entre Israel e a Palestina como ponto fulcral do conflito, assim como as rivalidades históricas como princípios norteadores que envolvem Israel, a Palestina, o Egito, o Líbano e a Síria na contenda regional. Partimos da hipótese de ser Israel, enquanto país mais forte na região e aquele que se encontra mais isolado das relações diplomáticas e comerciais com a maioria dos países árabes, a iniciativa de desenvolver uma estratégia para alterar positivamente a situação vigente. Os objetivos compreendem a verificação e a análise da política de Israel em relação à Palestina, ao Egito, ao Líbano e à Síria e a importância de uma nova estratégia israelita em direção ao compromisso de paz com os principais vizinhos árabes. Tal como as políticas de ambos os lados têm sido desenvolvidas, elas pouco têm contribuído para a normalização daquelas relações. Ao contrário, criaram-se novos obstáculos que inibem possíveis Acordos. As negociações bilaterais justas são praticamente inexistentes, o que dificulta o avanço ao nível multilateral, que é necessário para se alcançarem Acordos fiáveis e imparciais. Porém, nenhuma das partes se tem mostrado disposta a conduzir as negociações bilaterais e multilaterais com o compromisso de romper com o passado belicoso. Hoje, é fundamental a génese de novas políticas e estratégias que assegurem a estabilidade política entre os países envolvidos.

Palavras-chave: Israel. Palestina. Relações Internacionais. Conflito israelo-árabe. Países árabes. Médio Oriente.

ABSTRACT

Title: Israel and the Middle East Between Past and Future. A Strategic Reassurance of Commitment to Peace.

The Arab-Israeli conflict has caused, for many years political, social, and economic distress in the relations between Israel and Arab countries. This conflict deserves attention as well as the creation of new strategies to change the reality between the countries involved, by ending violence and promoting commitment to peace. This work aims to study this problem through diverse literary research and analysis of the period after the Oslo agreements to the present day, using the territorial dispute between Israel and Palestine as a focal point of the conflict, as well as historic rivalries as guiding principles involving Israel, Palestine, Egypt, Lebanon and Syria in regional strife. We believe that the initiative to develop a strategy to positively change the current situation comes from Israel, while it's the strongest country in the region and the most isolated from diplomatic and trade relations with most Arab countries. Our work intends to verify and analyse Israel's foreign policy towards Palestine, Egypt, Lebanon and Syria and the importance of a new Israeli strategy towards the commitment to peace with key Arab neighbors. As policies of both sides have been developed, some have contributed to the normalization of those relations. In contrast, new obstacles have been created that inhibit possible agreements. Fair bilateral negotiations are practically non-existent, making it difficult to advance to a multilateral level, which is necessary to reach reliable and impartial agreements. However, neither party has proved willing to conduct bilateral and multilateral negotiations with the commitment to break its warlike past. Today, the creation of new policies and strategies that ensure political stability between countries involved is fundamental.

Keywords: Israel. Arab countries. International relations. Strategy. Israeli-Arab conflict. Middle East.

SUMÁRIO

RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
SIGLAS UTILIZADAS.....	IV
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ISRAEL – DO MITO À FUNDAÇÃO DO ESTADO.....	14
1.1.A CONSTRUÇÃO DA PÁTRIA JUDAICA.....	15
1.2.A COMPOSIÇÃO POLÍTICA DO KNESSET.....	27
1.3.ISRAEL E OS OBJETIVOS DA SUA POLÍTICA EXTERNA NA REGIÃO.....	38
CAPÍTULO II – UM CONFLITO NA CONDUÇÃO DA HISTÓRIA E NA CONTRAMÃO DE UMA ESTRATÉGIA PARA A PAZ.....	51
2.1 CONFLITO ISRAELO-ÁRABE – NASCIDO DAS CONTRADIÇÕES E PULVERIZADO POR INTERESSES.....	52
2.2 OS INTERESSES NA DINÂMICA DO CONFLITO ISRAELO- ÁRABE.....	68
2.3 OS FRACASSOS DE OSLO E A CONTINUIDADE DO CONFLITO.....	89
CAPÍTULO III – AS NUANCES DO CONFLITO ISRAELO-ÁRABE.....	109
3.1 ISRAEL: UMA SINGULARIDADE NO MÉDIO ORIENTE E A ENCRUZILHADA PARA O COMPROMISSO DE PAZ.....	110

3.2 RADICALISMO POLÍTICO NO CAMINHO PARA A PAZ.....	129
3.3 OS OBSTÁCULOS E AS INCERTEZAS DE UMA POLÍTICA VOLTADA PARA A PAZ.....	146
CAPÍTULO IV – A ENCRUZILHADA ISRAELO-ÁRABE.....	162
4.1 CINCO POVOS E DESTINOS INDEFINIDO.....	163
4.2 FUNDAMENTOS PARA UMA NOVA POLÍTICA GEOESTRATÉGICA.....	181
4.3 GUERRA OU PAZ: DUAS HIPÓTESES, UMA REALIDADE.....	195
CAPÍTULO V – A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REALIDADE.....	208
5.1 ENTRE OS CAMINHOS DA GUERRA E DA PAZ.....	209
5.2 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ESTADO E NOVAS ESTRATÉGIAS.....	224
5.3 PRIMAVERA ÁRABE – REVOLUÇÃO OU INVERNO DE FUTUROS ACORDOS DE PAZ?.....	235
CONCLUSÃO.....	253
BIBLIOGRAFIA.....	275

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta etapa quero expressar publicamente os meus agradecimentos a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para a realização desta tese.

À Universidade de Évora que, durante o meu percurso como aluna, a partir de seus princípios democráticos, me permitiu descobrir as vias de acesso ao campo profissional de modo responsável e pessoalmente gratificante.

Ao Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais (CEIRI), de São Paulo, que me permitiu aprimorar as investigações sobre a problemática que envolve o conflito israelo-árabe, assim como o Médio Oriente como um todo, desenvolvendo assim uma melhor capacidade de análise relativamente ao tema em estudo.

À Faculdade São Braz, de Curitiba, pelo estímulo e enriquecimento proporcionado por Alunos e Colegas, no âmbito letivo e, ainda, no contexto da investigação em que estamos inseridos.

Aos meus familiares e amigos, que cooperaram para que fosse possível prosseguir e concluir este trabalho, o meu sincero obrigada.

Ao José Manuel, primeiro leitor e crítico deste texto, agradeço o apoio, o carinho e, também, a compreensão. Aos meus professores Orientadores, Prof. Doutor Silvério Carlos Matos Rocha Cunha e Prof. Doutor Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins, pelas orientações e colaboração durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

SIGLAS UTILIZADAS

AIPAC – Comité de Acção Política Americano-Israelita [em inglês: *American Israel Public Affairs Committee*].

ANP – Autoridade Nacional Palestiniana [em árabe: *As-Sulta al-Wataniyya al-Filastiniyya*].

CNP – Conselho Nacional Palestiano [em árabe: *al-Majles al-Watani al-Felistin*].

ECHO – Serviço de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia [em inglês: *European Commission Humanitarian Aid*].

EUA – Estados Unidos da América [em inglês: *United States of America*].

IDF – Forças de Defesa de Israel [em inglês: *Israel Defense Forces*].

NYSE – Bolsa de Valores de Nova Iorque [em inglês: *New York Stock Exchange*].

OLP – Organização de Libertação da Palestina [em árabe: *Munzzamat al-Tahr al-Filastiniyya*].

ONGs – Organizações Não Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas [em inglês: *United Nations Organization*].

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo [em inglês: *Organization Of The Petroleum Exporting Countries*].

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

UE – União Europeia.

UNIFIL – Força Interina das Nações Unidas no Líbano [em inglês: *United Nations Interim Force in Lebanon*].

UNRWA – Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente [em inglês: *The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*].

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas [em russo: *Soyuz Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*].

INTRODUÇÃO

O estudo que nos propusemos efectuar sobre o Médio Oriente não faz parte de uma mera curiosidade, mas sim do interesse em investigar, mais profundamente, as causas e as consequências do longo conflito na região e as dificuldades para se chegar a um Acordo de Paz definitivo. Tal situação, que se tem alongado por décadas, já colocou o mundo ante a apreensão da possibilidade de um confronto maior, que não é apenas uma hipótese remota, mas uma possibilidade concreta.

No mundo globalizado, no qual as fronteiras físicas já não parecem ter grande importância, no Médio Oriente ainda ocorrem as disputas fronteiriças. As instituições supranacionais, atuantes no presente, não são tão relevantes como em grande parte do mundo, uma vez que na região ainda impera o nacionalismo e o Estado atua como o grande regulador, numa ótica fundamentada na disputa territorial que interfere no dia-a-dia da vida dos cidadãos.

Segundo Joseph S. Nye Jr., “os conflitos árabe-israelense produziram sete guerras entre dois grupos de pessoas que declaram diferentes identidades nacionais, mas reivindicam o mesmo pedaço de terra do tamanho de um selo de postagem” (NYE JR., 2009: 223).

Embora o território seja pequeno, em termos de extensão, ele é grande em significados. São esses significados que fazem transparecer os vários sentidos que promoveram a génese de povos, cujas culturas, intrinsecamente, refletem os aspectos norteadores de uma História construída a partir de elementos detedores de identidades diversas e, sobretudo, determinadas a conquistar a pátria nas terras dos antepassados, o que reforça as reivindicações e é o alicerce das identidades. Tudo isto passou a integrar a própria cultura política da região de modo conflituoso.

Na situação em que está inserida a dinâmica de todo o processo conflituoso do Médio Oriente, o conflito atinge as relações diplomáticas e políticas internacionais entre os Estados envolvidos, tendo chegado ao substrato social e cultural dessas populações, caracterizando-se as relações internacionais, na região, por disputas e instabilidades.

É neste contexto que o presente trabalho se propõe investigar a necessidade de uma estratégia voltada para o estabelecimento da paz duradoura na região, como meio de superar as fronteiras físicas e psicológicas existentes entre os diferentes povos. Do mesmo modo, sublinhamos que

O Estado é o principal componente do amplo fenômeno personificado da interação internacional. Como peça-chave na relação sujeito-objeto, o Estado tem centralidade e prerrogativas unívocas que o distingue, de forma pontual, de outros atores internacionais (CASTRO, 2012: 99).

Apesar das diferenças entre os envolvidos na contenda, muitos têm sido os Acordos de Paz assinados, mas pouco, ou quase nada, tem sido cumprido. Sobre o conflito, há também uma série de estudos e uma vasta literatura, porém sem uma proposta que acene para um processo de paz que possa dar à região a estabilidade necessária ao bom andamento das relações entre os atores regionais e internacionais.

É indubitável que as Relações Regionais, ou Internacionais, entre alguns Estados do Médio Oriente, estão adormecidas ou nunca existiram. Torna-se cada vez mais urgente a emergência de um projeto estratégico que contemple os diferentes povos e as diferentes culturas da região, numa perspectiva de encontrar as linhas norteadoras para o estabelecimento de Acordos que privilegiem os direitos e deveres de todas as populações dos Estados envolvidos.

É facto que Israel impera na região como o Estado mais forte e que, portanto, se tem beneficiado, de certo modo, da sua posição para impor a sua vontade. Porém, é chegado o momento em que este Estado terá que se libertar do desejo do “grande Israel”, com a finalidade de garantir paz aos seus cidadãos e romper o isolamento com os seus principais vizinhos.

O conflito envolve diretamente Israel, a Palestina, a Síria, o Líbano e o Egito (aliado de Israel na região). Não temos a pretensão de encontrar a solução para o fim do conflito entre os diferentes atores regionais, mas desejamos contribuir, através do nosso estudo e da análise da problemática em apreço, para a admissão de que é necessário estabelecer estratégias capazes de superar o passado e o presente conflituosos, partindo para a abertura de negociações bilaterais e multilaterais como meio de vencer as animosidades e garantir uma existência futura mais pacífica.

A estratégia a adoptar para um futuro Acordo de Paz não poderá estar submetida apenas aos aspectos abordados por George W. Bush, em 2000, quando o então presidente dos EUA elaborou as linhas a serem seguidas para a criação de um Estado palestino. George W. Bush conseguiu a façanha de resumir em dois pontos a sua visão de paz e as condições para a sua obtenção. Elas são as seguintes:

[...] que 'o povo palestino tenha novos líderes, novas instituições e novos acordos de segurança com os seus vizinhos' e que 'a questão se resolva dentro do contexto de um acordo final para todo Médio Oriente'. Obviamente não se exigia à sociedade israelita que devolvesse o seu apoio aos trabalhistas, único partido sionista maioritário interessado em alcançar um acordo com os palestinos, nem tão pouco que Israel se retirasse dos territórios que ocupava para, desta maneira, seguir a senda reiterada pelos Estados árabes com a Declaração de Beirute de 28 de Março de 2002, que chamava a uma completa retirada israelita dos territórios árabes ocupados desde 1967, incluídos os sírios e os libaneses" (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 203)¹.

Ao analisarmos o pensamento de George W. Bush, identificamos a visão norte-americana a respeito do conflito israelo-palestino, em específico e em geral, em relação ao conflito israelo-árabe. A situação foi vista apenas a partir de um ângulo e, imediatamente, foi emitida uma receita. A situação crucial não foi abordada por Bush, isto é, ele nem sequer mencionou a ocupação israelita. Nos seus discursos, sempre se referiu ao terrorismo palestino, mas esquivou-se e não fez referências aos territórios palestinos ocupados por Israel. A análise dos principais pontos do conflito israelo-palestino e israelo-árabe é crucial para a compreensão e verificação de hipóteses para uma proposta viável que possa acenar para um futuro de paz entre árabes e judeus.

Este trabalho, portanto, tem por objetivo estudar o conflito entre Israel, a Palestina, a Síria, o Líbano e o Egito, no período compreendido após Acordos de Oslo até à atualidade, através de uma análise qualitativa do conflito que afeta as relações entre estes cinco povos quer ao nível das Relações

¹que 'el pueblo palestino tenga nuevos líderes, nuevas instituciones y nuevos acuerdos de seguridad con sus vecinos' y que 'la cuestión se resuelva dentro del contexto de un acuerdo final para todo Oriente Medio'. Por supuesto no se exigía a la sociedad israelí que devolviese su apoyo a los laboristas, único partido sionista mayoritario interesado en alcanzar un acuerdo con los palestinos, ni tampoco que Israel se retirase de los territorios que ocupaba para, de esta manera, seguir la senda reiterada por los Estados árabes con la Declaración de Beirut del 28 de marzo de 2002, que llamaba a una completa normalización con el mundo árabe a cambio de una completa retirada israelí de los territorios árabes ocupados desde 1967, incluídos los sirios y libaneses.

Internacionais ou regionais. Propomos, como meio de superação das disputas, estratégias concebidas a partir de Israel, que permitam contemplar todos os Estados envolvidos.

O conflito entre Israel e os seus principais vizinhos árabes levou a região, contemporaneamente, a uma situação de instabilidade e insegurança constantes. Vários foram os Acordos assinados entre alguns destes povos, mas poucos foram os resultados positivos. Os Acordos de Oslo, que acenaram para uma possibilidade de paz duradoura, falharam, assim como os demais Acordos pós-Oslo.

A região do Médio Oriente encontra-se, há décadas, sob forte disputa entre os diferentes povos nativos. Estamos em pleno século XXI e o problema persiste sob uma ótica violenta, de acordo com a qual todos parecem ter o direito legítimo sobre o território, de modo que uns tentam prevalecer sobre os outros. Perante o antagonismo entre alguns Estados do Médio Oriente, a possibilidade de diálogo esgota-se ante a intolerância que prevalece entre os mesmos, alimentando a os ódios e a desconfiança permanente, onde a solução parece estar distante.

É neste contexto que as relações, a nível regional e internacional, ficam comprometidas, pois não há a possibilidade, entre estes atores, de se vislumbrarem contatos decisivos para a evolução aos níveis social, político e económico, centrados em relações de vizinhança entre Estados pertencentes a uma mesma região.

Ao estarem os Estados comprometidos com os seus próprios interesses, a agenda da paz fica para um segundo plano, tendo-se tornado urgente a necessidade de se resgatar, em primeiro lugar, a possibilidade de negociações como meio de se chegar à paz e de se salvaguardarem os direitos Civis e Humanos das suas populações permitindo, simultaneamente, a existência do Estado distante da ameaça de conflitos bélicos.

Face ao exposto, a presente tese visa contribuir para a compreensão da necessidade de, neste momento, haver uma estratégia política por parte de Israel, como meio de garantir a sua sobrevivência de maneira pacífica, assim como desmilitarizar a região. Neste sentido, propomos, como objetivo geral, analisar a política de Israel no período após os Acordos de Oslo, entendida

como reafirmação estratégica de um compromisso de paz duradoura com a Palestina, o Líbano, o Egito e a Síria.

Para melhor abordarmos a questão centramo-nos nos seguintes objetivos específicos: desejamos verificar a política estratégica de Israel em relação à Palestina, ao Egito, ao Líbano e à Síria, no período compreendido entre 1995 e a atualidade; pretendemos analisar a importância de uma política estratégica de Israel em direção ao compromisso de paz duradoura com a Palestina, Egito, Líbano e a Síria; queremos refletir criticamente sobre os entraves que têm impedido a paz duradoura e a importância da superação desses obstáculos para se alcançar a segurança e a paz, individual e coletiva, nas sociedades israelita, palestina, egípcia, libanesa e síria.

Para atender à análise dos objetivos acima enunciados, estruturamos o presente trabalho em cinco capítulos: o capítulo I aborda a questão dos mitos que estão enraizados no conceito de pátria judaica. Mesmo após a fundação do Estado de Israel, eles ainda são, de certo modo, o alicerce que, em diferentes momentos, permite a sustentação da política israelita. No capítulo II, tratamos do longo conflito israelo-árabe, polarizado por diferentes interesses e sem estratégias significativas para pôr fim ao conflito, bem como dos fracassados Acordos de Oslo e a permanência da contenda entre Israel e os seus principais vizinhos árabes. No capítulo III, analisamos as nuances do conflito israelo-árabe e a singularidade de Israel na região, em contraposição a uma maioria nacional árabe. No capítulo IV, verificamos a necessidade da existência de uma proposta de paz credível como resposta positiva para os cinco povos, cujos destinos estão indefinidos e carentes de uma nova política geoestratégica, ante a realidade que mostra dois caminhos a seguir, isto é, a guerra ou a paz. Finalmente, o capítulo V versa sobre a construção estratégica de uma proposta de paz que deve ser construída politicamente entre Israel, o Egito, a Palestina, o Líbano e a Síria, em face de um presente hostil. Neste contexto, emerge a necessidade de uma nova concepção de Estado e de estratégias que garantam a pacificação da região.

Como em todo processo de investigação é necessário ter um fio condutor, partimos da importância, para Israel, da necessidade da existência de uma estratégia política direcionada para uma paz duradoura com os Estados vizinhos, pois o país é um ator regional com grande potencial

económico e é aquele que está constantemente sob ameaça dos demais, de modo que, em termos regionais, Israel praticamente não tem aliados.

Esta questão revela-se importante, na medida em que se verifica o “fracasso” dos vários Acordos face ao clima de intrasigências, falta de comprometimento, desconfiança e ausência de imparcialidade dos agentes externos quanto à elaboração dos Acordos.

Os Acordos realizados, ou foram unilaterais ou bilaterais quando, na verdade, o conflito exige Acordos multilaterais. A situação tem sido dominada pela ausência de uma política específica por parte de Israel, que é o poder mais forte da região, que deve dar mostras de que pretende encontrar uma solução para o conflito. Provavelmente, as partes mais fracas do conflito não tomarão a iniciativa de pôr fim à contenda, pois são perdedores e querem recuperar aquilo que consideram seu por direito, desejando, também, resgatar a honra.

Por se tratar de uma região cuja história é marcada pela reverência aos mitos, torna-se necessário um trabalho de investigação profundo e de análise consistente no que tange ao período proposto para o estudo, em conexão com o presente, sem deixar de lado a história e a cultura do passado mais distante, às quais recorreremos sempre que se fizer necessário, pois somente assim será possível cumprir com os objetivos propostos para esta tese.

Ante o que acabamos de expor, iremos recorrer às bibliografias fundamentais, bem como acompanhar os acontecimentos atuais na região, que merecem ser analisados e podem contribuir para a nossa investigação, elaboração e conclusão da tese. Para isto, recorreremos a fontes tais como: pesquisas bibliográficas (livros, artigos científicos, teses, revistas, jornais e internet), referentes ao tema a ser investigado.

Com o propósito de desenvolver uma análise que contemple os objetivos propostos não podemos descuidar o tema em estudo. Deste modo, analisaremos nos pormenores todos os dados encontrados, seleccionados e tratados de acordo com a pertinência relativa ao assunto em estudo.

Toda a análise será centrada na política de Israel, para verificar a hipótese de uma estratégia para um Acordo de Paz duradouro com a Palestina, a Síria, o Líbano e o Egito e, assim, garantir a sua sobrevivência de modo pacífico, reduzindo as ameaças a que está submetido. Para isto, destaca-se a

importância das negociações bilaterais em sentido evolutivo até alcançar as negociações multilaterais, a partir de pressupostos indispensáveis, tais como a imparcialidade e o diálogo.

Através de uma análise pormenorizada, torna-se possível, também, identificar os obstáculos que impedem o desenvolvimento das relações diplomáticas entre os atores regionais, os quais vislumbraram boas perspectivas durante o período em que foram ultimados os Acordos de Oslo. Porém, a partir de 1995, no período pós-Oslo até aos dias de hoje, não houve um único projeto que contemplasse, se não para finalizar, pelo menos para reduzir de modo significativo as hostilidades na região que, indubitavelmente, chegaram a pontos elevados de rejeição, intolerância e de violência entre as partes envolvidas.

Partimos do pressuposto de que é urgente uma estratégia para se estabelecer a paz entre os Estados do Médio Oriente e, ainda, consolidar esta paz. Ao ser a consolidação da paz um processo mais difícil, é aí que centramos o nosso estudo na perspectiva dos Acordos bilaterais com evolução para os Acordos multilaterais, cujos parâmetros estabelecidos deverão ser cumpridos pelos Estados envolvidos.

A paz passa a ser abordada a partir de uma concepção estratégica que leva à revisão da questão das fronteiras físicas, tendo a Palestina como o epicentro do conflito e, também, a disposição para o diálogo e o cumprimento do já estabelecido entre as partes para que se crie a confiança, sem ignorar nenhuma das questões-chave que têm alimentado as hostilidades. Este é um dos critérios que pode garantir a evolução das negociações para um posterior Acordo de Paz.

Em outras palavras, uma paz de satisfação supõe que haja confiança generalizada; exige, portanto, uma revolução nas relações internacionais, revolução que poria fim à era da suspeita, inaugurando a era da segurança. A menos que haja uma conversão dos espíritos, esta revolução afetará as instituições. Em outras palavras, a paz pela satisfação universal e a confiança mútua só me parecem possíveis se as unidades políticas encontrarem uma base para sua segurança que não seja a força (ARON, 2002: 232).

Neste contexto, emerge a necessidade de Acordos multilaterais, permeados pela imparcialidade e compromisso conjunto para se estabelecerem as diretrizes que culminarão no desenvolvimento e preservação

dos próprios Estados, das relações internacionais, regionais e culturais entre eles.

Por se tratar de uma região do planeta cujas realidades são contrastantes entre si, há a necessidade de uma estratégia que possa contemplar, na medida do possível, os diferentes tipos de reivindicações, nas quais cada interveniente reclama a sua parcela de direitos.

É no âmbito das negociações imparciais que devem ser assumidos os compromissos com as questões que determinarão o futuro dos Estados envolvidos no conflito. Para que tal aconteça, há a necessidade de se voltar ao passado e analisar os projetos falhados. Resolver o conflito pressupõe medidas que atinjam o todo do problema e não parte do mesmo. As relações de conflito na região são “intercambiantes”, o que pressupõe a tomada de decisões bilaterais e multilaterais regidas pela imparcialidade e que tenham a percepção geral do problema.

Após várias tentativas de Acordo, a região avançou pouco em direção à paz e, em alguns momentos, países foram ostracizados por terem assinado Acordos com Israel, como foi, por exemplo, o caso do Egito, em 1979, em Camp David, quando este Estado reconheceu a existência de Israel e acabou por provocar a reação árabe, que decidiu pela expulsão do Egito da Liga dos Estados Árabes.

Passados quinze anos após a assinatura do Tratado de Camp David, a Jordânia seguiu o caminho do Egito e, assinou, em Oslo, um Tratado de Paz com Israel. Isto, de certo modo, permite-nos dizer que ocorreu uma abertura para a possibilidade de entendimento entre árabes e judeus. Entretanto, os Acordos celebrados não foram suficientes para pôr fim ao conflito, tendo despertado a “ira” daqueles que negam a possibilidade da paz pela via das negociações. Isto demonstra que o longo conflito tem gerado o ódio e a rejeição de um povo em relação ao outro, e que não tem dado mostras de superação com o passar dos anos.

Os Acordos, assinados até hoje, não foram capazes de estabelecer a paz e desmilitarizar a região. Ao longo dos anos, o conflito tornou-se mais problemático e mais agressivo. Se, a partir dos Acordos de Oslo, foi possível o compromisso de paz entre Israel e a Palestina, ante o comprometimento com a autonomia da Faixa de Gaza e Jericó, a retirada das IDF dos Territórios

Ocupados, bem como o Tratado de Paz com a Jordânia, entre outros, isto não foi suficiente para, a médio e a longo prazo, pacificar a região, pois não houve a continuidade relativamente ao estabelecido nos Acordos e, portanto, as iniciativas de paz pereceram ante as intransigências e as desconfianças.

Os Acordos, a partir de Oslo, previam a saída de Israel do Líbano e a questão do estatuto de Jerusalém. Israel saiu do Líbano, mas a sua retirada não significou a pacificação da região. Novas posições foram sendo demarcadas perante uma situação que se alterou cada vez mais com o aumento da violência, seja através da Intifada, na Palestina, seja pelo surgimento e disposição para a luta armada de grupos insurgentes, como o Hamas, o Hezbollah, a Jihad Islâmica Palestiniana, Ajnad Misr (Soldados do Egito), Brigadas al-Furqan, Ansar Bayt al-Maqdis (Os Partidários de Jerusalém), Estado Islâmico, Frente al-Nusra, Brigadas Abdullah Azzam e pequenos grupos que atuam na Palestina e mais especificamente na Faixa de Gaza, como a Brigada al-Nasser Salah al-Deen, as Brigadas Abu Ali Mustafa (as antigas Brigadas das Águias Vermelhas) e as Brigadas Yahya Ayyash.

O Líbano, por exemplo, tornou-se um Estado problemático e frágil. Primeiro, este Estado sofreu com conflitos internos e a intervenção militar de Israel para expulsar a OLP e, ainda, o Hezbollah, grupo radical xiita, deu fôlego à situação de guerra do Líbano, contra o qual, em 2006, mais uma vez este país foi invadido militarmente por Israel. Se, por um lado, o Líbano tem uma política que se divide entre as diferentes religiões e, por outro lado, tem o Hezbollah que, através da sua atuação, alimenta a violência e mantém a sua rejeição em relação a Israel. Isto pode ser verificado através de provocações e ataques contra os judeus, o que não passa despercebido ao Estado israelita que promove retaliações também violentas e, conseqüentemente, a população libanesa paga um preço muito alto.

Segundo Shimon Peres, “o Hezbollah é um Estado dentro de um Estado, Um exército privado além do exército nacional. Ele envia soldados para apoiar o massacre de um ditador sanguinário na Síria. Sem autorização do governo do qual ele é membro” (PERES, 2013, texto digital)².

²Hezbollah divided Lebanon politically, religiously and ethnically. It turned the land of the cedar tree into a scorched and barren land.

Devemos afirmar que o Hezbollah não atua sozinho. Este grupo conta com o apoio financeiro da Síria e também do Irã, que também são inimigos de Israel. A Síria sistematiza a sua conduta de rejeição a Israel através do fortalecimento de grupos radicais, tais como o Hezbollah e o Hamas.

Todas as propostas de Acordos feitas até hoje não foram suficientemente capazes de pôr fim às arbitrariedades que ocorrem na região, seja do lado israelita, seja do lado árabe. Não há, até ao momento, nenhuma proposta capaz de promover a paz e dar estabilidade à região. O que se verifica são iniciativas, muitas vezes, falhadas, pois muitas delas surgem a partir de iniciativas unilaterais, ou estrangeiras.

Enquanto se verifica, através da investigação, a ausência de uma proposta comum como estratégia de levar à mesa das negociações todas as partes envolvidas, o desequilíbrio regional permanece. Israel impera como o maior poder da região aos níveis económico e militar, o que estimula os seus vizinhos e inimigos a entrarem na corrida por armas não convencionais. Infelizmente, não tem havido nenhuma negociação que possa equilibrar tal situação, assim como diminuir o sentido de pertença que as partes envolvidas no conflito sentem sobre o Médio Oriente.

Vários são os fatores que determinam a demanda do conflito. Isto pressupõe que a resolução da questão palestina, em princípio, abrirá espaço para futuras negociações e Acordos multilaterais mais fiáveis. As disputas territoriais e fronteiriças são obstáculos para uma proposta de paz, que têm gerado as fronteiras psicológicas, cuja superação não é fácil, acabando por dificultar ainda mais o entendimento entre estes Estados.

Ao viver numa região marcada por conflitos violentos, as populações sobrevivem às sombras da miséria e dos escombros deixados pelas guerras. A Palestina, por exemplo, além de sofrer com as dificuldades económicas, está dividida de modo que não permite a interligação territorial entre a sua população, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento económico e social deste povo e contribui para o aumento das tensões e a intensificação do conflito.

A radicalização da resistência palestina em relação a Israel tem ceifado muitas vidas. O Hamas, oponente radical de Israel, determina os ataques a este Estado que contra-ataca com grande violência, deteriorando

ainda mais a situação da população palestina, o que aumenta a revolta do mundo árabe contra Israel.

Devido ao facto de Israel ser uma potência regional ele é, também, o país que mais sofre ameaças por parte dos adversários regionais, se comparado com outros atores, também regionais. Israel está sozinho numa região onde praticamente todos os demais Estados são seus inimigos. Pode-se argumentar que o Egito e a Jordânia assinaram Acordos de Paz com Israel e o reconhecem enquanto Estado. Este argumento é válido mas, neste momento, é incerto em virtude dos acontecimentos dos últimos tempos. A região está a passar por mudanças e, como não sabemos aonde vão chegar as tais mutações a nível regional, a incerteza e a insegurança imperam.

A política estratégica de Israel tem estado voltada, na verdade, para a sua expansão territorial, o que gera dificuldades cada vez maiores para os povos palestino e árabe, pois há muita rejeição em relação aos mesmos. A política de colonatos de Israel assola a população palestina, ao mesmo tempo que faz aumentar o descontentamento e a revolta. Israel não tem facilitado, em nada, a relação com os seus vizinhos e, principalmente, com os palestinos.

Se a estratégia de Israel consiste em demarcar o seu território através de mais ocupações de terras, tem que haver a consciência de que os ânimos e a disposição para a luta estarão cada vez mais fortes. Neste momento, não seria muito fácil a assinatura de um Acordo multilateral, devido ao facto de que as relações entre Israel e os seus vizinhos são hostis, exceto com o Egito e a Jordânia.

Quando Israel assinou o Tratado de Paz com o Egito, por exemplo, a situação e o governo egípcios eram outros. Independentemente da continuidade do cumprimento do Acordo assinado em 1979, entre Israel e o Egito, no momento, prevalece a desconfiança por parte de Israel e são, justamente, as desconfianças que acabam por dificultar ainda mais os processos de negociação para a paz.

Ao ser Israel o poder que desequilibra os demais poderes regionais, cabe a este Estado traçar as estratégias para pôr fim ao conflito. Na verdade, Israel encontra-se numa encruzilhada, ou seja, para onde vai há um inimigo à espreita. Ante tal situação, somente uma estratégia que contemple todos os

Estados envolvidos será capaz de equilibrar a região e permitir a existência futura de Israel sem a ameaça constante de uma guerra fatal.

Em 1993, o Acordo de Oslo I acenou para um processo de paz que parecia ser definitivo em relação aos palestinos. Foi nesta altura que se acertou que a Faixa de Gaza e a Cisjordânia ficariam sob a administração da ANP. Mas, somente em 2005, aconteceu a retirada de Israel da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, embora este Estado tenha mantido o controlo das fronteiras terrestres e marítimas.

Apesar de ter havido alguns avanços a partir de Oslo I, muitas questões ficaram pendentes, tais como o estatuto de Jerusalém, a questão dos refugiados palestinos e o fim dos colonatos judaicos. Estes são pontos fundamentais para se chegar a um Acordo de estatuto final.

No decorrer do processo, em 2006, Israel envolveu-se num conflito armado com o Hezbollah, uma guerra que fez muitas vítimas civis, principalmente do lado libanês e, ainda, naquele mesmo ano, teve que enfrentar a rejeição do Hamas que venceu as eleições e, legalmente, assumiu o poder político na Palestina, recusando-se reconhecer Israel enquanto Estado. No ano seguinte, após a expulsão do al-Fatah da Faixa de Gaza, pelo Hamas, Israel e Egito impuseram um bloqueio económico à Palestina. Tudo passou a situar-se num campo minado, no qual as perspectivas de entendimento se foram esgotando. Neste contexto, a Palestina ficou dividida entre o Hamas (Faixa de Gaza) e o al-Fatah (Cisjordânia).

Em 2008, sob a mediação do Egito, Israel e o Hamas acertaram uma trégua, mas como ambos os lados deixaram de cumprir com os compromissos assumidos, em Dezembro de 2009, esta trégua foi rompida e tiveram início novos combates. Mais uma vez, a Palestina e, mais especificamente, a população da Faixa de Gaza, foram aqueles que mais sofreram enquanto vítimas diretas do conflito. Em meados de 2014, o conflito entre Israel e o Hamas irrompeu novamente.

A disputa constante na região, por territórios ou fronteiras, não cessou até à atualidade. A busca permanente para delimitar um espaço próprio na região acaba por subjugar a capacidade de entendimento. O sentimento de posse e de perda andam lado-a-lado na região. Cada um procura conquistar um território que considera ser seu, na totalidade.

Para além de todos estes problemas, há uma questão difícil entre Israel e a Síria, pois a fronteira entre estes dois Estados nunca foi oficialmente definida e cada lado reivindica os Montes Golã. É importante que Israel supere os erros e equívocos do passado, adoptando uma estratégia de paz para o futuro. Enquanto houver uma política externa que visa apenas a construção do “Grande Israel”, não caberão, nas mesas de negociações, propostas credíveis para a construção de um processo de paz duradouro e realizável. Isto porque ao contrário, não passará de utopia.

A disposição para o diálogo, a imparcialidade, as negociações multilaterais e a resolução de toda a questão da Palestina, de modo satisfatório, é um meio que poderá levar à construção de um processo negocial ajustado a todos os atores envolvidos. Caso contrário, serão obstáculos que cada vez mais poderão acender os ânimos e manter o medo e a insegurança ante um conflito latente.

CAPÍTULO I

ISRAEL – DO MITO À FUNDAÇÃO DO ESTADO

1.1 A CONSTRUÇÃO DA PÁTRIA JUDAICA

Eretz Yisrael, ou “Terra de Israel”, corresponde à formação de um conceito único de pátria, a pátria do povo judeu. Peculiar na sua formação, Eretz Yisrael tornou-se a pátria dos judeus, antes de ser habitada por eles. Primeiro nasceu a terra, a terra prometida e, depois, o seu povo, que foi habitá-la.

Pela primeira vez, o território foi prometido a Abraão, quando este saiu da sua terra natal, Ur Casdim, para Canã, onde recebeu a promessa divina sobre a Terra para os judeus. Esta promessa repetiu-se aos demais patriarcas, de modo a formar uma consciência do povo israelita, antes dele se tornar o povo de Israel.

A terra, muitas vezes prometida, antecedeu a consolidação do seu povo, que nasceu a caminho e não nela. Porém, o conceito de terra prometida nunca foi esquecido pelos judeus nem mesmo durante o exílio. Desde então, eles criaram, por via do sentimento e da ideologia, uma relação especial com o território que lhes foi destinado por Deus.

O próprio conceito de pátria tem, para o povo judeu, uma conotação diferente. Se, para todos os demais povos, a pátria é o lugar onde se nasce e ao qual um indivíduo pertence ou provém, para os judeus, a pátria é definida a partir da cultura e da religião e jamais pelo nascimento. Aquilo que define a pátria, para um judeu, não são os laços materiais, mas os laços culturais e espirituais e divinos. Enquanto os outros povos têm documentos que provam a conquista de terras, os judeus têm vários documentos antigos e sagrados, aos quais recorrem para justificar o sentido de pertença à terra.

Os mitos centrais sobre a origem antiga de um povo prodigioso vindo do deserto, que conquistou pela força um vasto país e ali construiu um reino faustoso, serviram fielmente à prosperidade da ideia nacional judaica e à ação pioneira sionista. Durante um século, eles construíram uma espécie de combustível textual perfumado de cânones fornecendo sua energia espiritual para uma política identitária muito complexa e para uma colonização territorial que exigia uma autojustificação permanente (SAND, 2011: 219).

A pátria judaica não é meramente a conquista material realizada pelo homem, pois, em primeiro lugar, está o facto de que a terra foi destinada por

Deus ao povo escolhido, o qual não teve a necessidade de desbravá-la, na medida em que o seu território já havia sido reservado por Deus. O território antecedeu, portanto, os seus habitantes.

A relação dos judeus com a sua terra explica-se através de uma relação teológica, pois trata-se do povo eleito por Deus para receber a terra e estabelecer a sua pátria, independentemente do local de nascimento. Por razões históricas ou religiosas, o povo judeu encontra na Bíblia a justificação para o seu conceito de pátria e de povo escolhido. As afirmações são históricas e míticas, mas possuem a densidade necessária para dar garantias de que ele é o povo escolhido por Deus.

lahweh disse a Abrão, depois que Ló se separou dele: 'Ergue os olhos e olha, do lugar em que estás, para o Norte e para o Sul. Toda a terra que vês, eu a darei, a ti e à tua posteridade para sempre. Tornarei a tua posteridade como poeira da terra: quem puder contar os grãos de poeira da terra poderá contar teus descendentes! Levanta-te! Percorre essa terra no seu comprimento e na sua largura, porque eu a darei a ti (*Gn*, 13, 14-17).

Para o judeu, a pátria refere-se somente à região da Palestina. Antes da fundação do Estado de Israel, e desde o início da Diáspora, todos os judeus eram considerados errantes. Indubitavelmente, o solo não define pátria para os judeus e, de certo modo, verificamos que não basta nascer em Israel para ser considerado um cidadão com todos os direitos garantidos mas, antes, tem que ser judeu. A partir do critério acabado de enunciar, verificamos que se mantém a definição antiga e mítica de pátria.

Os laços históricos, culturais e míticos sobrepõem-se aos laços materiais e jurídicos. O território foi destinado ao povo judeu e é nessa "crença" que ele formou o seu Estado, que é exclusivo de um povo e nele pretende não só habitar, mas fazer cumprir a promessa nascida do pacto entre Deus e Abraão.

A não aceitação do Outro, que ameaça subverter a maioria judaica, reflete o esforço de procurar pôr em prática o cumprimento de um compromisso divino. Esta posição de renegar aquele cuja cultura é diferente, corresponde a um projeto interno de não permitir a presença de nada que possa ameaçar a concretização do projeto de um Estado judaico.

Embora com um território historicamente definido, a consolidação do Estado foi possível através do projeto sionista. Este movimento político, de cunho nacionalista, também tomou emprestada uma terminologia histórica. O

conceito de sionismo refere-se a Sion, um monte no qual havia um templo desde a época do rei David, a partir do qual se projetou a cidade de Jerusalém.

Os sionistas projetaram um Estado para pôr fim à Diáspora judaica e livrar os judeus das perseguições antissemitas sofridas por muitos anos. A autodeterminação judaica, proposta pelo sionismo, a princípio não apontava preferência para um local concreto, tendo acabado por prevalecer a Terra Santa.

Se, a princípio, a definição do local onde seria estabelecido o Estado judaico não era necessariamente tão importante, com o amadurecimento da ideia desse projeto, prevaleceu aquilo que prega a história antiga centrada numa cultura religiosa. O clamor da própria justiça para com aqueles que sofreram com as perseguições antissemitas, justificava o retorno, para muitos que nunca estiveram no local, a sagração de uma promessa bíblica e de justiça para com o povo escolhido por Deus.

Os relatos bíblicos estruturaram as retóricas políticas na fase inicial de Israel. Segundo Shlomo Sand,

Assim como os chefes revolucionários franceses estavam certos de encarnar papéis de senadores romanos da Antiguidade, Ben Gurion e os outros dirigentes da revolução sionista, altos militares e 'intelectuais de Estado', estavam persuadidos de que reproduziam a conquista do país bíblico e a criação de um Estado no modelo do reino de Davi. Para eles, os acontecimentos da história contemporânea só adquiririam significado no pano de fundo dos acontecimentos paradigmáticos do passado (SAND, 2011: 195).

Os antigos hebreus são exaltados, na atualidade, como os autênticos antepassados dos judeus do presente, os quais têm feito um grande esforço para manter viva a sua história remota. É no presente que as realidades se cruzam e fazem esfacelar alguns pontos incoerentes com a lógica da realidade.

A intervenção judaica na História, para a rearranjar a seu favor, supõe a glorificação infinita de um povo como sendo o eleito por Deus, imediatamente se sobrepõem valores significativamente complexos para tentar desmerecer qualquer tentativa de criar um projeto de Estado justo na região. Esta situação passa a ser determinada por conflitos incessantes na medida em que as reivindicações não cessam.

Para se basear nas crenças e nelas tentar justificar as suas atitudes ante o mundo e o próprio nacionalismo, requer um trabalho de efeito metafísico que

consiga adentrar as mentes das pessoas e fazê-las acreditar na veracidade de fatos históricos e/ou mitos, relatados pela tradição oral, mas sem a posse de uma prova concreta.

Para despertar um sentimento nacional, ou seja, uma identidade coletiva moderna, são necessárias uma mitologia e uma teleologia. O mito constitutivo foi seguramente dado pelo universo textual bíblico, cuja maior parte histórico-narrativa se tornou, na segunda metade do século XIX, um mito vivo, sobretudo aos olhos dos intelectuais da Europa Central, e isso a despeito dos ataques da crítica filológica (SAND, 2011: 139).

Todas as justificações se centram na ciência de factos lastimáveis, dos quais os judeus foram vítimas. Não é possível negar as tragédias que se abateram sobre este povo, em muitas ocasiões, principalmente a do Holocausto, mas não é correto recorrer, constantemente, à História Antiga ou Contemporânea, para tentar diminuir as responsabilidades do Estado sobre acontecimentos que ultrapassam os limites da Ética e da Justiça e que ferem o Direito Internacional.

Todas as tentativas de superaproveitar o passado têm sido positivas para Israel. Ele é, igualmente, o único Estado que incumpe as resoluções da ONU que o afetam e nada lhe acontece. Em Israel, tudo parece legítimo quando se trata de garantir a plena liberdade de ação do Estado sem levar em consideração que há limites a serem respeitados e que são, precisamente, aqueles que não ferem o direito de existência de nenhum país, não sendo necessário recorrer a métodos escusos para, posteriormente, justificar os seus atos.

Os judeus fundamentam o seu direito a Israel em pelo menos quatro premissas: 1) Foram eles que colonizaram e desenvolveram aquela terra; 2) A comunidade internacional concedeu soberania política aos judeus na Palestina; 3) O território foi tomado em guerras defensivas; 4) Deus prometeu a terra ao patriarca Abrãao (BARD, 2004: 9).

Enquanto Estado, Israel tem os seus direitos assegurados. O seu direito à existência é um facto consumado, garantido por leis internacionais e referendado pela comunidade internacional, a qual não tem o direito de ameaçar a sua existência. A partir do acabado de expor, cabe salientar que não há motivo para Israel fundamentar as suas ações políticas a partir de premissas que servem para acelerar o processo de desentendimento e,

mesmo, de conflito com os demais atores da região. A sua existência é um direito incondicional, portanto, não é algo negociável.

A própria resistência ante a possibilidade de soluções negociadas, faz parte de uma visão exclusiva do nacionalismo judaico que nega a possibilidade de reabilitar as negociações na região pela via diplomática porque, de certo modo, acredita serem os judeus os únicos com direito de habitar aquele território, conforme rege a Bíblia.

Os acontecimentos no Médio Oriente, desde a fundação do Estado de Israel, centram-se quase que totalmente na questão territorial e nas intimidações suscitadas a partir dessa mesma problemática. Com o tempo, esta situação agravou-se e, proporcionalmente, aumentaram as ameaças entre árabes e judeus.

Uma região marcada por atritos entre os povos árabes e judeus desde tempos remotos e na História Contemporânea, tornou mais visíveis os enfrentamentos entre eles desde a independência de Israel, em 1948, quando, em menos de vinte e quatro horas, o Egito, a Jordânia, o Líbano, a Síria e o Iraque declararam guerra contra o novo Estado. Com a invasão dos vizinhos árabes, Israel lutou contra os seus inimigos em defesa da soberania acabada de conquistar. Desde a sua criação, até os dias de hoje, Israel tem vivido um conflito constante que alterna entre os embates armados e os períodos de ameaças veladas contra a sua existência.

A pressão vinda do mundo árabe justificou a militarização de Israel que, fechado em si mesmo, passou a enfrentar todos os Estados nacionalistas árabes que rejeitavam o novo Estado a partir do princípio que este era uma criação do Ocidente. Desde o início, Israel passou a receber apoio económico e militar do Ocidente e, principalmente, dos EUA.

O apoio ocidental não era desinteressado, antes pelo contrário. O Ocidente necessitava de um Estado que fosse capaz de desequilibrar a região e evitar a união dos Estados árabes. A partir de então, passam a coexistir na região dois nacionalismos distintos, sendo que o nacionalismo árabe não conseguiu concluir o seu projeto de integração, ao passo que o nacionalismo judaico, representado pelo sionismo e com o apoio dos judeus da Diáspora e do mundo ocidental, sobrevive até hoje.

O projeto sionista conseguiu firmar-se na região, tendo avançado significativamente em termos políticos e territoriais. Os árabes desintegraram-se, mas não desapareceram as hostilidades em relação a Israel, que só têm aumento, apesar de países como o Egito e a Jordânia terem assinado Acordos de Paz com Israel.

Ante a fragilidade da paz na região, Israel partiu para a criação da chamada política defensiva, da qual se tem valido para justificar a realização dos seus objetivos e para a consolidação de um Estado judeu para os judeus. É inquestionável o facto de que este Estado tem seguido uma política cuja linha divisória não consta na sistematização de realizar projetos que se coadunem com a paz e com a aproximação aos árabes, mas na perspectiva de isolamento relativamente aos seus vizinhos.

A política de Israel é multifacetada, isto é, é uma democracia mas, ao analisarmos os pormenores, verificamos que há uma distinção entre o cidadão israelita judeu e o cidadão israelita árabe. Distingue-se também um judeu asquenazi de um judeu sefardita havendo, ainda, preconceitos em relação aos israelitas de origem etíope. Embora Israel abrigue uma sociedade multicultural, privilegia a cultura única. Há uma superioridade racial alimentada pela política e bem aceite por boa parte da sociedade. A relação entre política e cidadania é complexa, uma vez que nem todos os cidadãos israelitas têm direitos idênticos numa sociedade culturalmente diversificada. As ideologias influenciam e manipulam pessoas desde a concepção nacionalista, que reclama a necessidade de um Estado altamente militarizado. Os jovens são o sustentáculo dessas ideias que se iniciam, algumas vezes, na própria família e são consolidadas na escola, com o aval do Estado.

Nurit Peled-Elhanan, professora de Língua e Educação na Universidade Hebraica de Jerusalém, realizou um estudo acerca do conteúdo dos livros didáticos em Israel, destinado a procurar entender como o palestino era representado e porque o jovem israelita entrava para o Exército um mês após a conclusão do Ensino Secundário. Peled-Elhanan verificou que os livros didáticos “preparam” o jovem para a entrada nas Forças Armadas e incentivam a aversão contra o palestino, que passa a ser inferiorizado.

[...] uma estratégia de discurso racista ... os palestinos não são representados em absoluto nos livros didáticos de Israel. Os livros

didáticos de Israel são livros comerciais, são uma indústria privada, há muitos deles. Eles precisam de autorização do Ministério, mas não são editados pelo Ministério. ... não podemos encontrar uma só fotografia de um ser humano que seja palestino. E se você levar em conta que 20% dos cidadãos israelenses são palestinos,... Você nunca vê um médico palestino, um professor ou uma criança. E a única forma em que eles são representados são como problemas ou ameaças. Os israelenses os consideram como por exemplo, terroristas. Assim, encontramos figuras com o rosto coberto ou como agricultores primitivos (BEIR, 2012, entrevista *online*).

O próprio Estado tem promovido o distanciamento com o Outro que não partilha da mesma cultura, ideologia e religião, através da discriminação estrategicamente preparada. Isto não é uma reação espontânea da sociedade, mas incentivada e preparada pelo Estado. Ainda de acordo com Nurit Peled-Elhanan,

A maioria desses livros, quando mostram o mapa de Israel, ... não mostram as fronteiras reais de Israel, ... incluem a Palestina. Eles mostram o que é chamado de 'Grande Terra de Israel'. Você vê, mesmo o nome nos livros, em geografia, nunca é Estado de Israel, ... e sim, 'A Terra de Israel',... o que é diferente. Portanto, creio que temos umas três gerações de alunos que nem sequer sabem quais são as fronteiras. E as pessoas que vivem nos territórios, os não-judeus, ... eles são sempre rotulados de 'não-judeus'(BEIR, 2012, entrevista *online*).

Não é precipitado dizer que o Estado alimenta o imaginário coletivo com uma ideologia de feição nacionalista para manter o seu estilo de política em relação à Palestina e à região em que se encontra. O modo de estender o território, de acordo com os interesses geopolíticos e geoestratégicos de Israel, passa pela necessidade de garantir uma boa base interna de apoio político.

Para evitar o esgotamento de um significativo número de apoiantes políticos, Israel recorre à preparação dos jovens em conformidade com os seus interesses, pois os laços que mantêm o Estado e a sociedade têm que distinguir-se daqueles laços "comuns", onde o indivíduo se aproxima livremente a partir de uma análise crítica da realidade na qual está inserido.

Ao prender-se sistematicamente a uma realidade idealizada, a maioria das pessoas torna-se incapaz de reações contrárias àquilo que sempre foi ensinado como sendo a verdade. É de certo modo, uma alienação, pois as pessoas deixam de fazer as suas próprias escolhas e descobertas e perdem a percepção da realidade dos factos. Neste sentido, ocorre uma entropia quase

coletiva que, conseqüentemente, não coloca em risco a política desenvolvida pelo Estado ao nível interno e externo.

Enquanto prevalecer a ideia de que ataques e contra-ataques como meios capazes de defender o seu povo, Israel estará fadado a lastimar-se da falta de segurança. A probabilidade da existência de ameaças constantes é consequência da própria atitude do Estado que não cessa a sua atividade de segurança e de defesa com base na militarização da sociedade e da criação de um sistema político que sustenta as contendas com os Estados vizinhos.

O problema para Israel, no futuro, talvez não sejam os árabes, mas o seu estilo de política externa que é mantida intencionalmente pelo parlamento e pela maioria da sociedade israelita. A perspectiva da política de defesa de Israel inclui quase que indiscriminadamente, o mundo árabe, ao mesmo tempo que não abre mão do ataque preventivo. Isto sobrecarrega economicamente o país e coloca a população sob ameaça. A cada nova vítima, aumenta o ódio que passa de geração em geração e de mesmo modo, o terrorismo.

O Estado israelita venceu os obstáculos no que se refere aos problemas naturais e com a ajuda externa transformou-se num Estado economicamente viável e desenvolvido. Este Estado sempre pôde contar com as doações dos judeus da Diáspora e com os EUA e estas generosas contribuições que os israelitas têm recebido, têm conseguido não só desenvolver o país, mas principalmente manter o tipo de política levado a cabo pelo Estado.

Os EUA contribuem para Israel com Dólares, armas e assessoria militar. Esta situação tem-se mantido desde a independência de Israel até aos dias atuais, o que equivale dizer que o Dólar norte-americano dá fôlego ao país e mantém acesa a chama de continuidade de uma política voltada para o exercício do poder no Médio Oriente.

Israel pontifica no Médio Oriente e não há um contrapeso. O mundo árabe está a passar por mudanças, mas Israel não se tem movido o suficiente para se adequar à nova realidade da região. Talvez parte do comodismo resida no facto de aquele país acreditar que será menos ameaçado no futuro do que já foi no passado. Segundo Barry Rubin, judeu norte-americano e académico, a situação de Israel será melhor do que no presente, conforme informa a revista *Veja*.

Para Rubin, será um período de batalhas internas, instabilidade e conflitos contínuos que irão reduzir a capacidade de países árabes lutarem contra Israel. Existe a óbvia ressalva do aventureirismo para desviar as atenções. Mas mesmo que ocorra algo neste sentido – e aqui Rubin é específico sobre Egito e Síria pós-revolução- , os países árabes terão menos capacidade militar para atuar de forma efetiva contra Israel. Hostilidade popular contra Israel não é novidade e já servia de válvula de escape antes da Primavera Árabe. Não mudou, por exemplo, nas ruas egípcias, mas, na estimativa de Rubin, os militares ainda controlam a política externa e vão conter os ímpetus da Irmandade Muçulmana, agora no poder formal (BLINDER, 2012, texto digital).

Ao contrário do afirmado na reportagem da revista *Veja*, na qual Barry Rubin expressa a sua crença no enfraquecimento do mundo árabe, acreditamos que embora seja indeterminado, o mesmo fenômeno que desencadeou os protestos no mundo árabe poderá vir a ser um elemento capaz de conduzir a mudanças que fogem aos padrões até hoje existentes.

A Primavera Árabe foi um evento inesperado que marcou o ano de 2011. Foi algo que conseguiu mexer com situações há muito tempo acomodadas e aparentemente sem possibilidades de alteração. Mas, muitos alicerces dos Estados foram abalados, principalmente os políticos que, dificilmente, voltarão a ser como antes.

É ilusório acreditar que os Estados árabes, tais como o Egito e a Síria, perderão a capacidade de luta contra Israel, porque perderão capacidade militar. Eles podem até perder a capacidade militar, mas os povos destes dois países continuarão a rejeitar Israel. No futuro, os Estados árabes poderão vir a usar, novamente, uma arma poderosa, que é o petróleo.

Na penúltima intervenção militar de Israel na Faixa de Gaza, em finais de 2012, o representante iraquiano na Liga dos Estados Árabes, Qais el-Azzawy, fez a seguinte declaração:

O Iraque convidará os ministros (árabes) a usar a arma do petróleo, destinada a garantir uma pressão real sobre os Estados Unidos e quem quer que fique com Israel. A arma econômica é a mais forte para ser colocada em ação agora, a fim de garantir que fiquemos ao lado do povo palestino, uma vez que não há nenhuma força militar que possa se equiparar a Israel no atual momento (REDAÇÃO, 2012f, texto digital).

Na verdade, Israel não pode contar com um maior enfraquecimento do mundo árabe, pois enquanto os Estados e as populações forem movidos pela rejeição e pelo ódio, haverá sempre ameaças contra o território israelita.

Independentemente de estarem enfraquecidos, os Estados árabes detêm as maiores reservas de hidrocarboneto, a nível mundial. Esta “arma” é perigosa para Israel, pois pode comprometer as suas relações de apoio externo, isto é, na medida em que os seus apoiantes sentirem que as ameaças são reais, os laços com Israel correm o risco de se romperem.

À primeira vista, Israel é um Estado poderoso e forte, mas se submetido a uma análise é possível verificarmos que há muitas fragilidades e dependências externas, as quais, muitas vezes, passam despercebidas ante a magnitude de um país com um alto índice de desenvolvimento humano, económico e militar e o uso maciço de tecnologias de ponta.

Não pretendemos dizer que Israel não caminha com as suas próprias pernas, mas tão somente queremos sublinhar que essas pernas recebem apoios que lhes permitem ir muito mais longe do que realmente são capazes de ir sozinhas. Isto pressupõe uma significativa dependência desse Estado em relação ao capital estrangeiro e, por conseguinte, o país também está dependente do bom desempenho da economia dos seus aliados, o que é um risco nos tempos atuais.

As fronteiras constituem um problema, pois na medida em que foram traçadas unilateralmente, elas são frágeis e colocam a população civil judaica em risco quase que permanente, o que obriga o Estado a mobilizar somas significativas para, mais uma vez, assegurar a vida da sua população e a sua própria soberania.

Segundo os dados de 2012 da Central Intelligence Agency, Israel tem um PIB de \$246.8 bilhões de Dólares sendo que 7.3% desse valor é consumido no orçamento militar. De acordo com a classificação da Central Intelligence Agency, Israel ocupa a sexta colocação dos países com mais investimentos militares (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2012, texto digital).

Os recursos aplicados para inovar e manter o poderio bélico das IDF, não são recursos produzidos unicamente por Israel, mas parte é recebida do exterior. Esta importante cifra aplicada nas suas Forças Armadas, justifica-se pela fragilidade fronteiriça e pela ameaça permanente dos seus vizinhos.

Embora as armas sofisticadas sirvam para intimidar o adversário, não servem para finalizar o conflito. A continuidade de um mesmo tipo de política adotada pelo Estado fez de Israel vítima de si próprio. Apesar de exercer poder

no Médio Oriente, ele é cativo das suas forças e de interesses que não dão abertura para a efetivação de um projeto de paz viável na região, de feição tal que Israel e os seus cidadãos possam viver em paz.

Enquanto Estado, Israel sempre teve como projeto a expansão territorial, que corresponde aos anseios sionistas. O sionismo possui um projeto nacionalista, pois tem um papel geopolítico na região, o que o torna exclusivista e agressivo. Neste contexto, o sionismo trabalha no sentido de garantir a realização do seu projeto. O seu cumprimento dá-se mediante a militarização do Estado e o investimento muito significativo em armas inteligentes, as quais amedrontam os rivais e permitem que o seu beneficiário continue a prevalecer na região.

‘O sionismo não é o corolário obrigatório, fatal, da continuidade de uma identidade judaica – assinala Maxime Rodinson –; é apenas uma das opções possíveis’. E esta opção é criticável, não apenas como qualquer ideologia nacionalista, mas também porque a sua concretização – a criação de um Estado judaico – não é possível sem o desapossamento dos palestinos. O sionismo inscreveu-se plenamente – numa aventura colonial. Esta foi e continua a ser a sua principal falta (GRESH, 2002: 59).

As principais ações de Israel estão enraizadas no projeto sionista, que consiste na criação do Grande Israel, cuja extensão iria do Rio Jordão até ao Mar Mediterrâneo. Isto faz parte dos objetivos dos nacionalistas que têm, como projeto, restaurar os limites históricos, os quais são retratados na Bíblia e respaldados por Acordos divinos como, por exemplo, a aliança entre Deus e Abraão.

Quando o sol se pôs e estenderam-se as trevas, eis que uma fogueira fumegante e uma tocha de fogo passaram entre os animais divididos. Naquele dia Iahweh estabeleceu uma aliança com Abraão nestes termos:

‘À tua posteridade esta terra, do Rio do Egito até o Grande Rio, o Rio Eufrates, os quenitas, os cenezeus, os rafaim, os amorreus, os cananeus, os gergeseus e os jebeiseus’ (Gn, 15: 17-18-19-20: 53).

Não é leviano dizer que o Estado tem intenções sobre os Territórios Ocupados, os quais, um dia, poderão ser convertidos em territórios israelitas. As consequências serão trágicas para os palestinos da Cisjordânia e de Gaza que já sofrem com quase todos os tipos de carências.

Para Zunes, a conhecida “solução dos dois estados”, que estabelecerá um estado Palestino, é a alternativa mais viável.

‘Infelizmente, esta perspectiva está cada vez menos possível devido às políticas israelenses, como a colonização ilegal da Cisjordânia e ataques contra civis palestinos’, lamentou o analista. As colônias israelenses são comunidades judaicas construídas nos territórios ocupados. Atualmente, elas existem apenas nos territórios da Jordânia e são condenadas pela comunidade internacional. Em 2009, de acordo com o jornal *Ha’aretz*, havia mais de 300 mil judeus vivendo em colônias na Cisjordânia. Com a expansão das colônias, a possibilidade de um estado Palestino diminuiu à medida que as comunidades judaicas se estabelecem nos territórios e não desejam sair deles (OTTO, 2012, texto digital).

Os colonatos judaicos são, também, medidas estratégicas do ponto de vista do Estado, pois quando os indivíduos se instalam torna-se mais difícil uma retirada total. Desse modo, Israel continua, quase que discretamente, a ocupar todo o território histórico enquanto o mundo, algumas vezes, vê com indignação, mas não interfere para impedir a continuidade da expansão territorial israelita.

Em várias situações, Israel tem-se mostrado um Estado não cumpridor das determinações da ONU. A própria construção dos colonatos é condenada pela ONU, assim como está proibido alterar o estatuto de Jerusalém. Porém, este Estado continua com a sua política austera e não tem demonstrado interesse em alterar o seu estilo de política.

A Resolução 478, do Conselho de Segurança da ONU, de 15 de Novembro de 1980, determina o seguinte:

3. *Determina* que todas as medidas e os atos legislativos e administrativos adotados por Israel, a Potência ocupante, que ter alterado ou reivindicar alterar o caráter ou o estatuto da Cidade Santa de Jerusalém, e em particular a recente ‘lei fundamental’ sobre Jerusalém, são nulos e sem efeito e devem ser rescindido imediatamente;
4. *Afirma também* que esta ação constitui um sério obstáculo para alcançar uma paz abrangente, justa e duradoura no Médio Oriente;
5. Decide não reconhecer a ‘lei fundamental’ e as demais medidas de Israel que, como resultado desta lei, destinam-se alterar o caráter e o estatuto de Jerusalém, e as chamadas:
 - a) A todos os Estados Membros para que acatem esta decisão;
 - b) Aos Estados que estabeleceram representações diplomáticas em Jerusalém, para que retirem tais representações da Cidade Santa;
6. *Solicita* ao Secretário-Geral para informar sobre a implementação desta resolução antes de 15 de novembro, 1980;
7. Decide manter em estudo esta grave situação. (ONU – CONSEJO DE SEGURIDAD, “RESOLUCIÓN 478”, 1980, texto digital)³.

³3. Determina que todas las medidas y los actos legislativos y administrativos adoptados por Israel, la Potencia ocupante, que han alterado o pretenden alterar el carácter y el estatuto de la Ciudad Santa de Jerusalén, y en particular la reciente ‘ley básica’ sobre Jerusalén, son nulos y carentes de valor y deben dejarse sin efecto inmediatamente;

4. *Afirma también* que esta acción constituye un serio obstáculo para el logro de una paz completa, justa y duradera en el Oriente Medio;

Verifica-se que Israel tem ignorado sistematicamente as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Esta atitude tornou-se corriqueira e, conseqüentemente, o conflito permanece latente na região. As rejeições, tanto do lado de Israel quanto do lado árabe e, mais especificamente, da Palestina, são tão intensas que os motivos para a explosão do conflito não precisam, necessariamente, de ser muito grandes.

Há um projeto sionista que pretende consolidar os seus objetivos sobre a Terra Santa. Para isto, Israel é um país que tem as suas divergências político-partidárias, mas não ao ponto de corroer a sua base de sustentação do projeto de Estado que está ancorado no Knesset, onde há oposição partidária, mas não há uma rejeição efetiva que seja um obstáculo para o Estado alcançar os seus propósitos, delimitados desde a sua fundação. Antes e depois das divergências políticas existe um projeto judaico comum.

1.2 A COMPOSIÇÃO POLÍTICA DO KNESSET

O Estado de Israel está estruturado a partir dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Embora todos os três poderes sejam fundamentais para o bom funcionamento do Estado, consideramos que o Knesset possui um destaque especial para Israel, que é a única democracia no Médio Oriente. É no Knesset que torna possível o debate para a formulação das leis a serem executadas em Israel.

O Knesset é o órgão legislativo israelita, dotado de sentido histórico, pois a sua origem data do século V a.C., durante o Segundo Templo, aquando do retorno judeu para a Terra Santa foi liderado por Esdra. Neste período, o Knesset era chamado de Knesset Hagedolá, que significa a Grande Assembleia.

5. *Decide* no reconocer la 'ley básica' y las demás medidas de Israel que, como resultado de esta ley, tengan por objeto alterar el carácter y el estatuto de Jerusalén, e hace un llamamiento:

a) A todos los Estados Miembros para que acaten esta decisión;
b) A los Estados que hayan establecido representaciones diplomáticas en Jerusalén, para que retiren tales representaciones de la Ciudad Santa;

6. *Pide* al Secretario General que le informe sobre la aplicación de la presente resolución antes del 15 de noviembre de 1980;

7. *Decide* mantener en estudio esta grave situación.

Hoje, o Knesset é o órgão legislativo de Israel, composto por 120 deputados eleitos para o cumprimento de mandatos de quatro anos. De 1996 a 1999, o primeiro-ministro também passou a ser eleito por voto popular em simultâneo com as eleições do Knesset, mas após este período a lei deixou de vigorar. Embora os deputados sejam eleitos democraticamente, o parlamento poderá dissolver-se ou ser dissolvido pelo primeiro-ministro, quando ele julgar necessário fazê-lo.

O Knesset possui doze comissões permanentes reunidas em sessões plenárias, para a realização dos trabalhos. Estas comissões são as seguintes:

a comissão parlamentar; a comissão de relações exteriores e de segurança nacional; a comissão da fazenda; a comissão econômica; a comissão de assuntos interiores e do meio ambiente; a comissão de educação e cultura; a comissão de trabalho e bem estar social; a comissão constituinte, de lei e justiça; a comissão de imigração e absorção; a comissão de controle do estado; a comissão da luta contra as drogas; a comissão pelo progresso do status da mulher (AAVV, "O Knesset", s.d., texto digital).

Todas as propostas dos parlamentares, antes de se tornarem lei, passam obrigatoriamente por três leituras, no Knesset. A primeira leitura corresponde à apresentação da proposta em plenário. É feita, neste primeiro momento, uma discussão sucinta sobre o assunto proposto e, em seguida, a proposta é encaminhada para uma "comissão competente", onde será feita uma discussão minuciosa, antes de retornar ao plenário.

Na segunda leitura, em plenário, são detalhadas as diversas situações, incluindo as limitações colocadas pelos membros da comissão. Ocorre um debate geral de modo que todos os artigos da proposta são votados individualmente. Se não for necessária a devolução da proposta à comissão, passa para a terceira leitura, onde será realizada a votação da proposta de lei completa.

Se a proposta é aprovada, ela é assinada pelo presidente da secção e mais tarde publicada na Gazeta Oficial, com as assinaturas do presidente, primeiro-ministro, presidente do Knesset e do ministro responsável por sua implementação. Finalmente, o selo do estado é colocado pelo ministro da justiça, e a proposta se torna lei (AAVV, "O Knesset", s. d., texto digital).

Todos os debates no Knesset são realizados em hebraico, mas os deputados também podem falar em árabe, sendo que o idioma árabe é a segunda língua oficial de Israel. Durante as sessões no Knesset, há tradução

simultânea de modo que não haja prejuízo na compreensão dos dois idiomas falados.

No Knesset, os partidos compõem o arco político que é formado por partidos que se caracterizam por ser personalistas. Porém, a maioria desses partidos possui ideologias que, em determinados momentos, parecem não ter muita diferença. No entanto, a definição de quem vai compor o Knesset fica sob a responsabilidade dos cidadãos de Israel e, posteriormente, do presidente da República.

Nas eleições parlamentares israelenses, cada eleitor vota no partido que melhor lhe representa, e os 120 assentos são atribuídos a cada parte de forma proporcional ao total de votos recebidos. Hoje, há 34 partidos políticos em Israel que concorrem às eleições, e o mínimo necessário para uma sigla ser representada no Knesset é de 2% dos votos. Dos 5.659.560 israelenses convocados, cerca de 800.000 são árabes (palestinos que ficaram em Israel após a criação do Estado, em 1948). O dia das eleições é um feriado nacional no país.

Depois de determinada a composição do Parlamento, o presidente do país - atualmente ocupa o cargo Shimon Perez – atribui a tarefa de escolher a composição do novo governo, inclusive o primeiro-ministro, para um dos membros do Knesset. Geralmente, esse representante é o líder do partido com a maior representatividade no Parlamento, que tem mais chances de formar um governo de coalizão viável. A eleição direta para premiê chegou a ser instituída em Israel em 1996, mas após duas rodadas eleitorais (1996 e 1999) a lei foi revogada, em 2001 (REDAÇÃO, 2013b, texto digital).

Com um importante papel na definição de projetos para o Estado em relação à política interna e internacional, os parlamentares formam uma base, cuja coligação, em muitas situações se torna necessária para a concretização dos projetos. Há uma forte preocupação por parte das lideranças desse país em formar um governo de coligação.

Os Acordos estabelecidos entre os partidos políticos viabilizam a realização de determinados projetos e, acima de tudo, aqueles que defendem os interesses unilaterais de Israel. Há uma união muito forte em torno do projeto comum, que é Israel, o que acaba por prejudicar uma maior diversidade de propostas para solucionar o problema do conflito na região.

Torna-se cada vez mais improvável uma solução negociada na região a partir de Israel porque, na verdade, não há um pensamento verdadeiramente diferente entre os partidos políticos, exceto a Lista Árabe Unida e o Partido Comunista de Israel. Isto pressupõe que dificilmente venha a existir um programa político totalmente oposto do que tem sido feito até ao momento, ou seja, uma política com maior tolerância e voltada para a paz duradoura.

Cada partido tem a sua ideologia, mas eles acabam por convergir em torno de uma mesma posição quando se trata da soberania e da segurança de Israel. Este Estado tem tido sucessivos Governos de coligação.

Ao tomarmos como referência os principais partidos políticos de Israel, verificamos que eles partilham dos mesmos objetivos desde o processo de paz às negociações com os palestinos, o que não é diferente na questão econômica. São partidos diferentes, mas com uma concepção de política de aproximação para eliminar os pontos críticos que, de algum modo, possam ameaçar a estrutura do Estado e a sua soberania.

Considere as posições de Likud, Israel Beiteinu, Avoda e Yesh Atid com relação ao processo de paz e aos assentamentos: todos, sem exceção, são a favor das negociações com a Autoridade Nacional Palestina; todos se opõem a divisão de Jerusalém; e todos concordam com a manutenção dos assentamentos na Cisjordânia (com uma pequena variação nas regiões a serem anexadas).[...] as políticas econômicas de cada um, percebe-se, mais uma vez, que, salvo uma ênfase maior do Avoda no Estado de bem-estar social, o sistema capitalista seguirá operando sem grandes alterações; de fato, as leis de livre mercado, as políticas de não-intervenção e desregulamentação, a manutenção da desigualdade social “produtiva” e o foco em crescimento econômico serão todos devidamente preservados pelos partidos supracitados (LIMA, 2013, texto digital).

Indubitavelmente, há uma convergência ideológica estimulada por um ideal de Estado que está acima das concepções partidárias. Nota-se, pois, a união em torno de um modo especial de cultivar as atividades relacionadas com o bem-estar do Estado e evitar as ameaças que poderão minar as suas bases.

É possível verificarmos que o alicerce do Estado de Israel se centra na perspectiva de manutenção de cidadãos etnicamente e culturalmente iguais, o que acaba por subverter o ideal de Estado igualitário. Este conceito de Estado traçado pelos judeus remete-nos para a tentativa de isolamento do indivíduo cuja etnia e pensamento não têm a mesma origem do povo e dos parlamentares judeus.

Haneen Zoabi é a primeira mulher árabe-israelita eleita para o Knesset por meio do partido político árabe Balad, em 2009. Haneen Zoabi tem como propósito lutar pela existência de um Estado mais igualitário, o que fez dessa mulher, hoje, a deputada mais odiada de Israel.

Ela não tem nada a ver com a sinistra ameaça à existência de Israel. Ela não defende o terrorismo nem a expulsão dos judeus. Haneen representa uma minoria de cidadãos de segunda classe que, com raras exceções, não são violentos. Ela rejeita Israel como país que se fundamenta na "limpeza étnica" dos palestinos. Defende o direito de milhões de refugiados e seus descendentes regressarem a Israel e quer transformar o país, um "Estado explicitamente judeu", com todas as suas discriminações, em um "Estado de todos os seus cidadãos", totalmente igualitário.

Guinada à direita. Não é apenas Haneen que está sendo atacada. Os árabes-israelenses, que são 21% da população de 8 milhões de habitantes de Israel, tornam-se cada vez mais temidos, olhados com desconfiança e marginalizados pela sociedade tradicional judia. A guinada para a direita dos israelenses, desde a Intifada de 2000, principalmente durante os quatro anos do governo do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu, afetou a coexistência em Israel. (DERFNER, 2013, texto digital).

Embora, oficialmente, Israel seja uma democracia parlamentarista, no interior da maioria dos partidos políticos está expressa, de modo claro ou velado, a rejeição as condutas que fogem aos princípios da cultura e da moral judaicas. O desvelamento do conteúdo político posto em prática sobrepõe-se aos vários obstáculos que Israel vem acumulando ao longo dos anos, os quais contribuem para a crescente rejeição árabe, pois os elementos discriminatórios estão presentes na sua política interna e acabam por refletir-se na política internacional.

Numa democracia inclusiva, o papel dos partidos políticos consiste em levantar todos os problemas para, posteriormente, dar uma resposta à sociedade através das suas propostas de trabalho. Em contrapartida, os partidos podem representar um risco para a democracia se estiverem comprometidos em representar apenas uma parcela da sociedade.

O pluripartidarismo, em Israel, corresponde a um aspecto formal da democracia, mas não é possível dizer o mesmo quanto à capacidade de englobar a totalidade dos cidadãos israelitas. Isto não se refere meramente às diferentes representações partidárias de causas ou de determinados grupos existentes na sociedade, mas no modo como essas representações são feitas.

Quanto mais a política exclui, maior é o número de indivíduos que deixam de acreditar na resolução dos problemas de natureza pública, através da participação coletiva na vida política do país. Esta situação gera o despertar da apatia das minorias que se veem deixadas à própria sorte, como é o caso dos árabes-israelitas.

A principal luta dos partidos árabes, entretanto, não é conquistar votos, mas convencer os eleitores a sair de casa no dia da votação, marcada para a próxima terça.

O esforço para inverter o declínio no comparecimento da comunidade árabe observado nos últimos anos é motivado pela antiga ambição de traduzir em força política o potencial eleitoral de 20% da população israelense.

O índice de votação entre cidadãos árabes caiu de 75% em 1999 para 53% nas últimas eleições, em 2009. A frustração com a desigualdade em relação à maioria judia e o descrédito dos partidos árabes explicam o desinteresse (NINIO, 2013, texto digital).

A descrença impera entre os cidadãos árabes-israelitas porque eles vivem num país, mas não sentem que o território de nascimento seja verdadeiramente a sua pátria, na medida em que as forças políticas dominantes não governam para todos e, assim, criam obstáculos para vinte por cento ou mais do total da sua população composta por cidadãos árabes. “Seis décadas depois, a incapacidade de resolver diferenças ideológicas e pessoais para formar uma legenda única mantém os partidos árabes como um bloco irrelevante, à margem da política em Israel” (NINO, 2013, texto digital).

Neste contexto, estar à margem da política implica também estar à margem da sociedade. O Knesset acaba por ignorar uma parcela dos cidadãos, os quais também compõem parte da população que contribui para dar sustentação à existência deste poder político.

Os partidos reunidos no parlamento contra aqueles que representam as minorias, criam uma barreira não somente por divergências ideológicas, mas principalmente porque as consideram uma ameaça ao Estado judaico. Assim, acabam por abrir um fosso entre o Estado e a sociedade e, conseqüentemente, disseminam a aversão à política, pois acabam por fazer uma associação espúria entre a política, o Estado e os cidadãos excluídos. Desse modo, o conjunto de aspectos formais e não formais, ambos essenciais para a manutenção de um país democrático sofre alterações.

Os aspectos formais e informais devem ser definidos do seguinte modo: formais, relativos às leis e às normas vigentes no país, e informais, que são o reflexo desses aspectos formais, os quais se refletem no comportamento da sociedade como, por exemplo, o preconceito e o racismo que alimentam a ideologia e legitimam as leis discriminatórias. O Teudat Zehut (Cartão de Identidade de Israel), é exigido a todos os residentes no país acima de

dezesseis anos, sendo que este documento vai indicar se a pessoa é judia ou não.

Indubitavelmente, Israel consegue aprovar leis que excluem as minorias, com ênfase para os árabes israelitas. Isto acaba por chocar com a realidade, que ressalta o multiculturalismo e Israel, é, na sua essência, um país multicultural, pois uma boa parcela da sua população é oriunda de diversas partes do mundo.

Há um “caldo cultural” em Israel, devido à origem dos seus cidadãos. É um pequeno país, onde várias culturas se encontram e fazem o entrecruzamento entre o Oriente e o Ocidente, sendo um país cuja sociedade é formada, em boa medida, por imigrantes. Cada pessoa carrega consigo a cultura do seu território de nascimento, o que contribui para a junção de várias culturas num mesmo espaço, não existindo, contudo, a comunhão entre as mesmas.

As diferentes etnias parecem ser invisíveis ante a denominação “judeu”, pois esta é carregada de significados e detentora de uma ideologia que unifica a diversidade étnica e cultural em nome de um ideal comum, que é ser judeu. Esta denominação dá a tónica para a configuração daquilo a que se chama cultura judaica, onde o elemento essencial é a raiz com o passado remoto que passa ser a prova necessária de que alguém é judeu e, portanto, cidadão legítimo em Israel e no pleno gozo dos seus direitos.

Neste contexto, verificamos que a cultura de nascimento do indivíduo não é mais importante do que o sangue, de modo que as próprias leis que são feitas para todos os cidadãos independentemente de religião, raça ou sexo, na prática é dada a preferência as pessoas de origem judaica para habitar em Israel, conforme os critérios estabelecidos na Lei do Retorno, que passamos a indicar.

1. Todo judeu tem o direito de vir a este país como um oleh⁴.
2. (a) Aliá⁵ será vista por oleh.
(b) Um visto de oleh será concedido a todos os judeus que já expressaram o seu desejo de se estabelecer em Israel, a menos que o Ministro da Imigração esteja convencido de que o requerente (1) esteja envolvido em uma atividade dirigida contra o povo judeu, ou

⁴Oleh – pessoa que faz a aliá.

⁵Aliá – Ascensão – termo usado para designar a imigração judaica.

(2) é susceptível de pôr em perigo a saúde pública ou a segurança do Estado.

3. (a) Um judeu que chegou a Israel e depois de sua chegada tenha expressado o seu desejo de se estabelecer em Israel, poderá, ainda em Israel, receber um certificado de oleh.

(b) As restrições especificadas na seção 2 (b) é aplicável também para a concessão de um certificado de oleh, mas uma pessoa não deve ser considerada como perigo para a saúde pública por conta de uma doença contraída após a sua chegada a Israel.

4. Todo judeu que imigrou para este país antes da entrada em vigor desta lei, e cada judeu que nasceu neste país, seja antes ou depois da entrada em vigor da presente Lei, será considerado como uma pessoa que tem vindo a este país como um oleh, sob esta lei.

5. O ministro da Imigração é o responsável pela implementação desta Lei e pode fazer regulamentos quanto a qualquer questão relacionada com tal implementação e também quanto à concessão de vistos de Oleh e certificados de Oleh para menores até a idade de 18 anos (BEN-GURION, 1950, texto digital).

Ao analisarmos a Lei do Retorno, verificamos que a procedência das pessoas não é relevante, mas a origem é determinante para estar sob o amparo da lei. Neste sentido, está explícito o caráter seletivo de Israel quanto ao privilégio dado aos judeus e a quase marginalização daqueles que não correspondem aos critérios dessa lei.

Uma contradição evidente na Lei do Retorno é o facto de ela constantemente ressaltar o acolhimento do judeu, o qual é originário de várias partes do planeta e com identidades culturalmente marcadas pelo local de nascimento, mas ao mesmo tempo não se refere à cultura do local de nascimento da pessoa acolhida. O acolhimento dá-se somente em relação ao sangue, mas não em relação à cultura adquirida pela pessoa no país de nascimento.

A questão multicultural também fica à margem do próprio Estado, porque embora haja uma grande variedade étnica naquele território não há, em Israel, miscigenação cultural. Isto depõe contra o próprio Estado, cuja cultura política sustenta um ideal de Estado composto somente por judeus. Este ideal consolida-se através da religião, que é a base de sustentação da cultura judaica, da discriminação e da pouca relevância dada a outras culturas.

No campo do culturalismo político, observa-se a vinculação da perspectiva do mito fundador juntamente com o processo de consolidação cultural de identidade comum que perpassa gerações. Os escritos de teoria antropológica no plano de formação do Estado nacional se fundamentam também na força da germinação do nativismo que, posteriormente, se corporifica na mais ampla moldura do nacionalismo. A força do nacionalismo é, sobretudo, produto do culturalismo estatal, inicialmente de cunho romântico e,

posteriormente, de âmbito realista- -materialista (CASTRO, 2012: 103).

As diferentes raças unificam-se no caráter judaico mas, ao mesmo tempo, entram em choque com as minorias não judaicas. Na verdade, as leis de Israel não dispensam a herança hereditária, tendo sido elaboradas levando em consideração a origem genética dos cidadãos.

É possível argumentar que as leis israelitas estão isentas de quaisquer interferências hereditárias, mas há elementos suficientes que nos levam a verificar que há uma forte influência da origem e da cultura remota nas determinações legais no que se refere ao cidadão judeu e o Outro que se torna, também, uma outra parte, menos importante e mais desprezível.

A Lei Nakba⁶, por exemplo, é autoritária, na medida em que tenta coibir a manifestação palestina para lembrar um dia que, para os palestinos não é feliz, mas que eles consideram necessário lembrar como o Dia da Catástrofe, ou seja, o dia em que milhares de palestinos se tornaram refugiados.

A lei diz que o Ministro das Finanças pode cortar o financiamento do governo para as organizações se fazer declarações ou participar em atividades rejeitando a existência de Israel como um Estado judeu e democrático, ou se marcar o Dia da Independência como um dia de luto. Foi proposto, principalmente a fim de impedir o financiamento do Estado para grupos árabes que consideram a criação de Israel, um desastre, ou 'Nakba' (MAAYANA, 2011, texto digital)⁷.

Neste contexto, as escolas árabes em território israelita são obrigadas a abolir as referências feitas à Nakba. Isto compromete o princípio democrático do Estado e a aceitação de outras culturas, privilegiando o domínio da cultura judaica. “A política multiculturalista visa, com efeito, resistir à homogeneidade cultural, sobretudo quando esta homogeneidade afirma-se como única e legítima, reduzindo outras culturas a particularismos e dependência” (JORNAL DEBATE (JD), 2006, texto digital).

⁶Nakba – palavra árabe usada para designar catástrofe ou desastre. Este termo é utilizado para referir-se ao êxodo palestino em 1948, em consequência da guerra israelo-árabe ou a Guerra da Independência, para Israel.

⁷The law states that the Finance Minister may cut government funding for organizations if they make statements or engage in activities rejecting Israel's existence as a Jewish and democratic state, or if they mark Independence Day as a day of mourning. It was proposed primarily in order to prevent state funding for Arab groups that consider Israel's creation a disaster, or 'nakba.'

A dificuldade de integração com as outras culturas existentes no território compromete a possibilidade de consenso entre as partes. O reflexo desta situação é possível ser verificado no próprio Knesset que, ao longo dos anos, tem viabilizado as leis resistentes ao processo de adequação do Estado à realidade vigente, ou seja, de acordo com a necessidade de acolher todos os povos que lá vivem e de trabalhar no sentido de favorecer a existência de um Estado palestino.

As próprias leis têm estimulado o distanciamento entre Israel e as minorias que lá habitam e, na mesma proporção, o isolamento dos parlamentares representantes destas minorias, no Knesset. Embora, na penúltima eleição, a extrema direita não tenha conseguido a vantagem esperada, ainda prevalece uma maioria que prima pela manutenção da ordem vigente do Estado.

Após as eleições para o 19.º Knesset, o parlamento ficou do seguinte modo:

A Lista Árabe Unida Ta'al de cinco para quatro lugares; a direita ficou com sessenta e um lugares, de centro-esquerda cinquenta e nove [...].

Não há alterações no número de lugares atribuída a qualquer dos outros partidos: Likud-Beitenu 31, Yeshe Atid 19, Trabalhistas 15; Shaz 11; Unida Torah do Judaísmo 7, Hatnuah 6, Meretz 6, 4 Hadash, Balad e 3. Otzma Leyisrael está longe do limite e não será no Knesset seguinte.

As cédulas dupla fechados mostrou Likud-Beiteinu com 24,5 por cento dos votos, um por cento a mais do que recebeu da população em geral. Yesh Atid recebeu 17 por cento dos votos, 3 por cento a mais do que recebeu da população em geral. A contagem final muda a repartição dos blocos, dando o bloco religioso-direita 61 assentos no Knesset 19, em oposição a 59 para o bloco de centro-esquerda (LIS & LIOR, 2013, texto digital)⁸.

Do modo como o governo de Benjamin Netanyahu foi formado, avançar com um processo de paz será praticamente impossível, pois implicaria o desmantelamento do Governo recém-formado, que resultou de uma coligação

⁸United Arab List-Ta'al to shrink from five to four seats; right-wing to take 61 seats, center-left 59; [...].

There are no changes to the number of seats allocated to any of the other parties: Likud-Beitenu 31, Yesh Atid 19, Labor 15, Shas 11, United Torah Judaism 7, Hatnuah 6, Meretz 6, Hadash 4, and Balad 3. Otzma Leyisrael is far from the threshold and will not be in the next Knesset. The double-sealed ballots showed Likud-Beiteinu with 24.5 percent of the votes, 1 percent more than it received from the general population. Yesh Atid received 17 percent of all votes, 3 percent more than it received from the general population. The final count changes the breakdown of the blocs, giving the religious-right-wing bloc 61 seats in the 19th Knesset, as opposed to 59 for the center-left bloc.

que integra os ultranacionalistas. Verifica-se que, no gabinete formado, o ultranacionalismo se cruza com o conservadorismo e manifesta, por exemplo, uma forte rejeição aos palestinos e incentiva a continuidade da construção de novos colonatos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, o que nos leva a acreditar na permanência dos obstáculos que impedem as negociações para a paz.

Segundo Itamar Rabinovich, ex-embaixador de Israel nos EUA e professor da Universidade de Tel Aviv, em entrevista à Ma'an News Agency: "Se nós vamos ter um acordo de estatuto final, ainda vai demorar e exigirá um ato de liderança da mais alta ordem de Netanyahu [...] Para isso, ele terá que quebrar a sua coligação [...]" (REDAÇÃO, 2013a, texto digital)⁹.

É importante ressaltar que o processo de paz com os palestinos não parece ser prioritário nem está na pauta do dia, para Israel. As demandas internas relacionadas com as questões económicas e sociais do país são prioritárias, pois são reivindicações da população a que o Governo terá que atender para evitar o desequilíbrio interno em termos políticos e sociais.

Segundo pesquisas divulgadas antes das penúltimas eleições, a grande preocupação da população israelita são as questões socioeconómicas de modo que a paz não é a prioridade, conforme informa o jornal *Estadão*:

Segundo pesquisa do *Times of Israel*, 60% dos eleitores colocam questões socioeconómicas no topo da lista de prioridades – algo normal em países como Brasil, EUA e na Europa, mas não em um Estado que sempre viveu à sombra da guerra. Apenas 12% do eleitorado israelense diz que o Irã é o tema mais importante atualmente. A falência do processo de paz com os palestinos, incluindo a última rodada de violência na Faixa de Gaza, no fim do ano passado, foi citada por 16% dos entrevistados (SIMON, 2013, texto digital).

Deste modo, verificamos que Israel não tem um programa político para solucionar o problema com os palestinos e, por extensão, com os seus principais vizinhos.

A administração do conflito na região tornou-se uma constante, ao mesmo tempo que esta situação compromete a segurança regional, pois a

⁹"If we're going to have a final status agreement, it will take a leadership act of the highest order by Netanyahu [...] For this he will have to break his coalition [...]"

manutenção de um longo conflito é o calabouço para muitas pessoas, de modo que parte delas está submetida à política do poder mais forte.

1.3 ISRAEL E OS OBJETIVOS DA SUA POLÍTICA EXTERNA NA REGIÃO

Desde o princípio, Israel tem construído obstáculos para a sua política externa na região. O primeiro problema foi criado desde a fundação do Estado, em 1948, que passou a ter como capital a cidade de Jerusalém. Com o tempo, esta questão agravou-se mediante a confirmação, através da Lei Básica, de 1980, de Jerusalém como capital do país.

Jerusalém é dos problemas cruciais de Israel, pois a cidade também é reivindicada pelos palestinos como capital do futuro Estado da Palestina. Apesar de ter sido declarada capital de Israel, formalmente ela não é reconhecida pela comunidade internacional que mantém a decisão da Resolução 478 do Conselho de Segurança da ONU, de 1980, a qual considera nula a Lei Básica, que desrespeita o Direito Internacional, dado que é uma oposição à Resolução 476 do Conselho de Segurança da ONU.

A Resolução 478, do Conselho de Segurança da ONU, de 20 de Agosto de 1980, declara:

O Conselho de Segurança,
Recordando a sua resolução 476 (1980),
Reafirmando novamente que a aquisição de território pela força é inadmissível,
Profundamente preocupado pela promulgação de uma 'lei básica' no Knesset israelita, em que anuncia uma mudança no caráter e estatuto da Cidade Santa de Jerusalém, com as consequências que isso tem para a paz e Seguridade,
Observando que Israel não cumpriu com a resolução 476 (1980),
Reafirmando a sua determinação em rever principais meios práticos, de acordo com as disposições pertinentes da Carta das Nações Unidas, para alcançar a plena implementação da resolução 476 (1980), em caso de incumprimento de Israel,

- 1. Censura nos termos mais fortes a promulgação por parte de Israel da 'lei básica' em Jerusalém e sua recusa em cumprir as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança;*
- 2. Afirma que a promulgação da 'Lei Básica' por Israel constitui uma violação do direito internacional e não afeta a aplicabilidade continuada da Convenção de Genebra relativa à Proteção de Civis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949, no territórios árabes ocupados desde junho de 1967, incluindo Jerusalém;*
- 3. Determina que todas as medidas e ações legislativas e administrativas tomadas por Israel, a Potência ocupante, que foram alterados ou pretender alterar o caráter e estatuto da Cidade Santa*

de Jerusalém, e em particular a "lei básica" recente em Jerusalém, são nula e deve ser rescindido imediatamente;

4. *Afirma* também que esta ação constitui um sério obstáculo para alcançar uma paz completa, justa e duradoura no Médio Oriente;

5. *Decide* não reconhecer a "lei básica" e outras ações por parte de Israel que, como resultado da presente lei, são destinadas a alterar o caráter eo status de Jerusalém, e convida:

a) Em todos os Estados-Membros a cumprir esta decisão;

b) Os Estados que estabeleceram missões diplomáticas em Jerusalém para retirar tais missões da Cidade Santa;

6. *Solicita* ao Secretário-Geral para informar sobre a implementação desta resolução antes de 15 de novembro de 1980;

7. *Decide* manter esta grave situação.

Aprovada na 2245.^a reunião por 14 votos a favor e 1 abstenção (Estados Unidos) (ONU – "Resolução 478", 1980, texto digital)¹⁰.

Hoje, não há representações diplomáticas em Jerusalém, pois elas passaram para Tel Aviv. Os Estados estrangeiros têm respeitado a Resolução 478, mas não é possível dizer o mesmo em relação a Israel. Este Estado continua a agir à revelia da ONU e parece ignorar a comunidade internacional.

Israel não tem desenvolvido uma política externa preparada para fazer cedências, mas para combater todos os aspectos que, de algum modo, considera ameaçadores ao Estado e à sua população. Este Estado tem

¹⁰*El Consejo de Seguridad, Recordando su resolución 476 (1980), Reafirmando nuevamente que la adquisición de territorio por la fuerza es inadmisibles, Profundamente preocupado por la promulgación de una 'ley básica' em Knesset israelí, em la que se proclama um cambio em el carácter y el estatuto de la Ciudad Santa de Jerusalen, con las consecuencias que ello tiene para la paz y la seguridad, Tomando nota de que Israel no ha cumplido con la resolución 476 (1980), Reafirmando su determinación de examinar medios prácticos, de conformidad con las disposiciones pertinentes de la Carta de las Naciones Unidas, para lograr la aplicación cabal de su resolución 476 (1980), en caso de incumplimiento por Israel,*

1. *Censura* em los términos más enérgicos la promulgación por Israel de la 'ley básica' sobre Jerusalén y su negativa a acatar las resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad;

2. *Afirma* que la promulgación de la 'ley básica' por Israel constituye una violación del derecho internacional y no afecta la continua aplicabilidad del Convenio de Ginebra relativo a la protección de las personas civiles em tiempo de guerra, de 12 de agosto de 1949, em los territorios árabes ocupados desde junio de 1967, incluso Jerusalén;

3. *Determina* que todas las medidas y los actos legislativos y administrativos adoptados por Israel, la Potencia Ocupante, que han alterado o pretenden alterar el carácter y el estatuto de la Ciudad Santa de Jerusalén, y em particular la reciente 'ley básica' sobre Jerusalén, son nulos y carentes de valor y deben dejarse sin efecto inmediatamente;

4. *Afirma* también que esta acción constituye um serio obstáculo para el logro de una paz completa, justa y duradera em el Oriente Medio;

5. *Decide* no reconoce la 'ley básica' y las demás medidas de Israel que, como resultado de esta ley, tengan por objeto alterar el carácter y el estatuto de Jerusalén, y hace un llamamiento:

a) A todos los Estados Miembros para que acaten esta decisión;

b) A los Estados que hayan establecido representaciones diplomáticas em Jerusalén, para que retiren tales representaciones de la Ciudad Santa;

6. Pide al Secretario General que le informe sobre la aplicación de la presente resolución antes del 15 de noviembre de 1980;

7. *Decide* mantener em estudio esta grave situación.

Aprobada em la 2245.^a sesión por 14 votos contra ninguno y 1 abstención (Estados Unidos de América).

desenvolvido, ao longo dos anos, uma política externa centrada mais na relação de apoio à causa judaica do que propriamente relações desvinculadas de quaisquer interesses específicos.

A melhor relação externa de Israel dá-se com os EUA, que apoiam quase que incondicionalmente todas as ações israelitas. Externamente, é possível traduzir o discurso de Israel do seguinte modo: quem não apoia as medidas tomadas por Israel está contra o Estado e os judeus.

Israel é um país desenvolvido em termos económicos, tecnológicos e sociais, mas não é possível verificar um idêntico grau de desenvolvimento nas relações externas. Ainda é necessário o amadurecimento diplomático de Israel e, mesmo, do Governo para não levar para a mesa das negociações o passado marcado pelo Holocausto e a Diáspora judaica.

As questões de defesa e de segurança são o cerne da política externa de Israel, pois trata-se da grande preocupação deste Estado, na medida em que a sua vizinhança é, quase sempre, sinónimo de perigo. Em entrevista à revista *Veja (online)*, o analista político norte-americano Alan Dershowitz, judeu e professor de Direito da Universidade de Harvard, fala da vizinhança de Israel e inclui o Irão e o Norte da África como ameaças a serem muito consideradas.

De acordo com Alan Dershowitz, “atualmente, a maior ameaça para Israel não vem de Gaza, mas sim do Líbano, do Irã e agora da Síria, com a possibilidade do uso de armas químicas pelos jihadistas. O foco de Israel nos próximos anos será nesses países” (ARAÚJO & DERSHOWITZ, 2013, texto digital).

Sobre a possibilidade de ataque de Israel ao Irão, ele diz o seguinte:

É uma possibilidade real, embora outras formas de intimidação já tenham sido adotadas, como sanções e isolamento diplomático. A não ser que o Irã dê um passo para trás, acredito que neste ano veremos uma “intrusão” maior, por parte de Israel e dos EUA, para frustrar as tentativas do país de desenvolver armas nucleares. Obama já demonstrou seu apoio ao governo israelense nesse sentido. A América do Sul também tem um papel importante nessa história. Há relatos de que parte do urânio importado pelo Irã vem de fontes em países como Venezuela e Argentina. Isso faz com que as relações de Israel e EUA com esses países fiquem mais tensas. Faço um apelo aos sul-americanos para que não estreitem relações com os iranianos (ARAÚJO & DERSHOWITZ, 2013, texto digital).

Quanto ao Norte de África,

O que está ocorrendo no Mali apenas mostra o quão perigosa é a vizinhança de Israel. E esse contexto torna mais difícil uma solução pacífica com os palestinos. O país é rodeado por ameaças terroristas, especialmente suicidas. E quando estamos lidando com países preparados para matar seu próprio povo e morrer para trazer ruína e destruição para outros povos é muito difícil saber a melhor forma de responder a essa ameaça. Por isso é tão importante que Israel e EUA fortaleçam seus laços. A ameaça jihadista traz riscos não apenas aos judeus, mas também aos cristãos que vivem na África e no Oriente Médio, vítimas do racismo que nutre as tendências radicais de alguns islâmicos. Uma reação de Israel a esse perigo seria se entregar, já que há muito mais muçulmanos no mundo do que judeus, abdicando de proteger a democracia no Oriente Médio. Outra forma de lidar com a situação é lutar contra ela, como os EUA vêm fazendo e, pela primeira vez na história moderna, a França também (ARAÚJO & DERSHOWITZ, 2013, texto digital).

É possível verificarmos que o Governo de Israel não terá, como prioridade, o estabelecimento de negociações para uma paz duradoura na região. O foco é sempre o mesmo, ou seja, combater as ameaças externas. Devemos afirmar que esta postura política acaba por criar mais obstáculos em torno de um entendimento multilateral entre Israel e os seus principais vizinhos.

A Palestina é uma preocupação para Israel mas, no momento, não é uma ameaça à existência do Estado. Neste contexto, Israel envia mensagens, em que demonstra poder, para os militantes do Hamas e os demais grupos radicais palestinos, através de ações militares.

Embora, hoje, a Palestina tenha saído um pouco do foco de defesa e de segurança de Israel, pois surgiram inimigos mais poderosos, este país não faz a análise que, para neutralizar os outros inimigos, em boa medida, depende da resolução dos problemas com a Palestina.

Os Acordos de Paz estabelecidos entre Israel e os outros países da região já estiveram ameaçados justamente devido aos embates com os palestinos. Na verdade, o conflito israelo-palestino tem a capacidade de desequilibrar a região e colocar Israel na mira de outros Estados árabes e em descrédito ante a ONU e em parte considerável dos demais países do globo.

Os Acordos de Paz assinados com o Egito e a Jordânia, por exemplo, já sofreram retrocessos em virtude do conflito com a Palestina. Isto também vale para outros países árabes, tais como os Estados do Golfo e do Magrebe. “Após a renovação do terrorismo palestino em 2000, Marrocos e Tunísia romperam relações diplomáticas com Israel. No entanto, algumas relações comerciais e

de turismo continuam, além de contatos em outros campos” (EMBAIXADA DE ISRAEL NO BRASIL, s.d., texto digital).

Quando os Acordos assinados sofrem retrocessos, perde-se muito tempo para recuperá-los, pois a confiança fica abalada, o que dificulta o avanço de iniciativas de ambos os lados. É importante ressaltar que a qualidade dos Acordos assinados depende, também, do grau de confiança estabelecido entre os envolvidos, que não pode cessar após o ato das assinaturas.

A própria evolução das relações depende da confiabilidade estabelecida entre as partes. Porém, esta confiabilidade é consequência da política externa desenvolvida pelos Estados de modo que respeita o Direito Internacional e congrega valores essenciais para o progresso das relações ao nível da reciprocidade de direitos e de deveres pois, segundo a Carta da ONU, no capítulo I, artigo 2.º diz-se o seguinte: “A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros” (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, texto digital).

A política externa de Israel, na região, tem sido definida de acordo com os seus interesses estratégicos na área económica e de segurança, como é o caso da ocupação dos Montes Golã, na Síria, e das Fazendas de Shebaa, no Líbano, sem contar com as fronteiras imprecisas e o Muro de Contenção. Na verdade, não há uma união de princípios éticos capazes de orientar uma visão mais ampla sobre a realidade dos factos e dos direitos dos seus principais vizinhos. Há uma subversão do próprio Direito Internacional, na medida em que o Estado fere a soberania dos demais.

Há registos efetivos sobre os desmandos cometidos por Israel, desde a sua independência, o que para além de melindrar a legislação internacional, coloca este Estado frente a frente com revoltas que se estendem pela região e fora dela. Assim, Israel passa a depender da sua organização militar para se impor e fazer prevalecer a sua vontade enquanto potência regional.

As consequências da política externa adoptada por Israel recaem sob si próprio, a partir do momento em que passa a aumentar o número de inimigos dentro e fora da região. De entre os vinte e dois membros da Liga dos Estados Árabes, incluindo a ANP, Israel mantém relações apenas com três, isto é, com o Egito, a Jordânia e a Mauritânia.

Mesmos os três países árabes que mantêm ativas as relações com Israel, continuam a pressionar este Estado sobre a questão palestina e não têm uma posição favorável a um entendimento justo entre Israel e a Palestina. A necessidade que o mundo árabe sente de uma reparação das humilhações infligidas por Israel e uma divisão justa do território, fazem aumentar as hostilidades para com Israel e ressentir as relações diplomáticas entre os poucos países árabes que se relacionam com Israel. Isto pode ser verificado no penúltimo conflito na Palestina, entre Israel e o Hamas, quando o Egito convocou o seu embaixador em Israel e também passou a atuar no sentido de demonstrar indignação sobre Israel.

‘O presidente Mohamed Morsi acompanhou o brutal ataque israelense, no qual alguns mártires e filhos do povo palestino foram mortos’, disse em comunicado.

‘Assim, chamamos o embaixador egípcio em Israel, e ordenamos que o representante egípcio nas Nações Unidas peça uma reunião de emergência do Conselho de Segurança’, disse. ‘E convocamos o embaixador israelense no Egito, em protesto contra o ataque’.

Antes, o ministro das Relações Exteriores do Egito, Mohammed Kamel Amr, já havia condenado os ataques aéreos e exigido ‘sua suspensão imediata’ (REDAÇÃO, 2012b, texto digital).

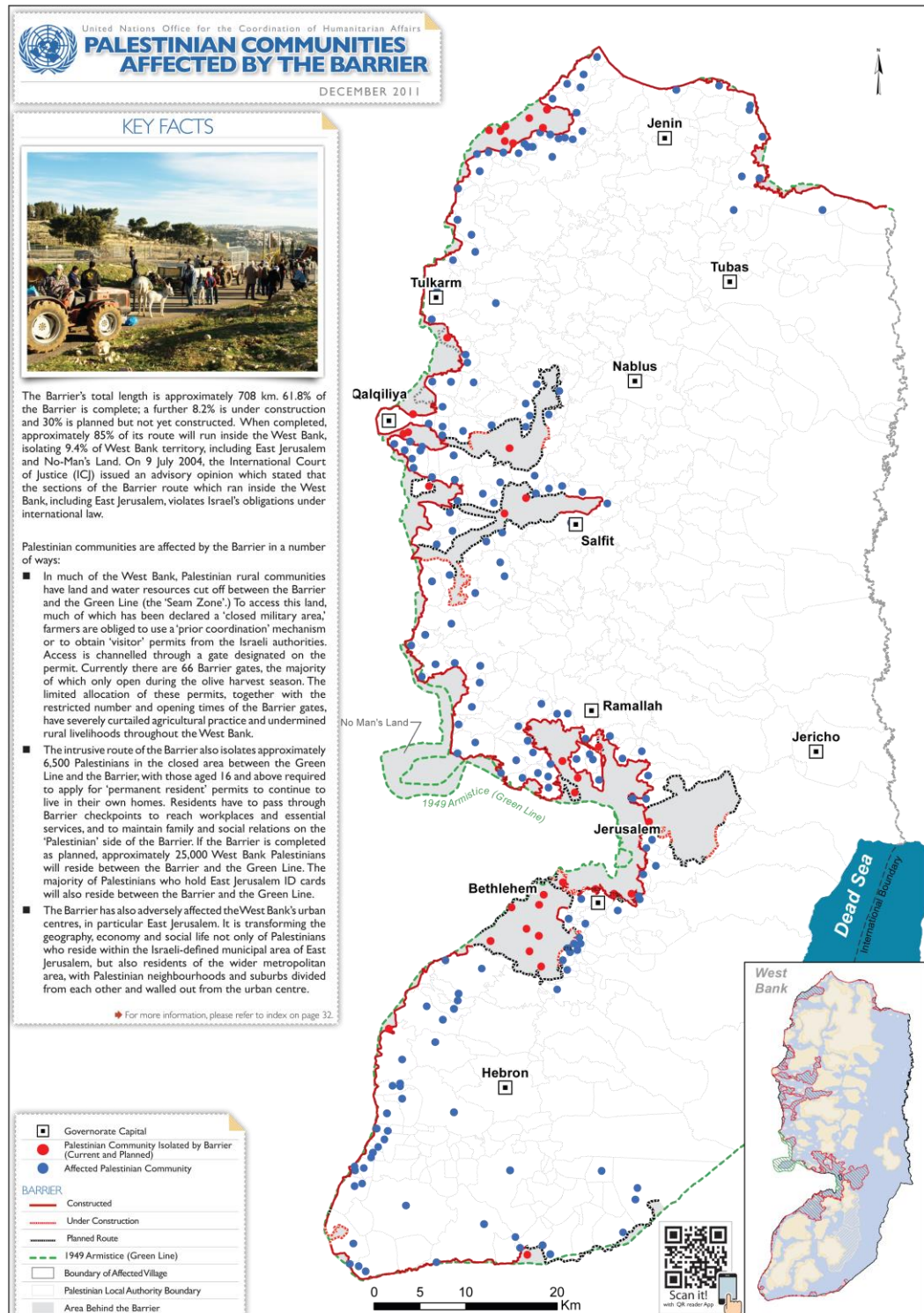
Entretanto, o conflito israelo-palestino é apenas o foco mais ativo do conflito no Médio Oriente, pois à medida que analisamos a região, verificamos que as questões a serem resolvidas ultrapassam o estabelecimento de um Estado palestino. Em paralelo a esta questão está, também, o território, cuja divisão não é aceite por todos e não diz respeito somente a Israel e à Palestina, pois envolve, também, os demais vizinhos que perderam território para Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967.

As fronteiras são imprecisas e muito discutíveis em termos de aceitação na região, visto que não têm coerência se aplicadas as regras justas no que diz respeito ao estabelecimento dos limites fronteiriços. O conjunto de problemas leva a região ao desequilíbrio e acaba por envolver outros atores que, manifestamente, se opõem a Israel. Porém, esta não é uma oposição desinteressada, uma vez que ela pretende estabelecer o domínio na região, como é o caso do Irão.

No processo de disputa territorial, em nome da defesa e da segurança, Israel tem desrespeitado as regras internacionais, ao mesmo tempo que impõe barreiras que comprometem a sobrevivência dos palestinos, sobretudo

aqueles que vivem da agricultura. Isto pode ser verificado no mapa que passamos a apresentar:

MAPA 1



Fonte: ONU, 2011.

Ao analisarmos a geopolítica da região, verificamos a existência de uma quantidade significativa de interesses divergentes que se tentam impor no poder, com o objetivo de fazer arranjos com o intuito de obter as vantagens almejadas. Neste sentido, devemos apontar os EUA, os países do Golfo Pérsico e o Irão. Na verdade, a Palestina continua a ser o eixo do conflito na região, mas com o passar dos anos, criou ramificações, que dizem respeito a interesses de outros Estados e se justificam mediante o apoio à Palestina ou a Israel. A amálgama de acontecimentos agita o Médio Oriente, colocando Israel no centro das discussões e das disputas.

Quanto maior é o poder exercido por Israel, maior é a luta contra o inimigo, aparentemente comum, no mundo árabe e islâmico. É imensa a responsabilidade de Israel para procurar amenizar as rivalidades através da abertura de novas negociações para se estabelecer a paz. Enquanto permanecerem as divergências entre Israel e a Palestina, a tendência destas divergências continuarem a espalhar-se pela região é um facto concreto, porque fere diretamente o direito de autodeterminação de um povo.

O tipo de condução dos acontecimentos, por parte de Israel, está a levá-lo a uma espiral de problemas que acaba por interferir na sua política interna e internacional. A luta inicial de consolidar-se como Estado soberano, surtiu efeito, mas não chegou ao fim. Isto porque a rejeição árabe ainda permanece e a sua própria posição geopolítica na região e a falta de aliados de confiança tem beneficiado a continuidade das hostilidades e ameaças.

A realidade acaba por influenciar a política nacional voltada para a integridade territorial, a soberania e a segurança. Estes três aspectos da política interna israelita, por sua vez, desencadeiam consequências na política internacional. Cabe salientar que ambas, a política e as Relações Internacionais, não são isoladas uma da outra sendo que, em várias situações, uma influencia a outra.

Política interna e relações internacionais estão muitas vezes, de algum modo envolvido, mas nossas teorias ainda não resolveram o emaranhado intrigante. É infrutífero discutir se a política interna realmente determina as relações internacionais, ou o inverso. A resposta a essa pergunta é claramente “Ambos, às vezes” (ROBERT D. PUTNAM, 1988: 427)¹¹.

¹¹Domestic politics and international relations are often somehow entangled, but our theories have not yet sorted out the puzzling tangle. It is fruitless to debate whether domestic politics

É compreensível a influência da política interna nas relações internacionais assim como é perfeitamente aceitável o facto de que a política internamente destinada a atingir determinado objetivo, exerça poder sobre a política externa desse país, bem como no exercício das suas relações com outros atores estrangeiros.

Em várias situações, a política interna antecipa-se quanto aos aspectos determinantes das relações estrangeiras a serem estabelecidas pelo seu ator principal. Isto é, torna-se evidente a direção que o Estado poderá tomar a partir de uma análise dos objetivos internos. A própria condução das políticas externas reflete os passos que o Estado pretende dar para realizar o seu projeto enquanto aquele que procura na sua política externa o fio condutor capaz de alavancar o seu projeto interno. Portanto, há uma conexão entre a política interna e as relações internacionais estabelecidas pelos Estados.

Ao analisarmos a política externa israelita, verificamos que esta é conduzida no sentido de garantir a realização dos seus propósitos internos. Neste contexto, verificamos a influência, por exemplo, do AIPAC nos EUA. O grupo de pressão israelita trabalha no sentido de, também, manter a conexão com Israel e oferecer meios para que este ator continue a realizar as suas obras, no plano interno.

O lóbi pró-Israel é poderoso e tem um papel fundamental para este Estado, nas relações internacionais, pois influencia os Estados ocidentais e consegue apoio para o sionismo, principalmente por parte dos EUA e da Grã-Bretanha. Este loby é dinâmico e consegue interferir na política interna, principalmente dos EUA que, sem dúvida, é, também, o eixo central da política internacional de Israel e das suas relações internacionais.

Na região, Israel tem grandes dificuldades para estabelecer relações com os seus vizinhos e que, historicamente, têm sido marcadas por conflitos e desconfiança mútua. O antagonismo tem substituído a cooperação e a amizade, o que inviabiliza o progresso de laços de proximidade em termos políticos, comerciais e culturais. Com exceção do Egito e da Jordânia, as relações entre Israel e os seus principais vizinhos não têm registado

really determine international relations, or the reverse. The answer to that question is clearly "Both, sometimes". The more interesting questions are "When?" and "How?" This article offers a theoretical approach to this issue, but I begin with a story that illustrates the puzzle.

progressos de modo que, em certas ocasiões, se têm verificado retrocessos, como é o caso do Egito que, aparentemente, permanece igual mas que, nos últimos tempos, tem dado sinais de regressão.

O comportamento tem passado por alterações significativas na região, o que nos permite uma análise mais substancial em termos de ações futuras ante as diferenças entre as partes, que teimam em aparecer. A própria concepção de mundo e de política deixa Israel em alerta, pois se se concretizar uma ruptura com o Egito, os Acordos de Camp David serão inviabilizados, o que levará estes dois países de volta aos *status quo* anterior a 1979.

Uma ruptura entre as duas partes seria uma tragédia para quem acredita em solução pacífica para conflitos. No entanto, a coisa está tão por um fio que o embaixador de Israel no Cairo, Yitzhak Levanon, mora em... Tel Aviv, por 'razões de segurança' (SETTI, 2011, texto digital).

Desde Agosto de 2011, até ao momento, as relações entre Israel e o Egito não têm evoluído significativamente, tendo-se somado o conflito entre Israel e o Hamas em finais de 2012, no qual o Egito atuou como intermediário entre as partes e demonstrou falta de apreço pela ação israelita na Faixa de Gaza.

Em relação ao Líbano e à Síria, as relações têm-se deteriorado progressivamente. Não há nenhuma perspectiva de que Israel possa restaurar junto ao Líbano, a curto e a médio prazo, qualquer tipo de relação amistosa. O mesmo vale para a Síria, embora esta seja indeterminada em virtude da Guerra Civil em curso no país.

O resultado da política interna e internacional desenvolvida por Israel acaba por provocar os grupos extremistas, como o Hamas e o Hezbollah e, assim, subordina a paz à intolerância crescente na região que, por se tratar de desentendimentos antigos, criou uma espiral que envolve Estados fora da região como, por exemplo, o Irão.

Hoje, o Médio Oriente é um cenário que abriga não somente uma disputa territorial e intransigências entre diferentes povos dentro e fora da região, mas um confronto entre Estados e grupos paramilitares pela disputa do poder. Para além das questões mais evidentes, deparamos com aquelas que escamoteiam os vários interesses e destroem as possibilidades de se transpor a ordem atual para uma outra melhor e mais justa.

Israel detém boa parte do poder económico e militar na região. Embora não seja um país beneficiado pela existência do petróleo no seu território, ele é o suporte para potências como os EUA exercerem influência e garantirem os seus interesses na região. Em virtude disto, Israel tem contado com importantes transferências financeiras norte-americanas.

Há muitos anos, os EUA têm sido uma fonte de riqueza para Israel, o que coloca este Estado numa relação de dependência externa que poderá esgotar-se e é somente por meio do fim das grandes somas transferidas pelos EUA para Israel que este país poderá reduzir o seu poder na região em paralelo com a emergência de uma outra potência que poderá ser o Irão, se este país conseguir emergir como uma nova potência nuclear.

Neste contexto, verificamos que o Irão tem procurado por aliados no Médio Oriente. Desde a Revolução iraniana, em 1979, as relações com o Líbano têm prosperado. Em 1982, os laços de amizade estreitaram-se durante a Guerra israelo-libanesa. A partir desse momento, as relações entre o Irão e o Líbano não cessaram, tendo prosseguido numa perspectiva de evolução constante, na qual a parte libanesa é representada pelo Hezbollah e pelo Partido Social Nacionalista da Síria.

O Irão e o Líbano partilham inimigos comuns no Médio Oriente, que são Israel e, também, as potências ocidentais, com destaque para os EUA. A aliança entre o Hezbollah e o Irão ameaça a segurança de Israel, pois ambos têm como objetivo o combate a este país.

O cenário político regional não é harmonioso e, assim, não há um equilíbrio de poder, o que ao longo da História, tem beneficiado Israel. Na atualidade, a união Síria-Líbano-Irão é o fator que poderá alterar o panorama regional, pois o Irão é uma força externa à região, mas conta com o apoio de sírios e libaneses xiitas, contra Israel. O Irão é um Estado capaz de enfrentar Israel e desequilibrar a ordem regional vigente mas, por outro lado, a Síria encontra-se em Guerra Civil, como já dissemos.

A Síria é, neste momento, a chave para dar rumo aos novos acontecimentos no Médio Oriente. Se o regime do presidente sírio, Bashar al-Assad, vencer os rebeldes, será vantajoso para o Irão e o Líbano. Com o apoio do Líbano e da Síria, o Estado persa poderá começar a tentar impor o seu

poder na região, o que provocará uma mudança significativa que irá contra as intenções de Israel e dos EUA.

Uma vitória rebelde na Síria também provocará alterações no equilíbrio geoestratégico da região, mas em benefício de Israel. Sem o apoio da Síria, diminuirá a influência iraniana na região e, do mesmo modo, o Hezbollah também perderá um importante aliado contra Israel. Isto significa apenas a diminuição de apoios ao Irão e ao Hezbollah, mas não a suspensão das suas intenções sobre Israel.

O cessar das rivalidades na região requer, por parte de Israel, uma ruptura com a sua política conservadora para com os seus vizinhos, que são considerados uma ameaça iminente contra um Estado, cuja fundação está centrada, também, num ideal mítico que serve para dar sustentação ideológica à manutenção de uma política externa que se apoia na necessidade estrangeira de ter um aliado no Médio Oriente para prosseguir na realização de suas ambições económicas e de poder.

Indubitavelmente, o Médio Oriente é uma região onde se entrecruzam vários interesses internos e externos e Israel é uma âncora para os interesses ocidentais. Neste contexto, cabe salientar que este serve mais aos interesses ocidentais e, mais especificamente, norte-americanos, mas não é subserviente.

Israel tem lucrado muito por ser um Estado ocidentalizado. Em boa parte, o desenvolvimento alcançado por Israel se deve às ajudas financeiras ocidentais que funcionam como um tipo de receita vinda do estrangeiro que consegue ser inserida e fazer multiplicar os diversos setores económicos do país que, conseqüentemente, leva ao desenvolvimento do Estado que investe nos seus setores mais produtivos, tais como a educação e a tecnologia e, também, nas IDF.

O IDH de Israel, em 2013, ficou entre os mais altos do mundo e ocupa a 19.^a posição, sendo que este IDH é de 0,888. Isto demonstra que o país tem conseguido superar as barreiras naturais provocadas pela desertificação das suas terras através do uso de alta tecnologia que tem alcançado um nível que contribui, de modo decisivo, para o seu desenvolvimento económico e social. (PNUD – Brasil, 2011, texto digital).

O importante desenvolvimento alcançado por Israel compensa a sua desvantagem territorial e demográfica, pois a ciência e a alta tecnologia, cuja

essência é a qualidade, supera a quantidade. Isto também vale em relação ao facto de este Estado ser uma potência militar, o que contrasta com a sua extensão territorial e dimensão populacional. Porém, a sua capacidade militar elevada tem desencorajado os agressores mas, no entanto, as hostilidades não cessaram.

Por ser uma potência militar, Israel consegue, através do seu poderio bélico, estabelecer algum tipo de intimidação junto dos seus vizinhos. A política israelita não dispensa o item Defesa e Segurança, o que de certa maneira contribui para aguçar os ânimos exaltados na região que, somados a outros aspectos, contribuem para a permanência da ameaça constante.

Na verdade, vários aspectos da política interna e externa de Israel visam garantir a realização e a manutenção de um Estado fundado a partir de mitos, no qual o ideal nacionalista oferecido pelo sionismo resiste à abertura para novos pactos com os seus vizinhos em ordem a sanar as diferenças na região, inclusive com a Palestina que, indubitavelmente, é uma questão crucial para iniciar um novo rumo em termos políticos, económicos e sociais na região, através de um projeto de paz sólido e duradouro.

CAPÍTULO II

UM CONFLITO NA CONDUÇÃO DA HISTÓRIA E NA CONTRAMÃO DE UMA ESTRATÉGIA PARA A PAZ

2.1 CONFLITO ISRAELO-ÁRABE – NASCIDO DAS CONTRADIÇÕES E PULVERIZADO POR INTERESSES

Originário no século XX, período de grandes acontecimentos mundiais, o conflito israelo-árabe está na linha de fronteira entre o fim do Império Otomano e a ascensão do Império Britânico na região. Nasceu, a partir daí, o conflito mais longo da História contemporânea. O conflito israelo-árabe atravessou o século XX e chegou ao século XXI sem solução e com as principais reivindicações por resolver. Os problemas somaram-se uns aos outros no decorrer do tempo enquanto que o espaço territorial perdeu a sua configuração original.

Nascido e movido por interesses diversos, este conflito, na verdade, teve o seu princípio em 1916, quando a Grã-Bretanha e a França dividiram o Médio Oriente a seu bel-prazer e estabeleceram fronteiras convenientes com os interesses da época, mas que ainda existem na atualidade de modo impreciso. Foi através do Acordo Sykes-Picot, que a Grã-Bretanha fez promessas aos árabes, as quais são contraditórias com a Declaração Balfour, que veio a seguir. A partir das falsas promessas começou a definir-se o conflito que tem marcado o mundo contemporâneo.

A Grã-Bretanha fez jogo duplo com os árabes e com os judeus e isto contribuiu de modo significativo para o início do acirramento da animosidade e da desconfiança entre os dois povos. A ambiguidade das promessas gerou situações marcadas por factos que, de certo modo, acabaram por determinar o futuro da região.

Mark Sykes, um dos negociadores dos acordos que levaram à partilha do Médio Oriente em 1916, escrevia a um dirigente árabe: 'Acredite-me que sou sincero quando lhe digo que esta raça (os judeus) vil e fraca é hegemônica no mundo inteiro e nós não a podemos vencer. Há judeus em todos os governos, em todos os bancos, em todas as empresas'. A carta de Balfour é enviada a lordes Walter Rothschild, um dos representantes do judaísmo britânico, próximo dos sionistas (GRESH, 2002: 12).

A partir de 1917, o conflito começou a tomar forma através da Declaração Balfour. O ministro do império britânico, lord Arthur James Balfour, por intermédio da Declaração que leva o seu nome, declarou que a Grã-

Bretanha era favorável à existência de um Estado judeu na Palestina e faria esforços para a concretização deste.

A declaração Balfour responde a várias preocupações do governo de Londres. Antes do mais, enquanto a guerra se intensifica no continente, trata-se de ganhar a simpatia dos judeus de todo o mundo, que se considera deterem um considerável poder, frequentemente oculto. Por ironia a história, esta perspectiva não está muito longe da dos piores anti-semitas que veem, por todo lado, 'a mão dos judeus'. Assim, o primeiro-ministro britânico da época refere nas suas Memórias o poderio da 'raça judaica' guiada por interesses exclusivamente financeiros (GRESH, 2002: 12).

A Declaração Balfour manifestou ver com “bons olhos” a criação de um Estado judeu. Isto permitiu o aumento da imigração judaica para a Palestina. Foi, pois, a partir deste documento que se gerou, de certo modo, o incentivo e mesmo a expectativa de um lar judeu.

Segundo a Declaração Balfour,

O Governo de Sua Magestade vê com simpatia o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e envidará os seus melhores esforços para facilitar a conquista desse objectivo, ficando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos religiosos e civis das comunidades não judaicas existentes na Palestina ou os direitos e condições políticas usufruídas pelos judeus em qualquer país (BALFOUR DECLARATION, 1917, texto digital)¹².

Sentindo-se traídos, os árabes aumentaram as hostilidades contra os ingleses, tendo ocorrido, a partir daí, a aproximação com os movimentos nacionalistas como o nazismo/fascismo, sob a liderança do mufti de Jerusalém, Haj Amin al-Husseini¹³. O sentimento de traição não se restringia apenas aos árabes, mas também a setores do sionismo que perceberam que os britânicos haviam prometido o mesmo território aos dois povos.

Desde os primeiros episódios envolvendo os árabes e os judeus, houve acontecimentos marcados por mentiras e jogos de interesses. Os erros

¹²His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country

¹³Para o aprofundamento das relações do mufti de Jerusalém com os dirigentes do III Reich, vide INTERNATIONAL SEPHARDIC LEADERSHIP COUNCIL (Ed.), *A Backgrounder of the Nazi Activities in North Africa and the Middle East During the Era of the Holocaust* including *An Overview of the Arab World Leader: Amin Al-Husseini, the Grand Mufti of Jerusalem and his Connection with the Third Reich*, Nova Iorque, International Sephardic Leadership Council, 2006.

Versão online: <http://www.paulbogdanor.com/holocaust/mideast.pdf>

sucederam-se uns aos outros sem que os primeiros tenham sido resolvidos. No decorrer dos anos, novas motivações foram surgindo ao nível interno e externo e, assim, o conflito foi sendo alimentado por interesses díspares. Consequentemente, o conflito ganhou fôlego ao mesmo tempo que já haviam fortes obstáculos para ser superados.

As contradições tornaram-se evidentes e deram visibilidade aos interesses britânicos na região. À medida que o tempo avançou, aumentou a imigração judaica para a Palestina que, até 1939, foi favorecida pela Grã-Bretanha. Paralelamente ao Mandato Britânico, o Yishuv¹⁴ desenvolveu o seu trabalho não somente em relação à questão da imigração, mas também na parte administrativa, que foi a fase embrionária do Estado de Israel.

O poder das elites social-sionistas, através das suas instituições sionistas, dos partidos da esquerda e da confederação sindical Histadrut, dependia totalmente de sua capacidade de controlo da maioria da população e da sua força de trabalho, porque era básico ter o monopólio sobre a ideologia, a educação, o capital, o emprego e os serviços sociais (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 68)¹⁵.

Inicialmente, o movimento sionista comprou terras aos árabes para instalar os imigrantes judeus. Foi sendo formada a comunidade judaica na Palestina ou, pelo menos, esta foi a intenção do Yishuv, que procurou unificar os valores culturais através da imposição da língua hebraica, que substituiu o *yiddish*, a língua falada pelos judeus chegados da Europa de Leste.

Intensificou-se a imigração judaica para a Palestina com a chegada de Adolf Hitler ao poder. “É neste contexto que se desencadeia a grande revolta de 1936-1939, que coincide com o desenvolvimento nacionalista antibritânico e antifrancês no mundo árabe” (GRESH, 2002: 16).

¹⁴Colonatos judaicos existentes na Terra Santa antes da criação do Estado de Israel. Os residentes também são mencionados coletivamente como Yishuv ou Ha-Yishuv. O termo entrou em uso nos anos 1880, quando havia cerca de vinte e cinco mil judeus na Palestina (para os judeus, Eretz Yisrael), e continuou a ser usado depois de 1948. Distinguem-se o “velho Yishuv” – o conjunto dos judeus que viviam na Palestina sob o Império Otomano, antes de 1880, assim como os seus descendentes e, por extensão, os imigrantes religiosos que se juntaram a essas comunidades ortodoxas antes da criação do Estado de Israel – e o “novo Yishuv”, que designa as populações judaicas que se estabeleceram na região a partir da Aliyah de 1882, no contexto do projeto sionista.

¹⁵ El poder de las elites social-sionistas, a través de las instituciones sionistas, de los partidos de la izquierda y de la confederación sindical Histadrut, dependía totalmente de su capacidad de control de la mayoría de la población y de su fuerza de trabajo, por lo que era básico tener el monopolio sobre la ideología, la educación, el capital, el empleo y los servicios sociales (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 68).

Aumentaram os protestos árabes contra a imigração judaica. A partir deste momento, devemos analisar o surgimento de grupos paramilitares árabes no combate a Israel, o qual também não está isento dos seus grupos irregulares, como o próprio Yishuv. Estes grupos nasceram movidos por objetivos concretos, quer de um lado quer de outro. O grande problema é que os objetivos de ambos os lados são os mesmos, isto é, conquistar e habitar definitivamente o território palestino.

Em 1936 é criado o Alto Comitê árabe que, pela primeira vez, reúne o conjunto das tendências e dos partidos palestinos. Será presidido por Amine El Hussein. A 15 de Abril de 1936, deflagra por todo o país uma greve geral. Os revoltosos exigem nomeadamente a suspensão da imigração judaica. Desobediência civil, recusa de pagamento de impostos, manifestações, marcaram este movimento, enquanto se multiplicam as acções de guerrilha (GRESH, 2002: 16).

Conforme se incrementaram os ataques e os contra-ataques, aumentou o suposto direito de ambos os povos sobre o território palestino. Isto é, à medida em que árabes e judeus habitam o território desde há muito tempo, ampliaram-se as reivindicações e o direito de permanência. O processo de disputa toma grande dimensão, o que leva a ONU, em 1947, a fazer a divisão da Palestina. Os árabes rejeitaram a partilha feita pela ONU, o que complicou a situação de Israel que, inicialmente, se manteve um tanto afastado das situações de conflito por temer ter prejuízos em relação ao estabelecimento recente do Estado.

Em 1948, Israel declarou a independência e, em seguida, teve que enfrentar a sua primeira guerra contra os árabes, que não aceitaram a divisão da Palestina e declararam guerra a Israel. Para os israelitas, esta foi a Guerra da Independência, enquanto para os palestinos foi a al-Nakba (a Catástrofe). O armistício foi assinado em 1949, mas isto não significou um fim definitivo das hostilidades e foi apenas a primeira de outras guerras como parte de um longo conflito. A partir da Guerra da Independência, os problemas começaram a agravar-se e, até ao momento, sem solução.

A primeira onda de refugiados se deu em 1948, com a fundação de Israel. Começara com os combates desencadeados em novembro de 1947, tão logo a ONU votou pela partilha do território. Durante a guerra de 1948, mais de 400 vilarejos palestinos foram evacuados e destruídos – quase a metade de todos os povoados árabes do Mandato Britânico da Palestina. No total, foram embora mais de 80% dos palestinos que viviam dentro das fronteiras de Israel. A segunda

grande fuga de refugiados ocorreu em 1967, quando Israel assumiu o controle da Cisjordânia (SMITH, 2008: 40).

Muitos refugiados palestinos têm lutado para conquistar o direito de retornar à terra natal, mas Israel obstrui todas as tentativas, pois não considera pertinente o aumento da população árabe em seu território, o que colocaria em “risco” a sua própria existência enquanto Estado de maioria judaica. Há, ainda, a alegação de que, com o passar dos tempos, muitos destes refugiados já poderiam ter-se integrado no país de acolhimento, como aconteceu com os próprios judeus da Diáspora que assimilaram os costumes e a cultura dos países onde estiveram exilados.

Desde o estabelecimento do Estado, Israel teve consciência que teria de enfrentar uma série de problemas, em paralelo com uma dura realidade, e percorrer um caminho pedregoso para se auto-consolidar enquanto Estado. Desde o princípio, Israel tem estado sozinho na região de modo que não pode contar com aliados, ao mesmo tempo que tem que enfrentar os árabes, a sua principal ameaça.

Shimon Peres diz o seguinte:

Depois da guerra da independência de 1948, Israel ainda tinha inimigos, mas já não possuía armas. A meus colegas e a mim foi atribuída a tarefa monumental de obter as armas necessárias para defender nosso novo país. Já quando estávamos imersos nesse esforço, comecei a ver as coisas de maneira diferente de antes da independência. O que realmente se faz necessário a Israel, refleti, é a capacidade estratégica de dissuadir ou intimidar o inimigo – afastar dele esse desejo de guerra. Meu mentor, David Ben-Gurion, endossou a ideia de uma dissuasão por meio de um gerador nuclear a ser construído no coração do deserto, na cidade de Dimona, a pouca distância de Beersheba (PERES, 1994: 12).

A posição geográfica também tem sido um fator de complicação para a existência pacífica de Israel com os árabes, pois é uma região onde há muitos interesses conflitantes, de entre os quais são de salientar a geopolítica dos Estados. Ante as diversas dificuldades encontradas durante a sua existência, Israel passou a organizar a sua política estratégica no sentido de garantir a soberania através da dissuasão e da expansão territorial, o que tem acontecido através de guerras e da construção de colonatos.

Para além do interesse em ocupar as terras bíblicas e expandir-se territorialmente, Israel procura garantir a sua soberania e a sua segurança nacional através da militarização e da negação do direito à existência de um

Estado palestino. O território israelita é fisicamente frágil, o que compromete a sua segurança. O mundo árabe constitui uma ameaça permanente para Israel, que tem lançado mão da guerra, muitas vezes da guerra preventiva, como meio de assegurar a sua soberania. O território também significa defesa e segurança e isto corresponde a um objetivo nacional, ante um quadro regional inquietante e bastante volátil.

Aos olhos israelenses, o mapa de seu país parece um corpo anoréxico: alto e de quadris estreitos. Quadris estreitos fraturam-se com um ataque repentino, bem organizado. Portanto, a oposição de Israel à criação de um Estado palestino é uma consequência direta desse medo. Mesmo que os palestinos aceitem que seu Estado não tenha exército ou armas, quem garante que um exército palestino não venha a ser mobilizado mais tarde para acampar diante dos portões de Jerusalém e dos acessos às planícies? E se o Estado da Palestina não dispusesse de armas, como poderia impedir atos de terror cometidos por extremistas, fundamentalistas ou irredentistas? (PERES, 1994: 214).

Neste contexto, em Israel, a militarização da sociedade é uma realidade concreta. É necessário o Serviço Militar para a manutenção da pátria e, nisso, há uma unidade e consciência nacional, ou seja, uma comunidade. Com exceção dos cristãos e dos árabes, para os quais o serviço militar é voluntário, para os judeus e drusos, este é obrigatório e tem a duração de trinta e seis meses.

Ao contrário de outras partes do mundo, em Israel não ter tido uma participação militar é algo muito ruim, principalmente para o *curriculum vitae* do candidato a um emprego. Enquanto nas diferentes regiões do planeta as experiências profissionais são determinantes para a conquista de um trabalho, em Israel a experiência de ter participado nas Forças Armadas é muito importante. Isto pressupõe sistematizar a vida de modo a direcionar para um propósito que é a defesa da nação do mesmo modo que preparar-se para a vida sem desvincular-se das obrigações para com o Estado. “Em Israel, seu histórico acadêmico é, portanto, menos importante do que o histórico militar” (SENOR & SINGER, 2011: 81).

A vantagem que a vida militar oferece aos israelitas também os coloca frente a frente com uma realidade bastante complexa, cuja origem são os longos anos de conflito numa região onde culturas fabulosas se defrontam na busca da demarcação de território. As origens históricas e culturais dos povos

do Médio Oriente orientam-se por mecanismos que trespasam a monotonia do quotidiano. A região é sacudida constantemente pelo conflito que não tem permitido a cultura da paz neste espaço geográfico repleto de significados espirituais e culturais, nos quais se deu a génese de nacionalismos e identidades sobrepostas.

O Médio Oriente é uma região fascinante do ponto de vista histórico-cultural. Destaca-se por ser detentora de culturas milenares, cujas marcas permanecem enraizadas na cultura dos povos. Faz parte da Antiguidade, mas não é velha, pois a sua História criou mitos e lendas e, na atualidade, continua a despertar a curiosidade ante as manifestações culturais tão antigas, mas ao mesmo tempo surpreendente em termos de novidade perante um mundo que, muitas vezes, tem a pretensão de que já conhece tudo.

Dividido por conflitos durante o último meio século, o Oriente Médio tem sido o palco para, talvez, os conflitos regionais mais tristemente célebres do mundo. Ele é o que melhor se encaixa na visão realista da política internacional, mas, apesar disso, também é uma região em que a legislação e as organizações internacionais têm desempenhado um papel bastante significativo. Quais são as causas de tantos conflitos? Tanto o nacionalismo quanto a religião e as políticas de equilíbrio de poder constiuem parte da resposta (NYE JR., 2009: 219).

Os mitos confundem-se com a realidade e, neste ponto, dá-se o sentido de pertença de povos que reclamam para si as terras sagradas dos seus antepassados. O deserto marca a dimensão do Universo num quadro solitário, onde o homem pode encontrar-se consigo mesmo. A aridez do solo contrasta com a riqueza do subsolo em grande parte da região.

Nas entranhas da terra árida e mítica nasce a ambição interna e externa, pois é uma região estratégica, na medida em que é a ponte de ligação entre a Ásia, a Europa e a África e possui um subsolo rico em petróleo. Todos os pontos positivos, que a região possui, não têm trabalhado a seu favor, mas em benefício de divergências que se acentuam desde o final da I Guerra Mundial e, principalmente, a partir de 1948, quando foi proclamada a independência de Israel.

O Médio Oriente é, sem dúvidas, uma região na qual os diferentes povos reivindicam as terras dos seus antepassados, como já dissemos, mas não é só. Os interesses económicos e estratégicos estão presentes no quotidiano dentro e fora da região que é necessária para a manutenção e continuidade do mundo

globalizado que dispensa as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo que é dependente das fronteiras estratégicas e económicas.

É através desta região que passa 40% do petróleo, a nível mundial. Os estreitos de Ormuz, do Bósforo e o Canal do Suez são os grandes responsáveis pelo transporte marítimo que facilita a ligação a outros continentes. O estreito de Ormuz, por exemplo, é o responsável pelo transporte de 40% do petróleo mundial. Através do estreito do Bósforo é que se dá a passagem da Ásia para a Europa enquanto que o Canal do Suez facilita a ligação da Europa ao Sul do litoral asiático, o que era bem mais complexo antes da construção deste canal (1859-1869).

Antes da existência do Canal do Suez, um navio europeu tinha que seguir uma longa rota de navegação que passava pela África, contornava o Cabo da Boa Esperança, até chegar aos oceanos Índico e Pacífico. A facilidade oferecida por este canal explica a guerra do passado, assim como o interesse de que nada se altere na geopolítica da região. Estes interesses, na sua maioria, são externos aos povos da região.

O Médio Oriente nem sempre teve o seu espaço geográfico tal como o conhecemos na atualidade. O mapa atual da região corresponde aos critérios e interesses de Grã-Bretanha e da França, após a I Guerra Mundial, como já foi abordado anteriormente. O Império Otomano foi desmembrado entre as grandes potências ocidentais da época, as quais fizeram uma partilha entre si, de acordo com os seus interesses estratégicos. Estados como o Kuwait, a Jordânia e o Iraque foram criações das potências europeias, assim como os governos destes jovens países foram moldados para corresponder aos objetivos daquelas potências. Estados como o Egito, a Síria e o Líbano tornaram-se protetorados da Grã-Bretanha e de França. A Síria e o Líbano, hoje, têm a configuração geográfica definida pela França.

As fronteiras mal traçadas culminaram em desavenças que permanecem até hoje. Isto tudo se agravou com a legitimação do Estado de Israel, cuja fase embrionária é datada desde o princípio da chegada dos judeus à Palestina, com a o aval da Grã-Bretanha. A estrutura política e administrativa criada pelos sionistas, nos seus *kibbutzim* e outras instituições na Palestina, marca o princípio do Estado de Israel.

Em primeiro lugar, Israel foi-se firmando como sociedade politicamente organizada até chegar à independência política. O jovem Estado, cuja população é oriunda de várias partes do planeta e, principalmente, da Europa Ocidental e de Leste, adotou, desde o princípio, uma postura de aproximação ao Ocidente. Indubitavelmente, isto, para além de atender aos interesses do Estado que acabara de nascer, também facilitava, de certo modo, a inserção de uma população em grande parte ocidentalizada.

A aproximação de Israel, desde o início da sua existência, ao Ocidente e, mais especificamente, aos EUA, foi um ponto que marca a sua posição e “isolamento” no Médio Oriente. Israel é um corpo estranho num organismo que está dividido em outras várias partes, mas estas outras partes sempre encontraram um ponto de convergência. Isto porque, embora diferentes, há aspectos comuns, tais como a língua árabe, a religião islâmica e, ainda, a rejeição a Israel, que é, para todos eles, um adversário comum.

A aproximação entre judeus e norte-americanos é uma questão estratégica e de segurança. Há uma relação simbiótica entre os dois Estados que nunca parou de evoluir. Isto porque é uma relação de trocas diversas que foi surgindo ao longo dos tempos em diferentes circunstâncias políticas e estratégicas.

Após a guerra de 1967, muitos muçulmanos começaram a identificar o apoio ocidental a Israel como parte de uma conspiração Judaico-Cristã contra o Islão. Os Muçulmanos acreditam que a intransigência de Israel e a sua inobservância das resoluções da ONU favoráveis aos Palestínios (nomeadamente da Resolução 242 do Conselho de Segurança), é uma consequência do facto de Israel se sentir escudada pelo apoio incondicional prestado pelos Estados Unidos. Este apoio é de facto impressionante e traduz-se não só em apoio financeiro e militar, mas também na acção diplomática junto das Nações Unidas. Para os islamistas, é o apoio americano que impede a comunidade internacional de resolver o problema de uma forma satisfatória (PINTO, 2008: 42-43).

Neste contexto, o enfraquecimento da influência dos EUA no Médio Oriente é um factor preocupante para Israel, pois poderá fragilizar a sua estrutura de defesa, na medida em que não poderá contar com o auxílio de uma poderosa potência que representa, na verdade, um elemento importante em termos de defesa e de segurança.

O declínio da América nos assuntos do mundo, particularmente na política do Médio Oriente, pode ser temporária, ainda, que tem

impacto imediato sobre a região. A fraqueza dos EUA afeta negativamente a capacidade de dissuasão de Israel, que não se limita exclusivamente ao seu poder militar e a capacidade convencional de vencer guerras e conflitos de baixa intensidade. A percepção da proximidade de Israel com a América e a expectativa de que os EUA vão vir em socorro de Israel, se necessário, é um componente igualmente importante de dissuasão (INBAR, 2012: 10)¹⁶.

Na verdade, a criação de Israel foi beneficiada, a princípio, pela Grã-Bretanha através da Declaração Balfour e, posteriormente, passou a receber apoio quase irrestrito dos EUA. Por um lado, a colaboração norte-americana tem favorecido muito Israel desde as questões políticas na região até à parte económica. Porém, ao contar com o apoio da maior potência mundial, Israel nunca procurou, de facto, acabar com as hostilidades árabes. Não parece haver interesse numa maior aproximação com os seus vizinhos, com exceção do Egito e da Jordânia.

Segundo Efraim Inbar,

Enquanto o fim do conflito com o mundo árabe tem sido uma característica permanente da política externa de Israel, a integração dentro do Médio Oriente nunca foi um objetivo atraente. Israel tem algum peso na política internacional da região, no entanto, principalmente, deve ajustar-se – em vez de moldar – desenvolvimentos regionais e globais. Israel, então, deve se concentrar em ameaças emergentes e preparar respostas adequadas (INBAR, 2012: 07)¹⁷.

Numa região turbulenta, como o Médio Oriente, consequência das decisões tomadas pelas potências ocidentais após a I Guerra Mundial, o poder bélico sobrepõe-se aos demais poderes e, disso, Israel tem-se prevalecto. Este país impera na região em termos económicos e militares.

Com objetivos a conquistar e pela disputa de poder no Médio Oriente, Israel e os seus principais vizinhos, em muitas ocasiões, têm claramente substituído o poder político pelo poder bélico, o que neutraliza qualquer possibilidade concreta de relação entre os diferentes atores. É indispensável,

¹⁶America's decline in world affairs, particularly in Middle East politics, may be temporary; yet, it has an immediate impact on the region. US weakness negatively affects Israel's deterrence capability, which is not simply limited to its military power and capacity to win conventional wars and low-intensity conflicts. The perceived closeness of Israel to America, and the expectation that the US will come to Israel's aid if needed, is an equally important component of deterrence.

¹⁷While ending the conflict with the Arab world has been a permanent feature of Israel's foreign policy, integration within the Middle East was never an appealing objective. Israel carries some weight in the international politics of the region; however, mainly it must adjust to – rather than try to shape – regional and global developments. Israel, then, must focus on emerging threats and prepare adequate responses.

para esta questão, encontrarmos o significado do que isso representa para podermos pensar em estratégias de paz para região. Segundo Hans Morgenthau,

O poder político deve ser distinguido da força, no sentido de exercício concreto de violência física. A ameaça de violência física, sob a forma de ação da polícia, detenção, pena de morte ou guerra, constitui um elemento intrínseco da política. Sempre que a violência se transforma em realidade, temos um caso de abdicação do poder político em favor do poder militar ou pseudomilitar. No campo da política internacional, de modo muito particular, a força armada como ameaça ou potencialidade representa o fator material mais importante na construção do poder político de uma nação. Quando ela se transforma em realidade, em um caso de guerra, ocorre a substituição do poder político pelo militar (MORGENTHAU, 2003: 52).

O poder militar é, também, poder de persuasão. Quando há possibilidades da atuação de forças militares, está presente a desconfiança gerada pela intimidação, o que leva ao estabelecimento de situações de alerta que, geralmente, criam mecanismos de defesa em todos os envolvidos, mesmo naqueles que estão em desvantagem e, assim, surge, nas diferentes partes a insegurança ante o imprevisível e o indeterminado.

A própria divisão da região faz parte de um jogo no qual as movimentações permanecem indeterminadas. Enquanto potência solitária no Médio Oriente, Israel terá que analisar até que ponto será possível fazer prevalecer a sua vontade. Cabe salientar que o poder desta potência regional, em parte, é financiada pelos EUA e pelos judeus da Diáspora, sem querer menosprezar o facto de que Israel é um país desenvolvido, empreendedor e com grande capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico, de entre outros¹⁸.

Há uma questão importante que Israel terá que analisar. Assim como o passado determinou o presente, este determinará o futuro. A configuração geopolítica e geoestratégica estabelecida no passado parece ter chegado ao esgotamento. A permanência da situação vigente é insustentável. Neste momento, não é possível saber com exatidão o rumo que os acontecimentos tomarão, mas está claro que vai haver alterações que podem ser ao nível, político e até mesmo geográfico.

¹⁸Para o aprofundamento dos múltiplos impactes do empreendedorismo na economia e sociedade israelitas, *vide* SENOR & SINGER, 2011.

O conflito israelo-árabe alongou-se muito e chegou a um ponto em que tenderá para algum lado, podendo atingir o seu ponto máximo. As motivações do conflito aumentaram em quantidade e em grau de exigência. Isto porque, com o passar dos anos, uma motivação foi-se somando a outra e mais outra. Foram surgindo cada vez mais reivindicações sem terem resolvido as primeiras. Os obstáculos à paz foram-se sobrepondo uns aos outros e chegou à atualidade de modo a formar uma “pirâmide ao contrário”, ou seja, no início os obstáculos eram menores e menos complexos, diferente do que ocorre na atualidade.

A questão da Palestina, por exemplo, agravou-se ao longo dos anos. Para além da disputa territorial somam-se, hoje, a violência dos combates, a miséria e as humilhações diárias pelas quais têm passado os palestinianos, assim como a insegurança da população israelita. Ante toda esta situação de extrema complexidade entra mais um fator que também passa a determinar a direção do conflito, que é a componente religiosa.

A religião não é a origem do conflito, que é motivado por uma disputa territorial mas, com o passar do tempo, a questão religiosa entrou no conceito estratégico, de modo que esta passou a ser um instrumento para congregar não só os valores religiosos, mas também os ideais de luta e de defesa da terra desejada. Este é um mecanismo que faz uso do convencimento e adesão pela fé, um dos poucos recursos restantes àqueles que se encontram em situação de miséria e humilhação e psicologicamente abalados pelo terror do conflito.

A confiança no poder laico deixou de existir a partir do momento em que a OLP ficou desacreditada ante a impossibilidade de estabelecer um Estado palestiniano. O próprio Yasser Arafat, de certo modo, foi confrontado com a descrença do seu povo na medida em que grupos opostos ao al-Fatah foram surgindo e levados ao poder. O Hamas, por exemplo, com uma atitude que foi ao encontro da realidade e, através da assistência social, conseguiu aproximar-se e conquistar adeptos não só no aspecto religioso, mas também no seu modo de luta contra Israel.

Na verdade, o Hamas, apoiado pela Irmandade Muçulmana, conquistou o espaço vazio de poder deixado pela OLP e pelo al-Fatah. Foi justamente onde a OLP falhou ou não conseguiu pôr em prática o seu projeto, que o Hamas assumiu a liderança. Numa população necessitada de todos os tipos de

serviços e bens, como é a população de Gaza, o trabalho de assistência social do Hamas foi ao encontro com as necessidades mais urgentes das pessoas e suscitou a possibilidade de encontrar a vitória ante Israel através daqueles que procuram na fé a força para conquistar aquilo que julgam ser seu por direito.

Para além do forte apelo religioso presente nos grupos fundamentalistas, as acusações de corrupção contra a OLP contribuíram muito para que esta perdesse mais credibilidade. O Hamas passou a ser visto pelos palestinianos como não-corrupto e digno de confiança, ou seja, eles passaram a ver neste grupo os pontos positivos que não encontravam mais na OLP. Yasser Arafat foi acusado de corrupção pelo seu próprio ministro das Finanças, Jaweed al-Ghusein, que falou de milhões de Dólares desviados para a conta pessoal do líder palestiniano. De acordo com a imprensa e a partir de informações oferecidas por al-Ghusein, Arafat possuía um património considerável e um tanto obscuro.

Em suas quatro décadas como líder palestiniano, Yasser Arafat (investigação) foi acumulando um império financeiro obscuro que inclui OLP (investigação) investimentos distantes em companhias aéreas, plantações de banana e empresas de alta tecnologia e dinheiro escondido em contas bancárias através do globo.

Jaweed al-Ghusein, um ex-ministro das Finanças da OLP, disse à Associated Press que foi de U\$ 3 bilhões para 5.000 milhões de dólares quando ele saiu em 1996 [...].

Arafat vivia frugalmente, mas precisava de grandes somas para manter a lealdade. Ele iria registrar investimentos e contas bancárias em nome de legalistas, tanto para comprar o seu apoio e proteger as participações do escrutínio e apreensão, disse al-Ghusein (FOX NEWS, 2009, texto digital)¹⁹.

O quadro de descontentamento é natural ante o desvio enorme de dinheiro, em grande parte, através de doações de outros países para aplacar a miséria da população palestiniana. Num gesto mais do que de repúdio, mas na tentativa de sobrevivência, a população palestiniana, na verdade, tinha que confiar em alguma coisa, caso contrário, estaria completamente só. Neste

¹⁹In his four decades as Palestinian leader, Yasser Arafat run a murky financial empire that includes far-flung PLO investments in airlines, banana plantations and high-tech companies, and money hidden in bank accounts across the globe. Jaweed al-Ghusein, a former PLO finance minister, told The Associated Press it was worth \$3 billion to \$5 billion when he quit in 1996 [...]. Arafat lived frugally, but needed large sums to maintain loyalties. He would register investments and bank accounts in the names of loyalists, both to buy their support and protect the holdings from scrutiny and seizure, said al-Ghusein.

caso, nada mais correto do que acreditar ou reforçar a sua crença em Deus. O Hamas significou uma possibilidade de concretização das aspirações palestianas e isto tornou-se mais forte quando Yasser Arafat morreu, em 2004, altura em que os palestinos se sentiram mais livres para oferecer apoio ao Hamas, que venceu a ANP nas eleições de 2006.

Ao analisarmos a situação, verificamos que, à medida que aumentaram a pobreza e a fome, os palestinos foram deixados à própria sorte e, paralelamente a tudo isto, aumentou a radicalização dos fundamentalistas islâmicos. Os bombistas foram “construídos” neste meio. Aos poucos, eles foram consumindo o seu tempo em busca da construção de algo melhor para eles e para as suas famílias. A morte passou a ser um sacrifício voluntário em troca de melhores condições de vida para a família e para os próprios, num plano superior.

O bombista, um guerreiro solitário, passou a buscar com a morte aquilo que não lhe foi possível ter em vida. Seja por convicção religiosa, ou por heroísmo, ele, com certeza, vai em busca não somente da conquista do território, mas da recompensa para a sua família e para si próprio. Isto é, passará a ter as honras de mártir e, portanto, não é uma morte desinteressada, pois visa através da mesma também a vingança, ao mesmo tempo que atinge o “fabuloso” no imaginário humano.

Os ataques suicidas do Hamas contra civis israelenses são justificados pelas declarações públicas feitas de vez em quando por seus membros, afirmando que esses ataques são ações recíprocas. Eles são promovidos, segundo o *Hamas*, em resposta à matança de civis palestinos por israelenses e só terão um fim imediato quando Israel declarar que irá parar de fazer o mesmo com os palestinos [...]. O Hamas jurou vingança e cumpriu a promessa ao matar, em ataques com bomba, soldados, colonos e civis no coração de cidades israelenses. Naquele momento, o Hamas descobriu o efeito espetacular que esse tipo de ataque provoca na imaginação das pessoas, e o adotou (HROUB, 2008: 83).

Estabeleceu-se o vale-tudo num ambiente tenso, no qual a insegurança e a desconfiança andavam juntas. Conforme o conflito foi amadurecendo, gerou-se a insolubilidade das suas raízes primitivas que deu origem a muitas outras que seguem o mesmo processo de modo cíclico, mas mais virulento.

A Terra Santa tem sido “ungida” com o sangue dos seus filhos. Um conflito que inicialmente era local criou ramificações e se desdobrou em vários

conflitos entre vários Estados, com uma única raiz, que é a disputa entre Israel e a Palestina. Esta é a origem, mas o desfecho final torna-se incerto na medida em que as animosidades se polarizaram pela região.

Em muitas ocasiões, torna-se difícil fazer uma ligação única ou ter uma visão em conjunto do conflito. Isto exige uma compreensão por partes, ou seja, devemos partir do particular para o geral. Embora este conflito esteja mais concentrado na luta entre Israel e a Palestina, ele não é só isto. A Palestina é o ponto central que pode servir também para ocultar outros interesses inerentes à região.

Na medida em que há uma disputa territorial, isto torna-se um elemento forte para acirrar os ânimos entre os adversários. Esta situação acaba por desviar a atenção de outros interesses que se valem da disputa territorial para se imporem em defesa de interesses que passam ao lado do bem-estar da região.

Nesta amálgama de acontecimentos, muitas vezes difusos, o grau de complexidade aumenta quando se trata de procurar uma solução definitiva para o conflito. Isto porque há motivações das mais variadas possíveis em relação aos interesses individuais ou de grupos. Valendo-se da disputa territorial, que é um facto real e um desejo entre árabes, palestinianos e judeus, há muitas ambições que encontram neste mesmo território as suas justificações.

A par dos Estados, estão os grupos não-estatais que instigam ainda mais o conflito em nome de uma causa. Os grupos irregulares são numerosos e, independentemente das diferenças ideológicas, todos têm num único objetivo, que é a conquista de um Estado palestiniano e a luta contra Israel. Porém, um futuro Estado palestiniano, antecipadamente, parece ter definido o seu modelo, tanto poderá ser uma República laica quanto uma República islâmica. Tudo leva a crer que esta última tem uma hipótese a mais de se concretizar se se tiver em vista que o Hamas mantém sob o seu controlo uma boa parte do que poderá vir a ser o Estado palestiniano e por ter uma população, em sua maioria muçulmana, cujo apoio ao Hamas é bastante considerável.

Na verdade, tudo parece incerto e, enquanto isso, os problemas sobrepõem-se uns aos outros, o que dificulta a sua resolução. Isto porque em simultâneo à génese de novos problemas, nascem os tentáculos de outros, e é

mais um fator de complicação que contribui para que os Acordos de Paz sejam infrutíferos.

Num momento em que se discutem as fronteiras de segurança, o Médio Oriente ainda tenta estabelecer as suas fronteiras de soberania, mas através de linhas imprecisas. Neste caso específico, tem prevalecido a lei do mais forte. A própria ONU não tem tido condições para fazer cumprir as suas Resoluções, porque os interesses regionais e das grandes potências têm prevalecido.

Os interesses na região não são recentes, mas fazem parte de um passado que muito tem contribuído para o problema, hoje. A própria partilha entre a Grã-Bretanha e França foi o princípio da formação de fronteiras imprecisas. Com o passar dos anos, tornaram-se mais visíveis e, aquando do estabelecimento do Estado de Israel, este apareceu como um instrumento na geopolítica da região ao serviço do Ocidente – pelo menos na visão árabe.

Israel é o único país ocidentalizado na região, o que aumenta a rejeição por parte dos seus vizinhos. Neste aspecto, Israel está só e não pode contar com nenhum aliado na região, com exceção do Egito e da Jordânia. Não há nenhum outro Estado, na região, capaz de fazer frente a Israel. O país faz valer a sua posição de destaque, seja através da intimidação do inimigo ou da construção de políticas voltadas para manter a situação vigente. Enfim, Israel “reina solitariamente no Médio Oriente” (KASSIR, 2006: 21).

No entanto, Israel não padece somente da solidão de poder, mas principalmente de apoios e aliados na região. Esta situação, ao mesmo tempo que mantém a sua posição de destaque e de poder no Médio Oriente, também fragiliza o Estado na medida que está sob ameaça constante.

As ameaças sofridas por Israel fazem com que este país esteja sempre em estado de alerta, o que leva ao desenvolvimento de uma geopolítica voltada para a segurança e defesa. As estratégias são definidas no sentido de assegurar a sua soberania e a defesa da nação e, ao ser assim, cria-se um obstáculo ao diálogo, o que, do outro lado, não é diferente.

Os impasses para o estabelecimento da paz, existentes até hoje, são consequência de políticas centradas em defesa de alguma coisa, seja em relação ao território ou a outros tipos de bens tangíveis ou intangíveis. Isto faz malograr qualquer tentativa de pôr fim ao conflito, pois ante as várias situações

esse conflito pode ser usado como instrumento de domínio, de expansão territorial e de influência cada vez maior na região, o que é o caso de Israel. Isto leva-nos a crer que a política israelita tem caráter intervencionista na região, mas não podemos afirmar que Israel tem o objetivo de fazer a guerra com os seus vizinhos.

Em seu sentido estrito, intervenção significa coerção que não seja guerra. A potência interventora não tem a intenção de provocar imediatamente uma guerra – ela pode até estar almejando evitar a guerra mas em geral está pronta para a guerra e, de fato, a guerra pode vir a ser o resultado, caso o estado contra quem for feita a intervenção resolver resistir, ou ainda caso outros estados contra-intervierem. Assim, vemos que a intervenção é sempre ditatorial, envolvendo a ameaça, senão o exercício, da força (WIGHT, 2002: 194).

O poder militar de que Israel dispõe reflete-se no adversário menos poderoso, como um mecanismo de poder, de intimidação e de coersão. Assim, configura-se o estabelecimento de um modo de política que acaba por determinar o presente e por projetar os cenários futuros, como pouco animadores, pois o conflito não está a ser combatido na raiz, mas ao contrário.

Israel, juntamente com os EUA, tem administrado este conflito. Nunca houve verdadeiramente uma disposição para pôr um fim definitivo às animosidades. Todos os Acordos não seguiram cadenciadamente os percursos necessários para se chegar ao entendimento. As possibilidades de harmonia sucumbiram ante a desordem inerente aos próprios negociadores do conflito.

Há dois grandes problemas existentes que vêm desde a chegada dos judeus à Palestina e que é a disputa com os palestinos e a rivalidade com os países árabes que apoiam a causa palestina. Isto tem dificultado a convivência entre judeus e palestinos, em particular, e com os árabes, em geral.

Vários são os problemas que, após longos anos, permanecem sem solução. A falta de tentativas para resolver estes problemas, logo no princípio, acarretou o acúmulo e a sobreposição dos mesmos que chegaram à atualidade mais resistentes quanto ao grau de dificuldades em resolvê-los, o que aumentou o clima de medo e de insegurança que, atualmente, paira na região.

2.2 OS INTERESSES NA DINÂMICA DO CONFLITO ISRAELO-ÁRABE

A concepção de paz no Médio Oriente, a partir dos paradigmas que representam a dialética do ajustamento de “contas”, ou do jogo de interesses, atingiu o ápice e chegou ao esgotamento. Ultrapassar as barreiras existentes e criar novas situações previamente programadas pressupõe uma maneira inovadora de representar as partes envolvidas através de uma nova leitura quer seja histórica ou estratégica.

O diálogo surge como uma possibilidade indispensável no tratamento dos diferentes problemas que afetam a região. Neste sentido, em determinadas situações, torna-se necessária a presença mais efetiva da ONU, como mediadora imparcial para contribuir para a resolução de problemas que se acumulam e tomam formas cada vez mais complexas. O terrorismo, por exemplo, desterritorializou-se e, muitas vezes, age fora da região motivado pelo objetivo de vingança contra aqueles que consideram um obstáculo à concretização dos seus ideais e da sua causa. Neste ponto, é urgente a necessidade não de intromissão, mas da avaliação dos procedimentos tomados a nível internacional, para auxiliar na resolução dessa problemática.

O novo terrorismo desterritorializado revela a necessidade urgente de um amplo revisionismo dos regimes internacionais de representatividade e interlocução internacional com vistas à garantia dos princípios das Nações Unidas. Negligenciar o respeito aos direitos humanos, à liberdade de crença e de autodeterminação é alimentar mais esse cenário de terror e pânico xenófobo. A resposta está na necessidade de maior isonomia, diálogo multilateral e respeito por meio de efetiva vontade política coletiva, respaldada pela ONU, suas agências e organismos especializados. A prática decisiva da diplomacia preventiva ainda é um instrumento subutilizado pelos Estados (CASTRO, 2012: 266).

Os Estados mediadores, ou aqueles que tentam mediar uma solução para a paz, em parte, têm como primeiro objetivo, a realização dos seus interesses a nível económico-comercial ou, ainda, a obtenção da notoriedade. Os diversos atores que têm atuado como mediadores, na região, não utilizaram até ao esgotamento a capacidade diplomática para propor Acordos que contemplem os direitos e os deveres de todos os povos envolvidos. Isto porque, na maioria das vezes, os interesses individuais são a prioridade.

O princípio da trajetória de violência do conflito israelo-árabe é a consequência de uma série de jogos de interesses que antecedeu a fundação do Estado de Israel. A Grã-Bretanha, mandatária da região, agiu de má fé ao

fazer jogo duplo e prometer um Estado aos árabes e “ver com bons olhos” um Estado judaico. Aos árabes, a promessa de um Estado correspondia a uma troca, isto é, a ajuda na expulsão dos turcos otomanos da região.

Desde os primeiros episódios bélicos envolvendo os árabes e os judeus, houve acontecimentos marcados por mentiras e jogos de interesses. Os erros sucederam-se uns aos outros sem terem sido resolvidos os primeiros. No decorrer dos anos, novas motivações foram surgindo ao nível interno e externo e, assim, o conflito foi sendo alimentado por interesses díspares e, conseqüentemente, foi-se tornando mais violento e com fortes obstáculos a serem superados.

Na verdade, a política e a delimitação das fronteiras, na região, atenderam e ainda atendem às exigências económicas e ao acesso aos recursos naturais. No âmbito externo, as potências ocidentais também pretendem satisfazer os seus interesses estratégicos na região mais rica do planeta em recursos petrolíferos.

Ao visar atender os interesses económicos dos diferentes países na região, as fronteiras físicas foram demarcadas para atender as necessidades dos envolvidos não tendo, assim, prevalecido uma visão do que era justo e correto. As conseqüências de traçados limítrofes imprecisos e de interesses divergentes têm impulsionado as hostilidades na região. As tensões entre árabes e judeus intensificaram-se com o passar dos anos e a violência passou a fazer parte do quotidiano das populações autóctones.

Ao analisarmos o conflito israelo-árabe, percebemos que ele é peculiar no que diz respeito às motivações que o impulsionam, isto é, para além das questões territoriais, fronteiriças, políticas e económicas, acima referidas, tais motivações são respaldadas por reivindicações histórico-culturais de origem milenar de modo que os antepassados são resgatados para fazer a ligação com o presente através de laços intrínsecos e, assim, dinamizar o conflito.

Entre Israel e os Estados árabes, após vários anos de agressões e rejeições mútuas, construiu-se a cultura do ódio. Todo o processo que alimenta a construção cultural aconteceu de modo negativo. As trocas de elementos culturais positivos foram substituídas por elementos que alimentam a contenda e promovem a rejeição. Isto acabou por beneficiar a existência de culturas beligerantes, cujos objetivos não visam a paz, mas a negação do Outro.

Indubitavelmente, esta situação acaba por alimentar as rivalidades que, de certo modo, são sustentadas pela cultura dos mitos e da História remota.

Os mitos guiam o presente e projetam o futuro, tornando-se cada vez mais difícil estabelecer parâmetros capazes de fazer a delimitação entre o que é e do que poderá vir a ser em sentido real. Neste contexto, tem havido um desvio daquilo que é real em direção à utopia. Assim, mais direitos passaram a ser reivindicados e, conseqüentemente, a disputa tornou-se mais acirrada e na mesma proporção aumentaram o ódio e a intolerância.

O território em disputa entre Israel e a Palestina é inexpressivo em termos de extensão geográfica, mas enorme em termos de significados. São estes significados e sentido de pertença de cada povo, que aliados a um quadro de autoritarismos e humilhações que faz do Médio Oriente, hoje, uma das regiões mais turbulentas e inseguras do planeta.

Esta é uma parte do mundo, cujos excessos de sentidos, dão a tônica do conflito e anima a violência. Em termos de estratégias, eis a amálgama de uma situação que parece inalterada quanto à procura da paz. As diversas propostas para solucionar este problema que, em certo sentido, ultrapassa as fronteiras domésticas e chega ao terreno internacional sob o signo de um conflito maior ainda não se tornaram realidade.

Este conflito, cujas raízes nos remetem à História e mantém vivos os laços com o passado remoto, tem a capacidade de convergir em termos não só de interesses políticos e económicos, mas culturais. É o caso da Palestina que conta com o apoio dos Estados árabes, os quais mantêm uma ligação cultural e religiosa que se manifesta através da língua árabe e da religião islâmica.

A cultura, enquanto patrimônio espiritual de um povo, tem papel fundamental na política externa dos Estados. Ao concebê-la como “patrimônio comum”, ela é capaz de promover a aproximação entre os povos, porém se tomada a partir de elementos opostos entre os diferentes atores, pode gerar a rejeição e levar ao conflito, como é a situação entre Israel e os Estados árabes.

No momento em que a informação e as trocas culturais podem circular com maior facilidade, devido às tecnologias que romperam barreiras e encurtaram as distâncias, no Médio Oriente ainda há restições entre os diferentes atores com relação a Israel, o que inibe não somente as trocas

económicas e comerciais mas, principalmente, as culturais, as quais poderiam contribuir para o enriquecimento cultural e a aproximação entre os povos.

Nesse processo, o que os Estados procuram projetar, em última análise, são seus valores. Dependendo naturalmente do peso político de um Estado, esses valores terão maior ou menor irradiação. Dependendo de sua importância histórica, merecerão maior ou menor aceitação, despertarão maior ou menor curiosidade. Mas quase sempre se constituirão, ainda que em escala regional ou bilateral, em elementos de aproximação ou de abertura, entre os povos (RIBEIRO, 2011: 24).

Implícita ou explicitamente, os elementos culturais estão presentes nas relações bilaterais ou multilaterais, pois os mesmos estão entrelaçados na política interna e externa dos Estados. Não podemos esquecer, neste âmbito, que o “Estado é meio e fim; o Estado é agente e paciente dos objetos complexos da vida externa e interna” (CASTRO, 2012: 99).

O grande problema entre Israel e o mundo árabe reside no facto de que as culturas, para além de não se entrecruzarem, estão enraizadas em tradições que se opõem e se rejeitam mutuamente, procurando, através de um elemento uno e impregnado de valores e de significados, justificar a rejeição e, mesmo, o conflito.

A Palestina é o ponto unificador do conflito entre os árabes e Israel. Neste contexto, é cada vez mais urgente a solução do conflito entre Israel e a Palestina. Enquanto não resolver a questão palestiniana, dificilmente será possível estabelecer Acordos fiáveis entre Israel e os demais Estados árabes. Poderá haver hipóteses, mas é provável que, no final, o Acordo de Paz seja frustrado, tal como já aconteceu no passado.

Em 1993, Israel completou quarenta e cinco anos de independência e de embate contra os árabes. Neste mesmo ano, o Acordo de Oslo, ou Declaração de Princípios, acenou para a possibilidade de pôr um fim definitivo ao conflito entre Israel e a Palestina, mas acabou por falhar justamente porque ainda não foi resolvida a maioria dos problemas que faz parte desse conflito, isto é, aquilo que tem gerado a desconfiança de ambos os lados e minado os esforços em direção à paz.

Um plano de paz provisório foi assinado por Yasser Arafat e Yitzhak Rabin, em 1993. Através deste Acordo foi criada a ANP e assumido o compromisso segundo o qual Israel faria a devolução gradativa de terras e

daria a autonomia aos palestinianos. Tudo indicava uma nova direção para a região e uma nova forma de vida para aquelas populações.

Ao princípio, as negociações pareceram frutíferas mas, com o decorrer do tempo, todos os Acordos acertados foram cumpridos apenas parcialmente. A estagnação de Oslo deu-se definitivamente quando, em 1995, Yitzhak Rabin foi assassinado por um fundamentalista religioso israelita, o que significou um retrocesso às negociações do Acordo de Paz entre Israel e a Palestina.

No âmbito do cumprimento do que foi estabelecido em Oslo, cabe ressaltar que, em 2005, Israel se retirou da Faixa de Gaza. Tal atitude por parte deste país, pode ter representado, para o mundo, mais uma hipótese de paz entre palestinianos e judeus mas, na verdade, houve aí uma medida estratégica tomada por Ariel Sharon. Além de mostrar ao mundo uma atitude generosa, ele livrou-se de um “peso morto” pois, em Gaza, as despesas de Israel superavam os lucros.

Ariel Sharon cumpriu com dois objetivos ao desocupar a Faixa de Gaza. Eles foram os seguintes: a Faixa de Gaza é uma área pobre e sem recursos naturais e sofre com a escassez de água. Os colonatos eram poucos lucrativos. Porém, os colonos israelitas saíram sob protestos, o que contribuiu ainda mais para a estratégia da política de Ariel Sharon, ou seja, ao retirar-se de Gaza, Israel mostrou-se bom aos olhos do mundo e, ao mesmo tempo, deixou transparecer que o fim dos colonatos poderia gerar uma situação muito difícil com os colonos.

Este território costeiro, de uma extensão muito menor, em sua maioria árido e com solo arenoso, estava grotescamente polarizado entre a massiva população empobrecida palestinianiana das cidades de Gaza, Jan Yunis e Rafah e a minúscula população judia que residia na ampla zona de assentamentos ao sul. Os palestinianos concentrados na Faixa de Gaza são quase um milhão e meio e representam uma das populações mais densas do mundo (e com um crescimento mais rápido), grande parte da qual vive em uma espantosa pobreza. Até meados de 2005 cerca de 7.500 judeus viviam nas suas amplas vintena de assentamentos que, não por casualidade, estavam situados principalmente em torno das escassas fontes de água desta árida faixa. Estes assentamentos entrincheirados atrás das fortificações militares, vigiados por centenas de soldados israelitas e ocasionalmente submetidos a algum ataque isolado, eram particularmente ineficazes e caros para Israel (TILLEY, 2007: 35-36).

Na verdade, Israel enfrentou a oposição radical dentro e fora do seu território. Internamente, os colonos e alguns segmentos da sociedade não concordavam com as medidas tomadas em Oslo e as concessões feitas à Palestina, mas a política de Ariel Sharon visava atingir objetivos maiores e conseguiu. “De facto, Sharon era um dos políticos mais conscientes de que a retirada de Gaza facilitaria em vários sentidos a permanência de Israel na Cisjordânia” (TILLEY, 2007: 36-37)²⁰.

Externamente, havia o Hamas que não reconhece o Estado de Israel e também não aceitou as determinações de Oslo. Como este grupo não participou das negociações, não se sentiu comprometido com o cumprimento daquilo que foi estabelecido. Para o Hamas, grupo em relação ao qual, a princípio, Israel aprovou a participação nas eleições com a finalidade de enfraquecer a ANP em troca de, no futuro, não ter ninguém para se sentar à mesa das negociações, tem contribuído de maneira decisiva para o agravamento do conflito.

Hoje, o Hamas é um dos grandes inimigos de Israel e, por parte deste Estado não é diferente, mas a verdade é que em dado momento houve um ponto de interesse convergente entre os dois inimigos, isto é, o enfraquecimento da ANP. Segundo Ignacio Álvarez-Ossorio e Ferran Izquierdo, “um dos objetivos do governo Sharon era o de ficar sem um interlocutor válido do lado palestino fortalecendo assim aqueles que nunca se sentariam para negociar um acordo de paz” (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 147)²¹.

Nos anos subsequentes foram realizados diversos Acordos, porém infrutíferos. As decepções acumuladas ao longo dos anos contribuíram para o aumento da desconfiança e da violência na região. Assim, ampliou-se a intolerância na medida em que se reduziu a capacidade de negociação.

Os Acordos de Oslo, que marcaram uma época ante a perspectiva de superação da situação de conflito pela paz, passaram a fazer parte do passado. As várias resoluções da ONU não foram capazes de pôr fim ao

²⁰De hecho, Sharon era uno de los políticos más conscientes de que la retirada de Gaza Facilitaría en varios sentidos la permanencia de Israel en Cisjordania.

²¹Uno de los objetivos del gobierno Sharon era el de quedarse sin un interlocutor válido en el lado palestino fortaleciendo así a aquellos que nunca se sentarían a negociar un acuerdo de paz.

estigma das pendências na região. As decisões quer ao nível interno entre Israel e os seus vizinhos, quer no âmbito da ONU, sucumbiram ante as intransigências intrínsecas ao conflito.

A luta contra os palestinianos trouxe motivação não somente para Israel, que disputava território, mas também para os árabes que defendiam este mesmo território para os palestinianos. Várias guerras foram travadas contra Israel e ambos os lados permitiram-se adotar a desconfiança. Foi num ato de suspeita contra o mundo árabe que Israel, em 1967, desencadeou a Guerra dos Seis Dias contra o Egito e a Jordânia, sob a alegação de uma guerra preventiva em relação à política pan-árabe do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser.

Foi na Guerra dos Seis Dias que o conflito passou a envolver outros territórios árabes fora da Palestina e polarizou a região de modo mais intenso. A partir deste momento, Israel ampliou o seu território e ocupou terras egípcias, jordanianas, sírias e, também, Jerusalém Oriental. Estas terras ocupadas surgiram como mais um obstáculo ao processo de paz embora, em 1979, o Egito tenha recuperado as suas possessões através de um Acordo assinado com Israel.

Embora o Acordo estabelecido com o Egito, em Camp David, em 1979, sob o patrocínio do presidente norte-americano, Jimmy Carter, tenha sido bastante significativo, pois deu mostras de que é possível um Acordo de Paz, Israel não cumpriu com a determinação da ONU. A Resolução 242 estabeleceu a retirada completa de todos os territórios ocupados em 1967, porém Israel não cumpriu as obrigações legais e não sofreu nenhuma represália em consequência disso.

Pouco tempo depois de assinar o Acordo com o Egito, Israel abriu uma nova frente de batalha. Em 1982, travou a primeira guerra contra o Líbano, sob a justificativa de combater a OLP para cessarem os ataques palestinianos contra os judeus. Este tipo de ação foi alimentando o conflito que tem se alterado sucessivamente para situações de maior gravidade e de difícil resolução.

Em 1982, quando surgiu o Hezbollah, este passou a dar uma nova tónica ao conflito e intensificou o mesmo com a guerra de guerrilha ao iniciar os ataques suicidas. Este grupo, que inicialmente surgiu como uma milícia em

resposta a invasão de Israel ao Líbano, transformou-se com o passar dos anos em partido com peso político importante. Nas eleições de 2005, o Hezbollah elegeu 14 deputados para a Assembleia Nacional do Líbano. O grupo xiita, cuja inspiração ideológica radica no pensamento do aiatolá Khomeini, hoje conta com o apoio financeiro do Irão e da Síria para além dos libaneses xiitas espalhados pelo mundo e o seu secretário-geral, o xeique Hassan Nasrallah, tem como conselheiro religioso o aiatolá Seyyed 'Alî Hossaynî Khâmene'î.

O Hezbollah e o Hamas configuram-se como os principais grupos radicais e não estatais a combater Israel, mas não são os únicos. Embora estes grupos, hoje, sejam partidos políticos divergentes em termos religiosos, ou seja, xiitas e sunitas, há um inimigo comum que os unifica, que é Israel. Este país tem várias frentes rivais que passam pelos Estados, mas também pelos grupos insurgentes que são apoiados financeiramente por poderes legalmente constituídos e estatais, que também são inimigos de Israel.

Oslo foi a grande esperança para pôr fim às divergências entre Israel e os palestinianos. Em 1993, Yasser Arafat e Yitzhak Rabin, firmaram compromissos que pareciam ser o princípio de paz no Médio Oriente. Porém, a possibilidade de colocar termo à situação violenta da época não agradou a todos. Para Yitzhak Rabin, o aceno para a paz lhe custou a vida.

Após Oslo, vários Acordos foram realizados, mas sem sucesso. Mesmo ao ter assinado o Acordo de Paz com a Jordânia, em 1994, Israel não avançou em relação ao Líbano e à Síria. As disputas fronteiriças surgiram sempre como empecilhos às negociações e, em 2006, a Guerra de Israel contra o Líbano complicou ainda mais a situação.

Na verdade, o Acordo de Oslo I teve êxito apenas parcial, enquanto Oslo II fracassou totalmente. O fracasso de Oslo gerou mais decepção e descrença nas populações palestiniana e israelita. A falta de êxito nos processos de paz causou grande desilusão e revolta principalmente junto da população palestiniana, já tão massacrada no seu quotidiano, que acabou por culminar no ano 2000, na segunda Intifada.

A revolta teve como estopim o facto de Ariel Sharon, em campanha eleitoral, caminhar pela Esplanada das Mesquitas – ou Monte do Templo –, isto é, nos arredores da mesquita de al-Aqsa. Revoltados, os árabes palestinianos

interpretaram a atitude de Ariel Sharon como um gesto desaforado e reagiram no dia seguinte dando origem a segunda Intifada.

A situação agravou-se e grandes embates se deram entre palestinos e as IDF. Surgiu uma nova modalidade de terrorismo no conflito, isto é, os atentados suicidas que tomaram emprestada tal medida do Hezbollah e radicalizaram o conflito. Ampliou-se a escalada de violência e as retaliações israelitas.

Os ânimos inflamados dos radicais e a indignação dos palestinos ante a situação imposta por Israel, contribuíram para o apoio quase que incondicional do mundo árabe à causa palestina, embora este apoio, na verdade, tenha sido mais moral do que prático.

É inquestionável que há uma fragmentação interna dos Estados árabes, o que sepultou a unidade árabe almejada por Gamal Abdel Nasser e aclamada nas décadas de 1950 e 1960. Inicialmente, ela culminou na formação da Liga dos Estados Árabes mas, em 2004, durante a Guerra do Iraque, esta colapsou em consequência das divergências políticas. A unidade árabe não existe, de facto, pois as diferenças políticas, as desconfianças e as rivalidades não permitem sustentabilidade suficiente para manter as relações em níveis crescentes ou estáveis. Os interesses particulares das lideranças árabes sempre estiveram em primeiro lugar. Este foi um dos pontos que esteve na origem do fracasso da integração árabe de outrora e fez sucumbir o nasserismo:

Mas o regime nasserista precisava de recursos financeiros para pôr em prática seu projeto de construção da unidade árabe sob o comando egípcio, e aqueles que detinham o poder econômico na região, as petromonarquias, não estavam dispostos a investir suas riquezas numa aventura integracionista na qual sabiam que perderiam em termos de poder político e prestígio. (FERABOLLI, 2013: 67).

A rejeição do apoio dos EUA a Israel, país de orientação ocidental, de certo modo beneficiou a cisão entre os Estados árabes. Em resposta à união entre os EUA e Israel, alguns países árabes, como o Egito e a Síria, no passado, no período Nasser, aproximaram-se da URSS, de orientação marxista-leninista. A aproximação com a URSS serviu para aumentar as diferenças entre os países árabes, pois havia aqueles que não seguiram o

mesmo sentido político e, conseqüentemente, criou-se mais uma barreira para uma efetiva união entre os Estados árabes.

Segundo Virgínia Tilley,

O único acontecimento que poderia desencadear uma séria ação coletiva dos países árabes para enfrentar Israel seria a expulsão pela força do povo palestino fora do território do antigo mandato britânico, preconizada por alguns sionistas religiosos e de extrema-direita. Para o mundo árabe e muçulmano essa expulsão seria tão intolerável que os dirigentes árabes se veriam obrigados a atuarem para evitarem uma rebelião em massa e sua própria derrocada (TILLEY, 2007: 124).

O mundo árabe, na sua acepção histórica e atual, enfrenta uma dicotomia interna. A política disfuncional destes Estados tem contribuído, mesmo que involuntariamente, para acalentar o sonho sionista sobre a Terra Santa e poder manter sob a sua tutela a região. A política de alguns Estados árabes há muito tempo tem-se mostrado bastante autoritária e, por muitas décadas, tem-se mantido na mesma posição, seja no âmbito interno ou externo.

Os Estados árabes, apesar do autoritarismo, são frágeis em termos de negociações, pois aquilo que está em primeiro lugar são os interesses de uma elite governante. Tudo isto somado à insensatez de governos débeis, tem mergulhado o mundo árabe em guerras. “Cada guerra golpeia toda a região, gerando mais fluxos de refugiados, crescentes custos, fuga de capitais e nova exasperação faz cambalear a legitimidade dos impopulares regimes árabes” (TILLEY, 2007: 120).

Enquanto os regimes autoritários tentam manter a posição privilegiada dos seus líderes, a população divide-se em busca de uma nova perspectiva da política e da vida. Trata-se, pois, de povos massacrados por conflitos, cuja situação social e econômica é caótica.

Na maioria dos Estados árabes, grande parte da população sofre com o descaso político e a má distribuição de renda. O aviltamento da situação, há muito tempo, tem chamado à atenção daqueles que se dedicam a análise social e política destes países. São atores corruptos e autoritários que têm levado a cabo uma política de segregação de seus próprios cidadãos aos meios de sobrevivência dignas. A rebelião que tem assolado a região é

consequência dos longos anos de repressão e fome. O primeiro sinal dado foi à viragem islâmica.

Diversos factores, quer internos, quer externos ao mundo muçulmano, contribuíram para um ressurgimento religioso mais acentuado a partir dos anos 70. Em termos sociais, o fenómeno religioso é o resultado do fosso entre as aspirações das populações e as oportunidades falhadas. Durante as primeiras décadas de desenvolvimento, os governos conseguiram absorver no mercado de trabalho as forças trabalhadoras em expansão e os novos licenciados. As economias petrolíferas dos anos 60 e 70 ofereciam grandes oportunidades de emprego às populações. Contudo, em finais dos anos 70 e princípios da década de 80, o crescimento desenfreado das populações veio a juntar-se a outras dificuldades – nomeadamente a flutuação dos mercados petrolíferos – afectando seriamente as capacidades de emprego. Um número crescente de jovens e de desempregados, uma massa alienada, veio, assim, a constituir terreno propício ao recrutamento de islamistas (PINTO, 2008: 31-32).

No transcorrer dos anos, o renascimento islâmico ganhou espaço ante a derrota dos Estados árabes na Guerra dos Seis dias (1967). Os regimes nacionalistas ficaram desacreditados e a população árabe sentiu-se frustrada com a impotência dos seus Estados. Tal situação levou os árabes a atribuírem a derrota ante Israel devido ao facto de se terem afastado da fé islâmica e de terem adotado os hábitos ocidentais.

A ideia do fracasso árabe constituiu novas barreiras como, por exemplo, a do sentimento de humilhação, a da decepção e a da descrença. Massacrados pela fome e pela guerra que vivenciaram, surgiu a resistência armada, que passou a instigar cada vez mais a violência como estratégia de ataque e de defesa, assim como a crescente rejeição entre árabes e judeus. O próprio radicalismo religioso manifesta-se, hoje, como medida para vislumbrar um novo horizonte nem que seja num plano etéreo.

Primeiro de tudo, estes movimentos surgem e se desenvolvem em um contexto político compartilhado por outras forças, a da dominação política e económica externas, formal ou informal que remonta dois séculos; a fim de construir uma história e uma política de oposição a esta dominação internacional que, portanto, pediu extensivamente das ideologias seculares. Para os movimentos islâmicos as reservas para uma história tal de legitimação são abundantes: as Cruzadas, a perda da Andaluzia 'árabe', a erosão do império Otomano, as maquinações dos britânicos e franceses na Primeira Guerra Mundial, as regras coloniais, Suez, em 1956, o apoio a Israel, e, mais

recentemente, tudo o que está subordinado a 'globalização'(HALLIDAY, 2005: 215)²².

Na vigência de leis injustas, foram criadas políticas de viabilização dos interesses pessoais e/ou de grupo, ao mesmo tempo que foram traçadas, nos territórios, linhas tortuosas que acabaram por culminar em fronteiras "fictícias" e inseguras, onde o medo é uma constante na vida das pessoas.

Enquanto o conflito segue o seu curso de modo indeterminado, os principais intervenientes estrangeiros não têm conseguido resultados positivos, em parte por falta de imparcialidade durante o processo negocial mas, por outro lado, devido a interesses estratégicos conflitantes na região. Isto tem contribuído para o agravamento da situação, de modo que a desconfiança do lado árabe não é somente com relação a Israel, mas também o é em relação às potências ocidentais.

A base segura para qualquer negociação em situação de conflito é a imparcialidade, mas essa característica não tem estado presente em praticamente todos os Acordos de Paz até hoje celebrados entre Israel e o mundo árabe. A falta de imparcialidade só tem aumentado as desconfianças e promovido o fracasso de muitas negociações. Isto acontece porque, segundo Raymond Aron,

As regras do jogo diplomático não estão perfeitamente codificadas, e alguns jogadores as violam, quando isto lhes traz vantagem. Não há um árbitro, e mesmo quando o conjunto dos atores (as Nações Unidas) pretendem fazer um julgamento, os atores nacionais não se submetem às decisões desse árbitro coletivo, cuja imparcialidade é discutível. Se a rivalidade das nações faz lembrar um esporte, é a luta livre um autêntico *catch* (ARON, 2002: 57-58).

Ante a dificuldade de se encontrar um equilíbrio e um grau satisfatório de imparcialidade nas negociações para chegar a uma solução pacífica, com o passar dos anos, o conflito agravou-se. Mais direitos foram sendo reivindicados, ao mesmo tempo que se tornaram obstáculos quase intransponíveis. Assim, quanto mais longo é um conflito, mais direitos vão

²²First of all, these movements arise and develop in a context shared by other political forces, that of the external political and economic domination, formal or informal that goes back two centuries; in order to construct a history and a politics of opposition to this international domination they, therefore, borrow extensively from secular ideologies. For Islamic movements the reserves for such a legitimating history are plentiful: the Crusades, the loss of 'Arab' Andalusia, the erosion of the Ottoman empire, the machinations of the British and French in World War I, colonial rule, Suez in 1956, support for Israel, and, most recently, all that is subsumed under 'globalisation'.

sendo conquistados e maiores serão as reivindicações de ambos os lados. O amadurecimento do conflito gera novas aspirações que são alimentadas pelo antagonismo que também foi sendo construído no tempo.

Atualmente, refletir sobre a possibilidade de paz no Médio Oriente é pensar em termos de estratégia. O futuro, nesta região, passa a depender cada vez mais do que será feito no presente em busca da resolução do problema. Resolver tal questão é urgente e não se refere a uma mera alusão à situação vigente, pois isto não será suficientemente capaz de pôr fim ao conflito. Segundo Martin Wight, ao contrário de associações entre potências que, por vezes, têm afinidades não só em termos de interesses mas, também, em tradições, as quais são tão próximas que representam algo natural, “existem aversões e antigos conflitos que parecem constituir inimizades naturais” (WIGHT, 2002: 118).’

É inquestionável o facto de que as fronteiras entre alguns dos principais vizinhos de Israel ainda permanecem duvidosas, com os limites ainda não oficialmente definidos. Isto porque tais Estados permanecem em situação de disputa como, por exemplo, Israel e a Síria, que disputam os Montes Golã que, hoje, estão sob ocupação israelita.

Israel não demonstra, de facto, interesse em devolver este planalto de aproximadamente mil metros de altitude, pois há interesses estratégicos desde a questão da segurança até à garantia dos recursos hídricos. Indubitavelmente, o controlo desta área dá a Israel importantes vantagens, as quais superam os benefícios auferidos num Tratado de Paz com a Síria e a devolução dos Montes Golã a este país.

Militarmente, a retirada dos Montes Golã seria extremamente problemática. O controlo dessa área dá a Israel várias importantes vantagens, incluindo aquelas que foram cruciais para repelir a surpresa da ofensiva militar síria em outubro de 1973, e permitiu a Israel manter a estabilidade ao longo dessa fronteira (INBAR, 2011: 03)²³.

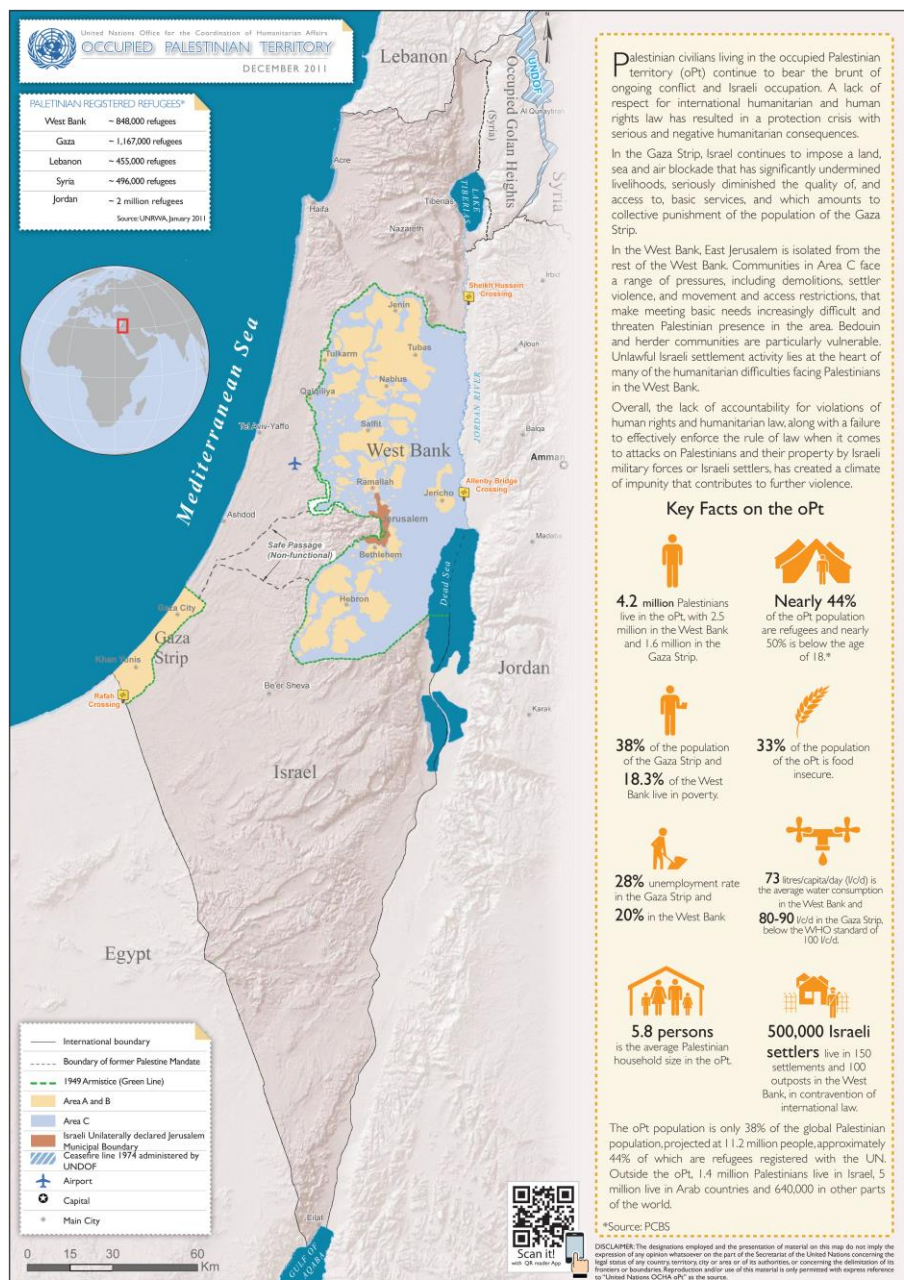
²³Militarily, withdrawal from the Golan Heights would be extremely problematic. Control of this area gives Israel several important advantages, including those that were crucial in repelling the surprise Syrian military onslaught in October 1973, and has enabled Israel to maintain stability along this border.

Ao contrário do autor, para Shimon Peres, as armas inteligentes e a alta tecnologia permitem dispensar certas estratégias do passado e assegurar a defesa e a segurança. Shimon Peres diz o seguinte:

A escola tradicional de defesa não tem respostas para a realidade geográfica de hoje ou para a ameaça tecnológica. A questão geográfica surgiu com o desenvolvimento de mísseis balísticos de longo alcance. Hoje em dia, as considerações físicas da estratégia tradicional – obstáculos naturais, estruturas de engenharia, mobilizações de tropas, localização dos campos de batalha – são irrelevantes numa defesa contra ataques de mísseis. Até mesmo as armas de defesa – os mísseis antimísseis – são quase inúteis e exigem dispêndios financeiros exorbitantes. Com a substituição do critério geográfico pelo de balística, diminuiu o significado da expressão ‘profundidade estratégica’ (PERES, 1994: 52).

Contrariamente a Shimon Peres, a análise de Efraim Inbar, em termos estratégicos e de segurança, não é única em Israel. A ocupação do território, para este país, ainda é a melhor opção no que se refere à garantia das suas fronteiras e à segurança dos seus cidadãos, pelo menos, para determinados estudiosos do assunto. Podemos verificar, no mapa que apresentamos em seguida, a ocupação atual do território palestino. Por outro lado, é nos Montes Golã que, a seu Nordeste, encontramos o Mar da Galileia – ou Mar Tiberíades, também designado Lago de Genesaré –, o mais extenso lago de água doce de Israel.

MAPA 2



Fonte: ONU, 2011.

A tecnologia é vista por alguns autores, como Efraim Inbar, como algo que está em mudança constante a partir da evolução tecnológica, uma arma é neutralizada por uma nova invenção mais poderosa. Segundo o autor, “é importante lembrar que a história da guerra mostra que a superioridade

tecnológica e melhores armas não são suficientes para ganhar uma guerra” (INBAR, 2011: 11)²⁴.

A partir do ponto de vista do autor, a ocupação do território torna-se fundamental para Israel no que toca aos Montes Golã. A garantia da água também aparece como um ponto essencial a ser assegurada através da manutenção da ocupação israelita sobre o planalto talvez mais cobiçado do planeta. Como bem disse Raymond Aron,

Os Estados não se relacionam apenas por meio dos seus nacionais que visitam outros países, mas também por meio do domínio público internacional o-mar-e, no futuro, possivelmente também por meio da atmosfera, acima de uma certa altitude, ainda não fixada. Alguns cursos d'água, embora situados dentro do território de um Estado, são de tal modo indispensáveis a outros Estados que sua utilização é garantida a todos, ou a um certo número deles, por convenções internacionais; podem surgir conflitos devido à interpretação contraditória de tais convenções ou à violação pura e simples desses atos internacionais, pelos Estados que dispõem de meios físicos para tanto (ARON, 2002: 872).

As múltiplas funções estratégicas, tais como a militar, incluindo defesa e segurança, recusos hídricos e, mesmo, económicos, são os condutores de uma batalha em torno de um mesmo espaço físico que parece ser determinante para os atores regionais em disputa que, de certo modo, ignoram as próprias leis do Direito Internacional e, conseqüentemente, estimulam as rivalidades e inibem as possibilidades de negociações bilaterais e multilaterais.

Nenhum conflito, ou situação de conflito, se resolve por si só. É necessário um conjunto de mecanismos estratégicos que permitam estabelecer parâmetros reais e justos para todas as partes envolvidas e, o que é mais importante, o interesse de todos os envolvidos em querer pôr fim à situação vigente. Com certeza, esta não é uma etapa fácil, mas a única via para se estabelecer uma paz durável.

Muitas ideias podem ser formuladas em nome da paz no Médio Oriente, porém não passarão de meras utopias. O que existe na região é um problema real que tem que ser tratado como tal. Enquanto Estado mais forte da região, cabe a Israel tomar a dianteira nesta empreitada e traçar, em conjunto com os

²⁴It is important to remember that the history of warfare shows that technological superiority and better weapons are not enough to win a war.

seus vizinhos, uma estratégia, cujos critérios sejam menos desiguais entre as partes e norteadores de consenso entre todos os envolvidos.

Chegar a um Acordo entre todas as partes em conflito, sabemos que não é fácil, pois cada lado espera resolver a situação a seu favor, ou seja, vencer. Na verdade, nenhuma parte abre mão da vitória na guerra. A opção pelo fim do conflito vai exigir o esforço das partes para superar o desejo de vitória militar, o que significa abrir mão de um bem individual em nome de um bem maior, que é a harmonia coletiva.

Ao prevalecer o mais forte, a vitória não lhe trará sossego pois, dependendo do modo como obteve esta vitória militar, poderá significar que venceu apenas uma batalha, mas não a guerra. Num conflito com a natureza do conflito israelo-árabe, marcado pela desconfiança e pelo ódio, apenas a vitória militar não será suficiente para estabelecer a paz, o que implica o compromisso de um Acordo conjunto.

O que acima foi descrito também se assemelha a uma utopia. Porém, deixa de ser utopia a partir do momento que não indicamos tal situação a partir de um imaginário individual ou coletivo que se realizará, mas através da reflexão profunda sobre as diferentes causas do conflito que apontam para a tomada de decisões bilaterais e multilaterais como a única possibilidade de resolver a contenda.

Contudo, dar atenção a tal questão pressupõe, antes de mais nada, salvaguardar a indispensável qualidade analítica no tocante às perspectivas do conflito. Já não se pode alterar tal situação sem a atuação por meio do consenso e de decisões multilaterais. Enquanto uma das partes se sentir preterida ou prejudicada, não haverá nada que possa resolver o problema. Eis um dos pontos-chave da estratégia, que são as cedências.

Acreditar numa paz duradoura no Médio Oriente não faz parte de sonhos ou utopias, mas é algo inevitável após os longos anos de conflito. A vitória israelita ou árabe nunca será a melhor solução. Qualquer que seja o lado vencedor do conflito através da intervenção militar, isto significará massacre e carnificina e, provavelmente, os enfrentamentos continuarão.

O fim deste conflito através da guerra significa a destruição em larga escala, que poderá ultrapassar as fronteiras árabes e israelitas. O passado foi marcado por guerras que nada resolveram, o que voltará a acontecer no futuro.

Contabilizará o aumento de perdas humanas indefinidamente enquanto prevalecer a vontade da vitória militar.

É cada vez mais iminente a possibilidade de uma guerra superior a todas até agora realizadas. Basta analisarmos desde o princípio até à atualidade para verificarmos que o conflito nunca diminuiu com o tempo, mas só se agravou. Há períodos de relativa calma, mas ele continua latente e pode explodir a qualquer momento, pois é alimentado por situações muito adversas, principalmente na Palestina, que acaba por incitar os ódios e sentimentos de *revanche* na região.

Para os palestinos, a questão não é apenas a presença de colonos na Cisjordânia e (até 2005) em Gaza. É o controle israelense do território, o uso israelense dos recursos hídricos, as limitações que tudo isso impõe às suas perspectivas econômicas, a maneira pela qual são tratados pelas forças israelenses (SMITH, 2008: 57).

O conflito tem massacrado principalmente os palestinianos e tem sido o potenciador das desconfianças na região. A própria natureza do conflito tem sido capaz de obstruir qualquer possibilidade de entendimento, pois é o instrumento que lança obstáculos na medida em que sempre está em choque com interesses divergentes. Ao ser assim, do mesmo modo que ele não permite o equilíbrio, também não permite uma situação estática. Uma de suas características é a mudança que nem sempre é satisfatória ou boa para todos, pois este visa o domínio.

No Médio Oriente, há a presença de muitos componentes que nutrem o conflito. A reivindicação de direitos históricos, interesses divergentes, desconfianças, falta de cedências, medo, humilhações, miséria, desejo de dominação, de entre outros, estabelecem as linhas diretivas do conflito.

A naturalização de sistemas de ataques e de defesa corresponde ao quotidiano de milhares de pessoas que vivem sob a iminência de uma guerra fatal. Não é por meio de distúrbios que se conseguirá chegar ao consenso, mas por via de Acordos que envolvam todas as partes interessadas.

O fim das fronteiras imprecisas poderá abrir espaço para negociações frutíferas. Neste ponto, torna-se necessária a realização de um novo traçado de modo que as linhas limítrofes não sejam estabelecidas conforme os interesses de cada Estado, mas com base naquilo que é justo para todos. Infelizmente, o

justo é um fator de desentendimento na região e pode até mesmo conduzir aos embates.

Em relação à Síria, Israel mantém sob o seu domínio os Montes Golã, ricos em água, recurso escasso na região. A finalidade da água não pode mais ser pensada como mera satisfação de um lado, mas como uma riqueza natural que poderá ser negociada. Tal negociação poderá não ser fácil, mas é necessário esgotar todas as possibilidades. Para que isto ocorra é preciso, antes, um primeiro Acordo para que sejam possíveis outros.

Os Montes Golã, conquistados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias, foram anexados definitivamente por este país em 1981, através da Lei dos Montes Golã. Esta lei, encarada à luz da Resolução 497, do Conselho de Segurança da ONU, é ilegal uma vez que não reconhece os territórios conquistados pela força: “a aquisição de território pela força é inadmissível de acordo com a Carta das Nações Unidas, os princípios do direito internacional e as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança” (Resolução 497, ONU, 1981, texto digital)²⁵.

É no incumprimento de leis maiores e sem sofrer qualquer consequência, que Israel tem-se prevalecido sobre os seus vizinhos. Israel tem ocupado as áreas consideradas estratégicas para o seu bem-estar e desenvolvimento. Enquanto prevalecer tal atitude, o conflito só se agravará.

Novas rivalidades vão sendo construídas no dia-a-dia. Estabelecem-se sistemas de apoio entre os árabes, o que amplia o conflito e aumenta os riscos para Israel. A Palestina, por exemplo, acima referida como sendo o epicentro do conflito, tem feito a sua resistência a Israel através da luta armada e de atos terroristas, o que tem contribuído para ampliar o grau de violência na região, ao mesmo tempo que tem conquistado adeptos.

Estrategicamente, os ataques e os contra-ataques são programados por ambos os lados. Os radicais recebem apoio de Estados inimigos de Israel como, por exemplo, a Síria e o Irão. Forma-se uma rede que, na verdade, não defende os interesses de um lado específico, mas os próprios desejos e, ainda, através de atos violentos, busca satisfazer a vontade de vingança e de poder.

²⁵la adquisición de territorio por la fuerza es inadmisibile con arreglo a la Carta de las Naciones Unidas, los principios del derecho internacional y las resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad.

O fim do conflito implica, necessariamente, a resolução de um dos pontos essenciais, que é o conflito israelo-palestiniano. Sem acordo entre as duas partes beligerantes, dificilmente haverá um Acordo de paz duradouro ente Israel e os Estados árabes.

Na atualidade, o mundo árabe está a passar por transformações significativas. Tudo parece incerto. Embora não pareça, há uma desconfiança que paira no ar. Ao analisarmos a situação do Egito com Israel, a insegurança existe porque, de facto, nunca existiu um Acordo definitivo e isento de desconfianças.

Cada país tem a responsabilidade de zelar pela sua população, o que implica esforços para realizar Acordos que não comprometam o direito à vida dos seus cidadãos. Quando um Acordo parte do pressuposto que deve ser efetivado para atender o interesse de alguns, inevitavelmente estará colocando a sua população e a própria soberania do Estado em risco, pois torna-se impossível saber o que acontecerá quando o interesse chegar ao fim ou aparecer um outro grupo de negociadores, cujos objetivos são divergentes dos primeiros.

As incertezas do presente só serão resolvidas num futuro que, inevitavelmente, tem que ser construído no presente. A partir do momento em que o presente é utilizado para a construção de animosidades, o futuro será construído no terreno pedregoso que alternará com a areia movediça.

No âmbito dos principais Estados envolvidos no conflito israelo-árabe, sempre há a hipótese de mais países se unirem para combater Israel. Independentemente da capacidade de organização dos árabes há um ponto convergente entre todos, que é a luta contra Israel.

Ante a ameaça constante a Israel, este país tem-se preparado militarmente para a guerra. Israel está rodeado por inimigos e, embora os confrontos com a Palestina sejam os mais visíveis, estes não oferecem perigo nem ameaçam verdadeiramente Israel. O mesmo se aplica em relação ao Líbano.

A Palestina e o Líbano fazem uma guerra de guerrilha contra Israel. A guerrilha não é fácil de ser vencida por Forças Armadas convencionais, mas não tem grande hipótese de provocar a destruição total de um país militarmente tão poderoso quanto Israel.

Contudo, é no poderio militar israelita que pode estar reservada uma grande ameaça externa. A partir do momento em que há uma ligação solidária entre os Estados árabes e islâmicos, um combate efetivo entre Israel e um Estado árabe poderá, em algum momento e ante determinada situação, ser interpretado como um ataque a todos. Neste sentido, Israel terá que enfrentar uma coligação de Estados árabes e uma guerra “tradicional” mesclada com as guerras de guerrilha desencadeadas por grupos radicais como, por exemplo, o Hamas e o Hezbollah que estão vinculados a estes Estados ou que são apoiados por eles.

A ameaça, para Israel, vem do modo como foi construída, no passado, a sua presença na região e como foram determinadas as suas fronteiras. Portanto, a ameaça constitui uma rivalidade que tem atravessado décadas e fronteiras na qual, hoje, a grande ameaça individual não é a de um país árabe, mas de um “aliado” árabe persa. O Irã é, na atualidade, o grande inimigo de Israel. O Irã não está só mas, pelo contrário, tem o apoio dos inimigos tradicionais de Israel.

2.3 OS FRACASSOS DE OSLO E A CONTINUIDADE DO CONFLITO

Após as expectativas criadas no período que se seguiu aos Acordos de Oslo, a resolução do conflito tem estado adiada. Oslo significou a esperança frustrada pelo menos por aqueles que acreditaram que as negociações eram possíveis. Embora Oslo significasse, na verdade, a resolução parcial do conflito, havia expectativas. Tais expectativas centravam-se na possibilidade de ver resolvidos os problemas com a Palestina, o que daria uma abertura para futuras negociações com os outros países.

A resolução do conflito entrou numa letargia que, de certo modo, beneficia Israel. O poder de Israel na região, somado ao apoio norte-americano, tem contribuído decisivamente para a manutenção da situação vigente, pois além de ser o poder que desequilibra os demais poderes regionais, Israel conta com o apoio da maior potência mundial, o que faz aumentar ainda mais as desigualdades no Médio Oriente.

O Hamas considera que os Acordos de Oslo e quaisquer negociações de paz são inúteis enquanto forem edificados em torno de uma balança de poder onde o cumprimento das exigências israelenses figura no topo da discussão. De acordo com o Hamas, eles significam tratados de rendição, e não acordos de paz. Sob a perspectiva do Hamas, o fracasso dos Acordos de Oslo é inevitável, e as razões por trás disso são as seguintes: Os proponentes de Oslo afirmaram durante meses, seguindo sua indicação, que os planos poderiam trazer um fim à ocupação [da Palestina], e, portanto, os palestinos não precisavam mais promover uma luta armada contra os israelenses (HROUB, 2008: 90-91).

Não se trata da opção de Israel, de querer ou não continuar com o conflito. Porém, não pode passar despercebido o facto de que este país também tem dificultado os processos de negociações. Neste contexto, cabe lembrar, mais uma vez, a estratégia israelita em relação ao Hamas que, como já foi dito anteriormente, recebeu o apoio de Israel para concorrer às eleições de 2006.

Embora a questão acima aludida se refira apenas a uma parte do conflito, a situação criada a partir daí reflete uma posição clara de Israel em relação ao que se pretende para o futuro e a falta de disposição israelita para pôr um fim definitivo ao conflito, de modo que, ao analisarmos a situação, é possível perceber que Israel tem a intenção de integrar ao seu território todas as terras relatadas no Livro Sagrado.

Apesar de existirem divergências quanto às exigências para o fim do conflito, o que caracteriza todos os lados envolvidos são a ambição, a falta de disposição para negociar, a desconfiança e a violência empregue. Após a celebração do Acordo de Paz com a Jordânia, em 1994, as negociações entre Israel e a Síria não prosperaram.

Após a morte de Yithzchak Rabin, as negociações congelaram de vez, embora Shimon Peres tenha tentado reabrir os processos de negociações, mas não teve êxito. Com o início da Intifada, em 2000, e a eleição de Ariel Sharon, deu-se a radicalização do conflito entre Israel e a Palestina.

As várias tentativas de Acordo têm fracassado sucessivamente enquanto que as hostilidades têm prosseguido e, até, aumentado. A questão entre a Síria e Israel continua sem solução e, neste caso específico, seria importante que Israel voltasse à mesa de negociações, o que facilitaria, no futuro, a resolução dos problemas com o Líbano.

Não restam dúvidas de que as medidas tomadas para a resolução do conflito têm que ser multilaterais em termos gerais, mas não se pode descartar a possibilidade de estabelecer, num primeiro momento, negociações bilaterais em determinadas situações. De entre estas situações, que não é a única, está a Síria, que tem forte influência sobre o Líbano. Na medida em que se conseguir um Acordo entre Israel e Síria, ficará mais fácil estabelecer um Acordo com o Líbano, pois a influência síria, que é um obstáculo, será obstruída ou, no mínimo, reduzida de modo significativo.

A ligação da Síria com o Líbano não é uma relação de amizade, mas de interesse. Na concepção síria, o Líbano é um território que pertence à grande Síria. Isto é, a Síria e o Líbano atuais correspondiam ao mesmo território durante o Mandato Francês que, posteriormente, foi dividido em dois Estados, ou seja, Síria e Líbano. Neste sentido, entende-se segundo a concepção síria que o Líbano foi deslocado do seu território, havendo, pois, o desejo de recuperá-lo.

As fronteiras, cujos traçados foram feitos de acordo com os interesses ou com aquilo que era conveniente, têm desequilibrado o Médio Oriente. A Síria e o Líbano, por exemplo, não têm as suas fronteiras determinadas de maneira precisa. A influência política e militar da Síria no Líbano não é algo raro, mas quase sempre presente. Prova disso foi a presença das tropas sírias em território libanês no período compreendido entre 1976 e 2005, sob a alegação de uma força de paz para auxiliar no período que se seguiu ao fim da Guerra Civil libanesa.

Geograficamente, o Líbano está cercado pela Síria com exceção do lado meridional, que faz fronteira com Israel. A Síria tem uma posição aparentemente dúbia mas, na verdade, quer manter o Líbano sob o seu controlo. Ao mesmo tempo que a Síria apoia o Hezbollah no combate a Israel, considera o Líbano como parte do seu território e tem intenções sobre o País dos Cedros. É verdade que há uma conexão entre a Síria e o Hezbollah, pois existe um elo religioso que os une, na medida em que a seita alauita é uma ramificação da religião muçulmana xiita. Além desta proximidade de religiosidade há um inimigo comum para ambos, que é Israel. Para o Hezbollah, Israel é o seu inimigo declarado desde que perdeu a guerra e território para os judeus.

Com a independência, em 1943, o Líbano evoluiu economicamente. Porém, numa terra praticamente sempre marcada por disputas religiosas, acabou por naufragar a prosperidade alcançada pelo país. A situação agravou-se com a entrada de refugiados palestinos, que fez agudizar as disputas entre cristãos e muçulmanos de modo que desestabilizou o país e conseqüentemente, culminou na Guerra Civil, que durou de 1976 a 1991. De certo modo, isto exemplifica a capacidade de influência do conflito israelo-palestino, que é um conflito que atravessa fronteiras e consegue levar as hostilidades para outros países, desestabilizando-os.

Durante os 15 anos de Guerra Civil, o Líbano sofreu a intervenção da Síria, que contou com o apoio de Israel, dos EUA e da ONU. A presença da OLP, cujas atividades anti-israelitas provocaram a intervenção e a ocupação do Sul do Líbano em 1978, fez agravar a situação do país. O cenário repetiu-se em 1982 quando, finalmente, Israel conseguiu expulsar a OLP do território libanês.

Sem muito sucesso, a força de paz da ONU só retornou em 1982, devido ao massacre de civis palestinos em Sabra e Chatila, realizado pela Falange libanesa como vingança pelo assassinato do presidente Bachir Gemayel que, supostamente, foi assassinado por palestinos. Israel foi acusado de omissão, pois seria impossível o Exército israelita não ter noção do que iria acontecer em Sabra e Chatila, uma vez que tinha conhecimento acerca de praticamente tudo o que se passava nos campos de refugiados.

Mediante as batalhas travadas entre as forças muçulmanas, em 1987, o Líbano sofreu nova intervenção síria. Em 1988, aproximadamente 20 invasões aéreas israelitas foram registadas enquanto o seu Exército ocupava o Sul do Líbano desde 1982. Em 1989, foi estabelecido um Acordo de Paz, no Líbano sob a proteção da Síria. Criou-se uma paz frágil enquanto que, no Sul, se acirrava a batalha entre as IDF e o Hezbollah, sendo que o último tinha e tem o apoio do Irão.

O Hezbollah, "Partido de Deus", criado em 1982, durante a invasão israelita no Sul do Líbano, sem o importante apoio recebido da Síria e do Irão, talvez não tivesse prosperado tanto no que diz respeito à sua condição política, hoje. O Hezbollah que nasceu a partir de um pequeno grupo de guerrilha é, atualmente, um grupo politicamente sólido na vida libanesa.

Aliado do Irão, mas também da Síria, tem um discurso profundamente anti-israelita e anti-ocidental, incluindo chegar a preconizar a eliminação da presença não muçulmana no Líbano. *Hezbollah*, que goza do apoio financeiro de Teirão e do apoio político de numerosos regimes, é liderado pelo xeque *Hassan Nasralá* (RAMOS & ZAMORANO, 2008: 33)²⁶.

A violência com que Israel atuou, provocou, em 1996, a intervenção dos EUA e da França, de modo que foi assinado o Acordo que ficou conhecido como “Entendimento de Abril”. Através destas negociações, reconheceu-se o direito libanês de resistir à ocupação israelita e à milícia pró-israelita conhecida como Exército do Sul do Líbano. Sob pressão, em 2000, Israel retirou-se da parte Sul do Líbano, porém, para os libaneses, a retirada não foi total, porque Israel não saiu das Fazendas de Shebaa, oficialmente reconhecidas pela ONU como pertencentes ao Líbano.

As Fazendas de Shebaa também são reivindicadas pela Síria. Esta faixa de terra pertence ao Líbano desde o período do Mandato Francês e, entre 1950 a 1960 esteve sob ocupação síria, que acabou por perdê-las para Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Trata-se de uma pequena extensão de terra localizada na tríplice fronteira Líbano, Síria e Israel. Esta faixa de terra é territorialmente pequena, pois mede apenas quatorze Quilómetros de extensão e dois Quilómetros e meio de largura. Porém, é bastante estratégica. Além de ligar o Monte Hérmon aos Montes Golã, a região é rica em água potável, são terras altas que podem chegar a 1880 Metros e estão despovoadas desde a Guerra dos Seis Dias. Isto permite a Israel manter sob vigilância a parte Sul do Líbano e ainda visualizar o Oeste do seu território.

De certo modo, Israel ainda ocupa território libanês. Ao permanecer a ocupação das Fazendas de Shebaa permanece também a ambição de manter sob o seu domínio as terras que são de seu interesse. De facto, não há uma preocupação real por parte de Israel em acertar definitivamente as suas fronteiras com os vizinhos. Enquanto a situação permanecer como está haverá a suspeita árabe sobre o que realmente Israel pretende na região.

Ao retirar-se do Sul do Líbano, Israel não tomou nenhuma medida para evitar qualquer tipo de violência maior mas, pelo contrário, fez uma retirada

²⁶Aliado de Irán, pero también de Siria, tiene un discurso profundamente antiisraelí y anticidental, incluso llegando a preconizar la eliminación de la presencia no muçulmana em El Líbano. *Hezbolá*, que goza del apoyo financeiro de Teherán y del apoyo político de numerosos regímenes, está liderado por el jeque Hassan Nasralá (RAMOS & ZAMORANO, 2008: 33).

rápida e sem aviso prévio. Foi uma retirada estratégica, cuja finalidade era provocar uma pequena guerra civil. Quando Israel desocupou o Sul do Líbano, esta região passou para o controle do Hezbollah, que ao ser, também, um grupo religioso, pertence àqueles que entram em embate interno para defender os interesses religiosos e de grupo.

Após a retirada de Israel, começaram as pressões sobre a Síria, que ainda permaneceu no Líbano com um efetivo militar de trinta mil soldados. A Síria só iniciou a sua retirada em 2001, no mandato do presidente Bashar al-Assad. Porém, este país fez apenas uma retirada parcial, ou seja, metade do efetivo militar ainda permaneceu no Líbano até 2005.

Nesta fase, o Líbano passou por um período bastante crítico, mas significativo sob o ponto de vista da libertação da intervenção síria. Nesta altura, alguns fatores determinaram o andamento dos acontecimentos tais como George W. Bush, que já tinha sido eleito e retirado o apoio à permanência da Síria no Líbano e o assassinato do ex-primeiro ministro libanês Rafiq Hariri. Todos estes acontecimentos, somados a alguns outros, culminaram num forte sentimento nacionalista e patriótico que levou à Revolução dos Cedros, em 2005, e aglutinou milhares de pessoas a exigir a retirada total da Síria do território libanês.

Neste contexto, o herdeiro político do líder Kamal Jumblatt, Walid Jumblatt, líder do Partido Socialista Progressista (PSP) e da comunidade drusa libanesa, juntou-se à Aliança 14 de Março, que é um bloco suprapartidário anti-Síria, cujo nome deriva de um comício realizado em Beirute, um mês após o assassinato de Rafiq Hariri. No comício, os manifestantes pediram o fim da influência da Síria no Líbano. Nas eleições de 2005, a Aliança 14 de Março ganhou a maioria no parlamento e Walid Jumblatt tornou-se um importante porta-voz anti-Síria, no Líbano.

A complexa política libanesa vive o embate entre aqueles que apoiam a influência síria e aqueles que a combatem. De entre os apoiantes da Síria, encontra-se a Aliança 8 de Março, cujo nome foi escolhido na sequência da manifestação popular contra a influência da Síria no Líbano, em 2005.

Liderada pelo Hezbollah, a Aliança 8 de Março fortaleceu-se com a integração do Movimento Patriótico Livre, em Fevereiro de 2006, o qual se desligou da Aliança 14 de Março. O líder do Movimento Patriótico Livre, o

cristão maronita Michel Aoun, considerou que, como a Síria havia se retirado do Líbano em Abril de 2005, o seu trabalho já estava concluído. Ante esse panorama, Michel Aoun sentiu-se livre para se aliar à Aliança 8 de Março e, portanto, ao Hezbollah.

A Aliança 8 de Março voltou a fortalecer-se em 2011, quando o Partido Socialista Progressista se tornou mais um dos seus aliados ao desvincular-se da Aliança 14 de Março, após a visita do líder do Partido Socialista progressista, Walid Jumblat, a Síria. Com mais um aliado, a Aliança 8 de Março conseguiu a maioria no Parlamento e tornou-se suficientemente forte, para em 2011, nomear Nagib Mikati como primeiro-ministro do Líbano. Porém, em 22 de Março de 2013, o primeiro-ministro demitiu-se, pois com a intensificação da pressão entre os campos pró-Bashar al-Assad e anti-Bashar al-Assad, Nagib Mikati não reunia condições para cumprir integralmente o seu mandato.

O Líbano tem uma situação política complexa e, desde o final da Guerra Civil, em 1990, o poder político tem estado dividido entre as importantes facções religiosas, tais como a muçulmana xiita, a muçulmana sunita e a cristã maronita. Isto não tem permitido o equilíbrio de poder, ao mesmo tempo que a Aliança 8 de Março e a Aliança 14 de Março disputam quanto ao apoio e à rejeição a Síria que se encontra em Guerra Civil.

Juntamente com os problemas económicos e sociais, o Líbano enfrenta a complexidade interna da sua política, o grande número de refugiados originários da vizinha Síria e a difícil vizinhança com Israel. O impasse interno vivido pelo Líbano, que significa um entrave para o seu desenvolvimento económico e social, é agravado por esta relação de rejeição mútua com Israel. Isto eleva as ameaças constantes de ambos os lados, as quais podem levar ao conflito armado, como já aconteceu no passado.

Em 2006, o Líbano voltou a sofrer novamente uma invasão de Israel. Após o sequestro de dois soldados israelitas, pelo Hezbollah, Israel bombardeou o país e, em seguida, atacou por terra. As infra-estruturas do Líbano foram destruídas e feitas milhares de vítimas. Israel foi condenado internacionalmente mas, na prática, quem sofreu realmente foram os libaneses que viram deteriorar a sua política interna na medida que a caos se instalou no país.

O Líbano tem sido, de certo modo, o receptáculo das tensões do mundo árabe. Direta ou indiretamente, este país acaba por ser influenciado pelas consequências do conflito. Ao analisarmos a situação do Líbano, devemos verificar que o país, em muitas ocasiões, não tem procurado fazer a guerra com os seus vizinhos. Hoje, quem acende os ânimos guerreiros fora da fronteira libanesa é o Hezbollah, mas não o Estado propriamente dito.

O Líbano viu-se envolvido na Guerra com Israel como consequência da presença palestina (OLP) e dos refugiados em território libanês. O nível de tensão da Palestina foi transferido para o Líbano. A própria criação do Hezbollah justifica-se como uma milícia que surgiu para responder à invasão israelita de 1982.

As relações económicas e diplomáticas entre Israel e o Líbano nunca foram perfeitas, mas têm piorado com o passar dos tempos. Não se pode dizer que o Líbano já tenha mantido relações cordiais com Israel, mas as fronteiras eram mais calmas e, em 1949, o Líbano foi o primeiro país da Liga dos Estados Árabes a demonstrar interesse em estabelecer um Acordo de Paz com Israel, não tendo participado de modo expressivo na Guerra dos Seis Dias e na do Yom Kippur.

Na verdade, em todas as guerras que envolveram um maior número de países árabes, quem esteve nos processos que desencadearam as guerras não foi o Líbano, mas a Síria e o Egito. Estes dois países sempre estiveram à frente de todas as guerras israelo-árabes ou para dar início aos ataques, ou como os países alvos de Israel.

O Egito passou a diminuir o ritmo das hostilidades após assinar um Acordo de Paz com Israel, mas o mesmo não pode ser dito em relação à Síria que ainda não se demonstrou receptiva à abertura de conversações com Israel. Na atual conjuntura, vive-se um impasse não só em relação à Síria, mas também ao Líbano, imperando a incerteza sobre a manutenção de paz entre o Egito e Israel.

Por uma margem de 54% para 36% -, os egípcios dizem que o seu país deve anular o acordo de paz de três décadas com Israel. Egípcios muçulmanos que simpatizam com os que discordam de fundamentalistas islâmicos estão quase igualmente divididos em suas opiniões sobre o tratado de paz, 48% defende a manutenção do tratado com Israel e 51% a favor da anulação. Entre aqueles que simpatizam com os fundamentalistas ou que não escolheram um

lado, o saldo de opinião é a favor de anular o tratado (51% favorável a anulação, favorável a manutenção 34%). As opiniões sobre o tratado de paz com Israel também variam por grupo e renda. Seis em cada dez entre as pessoas com rendimentos mais baixos apoiam anular o acordo de paz, enquanto 45% dos egípcios de maior renda concordam em manter o acordo. As Atitudes também diferem pela educação: 59% das pessoas com ensino primário ou menos são favoráveis à anulação do tratado, enquanto apenas 40% das pessoas com educação superior ou mais se sentem da mesma maneira (AAVV, 2011, texto digital)²⁷.

A insegurança quanto à manutenção do Acordo de Paz torna-se incerta a partir do momento em que o poder que o manteve não está mais na condução do Egito. Hoje, sobressai a negação deste Acordo pela maioria da população, o que põe em risco a paz entre Israel e o Egito uma vez que a sociedade deste último país poderá rebelar-se ao ponto de colocar o Estado ante a escolha pela sua população ou a manutenção do Tratado de Paz.

Há um aspecto relevante no processo de manutenção da paz, que são os fundamentalistas islâmicos. Estes merecem atenção dado ao facto de que sempre foram fiéis à sua ideologia e ao pensamento sobre Israel. Vale a pena analisarmos o seguinte gráfico:

²⁷By a 54%-to-36% margin, Egyptians say their country should annul its three-decade-old peace agreement with Israel. Egyptian Muslims who sympathize with those who disagree with Islamic fundamentalists are nearly evenly divided in their views on the peace treaty; 48% favor maintaining the treaty with Israel and 51% favor annulment. Among those who sympathize with fundamentalists or who do not choose a side, the balance of opinion is in favor of annulling the treaty (51% favor annulment, 34% favor maintainance). Views on the peace treaty with Israel also vary by income group. Six-in-ten among those with lower incomes support annulling the peace agreement, while 45% of higher-income Egyptians agree. Attitudes also differ by education: 59% of those with a primary education or less favor annulling the treaty, while only 40% of those with a college education or more feel the same way.

GRÁFICO 1

More support for Israel who disagree with fundamentalists

(Vol)	Sympathize With	Those Who Disagree	Both/Neither/DK
	Fundamentalists	W/Fundamentalists	
	%	%	%
Maintain treaty	34	48	29
Annul treaty	51	51	58
Don't know	15	2	13

Fonte: PEW RESEARCH CENTER QEGY7, 2011.

Os dados apresentados levam-nos à reflexão a partir de uma realidade concreta. Isto permite-nos aceder a uma análise da hipótese de subversão da ordem vigente entre o Egito e Israel. Em situação de mudança, esta poderá não ficar restrita somente aos dois Estados, mas dinamizar a região através do agravamento do conflito e do despertar ou reavivar de interesses internos e externos no próprio território egípcio.

Em nosso entender, a Península do Sinai continua a ser uma possibilidade para desencadear um novo desentendimento, caso seja desrespeitado o Tratado entre o Egito e Israel. Esta é uma região estratégica, sob vários aspectos. Em termos estratégicos, a Península do Sinai faz a ligação entre dois continentes (África e Ásia), ao mesmo tempo que separa o Mar Vermelho do Mar Mediterrâneo. É também nesta península que se encontram importantes poços petrolíferos, ouro, de entre outros minerais. Apesar de ser deserto, há uma importante fauna e flora, portanto, há riquezas minerais e naturais significativas na ótica económica atual.

Além das motivações económicas oferecidas pela Península do Sinai, que pode despertar desejos adormecidos, impera também a insegurança quanto à possibilidade de acesso a armas por parte de grupos irregulares, principalmente os da Faixa de Gaza. O fim do Acordo de Paz entre Egito e

Israel será um tormento para este último, o que abre fortes possibilidades para o retorno ao conflito.

É importante analisarmos o facto de que quando um Acordo de Paz é rompido é porque os motivos que levaram ao estabelecimento da paz no passado já deixaram de existir. Consequentemente, ficará um espaço vazio, que dará origem a outros conflitos. Isto porque não se rompe um Tratado de Paz para, imediatamente, se estabelecer outro. Em determinadas situações, novas negociações serão estabelecidas, mas a partir de um certo tempo e após as hostilidades ultrapassarem as ameaças e se chegar ao conflito, propriamente dito.

Entre os Estados árabes, há sempre uma maior hipótese de Acordos, embora sejam divergentes em vários aspectos quer sejam políticos, quer sejam económicos. Sempre vai haver algo que ligue estes países, isto é, a cultura, que se manifesta através da língua árabe ou da religião islâmica e que, consequentemente, produz uma identidade comum entre esses povos. Há muito mais possibilidades de negociações entre os árabes do que jamais existirá entre eles e Israel pois, culturalmente, o último diverge da cultura árabe ao mesmo tempo que se aproxima do Ocidente. Aquilo que identifica os Estados árabes é capaz de eliminar certas divergências.

A possibilidade de entendimento entre os Estados árabes não pressupõe concordância quanto aos aspectos políticos ou sociais, mas apenas nos religiosos e culturais. Na sua maioria, são Estados autoritários e com pouca abertura para aceitar as diferenças do ponto de vista político, ideológico e religioso. Não existe uma união árabe, tal como a idealizou Gamal Abdel Nasser, mas possibilidades de uma união por tempo determinado em torno de um inimigo comum, tal como já aconteceu no passado.

Em 1953, a Síria e o Egito chegaram a iniciar uma República Árabe Unida e assim, puseram em prática o ambicioso projeto do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. Porém, tal experiência teve curta duração. Na sequência dos acontecimentos que se seguiram, de entre os quais cabe destacar as guerras travadas e perdidas com Israel, a Síria acabou por romper relações com o Egito quando Sadat assinou o Acordo de Paz com Israel.

Neste contexto, verificamos que os principais vizinhos de Israel envolvidos no conflito, não são meros atores sem importância, mas são

aqueles que determinam a tônica do conflito. Isto é, mesmo ao haver divergências entre eles, há pontos comuns que os ligam, sendo a rejeição à existência do Estado de Israel um deles.

Hoje, o ponto mais forte do conflito é, sem dúvidas, a Palestina. Este constitui um conflito particular mas, ao mesmo tempo, é também regional na medida em que consegue unir os demais Estados árabes em torno de uma única questão. Há a solidariedade árabe em relação à Palestina, enquanto cresce a rejeição a Israel, que também os rejeita.

Define-se, assim, um quadro caótico, no qual há uma relação de apoio árabe quase que incondicional à questão central do conflito, que é a defesa da Palestina. A unificação árabe em maior ou menor grau ocorre através do conflito israelo-palestiniano, daí a necessidade urgente de se resolver tal situação. Esta é a raiz do problema, cujas ramificações originaram o conflito israelo-árabe.

Em 2003, os presidentes dos EUA, George W. Bush, juntamente com o Quarteto (EUA, União Europeia, ONU e Rússia), tentaram, mais uma vez, pôr fim ao conflito, através de Acordos entre Israel e a ANP, mas as negociações não surtiram efeitos positivos, pois todas as possibilidades de acerto ruíram ante a escalada de violência entre palestinos e judeus. Cabe ressaltar que a violência também tem servido de desculpa ora para o não cumprimento dos Acordos, ora para travar qualquer possibilidade de negociação. Esta tem sido uma estratégia utilizada por ambas as partes.

Para além dos obstáculos intrínsecos aos Estados envolvidos no conflito, há também a ausência de imparcialidade dos intervenientes externos, o que em muitas ocasiões tem contribuído para que problemas centrais continuem sem solução. Consequentemente, a violência persiste e é alimentada pelo ódio e pela rejeição cada vez maiores entre as populações israelita e árabe.

Pode-se alegar que, no caso do Egito, isto não acontece ou pelo menos não acontecia no período governado por Hosni Mubarak. Eis um ponto que merece uma análise mais profunda, pois enquanto Estado, durante o governo de Hosni Mubarak, o Egito cumpriu o Acordo assinado com Israel, mas isto não significa que todos os egípcios sempre tenham sido ou sejam simpáticos para com os judeus.

É importante esclarecer que o Acordo assinado entre Egito e Israel, em Camp David, envolveu benefícios para ambas as partes. Anwar al-Sadat havia recebido de seu antecessor, Gamal Abdel Nasser, um país em situação política, económica e social muito difícil. Com a finalidade de recuperar o Egito, Sadat tratou de resgatar o território perdido para Israel durante a Guerra dos Seis Dias.

Disposto a resolver os problemas do Egito, Sadat passou a negociar com Israel um cessar-fogo duradouro, em troca da saída deste país do território egípcio ocupado na Guerra dos Seis Dias. Mas Sadat encontrou no seu caminho a intransigência de Golda Meir, que não cedeu ao pedido do Egito para recuar as tropas israelitas trinta Quilómetros, para a reabertura do Canal de Suez. A primeira-ministra israelita recuou apenas dez Quilómetros a Leste do Canal.

A posição tomada por Israel agravou os problemas internos do Egito. Isto levou à opção por uma guerra, com a finalidade de recuperar os territórios perdidos para Israel em 1967 e se vingar das humilhações sofridas. Com estes objetivos definidos, Sadat buscou ajuda da URSS, mas não foi bem sucedido porque era o momento em que os interesses das duas superpotências do período da Guerra Fria estavam em jogo.

Determinado a cumprir com o seu objetivo, Sadat reuniu-se com os EUA, o que levou ao esfriamento das relações entre o Egito e a URSS. Nesta época, tanto os EUA quanto a URSS mostravam-se preocupados com o agravamento do conflito, por se tratar de um confronto na maior região fornecedora de petróleo do mundo. Havia, também, a ameaça de aumento do preço do petróleo, por parte da OPEP, em caso de financiamento de guerra por parte dos EUA. O afastamento da URSS não foi suficiente para que o Egito desistisse do seu objetivo. Sob a alegação de que os assessores soviéticos eram espiões no Egito ao serviço dos EUA e de Israel, em 1972 eles foram expulsos do país.

[...] pode-se dizer que o sistema interestatal se modificou em consequência da descolonização das revoltas dentro dos países, das transferências de lealdade de um campo para outro. Os Estados Unidos e a URSS continuaram a intervir reciprocamente na sua política interna, e nos Estados de modo geral - fazendo-o, contudo, de forma disfarçada, quase sempre impecavelmente. A Carta das Nações Unidas não proíbe os Estados-membros de adquirir armas ou

de obter ajuda de um outro Estado. A União Soviética e os Estados Unidos respondem a este tipo de apelo, retirando seus conselheiros e suas tropas quando o governo em questão o solicita. Assim, o Presidente Sadat conseguiu a retirada dos conselheiros soviéticos; e o regime revolucionário da Etiópia, o afastamento de diplomatas e militares norte-americanos (ARON, 2002: 31)

No ano seguinte, realizou-se um Acordo entre o Egito e a Síria para travar uma guerra contra Israel e recuperar os territórios perdidos em 1967. Uma possibilidade de guerra desencadeada pelo Egito era uma hipótese descartada tanto para Israel quanto para os EUA.

Em 6 de outubro de 1973, teve início a Guerra do Yom Kippur. A data escolhida para o início da Guerra foi o dia em que os judeus estavam recolhidos do mundo exterior. O dia foi determinado de modo premeditado, pois era uma estratégia para apanhar os judeus desprevenidos. Inicialmente, o plano funcionou e os militares árabes conseguiram penetrar em solo israelita. Porém, a sensação de vitória árabe durou até Israel ter conseguido atrair o apoio norte-americano. Em pouco tempo, Israel reverteu a situação e venceu a Guerra.

Esta Guerra também poderia ser entendida por Israel não somente como mais uma vitória, mas como lição, pois subestimaram o Egito e a Síria. Não acreditou na possibilidade destes dois países desencadearem uma guerra, na medida em que os Serviços de Inteligência israelita já haviam percebido a movimentação de tropas destes dois países.

Como consequência desta Guerra, os países árabes exportadores de petróleo suspenderam as exportações para os EUA e os países europeus, pois valeram-se da medida econômica mais poderosa que tinham naquele momento, isto é, o petróleo. Como sublinha Hans Morgenthau, há três tipos de imperialismos: o cultural, o militar e o econômico e, na questão específica dos Estados árabes, prevaleceram os recursos econômicos que foram colocados ao serviço das relações de poder. Para Morgenthau,

A supremacia britânica no mundo árabe resultou de políticas econômicas para as quais é perfeitamente cabível a designação de “diplomacia do petróleo”. Do mesmo modo, a descoberta moderna dos usos políticos do petróleo deu às nações árabes produtoras daquele produto um poder até então desconhecido sobre as nações industriais do petróleo árabe (MORGENTHAU, 2003: 122).

O problema provocado pelo “choque do petróleo”, principalmente nos países industrializados, acabou por obrigar a procura por fontes alternativas, o que acabou por culminar na descoberta de importantes reservas petrolíferas em regiões como o Mar do Norte, na Europa, o Alasca, nos EUA, o México, a Venezuela, a África do Sul, a URSS e o Brasil.

Os tempos que se seguiram, para o Egito, não foram, em certa medida, memoráveis. Em Camp David, os ânimos árabes estiveram exaltados e, como resultado final, o Egito foi ostracizado pelo mundo árabe em virtude de ter reconhecido o Estado de Israel, tendo sido expulso da Liga dos Estados Árabes. Esta condição durou de 1979 a 1989.

O Acordo de Paz entre o Egito e Israel, mediado pelo presidente dos EUA, Jimmy Carter, manifestou-se como a possibilidade de, no futuro, alargar o diálogo entre os demais países. Porém, até ao momento isto ainda não foi possível devido o quadro caótico desencadeado pela violência, pela desconfiança, pelo ódio e pela rejeição entre árabes e judeus que foram sendo cultivados ao longo de todos os anos de conflito.

É importante verificarmos, também, que o Acordo de Paz entre o Egito e Israel não se deu de modo desinteressado. Naquela época, o Egito encontrava-se numa difícil situação económica e já não podia contar com a ajuda soviética que, somada ao facto de não poder explorar o petróleo do Sinai, se agravava de maneira vertiginosa. Do lado israelita, apesar de já ter assinado dois Acordos com o Egito, sofria com o boicote árabe, do qual o Egito também fazia parte e, com isto, Israel não tinha acesso ao livre comércio no Canal de Suez.

Devido às dificuldades de índole diversa, o Egito propôs uma negociação com Israel. Um deputado egípcio, Hassan Tuhami, propôs a Moshe Dayan a troca de terra por paz, ou seja, trocar os territórios ocupados por Israel durante a Guerra pela paz. Neste contexto, iniciaram-se as negociações bilaterais entre Israel e o Egito. Assuntos particulares destes dois países foram tidos em consideração, o que nos remete para o facto de que, em nenhum momento, este Acordo teve uma proposta mais alargada sobre os demais Estados árabes e, principalmente, sobre a questão da Palestina.

Anwar al-Sadat fez exigências em relação ao retorno dos refugiados para a Cisjordânia, a volta das fronteiras anteriores a 1967, o estabelecimento de um Estado palestino e o controlo de Jerusalém Oriental pelos

palestinos. Porém, Sadat não acreditava verdadeiramente que todas as suas exigências seriam cumpridas, mas também sabia que era necessário levar para as negociações certas exigências a fim de acalmar a fúria árabe que o criticava devido às negociações bilaterais com Israel.

As necessidades internas de Egito e de Israel prevaleceram para que se efetivasse o Acordo de Paz entre ambos, assim como os próprios interesses norte-americanos. A assinatura de um Acordo bilateral acabou por dificultar, de certo modo, um Acordo mais abrangente com os demais países árabes. Diminuíram as possibilidades de, através de um Acordo mais amplo e multilateral, a Síria e a Jordânia reaverem os seus territórios ocupados por Israel.

Israel, o Egito e os EUA, este último ator enquanto mediador, conseguiram vantagens significativas na medida em que o trio conseguiu resolver alguns pontos essenciais como, por exemplo, o Egito conquistou cobertura diplomática por parte dos EUA e rompeu a opção árabe de não reconhecer o Estado de Israel. Ao mesmo tempo, os EUA conseguiram um fiel aliado da causa norte-americana no Médio Oriente, Israel.

Para além das questões acima referidas, Israel sentia-se amedrontado com o poder que os árabes poderiam adquirir através do petróleo. Ante tantas inquietações, Israel fez a opção pela devolução de território de um único país e ganhou em termos de segurança, assegurando para si as demais conquistas da Guerra dos Seis Dias.

Segundo Tony Armstrong,

Israel via os estados árabes se tornarem mais fortes diplomaticamente com a arma do petróleo por um lado e por outro havia uma ameaça de ruptura com os Estados Unidos. A única forma de escapar das constantes pressões com relação a um retorno às fronteiras de 1967 era sacrificar algumas das suas terras ocupadas para atingir a paz com o Egito (ARMSTRONG, 2005: 135).

Ao analisarmos esta questão, verificamos que havia muitos interesses internos por parte dos três países envolvidos nas negociações. Tais negociações não levaram em consideração a opinião do povo egípcio, o que pode ter sido um fator determinante para a não aceitação total daquilo que foi acordado. Isto implica em progresso ou rompimento de Acordos assinados com o decorrer dos anos.

Pode-se alegar que, até ao momento, o Egito tem mantido o Acordo assumido com Israel, mas cabe ressaltar que este país tem sido governado por um regime autoritário, o que impede uma manifestação real da opinião pública em relação aos Acordos realizados pelo Estado. O passado já deu mostras de contrariedades no seio da sociedade. Neste sentido, muitas situações ainda podem desagradar a muitas pessoas ligadas aos radicais islâmicos presentes no Egito, porque eles continuam a existir e são acalentados pela Irmandade Muçulmana, fundada e sediada no Egito, apesar de, atualmente, se encontrar na ilegalidade.

Muitos egípcios opõem-se a Israel, na medida em que partilham, com os palestinianos, o desejo de um Estado palestiniano autónomo. A crença em que os egípcios possam desejar a democracia segundo o modelo ocidental é um erro. Na verdade, não se sabe o que o povo egípcio quer, mas sabe-se que o Egito não é, de facto, um Estado laico. Ele é um Estado cuja maioria da população é muçulmana. O modelo ocidental, seja o de democracia ou do modo de vida, não serve ao muçulmano convicto e, portanto, este modelo não se adequa à realidade e à cultura egípcias. Como um país de maioria muçulmana, o Egito, naturalmente, tende a preferir o Islão. Isto não pressupõe de maneira precipitada a existência de uma República islâmica, mas é uma possibilidade a ter em conta.

Na atualidade, muitas situações são indeterminadas na região do Médio Oriente. Mas algo é certo, Israel é um país singular na região e por isto está só e cercado de inimigos. Para além da questão territorial, ponto originário do conflito, Israel tem a maioria da sua população judaica, é um país ocidentalizado, com forte ligação aos EUA e impera na região como o mais forte económica e militarmente, ou seja, exerce uma posição de domínio regional, o que serve de incentivo para a rejeição e gera o desejo de outros Estados de destruí-lo.

Todas as características de Israel contribuem para que haja a forte ambição árabe em ver o seu fim. As opções de Israel não são muitas. Devido ao facto de estar sozinho na região, a melhor medida é criar meios alternativos para tentar solucionar o conflito. Para tanto, não basta resolver determinado problema de modo isolado, mas deve sempre procurar alcançar o maior número possível de adesões dos Estados árabes, em geral e em particular, dos

seus vizinhos mais próximos, em torno de um Acordo de Paz duradoura. Para isto, Israel terá que, em primeiro lugar, reiniciar de modo comprometido, as conversações com a Palestina. Após traçadas as linhas básicas com esta, deverá fazer o mesmo em relação à Síria e ao Líbano enquanto aguarda o que poderá acontecer em relação ao Egito.

Talvez Israel tenha que se deparar com a necessidade de convidar o Hamas e o Hezbollah para as futuras negociações. Isto seria um ponto de prudência, pois quando estes grupos se sentarem nas mesas das negociações, de certo modo eles perderão a força junto da opinião pública enquanto grupos irregulares radicais e, por menor que seja o Acordo que estabelecerem, terão uma forte possibilidade de viabilizar a prática do que foi acertado, pois não poderão usar mais a prática da violência para interromper o cumprimento dos Acordos, o que também vale para Israel, que tem recorrido aos atos violentos praticados por grupos radicais como desculpa para o não cumprimento do que foi estabelecido.

Cabe salientar que, ao assumir um Acordo com um grupo radical islâmico, como o Hamas, tem que ter clareza suficiente para que os Acordos propostos pelos mesmos não sejam em conformidade com a *hudna*, isto é, “uma prática de guerra islâmica tradicional mais flexível, que foi usada pela primeira vez pelo profeta Maomé na famosa *hudna de Hudaybiyah*” (HROUB, 2008: 87).

A *hudna* nada mais é do que um cessar-fogo, uma trégua entre as partes beligerantes, mas não significa o fim definitivo das hostilidades. Na concepção do Hamas, um cessar fogo definitivo significa fazer concessões e render-se ao adversário. O cessar-fogo temporário poderá levar ao estabelecimento de um Acordo por tempo determinado que poderá ser renovado, pois a “*hudna* é limitada por um período de tempo que é combinado entre as partes beligerantes” (HROUB, 2008: 88).

Em diversas ocasiões distintas, o Hamas propôs a *hudna* a Israel. O xeque Ahmed Yassin foi o primeiro a sugerir a idéia em 1993. Desde então, o Hamas dá a entender que por várias vezes repetiu a proposta e, algumas vezes, chegou a alterar o tempo de trégua (dez, vinte ou até mesmo trinta anos). Israel sempre ridicularizou a proposta, mas alguns políticos israelenses entendem que ela representa um elemento pragmático no Hamas que deveria ser incentivado (HROUB, 2008: 88).

Na verdade, a *hudna* não implica um Acordo de Paz definitivo, porém é viável levar em consideração todas as possibilidades que permitem o diálogo, ao invés de rejeitá-las de imediato, pois se há uma trégua no conflito, há também uma maior abertura para analisar as suas causas e as suas consequências para todos os envolvidos. De imediato vai desobstruir as barreiras que impediam o diálogo e tirar os inimigos do campo de batalha, levando-os para a mesa de negociações.

Israel terá que usar a estratégia da aproximação e não a do isolamento. Quanto mais Israel hostilizar os grupos como o Hamas, o Hezbollah, de entre outros, mais fortes serão os seus inimigos. Abrir a possibilidade de diálogo com estes grupos, poderá afastar países como a Síria e o Irão, que financiam os radicais da Palestina e do Líbano. Isto porque vai gerar a descrença nos aliados contra Israel para com os radicais.

É importante ter em mente que o Irão, embora seja um Estado persa e não árabe, tem ambições no Médio Oriente. Este Estado quer exercer o domínio no mundo islâmico e na região como um todo. Há um desejo por parte deste Estado de que a Revolução Iraniana seja levada a outras partes e que o Médio Oriente seja dominado pela República Islâmica, mas Israel está no seu caminho.

O Irão representa uma ameaça concreta para Israel. Isto porque os poderes económicos e militares são mais equilibrados. Enquanto que a Palestina e o Líbano não significam para Israel a ameaça de aniquilação, o Irão tem esta pretensão e pode tê-la, pois não se trata de grupos paramilitares, mas de um Estado com as suas Forças Armadas e com intenções militares. Pode-se argumentar que o Líbano é um Estado independente e tem o seu Exército e isto é verdade mas, até ao momento, o Líbano é um Estado falhado e sob domínio do Hezbollah e de outros grupos religiosos.

O Hezbollah é um “Estado” dentro de outro Estado. O grupo conseguiu penetrar no setor social, político e económico do Líbano, isto para não nos referirmos à questão religiosa. Ao ter um modo de atuação semelhante ao Hamas, o Hezbollah, para além de ter uma participação ativa na política e sociedade libanesa, pois desde 1992 faz parte do Parlamento e mantém as suas obras de assistência à população, cada vez mais tem assumido para si as

responsabilidades que o Estado deixou de cumprir, ou seja, ocupou o poder deixado pelo Estado e, conseqüentemente, tem conquistado a confiança e apoio não só dos muçulmanos.

Controla uma ampla rede de prestações que facilitam o acesso a saúde e a educação de centenas e milhares de libaneses, e da qual se podem beneficiar tanto cristãos como xiitas e muçulmanos. Domina a maior parte dos conselhos do Sul do país, incluindo o bairro meridional da capital, onde desenvolve programas de reconstrução de edifícios e infraestruturas. Também, lidera a ressurreição da agricultura e proporciona bolsas de estudo e outra classe de ajudas económicas. O governo libanês reconhece – e permite – que, na prática, *Hezbollah* funciona como um “Estado” dentro do próprio Estado (RAMOS & ZAMORANO, 2008: 34)²⁸.

Assim, o Hezbollah dileneia a política do Líbano e o elo de ligação com o Irão, que pretende imperar no Médio Oriente como uma potência e, para isto, precisa de se livrar de Israel. Nesta luta de David contra Golias tudo é impreciso e, assim, como no passado remoto, o inesperado pode acontecer. Por afinidade religiosa ou de interesse, o Irão conta com o apoio árabe e, por aquilo que nos é dado ver, não importa se é xiita ou sunita.

Há, no Médio Oriente, um jogo de interesses, no qual a sorte está lançada. O vencedor não poderá ser anunciado com antecedência, pois não se sabe quais serão os caminhos a serem percorridos, nem as cartas que serão postas na mesa. É na vigilância do dia-a-dia que se cumpre mais uma etapa do conflito que se apresenta como praticamente inalterado quanto à expectativa do dia seguinte.

²⁸ ‘Controla una amplia red de prestaciones que facilitan el acceso a la sanidade y a la educación de cientos de miles de libaneses, y de la que se pueden beneficiar tanto cristianos como chiís y musulmanes. Domina la mayor de los ayuntamientos del sur del país, incluído el barrio meridional de la capital, donde desarrolla programas de reconstrucción de edificios e infraestructuras. Además, lidera la resurrección de la agricultura y proporciona becas y outra classe de ayudas económicas. El Gobierno libanés reconoce – y permite – que, en la práctica, *Hezbolá* funciona como um “Estado” dentro del próprio Estado’ (RAMOS & ZAMORANO, 2008: 34).

CAPÍTULO III

AS NUANCES DO CONFLITO ISRAELO-ÁRABE

3.1 ISRAEL: UMA SINGULARIDADE INSERIDA NO MÉDIO ORIENTE E A ENCRUZILHADA PARA O COMPROMISSO DE PAZ

Diferente de todos os Estados do Médio Oriente e do mundo, Israel é o primeiro país a ter um povo mais antigo do que o próprio Estado. Fundado em 1948, os seus cidadãos, segundo relatos históricos, acumularam séculos ligados a antepassados remotos. Esta questão remete-nos ao facto de que, na atualidade, o próprio Estado, que foi fundado no século XX, é considerado pelo seu povo como o território originário dos seus antepassados, que remontam aos hebreus e aos patriarcas retratados pela Bíblia.

Ao analisarmos a visão judaica acerca de Israel, em determinadas situações, este Estado ainda jovem não foi criado na nossa era, mas sim, resgatado. A partir desta concepção, para o judeu convicto, Israel nunca deixou de existir no plano das ideias. O território foi perdido no passado, o seu povo tornou-se exilado em diferentes partes do mundo, mas o Estado não perdeu o sentido de existência a partir do momento em que ele sobreviveu na memória do seu povo geração após geração até culminar na realização do sonho sionista. Ben Gurion soube utilizar as leituras que fazia do Livro Sagrado para reproduzir de modo hábil, as representações do passado, as quais formaram a base do próprio Estado de Israel.

O carismático dirigente de Estado não era apenas um fiel leitor do antigo Livro hebreu, mas também soube usá-lo com inteligência, como fino estrategista político. Compreendeu relativamente cedo que o texto sagrado podia se tornar laico-nacional e constituir o reservatório central de representações coletivas do passado, contribuindo para que centenas de milhares de novos imigrantes se tornassem um povo unificado, e vinculando as novas gerações à terra (SAND, 2011: 195).

Dispersos pelo mundo durante muitos séculos, consequência das Diásporas sofridas pelos judeus, entre 1882 a 1904, teve início a primeira *Aliyah*, que é um marco do retorno do povo judeu para a terra de origem dos seus antepassados. Nos anos subsequentes, ocorreram mais quatro *Aliyahs*, sendo que a quarta é a mais conhecida por se tratar do período marcado pela perseguição nazi sobre o povo judeu nos anos de 1930 a 1945.

O retorno dos judeus à Terra Santa está repleto de relatos fantásticos, cuja justificação dos acontecimentos passados e presentes se encontram no Velho Testamento de modo que os argumentos do Livro são capazes de reinventar a História de tal maneira que os mitos se confundem com a realidade.

O Estado tem sido, de forma frequente como relata a história moderna, forjado na guerra, na violência e no revolucionarismo, no âmbito interno ou externo, gerando, assim, mitos que são importantes à sua fundação e à construção social e institucional de sua realidade (tese de Berger-Luckmann) (CASTRO, 2012: 108).

Enquanto trilhamos o espaço do “fabuloso”, mas demasiado árido quanto à veracidade dos factos, defrontamo-nos, na região, com os aspectos políticos norteadores que se compõem a partir de dados característicos de povos originariamente vinculados à sua História e cultura segundo os quais a maioria está ligada por uma mesma matriz religiosa e cultural, enquanto a outra existe de modo solitário num território que também reivindica o seu direito histórico.

Muito parecidos e, ao mesmo tempo, muito diferentes são os povos do Médio Oriente. Os árabes e judeus, à primeira vista, representam a materialização dos antagonismos mas, acima das diferenças, estão os pontos convergentes, que passam despercebidos em virtude da situação de conflito constante entre eles. Os aspectos comuns perdem-se ante a animosidade e encobrem pontos de ligação significativos que poderiam ser trabalhados em nome da paz.

Enquanto os ânimos exaltados tentam impor as diferenças, ao analisarmos a região verificamos que tanto os árabes quanto os judeus têm a mesma origem bíblica, cujo princípio originário foi o patriarca Abraão, a quem se deve o desenvolvimento das religiões monoteístas nas quais se enquadram o judaísmo e o islamismo. Ao retornarmos ao passado bíblico, podemos concluir que os árabes e os judeus não são “irmãos”, mas são originariamente “primos”. Ambos são povos semitas, pastores e originários do deserto.

Embora as diferenças prevaleçam sobre o que há de semelhante entre árabes e judeus, estudos realizados por cientistas revelaram que tal semelhança não é apenas uma suposição bíblica, mas um dado concreto

validado pela própria ciência. Sobre este assunto, no ano 2000, a revista *Isto É* divulgou o resultado de uma investigação segundo a qual:

Um ambicioso estudo genético, realizado em conjunto por cientistas dos EUA, de Israel, da Itália, Grã-Bretanha e África do Sul, colheu amostras do DNA de 1.300 homens das duas etnias em 30 países. Estudando o cromossomo Y – aquela herança genética que é passada apenas de pai para filho sem nenhuma modificação –, obteve-se a confirmação científica de que todas as comunidades judaicas espalhadas hoje pelo mundo têm forte parentesco não apenas entre si, mas também com palestinos, sírios e libaneses. A pesquisa revela que todos esses povos possuem um ancestral comum: uma população que teria habitado o Oriente Médio há quatro mil anos (REDAÇÃO, 2000, texto digital).

Verificam-se pontos de convergência significativos entre os dois povos, mas eles foram sendo desconstruídos ao longo dos tempos por razões políticas e territoriais que datam de há muito. Neste contexto, as diferenças sobressaíram, ao mesmo tempo que outras foram sendo construídas conforme o conflito se foi alongando e chegou à atualidade, onde já não se fala em diferenças, mas sim em rivalidades.

Hoje, Israel é um corpo estranho no Médio Oriente. Em princípio, nada parece contradizer a existência de diferenças religiosas, culturais e políticas numa mesma região. Porém, fatores políticos internos e externos agudizaram as diferenças que transformaram aqueles povos em adversários que não foram capazes de criar mecanismos de ajustamento. Consequentemente, a situação transformou-se em “barril de pólvora” no que se refere ao padrão de comportamento político e de respeito do ser humano.

Ao preconizar a rejeição do Outro como aquele que representa uma ameaça constante a existência de um Estado ou à identidade de um povo, compromete a possibilidade de entendimento visto que, em nenhum momento, há consenso entre as partes. Em contrapartida, aquele que é minoria, como é o caso de Israel, procura não apenas manter-se, mas prevalecer sobre os demais no sentido de representar uma ameaça mais poderosa através de um poder forte que desequilibra os demais poderes regionais.

Os principais Estados vizinhos de Israel, embora sejam de tradição religiosa e cultural diferente, não representam um confronto com o judaísmo e com a cultura iminentemente judaica. O que os torna incompatíveis é o facto de terem objetivos comuns como, por exemplo, a disputa territorial, a conquista

definitiva das suas cidades históricas e a manutenção ou a retomada de áreas estratégicas, de entre outros. Um outro ponto que não pode ficar esquecido é a tendência natural e estratégica de aproximação entre Israel e o Ocidente o que, para os árabes, aumenta as ameaças. Na verdade, as diferenças são exaltadas e têm servido como linha divisória no processo de resistência de ambos os lados.

Ao analisarmos o conflito israelo-árabe é possível verificarmos que, conforme o conflito passou a fazer parte da política interna de Israel, do Líbano, da Síria, da Palestina e, em menor proporção, do Egito, quase tudo que serve para expor as diferenças passaram a ser utilizadas como fonte estratégica de políticas que procuram diabolizar o Outro. O Outro é o inimigo, é aquele que nunca tem razão porque a justiça, esteja de que lado estiver, representará sempre uma ameaça para esse Outro. Assim, o conflito é pulverizado pelas partes envolvidas que nutrem o desejo de ter em mãos um território para abrigar, principalmente, o seu povo.

Quando analisamos o conflito a partir de vários aspectos, verificamos que há o predomínio, também, do desejo entre os Estados de se garantirem enquanto tal através de uma maioria nacional. Isto é claro em Israel enquanto que os seus vizinhos parecem menos nacionalistas, o que não passa de aparência. O sonho de Gamal Abdel Nasser não se concretizou nem voltaria à tona neste momento, mas a verdade é que há pontos comuns entre a Síria, o Líbano, o Egito e a Palestina que podemos denominar de ponto de convergência entre aqueles que partilham uma mesma matriz linguística, cultural e religiosa, cuja influência se reflete na política, também nacionalista, de combate a Israel.

A cultura de um povo abrange os elementos distintivos pelos quais ele refere sua identidade ao conjunto de fatores que a definem: língua, espaço, época, religião, parentesco, ideologia, história. Os reflexos e a influência da cultura entre as nações pousam no campo das relações internacionais – ambiente internacional de tudo aquilo que está relacionado às nações e que ocorre através destas. Políticas, negociações, resolução de conflitos, estratégias, instituições, cooperação, integração, desenvolvimento e fluxos transnacionais possuem diferentes colorações de nação para nação. Dessa forma, o meio internacional é permeado de percepções, memórias, emoções, atitudes, valores, estilos, cultura, imagens e história (LEONARDO, 2008: 02).

Recentemente, no Egito, após a queda de Hosni Mubarak, os militares, através de uma emenda constitucional, excluíram os egípcios de concorrerem as eleições se fossem casados com estrangeiros. Por detrás desta lei pode haver a defesa de interesses em relação a um possível grupo ou candidato à presidência da República Árabe do Egito, porém, independentemente de qualquer objetivo, eles valeram-se de argumentos transformados em lei de cunho essencialmente nacionalista intrínseco ao Estado.

Apenas pessoas nascidas do Egito de pais egípcios e que não tenham dupla cidadania se qualificam para a candidatura, de acordo com a nova lei eleitoral enviada pelo marechal Mohamed Hussein Tantawi. Os candidatos precisam ser endossados por pelo menos 30 membros do parlamento ou por 30 mil eleitores. Eles devem ter completado o serviço militar e não se qualificam se forem casados com cidadãos estrangeiros. Partidos representados no Parlamento podem nomear um candidato para a eleição, que ocorrerá em um único dia (LIMA, 2012, texto digital).

Todas as atitudes que visam a garantia dos privilégios nacionais expressas em minúcias aparentemente interesseiras ou insignificantes, transbordam o caráter nacionalista. Isto verifica-se, também, na Palestina, que embora ainda não seja um Estado viúvo, desde o princípio, o seu líder máximo, Yasser Arafat, dispensar a via diplomática, tendo optado pela luta armada para libertar a Palestina, não escondendo o desejo de destruir Israel e de dizer que a Palestina era para os palestinos. Yasser Arafat afirmou o seguinte:

A terra da Palestina é nossa. Somente nós podemos construir o Estado Palestino independente que almejamos como um asilo pacífico para os fiéis das três grandes religiões. O nosso objetivo jamais foi o de lançar os judeus no mar, mas de desintegrar o Estado de Israel (MARQUES et al., 2007: 175).

A própria luta armada adotada por Yasser Arafat, através da OLP, foi a expressão do nacionalismo palestino que, após a expulsão da Jordânia, entrou no Líbano e fez desse país um refém dos seus interesses. Yasser Arafat quis construir no Líbano um “Estado” dentro de outro Estado e, com isto, desrespeitou os Acordos e os direitos dos libaneses.

A partir da entrada dos palestinos no Líbano, como já foi referido anteriormente, este país entrou em colapso, pois acabou por perder a sua autonomia para a OLP e enfrentou uma Guerra contra Israel por conta dos palestinos e a consequente intervenção síria. Em virtude deste contratempo, ocorreu a Revolução dos Cedros, em 2005 que, de entre os vários objetivos

que trazia consigo, havia um que buscou no sentimento nacionalista, a força necessária para forçar a retirada da Síria do Líbano e retomar a direção do país.

A Revolução dos Cedros operacionalizou de modo bastante significativo o sentimento nacional libanês. A situação que o Líbano estava a passar no período marcado pela entrada dos refugiados palestinos até à intervenção da Síria, serviu para fazer vir à tona a tentativa do resgate necessário da autonomia da direção do país que, sem dúvidas, foi auxiliado pelo sentimento nacionalista que, de certo modo, esteve adormecido, mas não soterrado.

Ao recorrermos à História da região, verificamos que o nacionalismo nunca foi um corpo estranho aos Estados árabes. Por volta dos anos Trinta do século XX, o palestino Mohammad Amin al-Husayni, importante líder muçulmano e presidente do Conselho Supremo Muçulmano, conhecido como mufti de Jerusalém, sempre esteve à frente de campanhas nacionalistas (cf. SCHWAMMENTHAL, 2009).

Opositor do Mandato Britânico na Palestina e do estabelecimento do Estado de Israel, o mufti de Jerusalém sempre lutou pela autonomia da Palestina, mas estas lutas não foram marcadas pelo sentido da partilha, mas sim pela defesa de um território voltado unicamente para os palestinos que atingiu o ponto máximo da luta pelos seus ideais na Palestina durante a Revolução Árabe, de 1936-1939, quando teve que se refugiar no Líbano devido à perseguição dos ingleses. Posteriormente, o mufti refugiou-se na Alemanha Nazi, onde teve contato direto com o nazismo através do seu expoente máximo, Adolf Hitler (cf. INTERNATIONAL SEPHARDIC LEADERSHIP COUNCIL (Ed.), 2006).

Na Alemanha, o mufti tentou conquistar o apoio deste país em prol da independência árabe e do *pan-arabismo*, ao mesmo tempo que pretendeu o apoio alemão contra o estabelecimento, na época, do futuro Estado de Israel. Os objetivos do mufti não se concretizaram, mas ele demonstrou grande empenho na empreitada contra a Grã-Bretanha e contra os judeus, tendo sido um militante anti-sionista, que chegou a formalizar um pacto com Adolf Hitler em troca de apoio contra os seus inimigos em prol da autonomia da Palestina (cf. BREITMAN & GODA, 2010).

Determinado a realizar os seus objetivos, o mufti chegou a recrutar muçulmanos para combater voluntariamente pela Alemanha, na II Guerra Mundial. As fileiras das SS “engrossaram” com os recrutas muçulmanos. Neste contexto, verifica-se o sentido aguçado de um querer estritamente centrado na visão unilateral de cada povo que clama para si um território a partir de ideais nacionalistas.

O rumo que o conflito tomou desde o seu princípio até à atualidade levamos a crer que o envolvimento do Egito, da Síria e do Líbano é unicamente por considerar injusta a situação da Palestina. Indubitavelmente, a Palestina é o ponto central do conflito, como já foi dito anteriormente, porém o que leva os demais países tomarem a posição de defesa é devido ao facto de haver uma identidade comum entre os mesmos, aquilo que os unifica e acaba por resultar numa espécie de nacionalismo árabe.

O nacionalismo é enganoso porque não é meramente um termo descritivo, também é prescritivo. Quando as palavras são tanto descritivas quanto prescritivas, elas se tornam palavras políticas usadas em lutas pelo poder. O nacionalismo tornou-se uma fonte decisiva da legitimidade do mundo moderno. Portanto, as afirmações de nacionalidade tornaram-se instrumentos poderosos. Se um povo pode fazer com que os outros aceitem sua afirmação como nação, então pode afirmar os direitos nacionais e usar essas afirmações como uma arma contra seus inimigos. Por exemplo, na década de 1970, os estados árabes fizeram um lobby bem-sucedido na Assembleia Geral da ONU para conseguir a aprovação de uma resolução que rotulava o sionismo de racista. Ser rotulado de racista é ruim; ser rotulado de nacionalista geralmente é bom. Argumentar que Israel não era uma nação era usar palavras como armas que privariam Israel da legitimidade e enfraqueceriam seu poder brando (NYE JR., 2009: 221).

Para além do ponto de convergência entre os Estados árabes, há também os interesses de cada Estado que, em determinado momento, torna necessária uma aliança entre eles porque os fortalece ante Israel e o Ocidente. Israel impera solitário no Médio Oriente e, como qualquer potência, tenta assegurar a sua posição de domínio frente aos demais poderes da região.

Os adversários de Israel são frágeis, em termos económicos e militares, passando à reação conjunta em clara oposição àquele que considera ser o mandatário e o opressor. Neste caso específico, o Egito não é declaradamente contrário a Israel, pois há um Acordo entre ambos, mas vale destacar que, em termos de população, prevalece a mesma orientação de oposição a Israel, ou

seja, mais de 50% dos egípcios querem o fim do Acordo com este país. Isto gera um fator desestabilizador na relação de confiança entre os dois países.

O conflito israelo-árabe ignora o que há de comum entre os povos e é o aglutinador das diferenças. Isto leva à reação calculada dos Estados envolvidos no sentido de cerceamento do(s) adversário(s), cujo propósito é desestabilizar e se possível, aniquilar a situação que incomoda o oponente e manter aquela considerada por ele, justa.

As diferenças são exaltadas com a finalidade de exclusão e dá-se através do exercício da rejeição entre as partes envolvidas. Quando isto acontece, desvanece-se qualquer estratégia capaz de promover a paz e surge mais um obstáculo de difícil resolução. A dificuldade para se resolver um problema desta índole é devido ao facto de que ele é intrínseco ao projeto político de cada Estado e faz parte de um ideal coletivo que foi sendo construído ao longo dos anos. Isto está presente em todos os Estados e em todos os povos e manifesta-se na negação do Outro como se este fosse o instrumento que coloca em risco a existência desse Outro ou desse Estado.

A reação ou o ataque ao adversário significa a autopreservação do Estado enquanto instituição que alberga um conjunto de valores, regras e os seus cidadãos. A estratégia é assegurar que nada seja alterado em detrimento da sua natureza de Estado. Esta questão pode ser verificada claramente em Israel, uma vez que, por ser uma potência no Médio Oriente, trabalha em sentido da sua autopreservação, o que estimula ainda mais a disposição dos seus principais vizinhos para o sentido de guerra e aniquilação do oponente.

Apesar da forte oposição, Israel tem procurado manter na sua natureza, como um Estado essencialmente judaico. O propósito definido por Theodor Herzl, criador do sionismo político, que procurou resolver o problema do povo judeu através da criação de um Estado judaico para os judeus, deu certo. Mais do que um Estado de acolhimento para o povo judeu o sionismo construiu um Estado nacionalista que, no passado e no presente, se tem servido dos mitos para construir uma História de um Estado etnonacionalista.

Em Israel, esse amontoado de memória não se constitui espontaneamente. Foi acumulado, estrato por estrato, a partir da segunda metade do século XIX, por talentosos reconstrutores do passado que juntaram pedaços de memória religiosa, judaica e cristão, na base dos quais sua imaginação fértil inventou um

encadeamento genealógico contínuo do povo judeu. Não existia anteriormente processo elaborado de reconstituição de tal evocação memorial, e pode espantar ver que pouco evoluiu desde suas primeiras formalizações escritas. Apesar do reconhecimento acadêmico dos estudos sobre o passado judaico – inicialmente com as faculdades criadas na Jerusalém do mandato britânico, em seguida em Israel, depois com as cátedras de judaísmo no mundo ocidental –, o conceito do ‘tempo judaico’ pouco evoluiu; este, até hoje, permaneceu formulado em uma versão monolítica e etnonacional (SAND, 2011: 40-41).

Na verdade, em Israel, com o tempo, o mito transformou-se em verdade inquestionável. Todo o conteúdo mítico transmitido de geração a geração sempre teve, como finalidade, a reconstrução ou a construção de uma verdade a partir do povo judeu. Como explica o próprio conceito grego de mito (*mithós*), este não concebe as coisas a partir de crenças ou devaneios, na medida em que busca a sua fundamentação na realidade das coisas desde as suas origens.

Para o povo judeu, parte da sua História corresponde ao reagrupamento através de fragmentos históricos até constiur o seu conjunto histórico. Isto pressupõe que, em dado momento, a própria criação da História deste povo faz parte também dos relatos que foram sendo transmitidos ao longo dos anos. Não pretendemos com isto tentar desconstruir a história do povo judeu mas, pelo contrário, desejamos analisá-la a partir de elementos subjacentes em diferentes épocas e que se compuseram mediante a associação de elementos históricos repletos de simbologias.

A terra mítica, carregada de sentidos, foi a terra escolhida por Theodor Herzl para o estabelecimento do lar judeu. Mas isto não reflete um aspecto religioso, e sim nacionalismo. Isto porque Israel não foi buscar o seu nacionalismo à religiosidade, mas à Europa do século XIX.

Impregnado do ideal nacionalista europeu, o sionismo cuidou de construir o seu Estado a partir de elementos que harmonizam a possibilidade de um Estado único. Contudo, isto exigiu que uma ideologia forte e nacionalista fosse fomentada desde a ocupação da Palestina. Nasceu então, o nacionalismo judaico a partir de um passado em “ruínas”.

A concepção de um Estado nacional para os judeus fez surgir o nacionalismo étnico, que perdura até hoje. Deste modo, há uma articulação entre o Estado pensado e a realidade das perseguições vividas pelos judeus

durante muito tempo. Isto serve de justificação para impor um nacionalismo que rejeita o Outro ao mesmo tempo que garante a segurança e a proteção aos judeus e, também, mantém a sua identidade.

A determinação de Israel em não permitir a inversão da população em relação à maioria judaica, é um modo de manter o *status quo* e a regularidade, evitando a viragem para uma maioria não judaica, o que poderia subverter a ordem estabelecida. Neste sentido, a população árabe principalmente a palestiniana, será sempre uma ameaça para Israel. Na verdade, a garantia de uma maioria judaica é a maneira de manter a sua identidade e conservar sob a sua tutela o território que corresponde às ideologias derivadas do “Direito Bíblico” e manter um lugar de refúgio para o seu povo.

No contexto do triunfo das ideologias nacionalistas e da ideia do estado nacional, surgiu entre os judeus laicos da Europa central e oriental um movimento nacionalista secular cujo objectivo era a criação de um estado dos judeus, sendo este considerado como o único meio de assegurar a identidade e a sobrevivência da nação judaica, assim como de lhe garantir um lugar ao sol entre as demais nações. Para os seus partidários, o dito estado tomou de certo modo, sob uma forma secularizada, o lugar que a utopia da ‘redenção de Israel’ ocupa na tradição religiosa. Contrariamente à reunião de ‘Israel’ da utopia religiosa, o estado projectado pelos nacionalistas judeus não tinha necessariamente a Palestina por cenário. Com efeito, o seu principal promotor, Teodoro Herzl (1860-1904), encarou a possibilidade de o criar na Argentina. Falou-se também de Chipre, da África oriental e do Congo. Diga-se de passagem que a liberdade na escolha do futuro ‘território nacional’ de que deram mostras os nacionalistas judaicos se explica pelo fato de se viver então na Europa no apogeu do sonho colonialista. Consideravam-se colonizáveis todos os territórios situados fora da Europa. Colonizá-los era tido por uma obra benemérita, pois era ‘civilizá-los’ (REDAÇÃO, 2002, texto digital).

Ironia ou determinação, a verdade é que o nacionalismo europeu foi sendo sepultado enquanto que em Israel ele continua vivo, tendo evoluído para o nacionalismo étnico, sem ter dado mostras de recuo. Esta vertente ideológica de nacionalismo comporta uma componente discriminatória que corresponde a mais um fator de discórdia que alimenta o conflito. Isto porque, intrinsecamente, Israel mantém enraizado na sua política interna e externa, o objetivo de garantir a sua identidade de Estado judaico.

A longo prazo, um Estado não aplica duas filosofias – uma dentro de suas fronteiras, outra, fora – e não conserva os cidadãos e os súditos indefinidamente sob suas ordens. Se insistir em manter súditos externamente, terminará por degradar seus próprios cidadãos, transformando-os também em simples súditos (ARON, 2002: 139).

Não pretendemos, com isto, elevar Israel a uma categoria de Estado isolado do mundo. Ao contrário, Israel é um país desenvolvido e que participa ativamente das trocas comerciais do mundo globalizado. Israel apenas não se adequa ao princípio da homogeneidade pregada pela globalização. Mas, com isto, ele não está fora da mesma, pois o seu caráter nacionalista não tem sido impedimento para participar do processo globalizador enquanto ator no mundo atual. Assim,

É indiscutível o fato de que Israel tem a sua política orientada para a economia de mercado globalizada e mantém conexão com as economias transnacionais. Não são as questões ao nível econômico, comercial e tecnológico que contrapõem este Estado ao processo de globalização, mas o fato de ainda manter intrinsecamente enraizada, na sua política interna e externa, uma orientação política no sentido de garantir a sua identidade de Estado judaico (DIAS, 2013: 167-168).

Cabe salientar, por outro lado, que

o caráter nacionalista de Israel não tem servido de impedimento para a sua participação nos mercados globais e no comércio livre. O que nos leva a crer que os movimentos ligados ao processo de mundialização, tais como o desenvolvimento do comércio livre, a evolução científica e tecnológica, a existência do capital transnacional entre outros, não impedem a existência do nacionalismo (DIAS, 2013: 167).

A questão que coloca Israel frente a frente com uma realidade bastante complexa é o facto de ainda não ter superado a fronteira psicológica marcada pelo medo e pela insegurança, onde somente a existência de um Estado essencialmente judaico será capaz de dar segurança a todos os judeus do mundo. Infelizmente, Israel também não superou a fronteira cultural na tentativa de manter a identidade judaica “intacta”.

No âmbito das inseguranças, o nacionalismo étnico é o modo mais seguro para manter a situação tal como ela está, ou seja, mantendo a maioria judaica. Porém, ao dar maior atenção ao nacionalismo étnico isto implica sacrificar o nacionalismo cívico, instalando-se a fronteira etno-cultural que é difícil de ser superada porque se alimenta do passado negativo em termos de discriminação e de perseguição sofrida pelo povo judeu. Estes dois pontos contribuem para a manutenção de uma memória coletiva que acaba por levar a um ideal, também coletivo, em torno do etnonacionalismo.

Este tipo de nacionalismo, que voltou a ganhar força após o fracasso dos Acordos de Oslo, não pode ser visto apenas sob um único aspecto, pois em muitas situações ele tem servido como instrumento político para aglutinar os judeus israelitas e os judeus da Diáspora.

Muitos judeus de Israel e da diáspora, incluindo alguns líderes defensores de soluções pacíficas, vêem, agora, a ameaça à 'segurança judaica' em termos básicos de legitimidade nacional e de manutenção da existência judaica. Consideram os ataques de árabes e muçulmanos à identidade judaica, e às suas origens e símbolos, como nada menos do que uma declaração de guerra à totalidade do povo judaico (SHAIN, 2001: 147).

Embora Israel seja um país de acolhimento para os judeus do mundo, enquanto Estado ele tem dificuldades em acolher a diversidade cultural. Na verdade, a base da formação do povo judeu, hoje, comporta diferentes culturas, visto que são povos originários de diversas partes do mundo. Infelizmente, esta diversidade cultural não é vista como meio de enriquecimento, ao contrário, é uma ameaça à identidade judaica. Cada indivíduo que traz a cultura do seu país de origem é assimilado pela cultura judaica que se coloca como superior e, com isto, não há um entrelaçamento entre culturas dentre as quais muito contribuíram para a formação desse povo.

O que mais reflete de modo negativo é a questão dos palestinos, que representam a grande ameaça ao Estado de Israel. Israel nega o direito de retorno aos refugiados palestinos que abandonaram as suas terras e casas desde a Guerra da Independência. Os palestinos vivem em campos de refugiados e levam uma vida de privações a todos os níveis enquanto não desistem de lutar pelo direito de retornar à sua terra de origem.

Resolver esse problema é, pois, a condição *sine qua non* para que israelenses e palestinos possam chegar a um acordo definitivo. Entretanto, por cinquenta anos Israel se recusou a abordar a questão. Quando, finalmente, teve de fazê-lo por ocasião da Cúpula de Camp David, em Julho de 2000, acusou os árabes e negou toda a responsabilidade moral, política ou jurídica. Declarou ao contrário, que não reconhecia aos palestinos o seu 'direito de retorno.' Após alguns debates rápido e superficiais, o Estado de Israel, por razões humanitárias, aceitou a volta de alguns milhares de refugiados, durante um período de dez anos, além do financiamento de um fundo internacional de compensação destinado a indenizar os refugiados que não puderem ou quiserem retornar (BISHARA, 2003: 92).

A situação dos palestinos mantém "acesas" as chamas do conflito, pois trata-se de um povo que tem os seus Direitos Civis e Humanos violados.

Tal situação tem provocado a revolta de um povo que passa por humilhações e vive na miséria. Isto porque, desde o estabelecimento de Israel, os palestinianos nunca foram tratados de igual para igual no que se refere aos direitos dos povos. Tal situação agita o mundo árabe e agrava o problema na região.

Nos primeiros vinte anos da ocupação, a população local, tanto os líderes como o povo comum, viu-se excluída das negociações sobre o estatuto futuro das zonas em que viviam. Enquanto os habitantes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza se debatiam entre os maus-tratos e o problema da sobrevivência económica, Israel, a Jordânia, os Estados Unidos e, mais tarde, o Egipto conduziam uma série de iniciativas diplomáticas com o objectivo de determinar a soberania destas partes da Palestina (PAPPÉ, 2007: 248).

Desde o princípio do conflito, os Direitos Civis e Humanos do povo palestiniano têm sido violados, mas pouco ou nada foi feito para alterar a situação. Sempre esteve claro o domínio de Israel sobre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia mas, infelizmente, estas áreas nunca foram consideradas como um ponto principal na agenda da paz.

Desde o fracasso de Camp David, em 2000, onde se procurou uma solução definitiva para a Palestina, a região tem sofrido com o retrocesso e o agravamento da situação económica e social da população, principalmente a da Faixa de Gaza. A segunda Intifada, para além do gesto de Ariel Sharon ter sido interpretado como uma provocação, eclodiu a revolta, que teve como uma das suas principais origens a condição dos palestinianos da Faixa de Gaza.

Israel tem travado, permanentemente, qualquer possibilidade de uma vida digna aos palestinianos e, com isto, os problemas agravam-se e os obstáculos amontoam-se. Israel vê a população árabe palestiniana mais do que um inimigo na disputa territorial, ou seja, os palestinianos são aqueles que podem subverter a cidadania judaica.

Ao ter o mundo árabe, em geral, uma taxa de natalidade alta, isto pressupõe que não é difícil superar a população judaica. Israel está precavido quanto a este facto e tem tomado as medidas necessárias para garantir a maioria judaica no país. O nacionalismo étnico tem prevalecido e estimulado a rejeição do povo árabe e também a outras culturas, bem como o incentivo à natalidade entre a sua população, como meio de garantir a existência do Estado tal como é hoje, isto é, com maioria judaica.

A preocupação dos israelenses com o futuro se reflete no número de bebês que põem no mundo..., o povo de Moisés registrou fertilidade de 2,96 filhos por mulher em 2008. O número torna Israel um dos poucos países do primeiro mundo com taxa de natalidade próxima de 3 filhos por mulher, o que pode ser interpretado como uma resposta à pressão demográfica entre judeus e árabes (CARNIERI, 2010, texto digital).

Israel corre contra o tempo para manter a sua maioria, mas mesmo aumentando a natalidade pode ser superado pelos árabes palestinos que apresentam uma taxa de natalidade superior e, culturalmente, tendem a ter um número mais significativo de filhos. Enquanto Israel incentiva a natalidade, o que não é característico de países de influência ocidental, para o árabe isto é uma questão natural.

No território israelense, os judeus são maioria (76% da população, ou 6 milhões de pessoas), mas nos territórios palestinos ao redor a população já é de quase 4 milhões, com taxa de fertilidade que alcança 5,1% na Faixa de Gaza, de acordo com a inteligência norte-americana (CIA World Factbook). Em Israel, as famílias árabes muçulmanas têm em média 3,8 filhos. Independentemente da lógica dos números, corre solto o temor de que, num período de 10 anos, os judeus sejam ultrapassados (CARNIERI, 2010, texto digital).

Desde o nascimento até à atualidade, Israel é, no mundo, o único país cuja população é de maioria judaica. Manter tal situação é o objetivo dos dirigentes judeus. O Estado segrega o próprio israelita árabe, o que denota uma rejeição em relação ao povo árabe e àquele que não corresponde ao ideal para este Estado.

Há um critério de separação de cidadãos dentro de Israel. Ao contrário do que se pensa, não são somente os árabes israelitas que sofrem com a discriminação. Em Israel, quem tem todos os direitos garantidos são os judeus asquenazes, provenientes de regiões ricas, o que não se aplica aos judeus sefarditas, os quais são cidadãos de segunda classe. Isto porque os sefarditas não pertencem a uma “casta” importante²⁹.

É fácil identificar que Israel fez uma opção quanto à classificação dos seus cidadãos. Esta situação merece atenção sobre a própria qualidade de Estado Democrático. Um Estado democrático tende à igualdade de direitos e deveres, o que exclui a possibilidade de se estabelecerem diferenças a partir de etnias, ou seja, a democracia não comporta um Estado étnico.

²⁹Asquenazes – judeus provenientes da Europa Central e Oriental. Judeus mais abastados. Sefarditas – Judeus provenientes da Península Ibérica e do Norte da África.

A obstinação em manter uma maioria judaica, em Israel, as diferenças de cidadania, isto é, entre judeus e israelitas, leva-nos à verificação de que não existe de facto uma cidadania israelita definida por nascimento, mas uma cidadania judaica determinada pela origem e pelo sangue. Isto pressupõe que o Estado judaico prevalece sobre o Estado israelita.

Quando o nacionalismo étnico, que está presente de maneira muito arraigada na política do Estado e na sua população, acaba por dificultar quaisquer negociações que visa ceder para atender uma outra nacionalidade num território reivindicado por ambos os lados. A tendência natural é o poder mais forte, quando muito, administrar o *status quo* entre uma investida e outra para avançar com a sua conquista e não ceder em pontos cruciais, pois fazer cedências significa ameaçar a sua maioria étnica.

Este sentimento de uma qualidade essencialmente nacional-judaica ou espiritual-judaica colocando de manifesto nos colonatos físicos da Cisjordânia não se limita aos nacionalistas ultra ortodoxos ou de direita. De formas mais sutis está também presente nas correntes sionistas mais laicas, como as tendências de direitas do sionismo trabalhista (que glorificava o trabalho manual dos judeus na terra), para onde os colonatos também representam uma encarnação muito particular do sentimento e a missão etnonacionalistas e cujo usufruto por pessoas não judias faria por conseguinte uma profunda dor e ofensa (TILLEY, 2007: 60)³⁰.

É importante analisarmos o facto de que o próprio sionismo, na sua vertente original, é uma ideologia etnonacionalista. Aquilo que justificou o surgimento do sionismo foi a necessidade de o povo errante encontrar um lugar próprio, onde pudesse autodeterminar-se e sentir-se livre das constantes perseguições sofridas. Isto só seria possível através da existência de um Estado judeu para os judeus.

A própria história do sionismo, enquanto movimento político e filosófico, nunca negou o seu carácter iminentemente nacionalista, nem o desejo de promover o retorno de todos os judeus da Diáspora para a terra dos antepassados, *Eretz Israel*. Tal facto denota um ponto essencial que merece atenção a partir do momento em que coloca frente, a frente para ser definida a

³⁰Este sentimiento de una calidad esencial nacional-judía o espiritual-judía puesta de manifesto en los asentamientos físicos en Cisjordania no se limita a los nacionalistas ultraortodoxos o de derechas. De formas más sutiles está también presente en corrientes sionistas más laicas, como las tendencias de derechas del sionismo laborista (que glorificaba el trabajo manual de los judíos en la tierra), para las que los asentamientos también representan una encarnación muy particular del sentimiento y la misión etnonacionalistas y cuyo usufructo por gente no judía supondría por consiguiente un profundo dolor y ofensa.

característica do Estado: é Estado de Israel ou Estado judeu? Qual é a verdadeira cidadania deste Estado?

Não restam dúvidas de que, em Israel, prevalece o nacionalismo étnico em detrimento do nacionalismo cívico. A supervalorização de um povo através da etnia leva à formação de uma fronteira etno-cultural difícil de ser superada. Neste sentido, ocorre a diferenciação entre os cidadãos judeus, aqueles que asseguram a identidade do Estado, e os cidadãos não judeus, que representam uma ameaça para o Estado. Assim, dá-se a génese do comportamento étnico-racial.

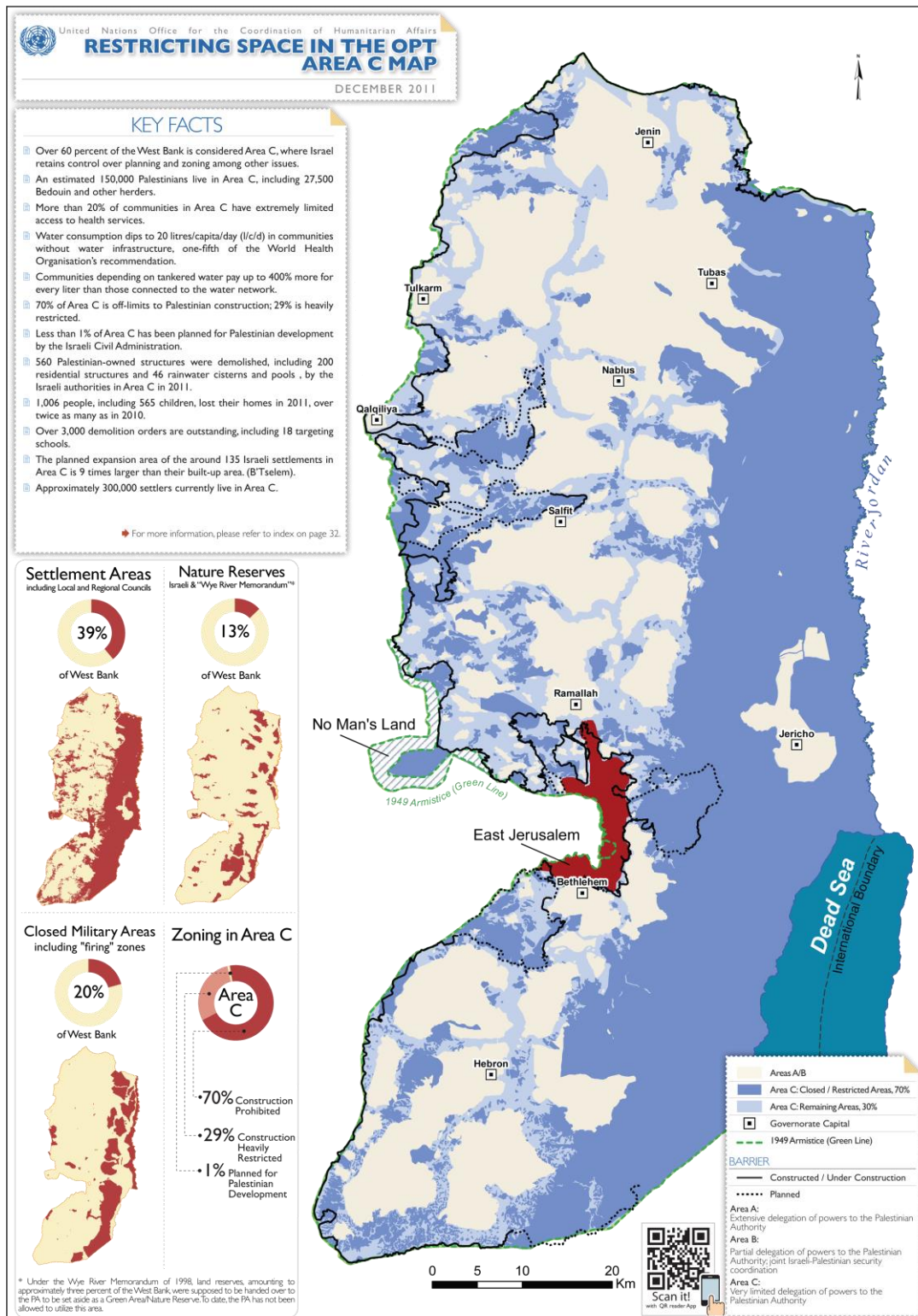
O particularismo do Estado de Israel é revelado quando ele passa a salvaguardar os seus interesses nacionais, religiosos e culturais que formam a identidade do Estado judaico que não pode ser alterada e está sob ameaça constante. O território tão disputado não serve para conceder uma cidadania plena, mas apenas para garantir a identidade judaica e a hegemonia na região.

Internamente, Israel define a cidadania de acordo com a raça. No dia-a-dia não há, de facto, uma nacionalidade israelita, mas sim uma nacionalidade judaica. Os árabes israelitas, por exemplo, não desfrutam dos mesmos benefícios que os judeus em termos de igualdade dentro de Israel.

Durante vários anos, os orçamentos dos municípios árabes foram duas vezes inferiores aos dos municípios judaicos, enquanto a discriminação nos sectores de educação, saúde, cultura, desenvolvimento prosseguiu até fazer dos israelitas árabes cidadãos de segunda classe, ou até mesmo, em comparação aos imigrantes safardis ou russos, cidadãos de terceira ou quarta classe. Em Israel, uma criança árabe em cada três vive abaixo do nível de pobreza, e a metade das crianças pobres é árabe (devemos lembrar que, segundo as estatísticas governamentais de Dezembro de 2000, eles representavam um quinto da população) (BISHARA, 2003: 53-54).

O mapa a seguir esclarece o que acabamos de expor. O acesso aos serviços básicos de Saúde, de sobrevivência humana e de cidadania são limitados, no que toca à população palestina.

MAPA 3



Fonte: ONU, 2011.

Após a independência, o Knesset elaborou duas leis que se complementavam e que foram determinantes na redefinição da ocupação da Palestina. Em 1950, foi criada a Lei do Retorno, que assegurava aos judeus do mundo o direito de regressar à terra dos seus antepassados e obter imediatamente a cidadania israelita. Quinze anos depois da Lei do Retorno, foi aprovada a Lei do Registro, que complementa a primeira e passou a estabelecer a nacionalidade judaica e não israelita.

Emenda à Lei do Registro de População, 5725-1965 – 3. Na Lei do Registro de População, 5725-1965****, a seguinte seção será inserida após a seção 3:

“Poder de Registro e definição”

3A. (a) Uma pessoa não será registrada como Judeu por filiação étnica ou religiosa se uma notificação sob esta Lei ou outro item do Registro ou um documento público indicar que ela não é Judia, enquanto a referida notificação, item ou documento não tenha sido contestado à satisfação do Oficial Chefe do Registro ou enquanto o julgamento de corte competente não tenha sido determinado

(b) Para os propósitos desta Lei e de qualquer registro ou documento sob ela, “Judeu” tem o mesmo significado que na seção 4B da Lei do Retorno de 5710-1950.

(c) Esta seção não eliminará um registro efetuado antes da entrada em vigor deste.” (EMENDA À LEI REGISTRO DE POPULAÇÃO, 1970, texto digital).

Verifica-se, portanto, mais do que uma tendência, um dado concreto sobre como Israel tem agido desde a sua origem até à atualidade. Está claro que a manutenção de um Estado de maioria judaica sempre foi e é o seu objetivo. Engana-se quem pensa que, hoje, a situação se alterou, porque tudo permanece idêntico em termos de concepção de Estado, de nacionalidade e de cidadania

A respeito desta questão verificamos a aprovação, pelo Knesset, de um polêmico projeto em 2010, que, segundo o jornal *Estadão*, o parlamento aprovou por vinte e dois votos a favor e oito votos contra, uma lei que obriga o indivíduo a jurar lealdade ao Estado de Israel para obter a cidadania.

Segundo o jornal, esta lei preconiza:

O gabinete de governo israelense aprovou neste domingo um polêmico projeto de lei que obriga não judeus que quiserem obter cidadania israelense a jurar lealdade ao Estado de Israel ‘como Estado judaico e democrático’ (REDAÇÃO, 2010, texto digital).

Esta lei teve a aprovação dos judeus, que veem nela mais uma garantia da existência do Estado judaico. A lei dirige-se unicamente aos cidadãos não

judeus que pretendem viver no país, pois os judeus de todo o mundo têm a sua cidadania assegurada pela Lei do Retorno.

Neste contexto, verifica-se que Israel impõe obstáculos à paz a partir do momento em que não trata de maneira igual os não judeus. Isto reflete o caráter nacional judaico do Estado que, somado a outros impedimentos a que estão sujeitos os cidadãos não judeus, leva ao agravamento da situação desde o plano interno, acabando por se espalhar externamente, o que faz aumentar a rejeição pelo Estado e pelos judeus.

A posição tomada por Israel reflete-se de modo negativo no mundo árabe, o que leva à formação de quadros cada vez mais problemáticos que são incorporados ao conflito. O conflito israelo-palestiniano, ao mesmo tempo que acelera o conflito em geral, também provoca problemas em que o árabe-israelita é confrontado com situações discriminatórias e excludentes. Para um árabe-israelita, várias portas estão fechadas em virtude da sua identidade. Embora seja cidadão de Israel, é-lhe negado o direito de participar do Serviço Militar, ou de trabalhar numa indústria militar ou em qualquer outra que, de algum modo, esteja ligada ao aparelho militar israelita, passando, ainda, por um maior controlo de segurança, pois a sua identidade é alvo constante de suspeita.

O árabe-israelita é submetido a uma humilhação permanente gerada pela proliferação da desconfiança. Neste sentido, este cidadão não judeu de Israel, está privado de ter uma qualidade de vida semelhante à do judeu, bem como desfrutar da possibilidade de assumir cargos importantes do setor público, setor que conta com a presença de poucos árabes, que são o maior número de desempregados.

Os cidadãos palestinos de Israel constituem um dos segmentos mais desfavorecidos da sociedade e mais da metade de todas as famílias palestinas em Israel são classificadas como pobres, segundo o Centro para Direitos das Minorias Árabes em Israel. A taxa de desemprego é desproporcionalmente alta nessa comunidade, e as cidades e povoados de maioria palestina têm os níveis socioeconômicos mais baixos do país (D'AMOURS, 2012, texto digital).

A situação de discriminação vivida pelos palestinianos não consegue impedir que eles lutem pelo estabelecimento do Estado autónomo da Palestina, mas trava as possibilidades de paz. Tudo aquilo que esteja relacionado com a

advertência relacionada com a possibilidade da aplicação de um “castigo”, causa revolta naqueles que são próximos da vítima, mas também serve de desculpa transformada em solidariedade para o Estado que tem pretensões sobre aquele que aparece como algoz.

No conflito israelo-árabe, até ao momento, não se encontrou um ponto comum capaz de transformá-lo em desarticulador das divergências. O modo como o conflito tem sido conduzido, tem contribuído para uma estratégia da guerra e não da paz. Cada elemento presente na condução da política dos Estados envolvidos, cujo reflexo atravessa as tortuosas fronteiras e adentra o território vizinho, tem servido para manter a situação beligerante na região.

3.2 RADICALISMO POLÍTICO NO CAMINHO PARA A PAZ

Após anos de Guerras e violência, o Médio Oriente é uma região onde a existência de políticas radicais não é uma exceção. A posição inflexível dessas políticas tem gerado antagonismos e disputas que parecem infundáveis. Enquanto os líderes árabes e judeus prosseguem determinados em conservar a política de “linha dura”, a região mergulha na violência quotidiana e faz malograr a possibilidade de uma paz duradoura.

A disputa entre árabes e judeus sofreu uma viragem no ano de 1967, após a Guerra dos Seis Dias. Até então, predominava no mundo árabe o nacionalismo laico de Gamal Abdel Nasser, que sucumbiu frente ao plano militar traçado pelo grande estrategista judeu, o general Moshe Dayan, que aniquilou as forças militares egípcias e sírias. Na sequência da Guerra, os demais países árabes envolvidos foram derrotados. Esta Guerra representou uma derrota para os árabes e uma viragem no quadro político e geoestratégico da região.

Em contraste com a vitória de Israel na guerra de 1967 assinalou o fim do Nasserismo como um modelo para egípcios e a revolução árabe. Enquanto uma crise do Nasserismo era evidente antes, no Egito e no mundo árabe, naquele ano marcou o início do seu fim como a ideologia da unidade árabe e da luta contra o colonialismo e o Sionismo (HALLIDAY, 2005: 118)³¹.

³¹In contrast to Israel's victory in that war, 1967 signalled the end of Nasserism as a model for Egyptian, and Arab, revolution. While a crisis of Nasserism was evident beforehand, in Egypt

Inconformados com a derrota, os árabes sentiram-se humilhados e atribuíram-na ao facto de se terem afastado do islamismo e de terem adotado hábitos ocidentais, tal como afirmámos anteriormente. A partir deste momento, deu-se o ressurgimento do islamismo que, com o passar dos anos, se foi tornando mais radical até chegar ao fundamentalismo. Várias questões contribuíram para este ressurgimento islâmico de modo mais radical, que pode ser expresso através de um nacionalismo religioso e que, hoje, faz parte do conceito estratégico da política de Estados como a Síria, o Líbano, uma parte da Palestina, dominada pelo Hamas. “Em aparente contraste com o nacionalismo, com sua predominantemente secular abordagem, defende o fundamentalismo religioso uma política que reivindica legitimação e derivação a partir dos textos e conceitos da religião” (HALLIDAY, 2005: 212)³².

Quanto a Israel, a sua política também está impregnada de radicalismos, o que tem levado ao acirramento das animosidades com os seus principais vizinhos na região. Embora Israel não seja oficialmente um Estado teocrático, porque é uma democracia, respeita as diferenças religiosas e não possui uma religião oficial. Apesar destas características, Israel tende a pender para o judaísmo, uma vez que os judeus têm prioridade dentro do país.

O Estado israelita também enfrenta a oposição interna dos judeus ortodoxos, de colonos de extrema direita, de entre outros, que através da sua visão estreita da realidade, impõem as suas condições. Isto leva, muitas vezes, a política a cometer excessos através das pressões sofridas, principalmente, por grupos que defendem a radicalização do Estado.

Nos últimos anos, alguns colonos vêm atacando propriedades palestinas ou do Exército em protesto contra medidas adotadas pelo governo israelense em relação aos assentamentos, uma tática que chamam de ‘preço a pagar’. ‘Estamos à beira de uma guerra civil’, alertou a líder da oposição no Parlamento, Tzipi Livni, em entrevista a uma rádio israelense (REDAÇÃO, 2011a, texto digital).

É importante ressaltar que a concepção de política não é a mesma para todos os judeus assim como também não é para todos os árabes muçulmanos.

and in the Arab world, that year marked the beginning of its end as the ideology of Arab unity and of struggle against colonialism and Zionism.

³²In apparent contrast to nationalism, with its predominantly secular approach, religious fundamentalism espouses a politics that claims legitimation and derivation from the texts and concepts of religion.

O extremismo conduz a uma vertente que visa atender, também, um princípio religioso e é neste ponto que reside o perigo se for transferido à política, pois acaba por determinar os parâmetros a serem seguidos pelo Estado em conformidade com uma visão radical. Trata-se de radicalismo porque, normalmente, independentemente da confissão religiosa, somente o lado mais radical é que tenta introduzir na política a sua visão de mundo e de sociedade de acordo com a sua crença.

O próprio modo como o território tem sido ocupado na região, por parte de Israel, levou à adoção, por ambos os atores, de políticas radicais. Desde o início, a presença dos judeus tem incitado nos árabes palestinos, em primeiro lugar, e depois nos demais, à violência. A situação agravou-se a partir de 1948, com a fundação de Israel. A prática da violência para resolver o problema do território parece ter sido naturalizada e, conseqüentemente, foram incorporados na política, os princípios violentos representados por radicalismos e como meio de negação do Outro.

Os árabes palestinos viram os imigrantes judeus das sucessivas ondas migratórias (*aliyot*) como estrangeiros empenhados em impor um regime colonial. De fato, na altura dos anos vinte do século passado consideravam aos colonos sionistas como um perigo maior que os sátrapas britânicos e franceses do Médio Oriente: eles entendiam que eram estrangeiros no território, e estavam seguros que regressaria à metrópole; aqueles consideravam que a Palestina era um lugar e, até há pouco tempo, nenhum podia sequer imaginar voltar à comunidade da diáspora (MAYER, 2010: 138)³³.

A demanda pela terra cresceu vertiginosamente entre os árabes palestinos e os judeus sionistas que, simultaneamente, passaram a ter o mesmo objetivo, isto é, criar o próprio Estado. As rivalidades aumentaram ante a o surgimento de Israel enquanto Estado, que adotou do nacionalismo liberal do século XIX a sua missão de existência após uma errância de quase dois milênios e de retorno à mítica Terra Santa, com base no direito consuetudinário. Em oposição a Israel, os palestinos voltaram-se para o nacionalismo anti-imperialista terceiro mundista do século XX e passaram a

³³Los árabes palestinos veían a los inmigrantes judíos de las sucesivas oleadas migratorias (*aliyot*) como extranjeros empeñados en imponer un régimen colonial. De hecho, a la altura de los años veinte del siglo pasado consideraban a los colonos sionistas como un peligro mayor que los sátrapas británicos y franceses de Oriente Próximo: éstos entendían que eran extranjeros en el territorio, y estaban seguros de que regresarían a la metrópoli; aquéllos consideraban que Palestina era un hogar y, hasta hace poco tiempo, ninguno podía siquiera imaginar volver a la comunidad de la diáspora.

reclamar a posse sobre a terra palestina, habitada ininterruptamente pelos seus antepassados, desde o século VII.

Os problemas ampliam-se ante adversários firmes nos seus propósitos, cujos meios de negociação parecem ignorar. Foi na atitude de cada parte que se construiu o que é hoje, ou seja, duas propostas de Estados vizinhos sem a radicalização da confiança e do dever do que é justo, mas da intransigência. Um Estado firmou-se enquanto tal, mas ainda não lhe foi possível libertar-se das amarras das lutas da independência.

Israel, ainda hoje, mantém alguns problemas a serem resolvidos, que são próprios de um Estado recentemente independente. Ele ainda carece de reconhecimento da sua independência pela maioria absoluta dos Estados árabes e vizinhos e mantém a disputa territorial e fronteiriça, não sendo possível, na atualidade, ser visto pelos seus vizinhos como um não estrangeiro na região.

Israel construiu um lar em terra estranha embora reivindique que o território pertenceu aos seus antepassados. Munido de todas as certezas deste território pertencer aos judeus, Israel nunca procurou estabelecer uma política capaz de oferecer um caminho para as negociações imparciais e uma política que permita a existência de fronteiras justas e seguras para si e para os seus vizinhos.

Os territórios que pretendem constituir-se em Estado-nação, concebidos artificialmente, estão a mesma distância de Deus e do diabo. Separados das nações vizinhas por controvertidas fronteiras, os Estados soberanos se constituem em função da oscilação da vontade das grandes potências do momento ou graças a um acordo com elas. Como súbdita de uma série de impérios sucessivos, a Palestina necessita não só de fronteiras claras mas também da autoridade requerida para traçá-las. Ao princípio, e durante anos e anos, os sionistas deram por suposto que o concerto das grandes potências decidiria o destino da Palestina do mesmo modo que havia começado a decidir o destino da Turquia asiática e da África no Congresso de Berlim, em 1878 e 1885 respectivamente: em ambas cimeiras, os estadistas europeus haviam traçado fronteiras e alterado soberanias à vontade. Os primeiros sionistas tinham boas razões para supor que, se os árabes nativos se contrários a uma pátria judaica na Palestina, vêm o momento se poderia convencer as grandes chancelarias europeias para conseguir que aquele povo atravessou as misteriosas fronteiras do deserto e acabaram na Mesopotâmia ou Arábia (MAYER, 2010: 138-139)³⁴.

³⁴Los territorios que aspiran a constituirse em Estado-nación, concebidos artificialmente, están a la misma distancia de Dios y del diablo. Separados de las naciones vecinas por

A amálgama de acontecimentos que remonta ao início do conflito tem contribuído para acelerar, na região, o processo de violência, ao mesmo tempo que tem inibido a criação de medidas políticas capazes de solucionar de modo definitivo, principalmente, a questão da divisão territorial entre Israel e a Palestina. Se, por um lado, Israel tem desenvolvido uma política no sentido de ver cumprida a visão bíblica sobre o seu povo no território, por outro lado, tal política tem dado fôlego ao movimento radical islâmico.

Em busca de cada lado garantir para si aquilo que considera ser um direito inalienável, têm-se desenvolvido políticas pautadas pela violência e pela segregação. Enquanto Israel procura impor-se na região, leva o isolamento e a miséria ao povo palestino, cujo território é geograficamente descontínuo, o que inviabiliza o estabelecimento de um Estado palestino autônomo. A faixa de terra pertencente à Palestina é igual a um “queijo suíço” e não há meios de ligação contínuos entre o território e a sociedade. O território está fragmentado, o que impossibilita a existência de um Estado viável. Este é um ponto conhecido, mas pouco questionado sobre como ficará a Palestina se, um dia, se tornar um Estado. Esta situação coloca em causa a aspiração palestina de consolidar a sua presença no território. Independentemente de quaisquer objeções, as aspirações palestinas ao Estado são legítimas, pois “o Estado é a materialização organizada – fruto de um processo histórico – da vida social e das aspirações humanas com um grau elevado de institucionalismo e reconhecimento internacional” (CASTRO, 2012: 105).

Na atual conjuntura, em relação à Palestina, é provável que se abra mais uma frente no conflito, pois um descontínuo geográfico não será tolerado por muito tempo dentro de um Estado legalmente constituído, a partir do momento que a população deste tem conhecimento que foi um problema criado por um vizinho em disputa. O respaldo da veracidade dos factos a população

controvertidas fronteras, los Estados soberanos se constituyen em función de la oscilante voluntad de las grandes potencias del momento o gracias a um acuerdo com ellas. Como súbdita de una serie de imperios sucesivos, Palestina carecia no sólo de fronteras claras sino también de la autoridad requerida para trazarlas. Al principio, y durante años, los sionistas dieron por supuesto que el concierto de las grandes potencias decidiría el destino de la Turquía asiática y de África en el Congreso de Berlín, em 1878 e 1885 respectivamente: en ambas cumbres, los estadistas europeos habían trazado fronteras y alterado soberanías a su antojo. Los primeros sionistas tenían buenas razones para suponer que, si los árabes autóctonos se oponían una patria judía em Palestina, llegado el momento se podría convencer a las grandes cancillerías europeas para conseguir que aquel Pueblo cruzara las misteriosas fronteras del desierto y acabara em Mesopotamia o Arabia.

palestiniana terá dos demais Estados árabes e de praticamente todos os Estados do mundo, uma vez que é algo real e visível aos olhos da comunidade internacional.

Para além da Palestina, as consequências da política de Israel estenderam-se, também, à Síria e ao Líbano, onde ocupou áreas estratégicas em termos de recursos naturais, embora alegue ser uma medida de segurança. A Síria e o Líbano são parceiros naturais dos palestinianos contra Israel e com quem os palestinianos poderão contar a curto, a médio e a longo prazo. Quanto ao Egito, somente o tempo o dirá, mas a tendência é este Estado pender para o lado palestiniano, sírio e libanês.

Ao analisarmos a situação acima referida, verificamos que ao ser a política de Israel radical quanto às medidas tomadas visando atender os seus interesses na região, em contrapartida, o lado árabe também radicaliza a política através da rejeição a Israel, o que acarreta o inevitável aumento de ações radicais através de grupos não estatais que contam com o apoio de muitos Estados árabes. Neste sentido, aumenta a escalada de violência que procura a vitória sobre o inimigo.

O registo da violência ao longo dos anos, entre Israel e os seus principais vizinhos, remete-nos para o facto de que a política de ambos os lados, não tem como prioridade a cultura da paz. Enquanto Israel implementa uma política de “linha dura” contra os seus vizinhos árabes, estes, por sua vez, não têm complacência, nem mesmo em relação à sua própria população, que é alvo de uma política interna brutal no que se refere à falta de liberdade política e de expressão.

Uma das características da política dos Estados árabes têm sido os regimes ditatoriais, corruptos e ausentes das responsabilidades sociais inerentes ao Estado. A população encontra-se enfraquecida, vítima das Guerras, da pobreza e da violência interna a que os seus Estados não conseguem pôr um fim. Embora autoritários, os Estados árabes são impotentes do ponto de vista das negociações políticas e da pugna pela paz com Israel.

A falta de credibilidade dos regimes árabes, como recentemente aconteceu e está a acontecer no Egito e na Síria, tem levado a população destes países a se rebelarem de maneira violenta, o que tem golpeado ainda mais as populações já tão sofridas. “Cada guerra golpeia toda a região,

gerando mais fluxos de refugiados, crescentes custos, fuga de capitais e nova exasperação faz cambaleiar a legitimidade dos impopulares regimes árabes” (TILLEY, 2007: 120)³⁵.

Estes Estados árabes estão internamente divididos, não havendo unidade entre eles. A própria Palestina sofre com a divisão interna entre o Hamas e o al-Fatah. Esta divisão compromete a unidade palestina e faz agonizar a unidade das Forças Governamentais palestinas. Não pode ficar esquecido que a Palestina quase teve que enfrentar uma Guerra Civil, em 2006.

A fragmentação política da Palestina fragiliza a base do movimento que luta pela libertação e coloca os palestinos sob maior domínio de Israel. A fratura da política interna da Palestina tem beneficiado o avanço da ocupação israelita, pois a falta de unidade desfaz o elo que culminou, anteriormente, na criação da OLP, que foi uma conquista histórica de fundamental importância para o povo palestino.

Indubitavelmente, os principais vizinhos de Israel vivem um sério problema quanto à falta de unidade política dentro do próprio Estado. O Egito, por enquanto ainda é um aliado de Israel, mas possui, no seu território, grupos antagônicos, o que num futuro próximo pode representar o fim da aliança Egito-Israel.

Por questões econômicas e políticas, o Egito está submetido aos EUA, principal aliado de Israel em termos políticos, militares e estratégicos na região. Assim como outros países árabes, com exceção da Síria, o Egito está dependente da super-potência ocidental e, no momento, não se sabe até quando vai durar esta aliança. Sob a nova direção política, o Egito tem mantido os Acordos com os EUA e Israel, porém em relação ao último a população egípcia não vê de modo satisfatório o Acordo entre os dois.

Os muito otimistas fizeram dois tratados de paz de Israel. O de 1979 com o Egito foi o preço pago por Sadat para o retorno do Sinai, não foi abraçado pelo público egípcio, e sua longevidade pode estar

³⁵Cada guerra golpea a toda la región, generando más flujos de refugiados, crecientes costes, fuga de capitales y nueva exasperación que hace tambalear la legitimidad de los impopulares regímenes árabes.

ligada ao compromisso dos Estados Unidos de ajuda ao Egito de mais de dois bilhões de dólares por ano (JONES, 2011: 155)³⁶.

A aparente paz que reina no Egito, por exemplo, tem sido mantida desde Camp David, através de benefícios suplementares que foram garantidos pelo governo de Hosni Mubarak. A paz “podre” pode esfacelar-se ante uma nova orientação política, pois uma paz garantida através de um modelo de política só existe enquanto ela existir.

Fruto de um mesmo estilo de política autoritária, como ocorreu recentemente no Egito e outros países árabes, a Síria enfrenta uma Guerra Civil, o que realça o quadro de insatisfação e divisão internas, consequência de políticas fechadas e ditatoriais, como já referimos. O desfecho final do conflito interno vai definir a nova posição da Síria no Médio Oriente e, também, em relação a Israel. No momento, o que se pode dizer é que tais regimes chegaram ao esgotamento e o que virá a seguir ainda não está definido, mas a verdade é que haverá uma nova configuração geopolítica e geoestratégica na região.

O autoritarismo com que estes Estados têm governado os seus povos, tem estimulado a violência desde o seu interior pois, vivendo em situação precária, a população passa a reagir e, conseqüentemente, os grupos radicais ocupam os espaços vazios deixados pelo Estado e criam um poder paralelo que conta com o apoio de boa parte da população. Uma das conseqüências externas, neste caso, é que aos “olhos do mundo”, da população leiga, ocorre a generalização de que os árabes são terroristas.

A religião voltou também a assumir um papel mais importante na forma como os indivíduos reagem a uma realidade dura da qual não pareciam poder escapar. As pessoas sentiram-se inicialmente atraídas pela Irmandade Muçulmana, mas a organização era demasiado vaga politicamente para proporcionar uma solução concreta para os seus problemas, e voltaram-se antes para organizações palestinianas tais como o Hamas e a Jihad Islâmica, que tinham surgido com um claro projecto nacional-religioso (PAPPÉ, 2007: 247).

A partir do momento em que os grupos religiosos radicais tomaram a dianteira do conflito, o árabe passou a ser estereotipado, representando isto

³⁶Optimists have made much of Israel's two peace treaties. That of 1979 with Egypt was the price Sadat paid for the return of Sinai; it has not been embraced by the Egypt public, and its longevity may be tied to America's aid commitment to Egypt of over two billion dollars a year (JONES, 2011: 155).

uma vitória significativa para Israel. Neste sentido, a condição disfuncional dos Estados árabes tem contribuído para que Israel realize o sonho sionista de domínio da Palestina e sobre o povo palestino, bem como sobre as áreas de seu interesse na região.

Internamente, Israel também enfrenta dificuldades de ordem política. O Estado tem procurado atender as diferentes reivindicações da sociedade. Se, por uma parte, existe o judeu disposto a viver de modo mais livre, sem as amarras das concepções religiosas tradicionais, por outro lado, há os judeus ortodoxos que vislumbram a vida através da sua fé, o que acaba por provocar um ônus para o país quer seja em termos económicos, quer seja através dos embates para a manutenção de uma política voltada a atender unicamente aos judeus e de acordo com os preceitos religiosos conservadores.

Os ultraortodoxos, ou *haredim*, geralmente não servem nas forças armadas. Na verdade, para se candidatar à isenção do serviço militar, os *haredim* precisam provar envolvimento em estudos em tempo integral em seminários judaicos (*yeshivot*). Essa disposição foi criada por David Ben-Gurion para obter o apoio político dos *haredim* na época da fundação de Israel. Entretanto, embora a “isenção *yeshiva*” tenha sido aplicada inicialmente a apenas 400 estudantes, desde aquela época aumentou para dezenas de milhares que se beneficiam desse critério e não vão para o exército (SENOR & SINGER, 2011: 257).

A situação agrava-se na medida que estas pessoas passam a depender do Governo. Continuam os autores,

A consequência tem sido triplamente prejudicial para a economia: os *haredim* estão isolados da força de trabalho em razão da sua falta de experiência militar; se quiserem a isenção militar, eles não têm permissão para trabalhar – pois precisam se dedicar unicamente aos estudos –, portanto não adquirem nem experiência (empresarial) no setor privado nem na área militar; a sociedade *haredi* torna-se cada vez mais dependente das pensões do governo para a sobrevivência (SENOR & SINGER, 2011: 257-258).

Embora a Lei Tal, que isentava os ultraortodoxos de se alistarem nas IDF, tenha sido revogada em Fevereiro de 2012, por ter sido considerada pelo Knesset como inconstitucional, ela tem causado discussões em torno da situação, enquanto os ultraortodoxos mantêm os protestos.

Muitos seminaristas ortodoxos, que até agora consagravam a vida ao estudo dos textos sagrados judeus, subsidiados pelo Estado, graças à influência dos partidos religiosos em todos os governos, consideram

que devem continuar a dedicar-se inteiramente ao estudo (REDAÇÃO, 2012h, texto digital).

O judeu secular não é, hoje, em Israel, uma maioria em larga escala. Os ultra-ortodoxos, cuja característica natural consiste em formar famílias numerosas, ameaçam ultrapassar os seculares e formar a maioria em Israel. Estes últimos têm feito valer a sua vontade através da influência na política, pois são determinados em buscar aquilo que pretendem, conservando o modo de vida que julgam correto, o que equivale dizer que, para eles, o caráter judeu está acima de tudo.

Mesmo que sejam rivais ideológicos ferrenhos, eles forjaram relações de trabalho sob a coalizão de Benjamin Netanyahu. Ambos defendem seus patrimônios, sejam eles assentamentos na margem oeste, onde eles representam pelo menos 70% da população judia, ou os sistemas educacionais baseados na Torah criados por eles, ambos com apoio do governo. Ambos argumentam que o caráter judeu de Israel é mais vital que o seu caráter democrático (REDAÇÃO, 2011f, texto digital)³⁷.

Os conservadores são capazes de traçar metas que atendam à sua vontade, mesmo em detrimento dos outros judeus. A moral conservadora serve como condutora de uma vida pautada pelos ensinamentos da Torah e rejeita tudo aquilo que foge ao que é considerado por eles como correto. Neste sentido, há um choque ideológico e político no interior de Israel, no qual o lado conservador acaba por interferir na política e sociedade israelitas. Segundo *The Economist*,

Sob pressão das autoridades rabínicas e seus discípulos, os soldados religiosos mais cabeça-quente boicotam os desfiles militares nos quais há a participação de mulheres. Cidades cancelam shows com artistas mulheres ou insistem que elas cubram completamente seus corpos, e retiram das ruas e dos ônibus anúncios até de mulheres modestamente vestidas. Nos subúrbios ultra-ortodoxos de Tel Aviv, mulheres, como suas contrapartes sauditas, não dirigem. A secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, disse recentemente que estava preocupada que os direitos das mulheres em Israel estejam se deteriorando. Na imprensa ultra-ortodoxa sua foto foi apagada (REDAÇÃO, 2011f, texto digital)³⁸.

³⁷Though intense ideological rivals, they have forged working relations under Binyamin Netanyahu's coalition. Both defend their assets, be it settlements in the West Bank, where they form at least 70% of the Jewish population, or the separate Torah education systems they have created, both with state backing. Both argue that Israel's Jewish character is more vital than its democratic one.

³⁸Under pressure from rabbinical authorities and their disciples, the hotter-headed religious soldiers boycott military pageants at which women perform. Municipalities cancel concerts with

Neste contexto, a identidade judaica tem que resistir às diferenças ideológicas existentes no interior do Estado. Esta situação complica a política que se divide no sentido de atender as diferentes parcelas da sociedade, ao mesmo tempo que depara com questões de difícil solução em virtude de uma concepção moral e religiosa rígida.

Nas sociedades árabe e judaica há a presença de grupos radicais que dificultam ainda mais a possibilidade de se estabelecer um processo de paz viável. Os grupos radicais provocam um desequilíbrio interno na política que se reflete externamente através do medo como fruto da violência. Quanto maior for a violência interna, maior é a dificuldade de se constituir um Governo credível para negociar a paz ou qualquer outro assunto relevante para a sua população.

Só é possível negociar quando há uma verdadeira disposição para fazer cessar a violência. A assimilação, pela população israelita e árabe, de uma cultura da violência é um grande obstáculo ao estabelecimento da paz. Desenvolveu-se, nestas sociedades, o ódio que se tem fortalecido através de políticas de ataque e de defesa levadas a cabo principalmente em Israel contra a Palestina.

As consequências deixadas por este tipo de política são os sucessivos fracassos dos Acordos de Paz. A ruína dos Acordos de Paz provocou uma ruptura na maioria das políticas internas dos Estados envolvidos, a partir do momento em que ficaram desacreditados, o que rompeu com a confiança interna dos envolvidos no processo negocial da paz. A falta de confiança mútua acelerou os antagonismos e tem feito agonizar as hipóteses de um futuro baseado no entendimento. É importante ressaltar que as Guerras entre Israel e a maioria dos Estados árabes “terminaram sempre com acordos de cessação de fogo, nunca com um acordo de paz” (ARON, 2002: 32).

À medida que os processos de paz ainda não foram capazes de avançar rumo à prática, Israel continua a exercer, através de políticas coercitivas, o domínio na região. Mesmo os territórios como a Faixa de Gaza e o Sinai,

female artists or insist that they fully cover their bodies, and remove advertising of even modestly-clad women from streets and buses. In ultra-Orthodox suburbs of Tel Aviv, women, like their Saudi counterparts, do not drive. The American secretary of state, Hillary Clinton, recently said she was worried that women's rights in Israel were being eroded. In the ultra-Orthodox press her photograph was airbrushed out.

devolvidos respectivamente à Palestina e ao Egito, continuam sob o controle de Israel. Isto é, este país é quem determina quem entra e quem sai da Faixa de Gaza, quem pode viver ou quem pode ter uma atividade económica na região. Em relação ao Egito, este país tem que ter o aval de Israel para as medidas que toma no seu território. Em caso contrário, implica o descumprimento do Acordo assinado entre os dois países em 1979.

Os colonatos judeus não param de crescer nos Territórios Ocupados, mesmo que a Resolução 242, do Conselho de Segurança da ONU, tenha condenado a ocupação de territórios através de Guerras. A Resolução diz o seguinte:

O Conselho de Segurança, expressando a contínua preocupação com a grave situação no Médio Oriente, enfatizando a inadmissibilidade da aquisição de territórios pela guerra e a necessidade de trabalhar para uma paz justa e duradoura em que cada Estado na área possa viver em segurança... (ONU, SECURITY COUNCIL RESOLUTIONS, 1967, texto digital)³⁹.

Israel não tem demonstrado interesse em cumprir as determinações da ONU. Este Estado não tem o mesmo ímpeto para cumprir com as suas obrigações como tem para exigir o cumprimento das leis por parte dos seus vizinhos e demais Estados da região e da Terra. Ao que parece, as leis não se aplicam a Israel, para quem as mesmas parecem não existir, mantendo-se firme no propósito de ignorá-las.

Desde que Israel proclamou a sua independência, o seu território nunca parou de aumentar. De 1948 até à atualidade, o território israelita expandiu-se através da ocupação das terras dos seus vizinhos, que foram vencidos nas diferentes Guerras. Nada tem sido capaz de deter a ocupação de territórios e a Resolução 242 continua a ser ignorada, como já dissemos.

Na Guerra dos Seis Dias, Israel ocupou a Península do Sinai, a Cisjordânia, Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza, os Montes Golã e as Fazendas de Shebaa. A Península do Sinai voltou ao domínio egípcio em 1979 e a Faixa de Gaza, em 2005, passou para a administração da ANP, porém esta última não tem uma verdadeira autonomia.

³⁹The Security Council, expressing its continuing concern with the grave situation in the Middle East, Emphasizing the inadmissibility of the acquisition of territory by war and the need to work for a just and lasting peace in which every Estate in the area can live in security...

A política interna de Israel, de feição nacionalista, faz expandir os colonatos, os quais têm objetivos estratégico-militares. Também mantém sob o seu controlo os seus principais vizinhos, o que leva a uma relação mútua de ódio e de desconfiança. Assim como pretende colocar as mãos sobre os territórios vizinhos, Israel não “tira o olho” das suas fronteiras na tentativa de isolar aqueles que considera serem uma ameaça.

Israel está a construir mais um muro de contenção. No presente, quem terá que conviver com uma barreira de betão armado e arame eletrificado são os libaneses. Segundo o Euronews, Israel iniciou a construção de um muro na fronteira com o Norte do Líbano, sob a alegação de que há registos de disparos contra o território israelita a partir do Líbano. Mas o Líbano não é o único porque será construído, também, outro muro na fronteira com o Egito.

O muro vai ter uma extensão de dois quilómetros e uma altura mínima de sete metros. Israel está a edificar outro muro de segurança na fronteira com o Egito. Mas a estrutura mais conhecida é o que se estende ao longo da Cisjordânia, uma construção considerada ilegal pelo Tribunal Internacional de Justiça (REDAÇÃO, 2012g, texto digital).

A situação acima referida reflete, inexoravelmente, um tipo de política que inviabiliza o processo de paz. Ao impor-se sobre os vizinhos, Israel deixa transparecer a qualidade de Estado judaico que deseja manter-se isolado dos seus principais vizinhos. Por mais que os israelitas argumentem que querem a paz, a prática política nega esse discurso.

Partindo do pressuposto que somente é possível entrar em acordo com quem partilha o mesmo interesse, torna-se patente a situação de Israel junto dos seus adversários e destes em relação àquele. A partir do momento em que Israel tenta “patrulhar” os seus vizinhos, é notório o facto de que não tem nenhuma expectativa e muito menos a intenção de ver, na prática, um plano de paz viável e duradouro.

Os territórios vizinhos continuam sob a vigilância israelita: “O navio de guerra brasileiro da missão de paz da ONU no Líbano registrou 320 invasões do espaço aéreo libanês por aviões militares de Israel nos últimos seis meses” (REDAÇÃO, 2012i, texto digital).

Para Israel, a justificativa é sempre a estratégia que assegura a sua defesa. Numa região onde pontifica, mas na qual não domina os povos

vizinhos do ponto de vista político e militar, Israel terá que enfrentar à sua porta o inimigo que pode ser qualquer um, mas isto não pressupõe a violação do espaço aéreo do Outro nem do Direito Internacional. Tal violação pode exaltar os ânimos e acelerar o conflito.

Se a insurgência dos grupos paramilitares faz cambaleiar a possibilidade de paz, do lado de Israel não é diferente uma vez que o país está centrado em assegurar a existência de um Estado judaico. Isto gera uma conduta voltada para a autopreservação, que acaba por conduzir a uma corrida frenética em termos de segurança em todos os aspectos, mas que não consegue superar não só as desconfianças, mas também a diferença demográfica que não está a favor de Israel.

A imensa disparidade entre a população judaica de Israel e as populações não-judaicas do Médio Oriente apresenta uma barreira insuperável à hegemonia israelense sobre a região. Em 1982, Israel levou a Beirute, mas, mesmo nesse estreito âmbito, foi exagerado. Atritos libaneses, sírios e palestinos forçaram a sua retirada gradual e, finalmente, em 2000, a evacuação inglória (JONES, 2011: 143)⁴⁰.

Um ponto que define amplamente o caráter do Estado de Israel é a peculiaridade de ser o único Estado que congrega os valores históricos, civis e religiosos de um povo que habita dentro e fora do território israelita, ao mesmo tempo que nascem em culturas completamente diferentes, sendo a nacionalidade de “nascimento” não a israelita, mas sim a judaica. Mas, independentemente disso, é aquilo que dá unidade ao Estado de Israel e, neste sentido, luta para manter-se tal como é.

A manutenção da nação judaica e da integridade territorial traduz-se numa política militarizada, cuja influência está inserida na cultura. Por estar localizado numa região geoestratégica muito importante, Israel definiu a sua política interna e externa a partir dos elementos que formam o cenário hostil que tem enfrentado desde a sua fundação. Neste contexto, o grau de responsabilidade sobre o caráter político do Estado não se define, simplesmente, por atribuir a responsabilidade a política interna ou as relações internacionais, pois ambas são, por vezes, interdependentes.

⁴⁰The immense disparity between the Jewish population of Israel and the non-Jewish populations of the Middle East presents an insuperable barrier to Israeli hegemony over the region. In 1982, Israel drove to Beirut, but even in that narrow ambit, it was overextended. Lebanese, Syrian, and Palestinian attrition forced its gradual retreat and finally, in 2000, inglorious evacuation (JONES, 2011: 143).

Política interna e as relações internacionais estão muitas vezes, de algum modo envolvido, mas nossas teorias ainda não resolveram o emaranhado intrigante. É infrutífero discutir se a política interna realmente determina as relações internacionais, ou o inverso. A resposta a essa pergunta é claramente 'Ambos, às vezes' (PUTNAM, 1988: 427)⁴¹.

A geopolítica de Israel existe em função, principalmente, da região do Médio Oriente. A partir daqui explica-se a aproximação com o Ocidente. O Estado foi buscar apoio fora da sua região, onde mais do que afinidade cultural ou política, existem interesses em nome dos quais se tornou possível encontrar aliados suficientemente fortes para fazer frente às ameaças oriundas na região onde está localizado.

O que Israel não percebeu foi o facto de que, ao buscar e encontrar aliados fora do continente, deixou de trabalhar politicamente para diminuir as animosidades que tem enfrentado na região. Consequentemente, o Estado criou uma situação de dependência externa em termos económicos e militares. Hoje, este Estado fica na contingência de conseguir manter a sua relação de compromisso mútuo, principalmente com os EUA.

Ao que tudo indica, os EUA começaram a repensar a sua própria posição na região. Ao fazer este exercício, os EUA começam a computar as perdas e ganhos em relação à dificuldade ou, mesmo, ao afastamento do mundo árabe e islâmico em termos de negociações. Neste cômputo, aparece uma perda para os EUA em virtude da sua relação próxima com Israel. Isto foi comprovado através de estudos encomendados pelos norte-americanos.

É um trabalho intitulado "Preparando para um Médio Oriente Pós-Israel", uma análise de 82 páginas que conclui que o interesse nacional americano está fundamentalmente em desacordo com a de Israel sionista. Os autores concluem que Israel é atualmente a maior ameaça aos interesses nacionais dos Estados Unidos porque a sua natureza e as ações dos EUA evitarm relações normais com os países árabes e muçulmanos e, em grau crescente, a comunidade internacional (LAMB, Foreign Policy Journal, "US Preparing for a Post-Israel Middle East?", 2012, texto digital)⁴².

⁴¹Domestic politics and international relations are often somehow entangled, but our theories have not yet sorted out the puzzling tangle. It is fruitless to debate whether domestic politics really determine international relations, or the reverse. The answer to that question is clearly 'Both, sometimes.'

⁴²It's a paper entitled "Preparing For A Post Israel Middle East", an 82-page analysis that concludes that the American national interest is fundamentally at odds with that of Zionist Israel. The authors conclude that Israel is currently the greatest threat to US national interests because its nature and actions prevent normal US relations with Arab and Muslim countries and, to a growing degree, the wider international community.

O grande pilar económico e militar israelita são os EUA. Se, um dia, os EUA desfizerem a relação que têm mantido até hoje, com Israel, este país terá que rever toda a sua geopolítica. Os EUA funcionam para os israelitas como um “mantenedor”, aquele que dá apoio económico e tecnológico e que tem permitido à nação judaica desenvolver-se economicamente e vencer Guerras.

Desenvencilhar-se de Israel também não será fácil para os EUA, uma vez que o lóbi sionista funciona muito bem e influencia a política norte-americana. O ponto de clivagem entre Israel e os EUA será a política geoestratégica na região e, ainda, as perdas norte-americanas no Médio Oriente motivadas por esta relação. Até hoje, Israel foi uma via estratégica na região, mas tudo indica que o tempo cuidou de alterar a situação.

Não é descabido o facto de, um dia, os EUA se soltarem das amarras de Israel porque, à medida que as relações comerciais a nível global se intensificam, os norte-americanos ficam fora da disputa numa região praticamente inteira. Talvez este seja o ponto crucial para que os EUA revejam a sua relação com Israel. As vantagens e as desvantagens parece que já estão a ser calculadas. As perdas irão falar mais alto para uma economia que passa, no momento, por dificuldades. A tendência é prevalecer as relações de interesses, como sempre tem acontecido.

Desligar-se totalmente de Israel não é uma tarefa fácil. Há muitos interesses em jogo entre os dois aliados que não podem ser desfeitos de modo imediato sem contar que o grupo de pressão judaico tem trabalhado muito em defesa dos interesses de Israel e exerce influência na política norte-americana. Os lobistas do AIPAC têm conquistado apoios fundamentais em favor de Israel através de ações nos bastidores da política norte-americana. Não é novidade o facto de que estes lobistas interferem até mesmo na política interna dos EUA e nas suas eleições.

[...] grupo de pressão oficial que tem promovido brilhantemente os interesses de Israel ante o governo norte-americano desde a década de 1960. Desde princípios da década de 1980 o AIPAC desfrutou de uma influência quase exclusiva sobre a atitude do Congresso e sobre a decisão das suas políticas com respeito a Israel e tem-se convertido de longe no grupo de pressão mais hábil ao serviço de um interesse estrangeiro (e um dos melhores em qualquer categoria). Dispõe certamente de grande apoio material, apesar de não ser – como se pensa às vezes – primordialmente financeiro. Ainda que a influência do AIPAC no Congresso se veja lubrificada por milhões de dólares de doações empregues em campanhas de acção directa de seus 60.000

membros, que realçam significativamente a sua influência no Congresso, a sua eficácia provém sobretudo da capacidade demonstrada para coordenar a um eleitorado sionista bem organizado e muito mais amplo. Para o Partido Democrata trata-se do voto judeu tradicionalmente liberal-esquerdista, que durante muito tempo foi um dos seus pilares principais. Para o republicano trata-se do voto cristão-sionista de direita tradicionalmente conservador que se converteu durante as últimas duas décadas num bastião eleitoral muito organizado e decisivo (e que influiu muito desde as suas posições populistas na vitória de Bush nas eleições presidenciais de 2000) (TILLEY, 2007: 105)⁴³.

Ideologicamente, os sionistas mantêm-se organizados no sentido de assegurarem, sempre, os interesses do seu povo. Israel procura encontrar nas instâncias mais distantes, as circunstâncias que o colocam frente a frente com uma realidade sonhada a partir de um propósito bem definido que é, em primeiro lugar, estarem Israel e o seu povo, cuja imagem é a representação não do judeu errante, mas daquele que após muito tempo de errância retornou ao lar que foi apenas temporariamente desfeito.

A manutenção da identidade judaica é aquilo que caracteriza, de entre outras, a função do Estado. Para além de exercer todas as obrigações inerentes a qualquer Governo, em Israel há a preocupação de manter viva a percepção judaica do passado que se junta à atual para dar forma e sentido ao ser judeu e ao próprio Estado. É a comunhão das memórias dos tempos passados com as aspirações do futuro que articulam identidade e Estado e formam uma nação impregnada dos seus próprios valores culturais, sem abertura para sair da singularidade etnonacionalista.

⁴³...el grupo de presión oficial que ha promovido brillantemente los intereses de Israel ante el gobierno estadounidense desde la década de 1960. Desde principios de la de 1980 el AIPAC ha disfrutado de una influencia casi exclusiva sobre la actitud del Congreso y sobre la decisión de sus políticas con respecto a Israel y se ha convertido de lejos en el grupo de presión más hábil al servicio de un interés extranjero (y uno de los mejores en cualquier categoría). Dispone ciertamente de gran respaldo material, aunque no – como se piensa a veces – primordialmente financiero. Aunque la influencia del AIPAC en el Congreso se vea lubricada por millones de dólares de donaciones empleados en campañas de acción directa de sus 60.000 miembros, que realzan significativamente su influencia en el Congreso, su eficacia proviene sobre todo de la capacidad demostrada para coordinar a un electorado sionista bien organizado y mucho más amplio. Para el Partido Demócrata se trata del voto judío tradicionalmente liberal-izquierdista, que durante mucho tiempo ha sido uno de sus pilares principales. Para el republicano se trata del voto cristiano-sionista de derechas tradicionalmente conservador que se ha convertido durante las dos últimas décadas en un bastión electoral muy organizado y decisivo (y que influyó mucho desde sus posiciones populistas en la victoria de Bush en las elecciones presidenciales de 2000).

3.3 OS OBSTÁCULOS E AS INCERTEZAS DE UMA POLÍTICA VOLTADA PARA A PAZ

Quando se fala de paz entre Israel e os seus principais vizinhos, toca-se num ponto nevrálgico. É uma questão que envolve assuntos complexos tais como disputa territorial, fronteiras, reivindicações históricas e identitárias. Tudo isto requer um testemunho capaz de salvaguardar as diferenças, ao mesmo tempo que preserva aquilo que há de igual entre os povos desde a origem até os direitos e deveres perante a lei.

Centrados em objetivos antigos e muito parecidos, o território passou a ser a soma entre o passado e o presente com uma forte influência para o futuro. Apaziguar a situação é referir-se a um novo projeto para a região que tem vivido desde há muitos anos a agonia da dor causada pela guerra. Mas, um dos pilares da resistência à paz são o ódio e a desconfiança que foram construídos a partir da violência e se enraizaram na sociedade e na política do próprio Estado. A resistência ao reconhecimento efetivo de Israel e o constante estado de alerta deste país já é um obstáculo de difícil transposição, sem margens para idealismos.

Somente aquele que desconhece os factos que movem o ambiente hostil do Médio Oriente é capaz de ter a opção de construir utopias. Já não restam fragmentos de um tempo em que se poderia prever se a paz chegaria a curto ou a médio prazo. Isto porque, a partir de Oslo, a desesperança aliada à desconfiança, passou a fazer parte das políticas internas e externas, cuja finalidade tem sido a oficialização da rejeição entre as partes.

Nos últimos tempos, não tem havido nenhum processo de negociação da paz. Isto porque está cada vez mais difícil de encontrar um caminho que possa conduzir ao entendimento e a uma paz duradoura. A dificuldade reside no facto de que os modelos de negociação estão esgotados e não representam mais uma possibilidade real de sucesso, pelo menos, pelas populações da região.

É importante termos em mente que o tipo de negociação que tem sido feito até hoje falhou e estas falhas correspondem, atualmente, a um obstáculo para a construção da paz. É um entrave porque, além das derrotas sofridas ao

longo das negociações, fizeram constar que já não há mais possibilidades de paz pela via diplomática. Inconscientemente, muitas pessoas deixaram de acreditar que poderiam viver num ambiente melhor e menos hostil a partir da construção da paz através de negociações.

A espera interminável de uma vida mais digna e sem violência adentrou o inconsciente coletivo das populações árabe e israelita. Isto alterou as expectativas em relação ao futuro, ou seja, cada pessoa tenta organizar-se de acordo com as suas possibilidades já que os Estados falharam em relação ao convívio saudável e mais humano e, simultaneamente, distante de conflitos.

Vários são os obstáculos que, ao longo dos anos, foram sendo construídos e que têm travado decisivamente os processos de negociações para a paz ou pior, têm impedido a abertura de processos de negociações. Distante de um Acordo multilateral, tornam-se evidentes as incertezas quanto ao futuro. É uma espera indefinida em relação a uma resolução definitiva para a região.

Os obstáculos são compostos de elementos internos e externos à região. Quando se trata de procurar uma solução para pacificar o Médio Oriente, os interesses de diferentes naturezas vêm à tona e fazem malograr os prognósticos positivos de uma paz definitiva entre Israel e os seus principais vizinhos. Os Estados estrangeiros, apoiantes de Israel, acabam por interferir nas negociações de modo a definir os critérios a ser seguidos, o que, indubitavelmente, isto leva ao fracasso. A diplomacia também tem falhado uma vez que não consegue ser totalmente imparcial para estabelecer um diálogo com vistas a encontrar uma solução satisfatória para todos.

Estamos considerando aqui a unidade política como um ator, com inteligência e vontade. Cada Estado se relaciona com os outros; enquanto os Estados permanecem em paz, precisam viver em conjunto. Em vez de recorrer à violência, procuram, então, convencer-se mutuamente. Quando entram em guerra, buscam impor-se uns aos outros. Neste sentido, a diplomacia pode ser definida como a arte de convencer sem usar a força, e a estratégia como a arte de vencer de um modo mais direto. Mas impor-se é também um modo de convencer. Uma demonstração de força pode fazer com que o adversário ceda sua posição; simboliza a imposição possível, que não chega a executar. Quem tem superioridade de armamento em tempos de paz convence os aliados, os rivais ou os adversários sem precisar utilizar suas armas. Inversamente, o Estado que adquire uma reputação de equidade e moderação tem maior probabilidade de alcançar seus objetivos sem precisar para isto da

vitória militar. Mesmo em tempo de guerra, usará um processo de persuasão, em lugar da imposição (ARON, 2002: 73).

O objetivo de convencer para alcançar a realização das pretensões na região, não é um facto isolado nas negociações que, até hoje, têm sido realizadas para encontrar uma solução pacífica para o Médio Oriente. Os interesses internos e externos estão presentes e interferem nos procedimentos a serem seguidos para viabilizar o fim do conflito. Isto ocorre porque os diferentes interesses almejam situações que os beneficiem individualmente.

Inerente ao Médio Oriente, há um conflito de interesses, o que implica cedências para que seja salvaguardado, dentro do possível, o direito de todos. Neste sentido, será necessário renunciar ao extremismo, que é uma barreira que impede o diálogo e incendeia qualquer tipo de conflito. Deixar de lado o extremismo representa uma possibilidade de desarticular o conflito armado que não tem como objetivo a paz, mas sim a submissão do adversário.

Os sucessivos fracassos dos processos de paz têm dado fôlego aos grupos extremistas para impor as suas práticas violentas. As frustrações geradas por tais fracassos permitiram o crescimento da desconfiança entre os povos e, em mesmo grau, a falta de esperança. Juntas, a desconfiança e a falta de esperança, têm provocado o caos na medida em que estimulam uma crescente rejeição e ódio entre israelitas e árabes.

Como sabemos, nas nações israelita e árabe, há pessoas que estão voltadas ao trabalho da paz, mas isto não corresponde à maioria. A guerra psicológica tem atingido as populações de ambos os lados. As incertezas do que virá a acontecer amanhã fez com as pessoas tenham entrado em estado de alerta constante e, conseqüentemente, o espaço reservado para o entendimento acaba por enfrentar fortes restrições e, mesmo, a negação.

Para que a confiança volte a existir entre estes povos vizinhos, é um processo moroso que, se começasse hoje, não se concretizaria no nosso tempo. Isto porque passará por um processo de reconquista da credibilidade através de atitudes justas para todos. Tudo de positivo que fosse construído no nosso presente, serviria de alicerce para fundar um elemento da paz que substituiria todos aqueles elementos que envolvem as humilhações, as revoltas e os sofrimentos. Seria, na verdade, algo que passaria a substituir as mágoas e

as incertezas no presente e, posteriormente, seria incorporado na cultura destes povos.

A dificuldade para substituir a desconfiança pela confiança está no modo como a História e as relações no Médio Oriente têm sido construídas. Para além dos problemas enfrentados pela vizinhança, também existem as interferências externas, o que, objetivamente, acelera as animosidades e a disposição para a luta armada. É notório que os EUA, por exemplo, têm sido um apoiante incondicional de Israel em detrimento de outros povos que também têm o direito de ser respeitados e ouvidos.

Numa situação de conflito ou de disputa, nenhum Estado está totalmente livre de cometer excessos ou de reclamar a razão somente para si. A impressão de que os EUA nos deixam, é que Israel só tem direitos, além de ser perfeito. Todos os erros ou excessos cometidos por este país são responsabilidade dos árabes. Mas a situação não corresponde à realidade pois, ao olharmos o assunto de maneira imparcial, verificamos que cada lado tem a sua parcela de responsabilidade pela intransigência e mesmo pela violência e, em determinados momentos, pelo desrespeito aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional.

A desconfiança foi levada para o centro do conflito como consequência da incapacidade de decisão política e a falta de imparcialidade daqueles que estiveram envolvidos nos processos de negociação para a paz. Entre os envolvidos destacam-se os EUA, cuja posição tomada em defesa não só de Israel, mas dos seus próprios interesses, tem estimulado a desconfiança, principalmente por parte da Palestina, que tem radicalizado as suas ações através dos grupos radicais.

A frustração sentida pelos Palestínianos em face da aparente falta de vontade dos Estados Unidos em forçar Israel a endereçar as pretensões palestínianas, explica o recrudescer do extremismo nos Terrítórios Ocupados e grande parte do terrorismo muçulmano. As acções terroristas levadas a cabo pelos movimentos HAMAS, Jihad e as Brigadas de Mártires de al-Aqsa, são considerados meios legítimos para avançar os interesses palestínianos. Este ponto de vista parece tanto mais lógico quanto grande parte da população, tanto na Faixa de Gaza, como na Margem Ocidental, sente que a OLP (Organização de Libertação da Palestina) e Yasser Arafat aceitaram acordos de paz com Israel que não servem minimamente os interesses palestínianos. Alegam que os Acordos de Oslo de 1993 terão servido antes para dar legitimidade ao Estado de Israel, para assegurar a sua aceitação por parte dos seus vizinhos árabes, e para

pôr fim ao embargo económico dos Estados árabes a Israel (PINTO, 2008: 43).

Neste contexto, verificamos que os obstáculos à paz fazem parte de ações de natureza diversa, que servem para acelerar o processo conflituoso. Na verdade, há a sobreposição de um obstáculo sobre o Outro. A cada ano que passa, esta sobreposição é composta de problemas cada vez mais difíceis de serem superados. O amadurecimento dos entraves permite a sua consolidação enquanto surgem outros com igual ou maior dificuldade de resolução. Os mesmos obstáculos surgidos aquando da implantação do Estado de Israel ainda existem na atualidade e foi a partir deles que surgiram e continuam a surgir outros.

A luta pelo retorno dos refugiados palestinianos, o fim dos colonatos israelitas, o estatuto de Jerusalém, os Montes Golã, as Fazendas de Shebaa, de entre outros, são obstáculos à paz que não surgiram no presente, mas a partir, principalmente da Guerra da Independência, em 1948, e da Guerra dos Seis Dias, em 1967. Estes são entraves sérios que acabaram por determinar os obstáculos do presente, tais como a desconfiança, a falta de esperança, a intransigência e o ódio.

A própria resistência islâmica radical é o resultado das falhas cometidas no passado. Em geral, o lado árabe organiza-se contra Israel a partir da ideologia religiosa. Cabe salientar que a religião não é a origem dos desentendimentos entre os árabes e os judeus, mas hoje é uma componente de luta muito forte (KHATLAB, 2009). Por outro lado, Israel também está munido de uma ideologia forte que lhe deu origem e que alimenta a sua posição política e territorial na atualidade, que é o sionismo.

Há o confronto entre duas ideologias fortes e inflexíveis. O sionismo é uma ideologia etno-racial e nega a possibilidade de coexistir de modo igual, por exemplo, com os árabes palestinianos, considerados inferiores. Esta ideologia procura, na verdade, assegurar um Estado essencialmente judaico. Do outro lado, a ideologia religiosa islâmica, contrapõe não só na origem da divisão territorial, mas a partir do firme propósito de definir o certo e o errado, o amigo e o inimigo.

Tal como conhecemos, não existe um confronto entre o judaísmo e o islamismo, mas ante as diversas arbitrariedades cometidas pela posse do

território, principalmente por Israel, movido pelo ideal sionista, o islamismo passou a fazer parte da luta pela resistência palestina que se espalhou pelos países vizinhos, onde alguns como o Líbano também incorporaram este ideal de resistência.

Se a religião não é um motivo de conflito, ela é, hoje, uma aglutinadora de fiéis e ao mesmo tempo o pilar que dá resistência e unidade no combate a Israel e ao Ocidente. O vazio deixado pelos Acordos de Paz fracassados foram preenchidos pela fé num Deus que não decepciona na medida em que impulsiona a resistência contra o inimigo, na certeza que o “Paraíso” está à espera dos crentes no pós-morte.

Os *mujahideen* bebem da fonte do Alcorão e é neste Livro Sagrado que justificam as mortes que provocam e o seu próprio final. Forma-se um elo entre religião e a realidade, no qual o segundo é guiado pela primeira. A visão é unilateral de modo que aquilo que é considerado um mal, segundo a visão ocidental, é um bem sagrado para o extremista islâmico.

Os valores ocidentais, inerentes a Israel, impulsionam a convicção dos radicais islâmicos contra este Estado. A questão não se refere meramente à religião, mas ao todo que ela engloba, isto é, o Estado segue as suas determinações a *Sharia* (lei islâmica). Não há a separação entre Estado e religião. Neste ponto, sacrificam-se aqueles que não se “enquadram” nas determinações dessa lei.

Se o sionismo é uma ideologia etno-racial, a ideologia islâmica também individualiza e faz a separação entre os muçulmanos e os não-muçulmanos. Este tipo de pensamento não se aplica a todos os seguidores da religião islâmica, mas sim aos extremistas para quem esta individualização se remete aos Estados na medida que não há separação entre Estado e religião e a *Sharia* é a lei, a partir da qual o Estado governa.

Na verdade, o islamismo não é completo sem um Estado islâmico, pois é ele que aplica a *Sharia* que nada mais é senão a jurisdição islâmica. O objetivo deste Estado é pôr em prática as regras que permitam a manutenção e o desenvolvimento das virtudes pregadas por Deus, as quais devem fazer parte do ser humano, ao mesmo tempo que se elimina tudo aquilo que, aos olhos desse mesmo Deus, é prejudicial à pessoa. No islamismo radical, a religião está interligada e funde-se com o Estado quanto aos objetivos a serem

alcançados. Ambos estão ligados à vida coletiva de modo que não existe um grau maior ou menor de importância entre elas, pois são complementares e, mesmo, pode-se dizer que são a mesma coisa.

No Estado islâmico, o indivíduo tem os seus direitos assegurados desde que estejam de acordo com o Estado. A relação indivíduo/Estado dá-se através de uma correlação, na qual um tem que estar em conformidade com o outro, isto é, um trabalha para o bem-estar e aprimoramento do outro. Caso isto não aconteça, rompe-se o elo que os une e, então, surge o conflito.

Ante esta demonstração exemplificativa, verificamos que há uma dificuldade de aceitação do indivíduo/Estado não-muçulmano pelo indivíduo/Estado muçulmano e vice-versa. Neste caso, as diferenças e as intransigências aparecem para insuflar os ânimos daqueles que, baseando-se em princípios e valores em que creem, passam a ver o Outro como um inimigo que ameaça o seu modo de vida e o seu mundo. Tal situação trava qualquer possibilidade de entendimento, porque cada lado tem a sua verdade que considera ser a mais correta de entre todas.

A questão que se coloca é a dificuldade de negociar com os grupos radicais, que só reconhecem as próprias leis e não estão abertos ao diálogo. Simultaneamente, países como Israel não aceitam negociar com os radicais, porque são considerados terroristas. Ante tal situação, a questão torna-se muito complexa devido à falta de abertura para as negociações. A radicalização dá-se através da violência que se instala e é capaz até mesmo de desestabilizar governos, como já aconteceu com Shimon Peres, ante os atos terroristas cometidos por militantes do Hamas, quando Israel foi acusado de ter assassinado um membro do Hamas, no Líbano.

como represália pelo assassinato de Yehia Ayache, o 'arquitecto' do Hamas, pelos serviços secretos israelitas, o Hamas organiza, em Jerusalém, Telavive e Ashkelon, uma série de sangrentos atentados terroristas que fazem mais de cem mortos e desestabilizam o governo de Peres (GRESH, 2002: 150).

Tal como foi referido acima, este é mais um obstáculo para as negociações de uma proposta de paz. Aliada a esta problemática, surge a intransigência de ambos os lados. Nenhuma das partes é capaz de fazer cedências pois, partindo do pressuposto de que tem direitos, cada lado procura

assegurar para si o maior número de vantagens possíveis de modo que ceder significa perdas territoriais, políticas e, principalmente, morais.

Não ceder passa a ser visto como algo que dignifica e fortalece os Estados e os povos e é a representação da seriedade e da disposição para combater o inimigo. A cedência passa a ser vista por muitas pessoas como fraqueza e, em certa medida, representa a humilhação ante o inimigo. Ceder denota, para os contendores inflexíveis, não pensar no próprio povo e permitir que este seja humilhado. Há, pois, uma inversão de valores.

Como podemos verificar, os pontos essenciais para o processo de entendimento e de paz são interpretados em sentido oposto no que eles representam de mais verdadeiro. A falta de disposição para o diálogo incrementa o conflito e permite o surgimento do ódio cada vez mais forte, uma vez que não se resolveram os problemas que se vem amontoando ao longo dos anos. A mágoa solidifica-se e transforma-se em provocações e agressões cada vez mais violentas.

A estratégia utilizada por Israel e por grupos como o Hamas e o Hezbollah, tem sustentado a situação de alerta constante de um contra o outro e o clima de desconfiança entre as partes. Pode-se alegar que ao contrário de Israel, que é um Estado soberano, o Hamas e o Hezbollah são apenas grupos não estatais e não têm a mesma força militar de um Estado. Estes dois grupos paramilitares não possuem, na verdade, a mesma infraestrutura de um Estado, mas eles têm os países apoiantes na retaguarda, como a Síria e o Irão.

O terrorismo praticado por este tipo de grupos acaba por contribuir para sustentar a situação vigente. Muitos dos Acordos feitos no passado fracassaram quase que totalmente, justamente por causa das práticas violentas. Em relação à Palestina, por exemplo, Israel já deixou de cumprir ou já interrompeu o cumprimento de Acordos sob a alegação de atos de terrorismos cometidos pelo Hamas. Independentemente da veracidade, ou não, da justificação para interromper as atividades acertadas em Acordos, a questão é que isto não é um facto isolado, mas frequente, principalmente na relação entre Israel e a Palestina.

Basta que haja uma tensão para que a paz seja quebrada. Isto demonstra não haver um grande interesse em construir uma paz duradoura, pois as partes ainda estão muito centradas na questão daquilo que é somente

o seu espaço, o seu direito. Há um jogo de interesses muito forte, ao mesmo tempo que há a necessidade de diabolizar o Outro e vencer, também, a guerra mediática. Ou seja, cada lado tenta prevalecer através de atos violentos sofridos e, para isto, não importa muito se a vítima pertence ao seu grupo ou defende a mesma posição.

Segundo relato de Mosab Hassan Yousef, filho do xeique Hassan Yousef, um dos fundadores do Hamas, no seu livro *Filho do Hamas*, em meio à violência crescente na Palestina, os próprios líderes políticos/religiosos radicais utilizavam-se, de modo vil, das várias vítimas fatais das IDF para os transformar em mártires, independentemente da confissão religiosa dos mortos.

De acordo com os ensinamentos do Islã, um servo devoto de Alá que se torna mártir vai direto para o paraíso. Não é submetido a questionamentos por anjos estranhos nem é torturado no túmulo. No entanto, parecia que, de uma hora para outra, qualquer um assassinado pelos israelenses, fosse muçulmano não praticante, comunista ou até mesmo ateu, estava sendo tratado como um mártir sagrado. Em meio à dor da perda, os imãs e os xeiques diziam às famílias dos mortos: 'seu ente querido está no paraíso' (YOUSEF, 2010: 170).

A tentativa do convencimento subentende uma autodefesa ante os olhos do mundo e a tentativa de tirar vantagem da situação. Neste sentido, ser vítima também é importante para justificar os próprios atos e continuar a cometer atrocidades. A visão que procura a organização de uma estratégia para a paz não tem segundas intenções e preocupa-se em verificar detalhadamente o que realmente aconteceu ou está a acontecer.

A independência de pensamento, de ação e a imparcialidade tornam-se necessárias para desarticular os interesses aparentemente ocultos que travam as possibilidades de paz. Neste contexto, neutralizar os interesses internos e externos é necessário mas, até ao momento, tal desiderato não tem sido possível porque muitos dos próprios negociadores da paz têm como prioridade satisfazer os seus objetivos na região.

Enquanto persistirem os interesses estratégicos na região, a paz estará sujeita a ser negociada a partir de princípios incoerentes com a realidade. A defesa quer de um lado, quer do outro, não pode estar atrelada a objetivos a serem atingidos no futuro em benefício próprio, porque tal como a falta de

imparcialidade, vai fazer malograr quaisquer tentativas de alcançar um grau satisfatório de entendimento.

A negociação para se chegar à paz terá que partir de princípios isentos de interesses, caso contrário o problema poderá agravar-se. A paz não se troca, mas conquista-se com a confiança que se estabelece entre as partes durante e depois do pacto assinado. Os compromissos assumidos não podem estar sujeitos a ameaças constantes, como acontece no Egito, país que, obrigatoriamente, presta contas a Israel e aos EUA. Desde Camp David o Egito está submetido à vontade israelita e norte-americana, no âmbito de um Acordo de Paz que obriga o país a manter a segurança fronteiriça, a assegurar o combate ao terrorismo e a evitar o tráfico de armas.

Sem confiança não há paz, mas conflito em estado latente. Num ambiente em que todos suspeitam de todos e estão sempre à espreita, porque sempre vai haver um inimigo, um pequeno gesto de aproximação a uma das partes já aumentam as tensões e a rejeição, como aconteceu com o Egito que, ao assinar o Acordo de Paz com Israel foi ostracizado pelos demais Estados árabes.

A capacidade de aceitação e respeito para com o Outro deve imperar no espaço e no tempo que têm sido ocupados pela intolerância. Partindo-se do pressuposto de que é possível solucionar um conflito por meio de negociações, salienta-se a necessidade de uma preparação prévia e disposição para o diálogo pautado pela imparcialidade e pela perspicácia de ser capaz de fazer cendências em nome de um bem maior, que a segurança e a paz representam.

O que acabamos de dizer pode representar uma utopia, porém deixa de ser no momento que verificamos as possibilidades estratégicas para abrir caminhos seguros rumo a Acordos fiáveis. Com isto, não pretendemos assegurar que todo o problema do Médio Oriente será resolvido, mas apenas desejamos reafirmar o compromisso de negociações sérias, as quais poderão levar a uma nova fase e ao início da paz.

Quando reavivamos a necessidade de compromissos bilaterais ou multilaterais, conforme a necessidade, por meio de negociações amplamente dialogadas, é porque através de uma nova postura ante o problema poderão ser eliminados os obstáculos, tais como a desconfiança e a falta de esperança dos povos dos países rivais.

Ao colocarmos como importante prioridade o resgate da confiança entre os povos, estamos lançando à terra as primeiras sementes para a interrupção da “cultura da guerra”. Somente com o tempo a cultura beligerante será substituída pela cultura da paz. O tempo que se pede aqui é longo, pois o ódio que está incrustado na História de cada pessoa não passará apenas com uma geração, mas com muitas outras, futuras.

Somente no futuro longínquo as feridas serão cicatrizadas até desaparecerem quase que por completo. Mas, para que isto aconteça, o trabalho deve ser feito no presente, o que, infelizmente, não está a acontecer. A incitação das populações está a ser feita de muitas maneiras diferentes, porém nenhuma é capaz de sobressair em nome da justiça e da paz, embora os seus líderes assumam a postura de defensores legítimos do seu Estado e do seu povo. Isto é, na verdade, algo iníquo na medida em que o responsável pelo mal, seja de que natureza for, é sempre o Outro.

As responsabilidades não têm sido verdadeiramente assumidas. Ao depararmos com esta questão, verificamos que a “irresponsabilidade” faz parte de um sistema, cujas justificações são várias, embora não sejam plausíveis quando submetidas a análise. Deparamos com situações despropositadas, as quais exprimem a visão voltada para um bem material, que não é a paz.

Os próprios atos terroristas praticados pelos radicais muçulmanos se justificam com base no modo como Israel tem conduzido a sua política de ocupação territorial e de áreas estratégicas na região em prejuízo dos vizinhos, principalmente da Palestina. A retórica das justificações é plausível e não foge à verdade, mas os atos terroristas não irão resolver a situação e, sim, agravá-la.

Em contrapartida, Israel faz retaliações de modo bastante ostensivo em termos de violência sob a justificação de defesa do Estado e dos seus cidadãos. Nenhum dos lados ainda conseguiu compreender que a melhor defesa e a maior segurança de que um Estado ou um povo pode desfrutar é eliminar as animosidades internas e externas ao mesmo tempo que mantêm uma relação de confiança e de cordialidade suficiente para permitir o diálogo entre aqueles que partilham as mesmas fronteiras.

Quando se pretende chegar à solução de um problema, seja ele qual for, a investigação inicia-se pela sua base e não pela superfície. Neste contexto, os

negociadores da paz têm que partir do alicerce do desentendimento entre Israel e os seus vizinhos para poder encontrar um meio capaz de eliminar aquilo que tem sedimentado a relação conflituosa e chegou à atualidade numa situação de impasse.

Pode-se alegar, de acordo com o que já dissemos, que a Palestina é o principal foco do desentendimento entre árabes e judeus e isto é certo. Porém, há um aspecto que merece a nossa atenção, que é a verdadeira posição entre árabes e judeus em relação ao território tantas vezes reclamado e que tem promovido a grande discórdia entre estes povos.

Ao que tudo indica, a Síria pretende construir a “Grande Síria” e, para isso, mantém ambições sobre o território libanês. Israel, pela fúria com que tem ocupado o território, deixa transparecer a pretensão do “Grande Israel”. Na Palestina, está evidente a luta interna pelo poder entre o al-Fatah e o Hamas. Este último tem-se aproveitado das dificuldades económicas e sociais dos palestinianos para chegar ao poder, sendo este um espaço fazio deixado pela OLP. Consequentemente, a Palestina dividiu-se e, hoje, não partilha a mesma expectativa de Estado e de vida.

Na verdade, o Hamas pretende a construção de uma república islâmica e, por muito que este grupo negue tal pretensão, isto é incoerente quanto à sua posição religiosa ante a vida e a sociedade. A divergência com o al-Fatah, por exemplo, exemplifica a dificuldade que o Hamas tem em interagir com ideologias diferentes das suas. O facto de o al-Fatah ser secularista, de ter reconhecido o Estado de Israel e a opção ocidental por este grupo, fez dele um inimigo, segundo a visão dos integrantes do Hamas.

A luta política do Hamas confunde-se com a luta armada religiosa. Quando analisamos o Estatuto Político do Hamas verificamos que este não lhe confere ação política, mas ação religiosa. O Estatuto Político do Hamas está fundamentado no Alcorão, Livro Sagrado dos muçulmanos. Neste sentido, está evidente a rejeição a tudo aquilo que não corresponde aos princípios e aos ensinamentos da religião islâmica. O último parágrafo do artigo 7.º do Estatuto Político do Hamas confirma tal posição.

Mas, mesmo que as ligações se tornaram distantes umas das outras, e mesmo que os obstáculos erigidos por aqueles que giram na órbita sionista, com o objetivo de obstruir a estrada antes de os combatentes da Jihad, tornaram a prossecução da Jihad impossível,

no entanto, o Hamas estava ansioso para implementar promessa de Deus o tempo que isso pode levar. A hora do julgamento não chegará até que os muçulmanos combatam os judeus e terminem por matá-los e mesmo que os judeus se abriguem por detrás de árvores e pedras, cada árvore e cada pedra gritará: Oh! Muçulmanos, Oh! Servos de Alá, há um judeu por detrás de mim, venha e mate-o, exceto se se tratar da árvore Gharkad, porque ela é uma árvore dos judeus (ESTATUTO DO HAMAS, 1988, texto digital)⁴⁴.

A concepção de uma república laica com o Hamas no poder, é algo pouco provável e, ainda, o futuro Estado palestino poderá ser fundado sob as bases religiosas e vir a ser um “pequeno Irão” na Palestina. Para um radical islâmico, falar em Estado democrático implica, antes, a objeção que o próprio conceito de democracia tem, isto é, um conceito ocidental, cujos valores políticos, éticos e culturais são rejeitados pelo fundamentalismo islâmico.

Uma república islâmica, na Palestina, iria agravar ainda mais a situação de Israel, que teria à sua porta um Estado inimigo com valores completamente diferentes, no qual a concepção da vida e da justiça está de acordo com uma “lei divina” que autoriza e premeia o combatente virtuoso, cuja visão está centrada na religião.

No artigo 8.º, que é o “*slogan* do Hamas”, e no artigo 9.º do Estatuto Político do Hamas, verificam-se os objetivos e as causas da organização referentes à posição que possui em relação a construção de um Estado palestino.

Artigo Oito: O *Slogan* do Hamas

Alá é a finalidade, o Profeta o modelo a ser seguido, o Alcorão a Constituição, a Jihad é o caminho e a morte por Alá é a sublime aspiração.

Artigo Nove: Motivos e objetivos

Hamas encontra-se num período em que o Islão se acha distante da realidade da vida. Por esta razão, o equilíbrio foi rompido, conceitos tornaram-se confusos, e valores foram transformados, o mal prevaleceu, a opressão e a obscuridade reinaram; covardes viraram tigres, pátrias foram usurpadas, povos foram deslocados e estão vagando por todo o globo. O estado da verdade desapareceu e foi

⁴⁴But even if the links have become distant from each other, and even if the obstacles erected by those who revolve in the Zionist orbit, aiming at obstructing the road before the Jihad fighters, have rendered the pursuance of Jihad impossible; nevertheless, the Hamas has been looking forward to implement Allah’s promise whatever time it might take. The prophet, prayer and peace be upon him, said: The time will not come until Muslims will fight the Jews (and kill them); until the Jews hide behind rocks and trees, which will cry: O Muslim! there is a Jew hiding behind me, come on and kill him! This will not apply to the Gharqad, which is a Jewish tree (cited by Bukhari and Muslim).

substituído pelo estado do mal. Nada ficou no lugar certo, pois quando o Islão é removido da cena, tudo muda. Estes são os motivos. Quanto aos objetivos: descartar o mal, esmagando-o e derrotá-lo, para que a verdade prevaleça, reverter pátrias [a seus proprietários], chamadas para a oração ser ouvida a partir de suas mesquitas, anunciando a retomada do estado muçulmano. Assim, as pessoas e as coisas vão voltar ao seu verdadeiro lugar. (ESTATUTO DO HAMAS, 1988, texto digital)⁴⁵.

Talvez, no futuro, o Hamas possa ser um entrave maior para a paz do que é hoje. Israel perdeu grandes oportunidades de ter resolvido a questão com a Palestina em períodos anteriores, onde os grupos religiosos não tinham presença efetiva no poder nem influenciavam de modo decisivo a vida das pessoas.

Se os Acordos falhados do passado tivessem surtido efeito positivo hoje, mesmo que o Hamas tivesse chegado ao poder, não seria uma ameaça tão real para Israel, pois as relações diplomáticas entre as duas nações estariam em outro patamar. Alega-se que Israel tem um poder militar com grande capacidade de destruição, isto é verdade, mas não tem a capacidade de acabar com o conflito.

A capacidade militar de Israel só faz aumentar as hostilidades árabes. Com toda esta capacidade militar, desde a sua fundação, Israel não tem conseguido ter paz. Isto prova que a paz não se conquista com armas, as quais só servem para insuflar os ânimos dos adversários rumo a um enfrentamento constante.

Embora haja tréguas mais ou menos prolongadas na região, isto não significa períodos de paz, pois as ameaças e o medo são permanentes. É justamente nos períodos de tréguas que se têm construído os futuros obstáculos, isto porque, no momento dos confrontos, a grande preocupação são o ataque e a defesa segundo o modelo de guerra tradicional, o que é

45Article Eight: The Slogan of the Hamas - Allah is its goal, the Prophet its model, the Qur'an its Constitution, Jihad its path and death for the case of Allah its most sublime belief. **Article Nine: Motives and Objectives** - Hamas finds itself at a period of time when Islam has waned away from the reality of life. For this reason, the checks and balances have been upset, concepts have become confused, and values have been transformed; evil has prevailed, oppression and obscurity have reigned; cowards have turned tigers, homelands have been usurped, people have been uprooted and are wandering all over the globe. The state of truth has disappeared and was replaced by the state of evil. Nothing has remained in its right place, for when Islam is removed from the scene, everything changes. These are the motives. As to the objectives: discarding the evil, crushing it and defeating it, so that truth may prevail, homelands revert [to their owners], calls for prayer be heard from their mosques, announcing the reinstatement of the Muslim state. Thus, people and things will revert to their true place.

diferente durante as tréguas, quando o conflito permanece latente e estimula as estratégias e as conspirações. A política de “linha dura” de Israel, o terrorismo praticado pelo Hamas e pelo Hezbollah, as articulações realizadas pela Síria contra Israel, e com segundas intenções sobre o Líbano, aconteceram durante a cessação temporária do conflito e foram estas intenções que construíram os novos obstáculos, tendo permitido a solidificação dos mais antigos.

Conforme permanece o impasse no processo de negociações, tornam-se mais sofisticadas as ameaças entre as partes envolvidas. Isto corrobora para dificultar ainda mais as possibilidades para romper com o estado letárgico do processo de paz, ao mesmo tempo que aumenta o perigo de um conflito generalizado na região.

De acordo com o anunciado pela imprensa, no início do mês de Outubro de 2012, o espaço aéreo israelita foi invadido por um avião não tripulado. Uma semana mais tarde, o periódico *Ha'aretz* publicou uma reportagem em que mostrou o chefe do Hezbollah reivindicando essa ação.

A resistência no Líbano (o Hezbollah) enviou um sofisticado avião de reconhecimento em direção ao [Mediterrâneo] Mar... antes de entrar no [espaço aéreo israelita] pairou sobre muitos locais importantes antes de ser descoberto pela força aérea de Israel”, disse Nasrallah em um discurso televisivo na televisão do movimento al-Manar (REDAÇÃO, 2012d, texto digital)⁴⁷.

Outro problema de monta tem a ver com o facto de estes grupos paramilitares não agirem sozinhos. Eles não têm condições financeiras e tecnológicas para produzir determinados equipamentos, mas há Estados que financiam estas ações que comprometem as possibilidades de afastar as ameaças. Isto porque, indiretamente, estes Estados procuram uma “brecha” para disputar com Israel o poder na região.

⁴⁶“The Resistance in Lebanon (Hezbollah) sent a sophisticated reconnaissance drone from Lebanon toward the [Mediterranean] Sea ... before it entered [Israeli airspace] and hovered over many important locations before it was discovered by the Israeli air force,” Nasrallah said in a televised speech on the movement's al-Manar television (“Hezbollah Chief Claims Responsibility for Drone that Entered Israeli Airspace” – 11/12/2012 – consultado em mesma data – <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/hezbollah-chief-claims-responsibility-for-drone-that-entered-israeli-airspace-1.469509>).

⁴⁷“The Resistance in Lebanon (Hezbollah) sent a sophisticated reconnaissance drone from Lebanon toward the [Mediterranean] Sea ... before it entered [Israeli airspace] and hovered over many important locations before it was discovered by the Israeli air force,” Nasrallah said in a televised speech on the movement's al-Manar television (“Hezbollah Chief Claims Responsibility for Drone that Entered Israeli Airspace” – 11/12/2012 – consultado em mesma data - <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/hezbollah-chief-claims-responsibility-for-drone-that-entered-israeli-airspace-1.469509>).

Ainda segundo o *Ha'aretz*, o líder do Hezbollah, Sayyed Hassan Nasrallah, não só assumiu o feito realizado sobre o espaço aéreo de Israel como também indicou o lugar onde conseguiu um aparelho tão sofisticado. Conforme nos indicou, “ele disse que o avião desarmado não era russo, mas iraniano e foi montado no Líbano” (idem, título, data, consulta e *link* da citação acima)⁴⁸.

A partir do ponto em que a situação se encontra, as dificuldades para o cessar definitivo das rivalidades na região são enormes. Num momento de alterações nesta região, aumenta a fragilidade de uma resistência secular a Israel em simultâneo com o crescimento significativo da resistência religiosa e islâmica. A partir do que acabamos de verificar, a resistência secular tornou-se frágil, pois ela também enfrenta a sua adversária mais próxima e interna, porém fortalecida pela grande capacidade de mobilizar os fiéis.

Este distanciamento entre os modos de resistência a Israel também é um factor desestabilizador regional, que pode fazer emergir uma luta armada interna capaz de pulverizar a região, à semelhança do que está a acontecer na Síria e no Iraque. Numa região, onde os países estão muito próximos um do outro e entre eles existem ressentimentos e rivalidades, um conflito interno aumenta as possibilidades de formação de alianças e de um conseqüente embate capaz de fazer vir à tona uma guerra generalizada.

⁴⁸“He said the unarmed drone was not Russian made, but Iranian and was assembled in Lebanon.”

CAPÍTULO IV

A ENCRUZILHADA ISRAELO-ÁRABE

4.1 CINCO POVOS E DESTINOS INDEFINIDOS

Há vários anos, o Médio Oriente vive na expectativa do dia seguinte, pois existe uma indefinição quanto a uma proposta credível para pôr fim ao estado latente de conflito. Irrompe a incerteza da génese de políticas adequadas capazes de desencadear negociações positivas em direção à paz. Vive-se, na atualidade, o retrocesso quanto aos Acordos de Paz, que foram substituídos pelas ameaças que compõem a ordem do dia.

Numa região em que as significações são tão fortes, verifica-se o contraste com a escassez de novas políticas que se coadunem com a necessidade regional. Por se tratar de uma parte da Terra marcada pelo conflito incessante, trava-se o embate em prol de objetivos, os quais, à primeira vista, são totalmente diferentes. Contudo, ao analisarmos, o problema na raiz, verificamos que os interesses são comuns, diferindo apenas quanto à prática.

Quando falamos em objetivos comuns, queremos referir a existência de conflitos que se dão porque há um mesmo interesse entre as partes rivais em torno de um mesmo objetivo. Se não fosse assim, o conflito deixaria de existir, pois este só prevalece porque há a disputa entre dois ou mais grupos de interesse em relação a um mesmo objeto ou causa. Em caso contrário, o conflito não existiria, isto é, só há briga quando as partes opostas querem o mesmo objeto. Este é o caso de Israel e dos seus principais vizinhos, embora todos ajam de modo diferente. Segundo Dahrendorf, “é perfeitamente adequado dizer que grupos de interesses conflitantes competem pelo poder” (DAHRENDORF, 1982: 187).

As políticas têm sido programadas para atender as demandas da própria situação de conflito. A lógica da política de Israel, por exemplo, centra-se na prevenção. A política preventiva serve para inibir as ameaças, mas não para ir à procura de uma solução pacífica para a região.

A política preventiva pode transformar-se numa arma perigosa na medida em que põe em alerta os lados opostos e, assim, cria-se uma situação de desconfiança permanente capaz de levar os opositores ao confronto a qualquer momento. Isto desequilibra a região e ofusca a visão de um futuro capaz de restabelecer políticas saudáveis a nível interno e externo.

Internamente, cada país vive a agonia de tentar manter uma organização forte para suportar as ameaças e, também, ameaçar o adversário. O maior problema fica com Israel que é o adversário comum dos demais vizinhos. Na sua política externa, o eixo central são os EUA, enquanto que, na vizinhança, Israel mantém relações diplomáticas plenas e fronteiras abertas apenas com o Egito e com a Jordânia.

Israel está geograficamente isolado na região e tende a ampliar esse isolamento se mais muçulmanos radicais chegarem ao poder, uma vez que boa parte destes é contrária ao Estado judaico. Mas este isolamento não é expressivo a nível internacional. No momento, as atenções estão voltadas para o Egito que, até recentemente, esteve sob a direção de um presidente saído da Irmandade Muçulmana e, em seguida, após a deposição de Muhammad Morsi pelas Forças Armadas, em 4 de Julho de 2013, voltou a ser governado por militares. Os últimos acontecimentos, no Egito, deixam clara a instabilidade política do país, que se encontra dividido entre secularistas e islamitas.

A tendência de isolamento de Israel, na região, faz parte da sua construção histórica e social. A rejeição árabe emana do facto de Israel se ter tornado um Estado num território que os árabes consideram seu, assim como os judeus. Esta situação reflete-se na existência de combates na tentativa de efetivar o fim de Israel, por parte dos árabes e ver realizado, desse modo, um sonho de décadas.

Cabe salientar que o isolamento israelita se refere praticamente a nível regional e não a um nível mais alargado ou internacional. Israel mantém relações diplomáticas com mais de cem países espalhados pelos cinco continentes. Ante esta realidade, Efraim Inbar afirma que Israel não está isolado do mundo.

Na verdade, não há justificação alguma para concluir que Israel está isolado do sistema internacional. No final de 2012, Israel tinha relações diplomáticas com 156 Estados dos 193 membros da ONU. Considerando-se que a maioria dos Estados árabes muçulmanos e outros países não têm relações diplomáticas com o Estado judeu, a rede diplomática de Israel é bastante impressionante (INBAR, 2013: 12)⁴⁹.

⁴⁹Indeed, there is no justification whatsoever for concluding that Israel is isolated in the international system. At the end of 2012, Israel had diplomatic relations with 156 states out of 193 UN members. Considering that most Arab states and additional Muslim countries do not have diplomatic relations with the Jewish state, Israel's diplomatic network is quite impressive.

Segundo Efraim Inbar, o pior momento de isolamento que Israel viveu foi na década de 1970, porém esta fase já foi superada e, hoje, com o importante avanço económico, social, científico e tecnológico alcançados por este país, esta fase foi superada e, no pós-Guerra Fria, alcançou um importante avanço diplomático e melhorou o seu *status* internacional. “Por exemplo, após o fim da Guerra Fria, todos os países do ex-bloco soviético e mais estados Afro-Asiáticos optaram por relações diplomáticas, e a mantiveram desde então” (INBAR, 2013: 13)⁵⁰.

Ao analisar a questão sob a ótica das relações entre os Estados a partir de pressupostos de interesses estratégicos, económicos e tecnológicos, verificamos que Efraim Inbar não está fora da verdade. Ao nível das relações internacionais, Israel é atuante e é um *global player*. Isto como consequência do alto nível tecnológico e excelência na execução de suas tarefas que tem alcançado ao logo da sua história enquanto Estado.

Outro fator importante que empurrou estados a buscarem cooperação com Israel foi o desafio do terrorismo e / ou o Islão radical na época post-9/11. O Estado judeu tem muito a oferecer na área de inteligência, tática e doutrina contra-terrorismo. Por causa da crescente ameaça islâmica o número de estados que buscam relações de segurança com Israel está em ascensão. Há muitos clubes de países que se enquadram nessa categoria e eles são quase dissuadidos pelo conflito israelo-palestiniano intratável com Israel a partir de interações úteis.

Israel também emergiu como uma história de sucesso económico na era pós-Guerra Fria, a atração política e militar aumentaram de perseguir boas relações com ela. Isto é devido a seus efeitos benéficos Políticas Económicas e adaptação eficaz para uma economia globalizada. Além disso, a indústria de alta tecnologia transformou Israel em um ator global. Além de sua reputação estabelecida de produzir bem equipamentos de primeira linha militar, Israel também se destacou na agricultura, medicina, comunicações, e uma variedade de outros campos. Todas essas realizações criaram admiração internacional e interesses em intercâmbios bilaterais e relações comerciais (INBAR, 2013: 11)⁵¹.

⁵⁰For example, after the end of the Cold War all former states of the Soviet bloc and most Afro-Asian states have opted for diplomatic relations, and have maintained them ever since.

⁵¹Another important factor that pushed states to seek cooperation with Israel was the challenge of terrorism and/or radical Islam in the post- 9/11 era. The Jewish state has much to offer in the area of intelligence, tactical, and doctrinal counter-terrorism. Because of the growing Islamist threat the number of states seeking security relations with Israel was on the rise. There are many countries that fall in this category and they are hardly deterred by the intractable Israeli-Palestinian conflict from useful interactions with Israel. Israel has also emerged as an economic success story in the post-Cold War era, augmenting the political and military attraction of pursuing good relations with her. This is due to its beneficial economic policies and effective adaptation to a globalized economy. Moreover, its high-tech sector has turned Israel into a global actor. Beyond its well-established reputation for producing first-rate military equipment,

É evidente o facto de que as relações comerciais israelitas têm beneficiado a inserção do Estado na comunidade internacional. Israel conseguiu atingir este patamar de intercâmbios com vários países mediante o diferencial que possui, ou seja, a qualidade do trabalho que desempenha naquilo que produz e que boa parte do mundo necessita. Neste sentido, arriscamos dizer que o isolamento foi desfeito a partir de uma demanda que recai na necessidade de outros Estados de possuir aquilo que um outro Estado possui. Verifica-se, neste caso específico, que o isolamento de um Estado na atualidade, por motivos de conflito, pode ser superado mediante a capacidade que o mesmo possui em oferecer aos demais, de modo qualitativo, um produto ou mercadoria capazes de fazer a diferença ou estar em equilíbrio com os outros Estados de mesmo patamar e manter desenvolvimento.

Não pretendemos com o que foi exposto acima, afirmar que todos os Estados estão submetidos a lógica do mercado, mas pretendemos deixar claro que Israel, independentemente de estar envolvido num conflito regional, antes mesmo da sua independência, e de enfrentar uma certa crítica a nível internacional, não deixou de procurar, através de negociações comerciais, de estar presente no mundo, apesar das divergências regionais.

Há uma agitação no sentido de se estabelecerem os parâmetros adequados à satisfação coletiva dos diferentes lados. No entanto, na medida em que os dois lados são guiados por objetivos que são meros sinónimos de individualismos de Estado ou de povo, não conseguem, através das suas políticas, abranger um Acordo de Paz e, conseqüentemente, mantém-se o estado de conflito.

O tipo de política adotada por Israel deriva do facto de não acreditar que a paz seja possível. Os partidos de direita, em Israel, já não creem na possibilidade de paz e isto pode ser verificado através de uma política voltada para a segurança da população e que visa assegurar o domínio na região. Esta é a estratégia, cujo objetivo não se destina meramente a estipular um quadrante equidistante de uma manifesta vontade de surpreender os vizinhos através de uma ocupação territorial que demanda poder e legitima a sua

Israel has also excelled in agriculture, medicine, communications, and a variety of other fields. All of these accomplishments have created international admiration and keen interest in bilateral exchanges and trade relations.

presença enquanto potência regional obstinada a demarcar a seu modo as suas fronteiras.

Ao nível setorial, a hegemonia foi disputada entre duas coalizões implacáveis: Pró-Israel – os 5,7 milhões de cidadãos judeus de Israel e os colonatos no Líbano: Anti-Israel – Síria, Hezbollah, e os 4,3 milhões indivíduos árabes nos territórios ocupados. Esta coligação tem o apoio caloroso, mas não substancial dos 1,4 milhão de cidadãos árabes de Israel [...]. O conflito setorial tem repetidamente entrado em erupção em hostilidades prolongadas: 1970 – a guerra civil jordaniana entre a monarquia e a OLP, 1982 – 2000 – a invasão e ocupação israelita do sul do Líbano; 1987-1993 – *Intifada I*; 2000? – *Intifada II*; 2006 – guerra Israel-*Hamas*, uma rodada; 2006 – guerra Israel-*Hezbollah*; 2008 – duas rodadas de guerra Israel-*Hamas* (JONES, 2011: 142)⁵².

Após vários fracassos nos Acordos de Paz, em 2003, personalidades políticas árabes e israelitas promoveram um novo Acordo de Paz que começou a ser desenhado para Israel e a Palestina, embora não fosse oficial. Tratava-se da Iniciativa de Genebra ou Acordo de Genebra, no qual se procurou construir uma proposta que fosse justa para todos e que implicava o reconhecimento do Estado da Palestina por parte de Israel. Este Acordo contemplou pontos fundamentais para a resolução do problema entre Israel e a Palestina.

De entre os principais pontos referidos no Acordo de Genebra destacam-se os seguintes: a segurança, Jerusalém e os lugares sagrados, a questão da água, os refugiados e a disputa territorial. Este Acordo reportava às Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, referentes aos anos de 1967 e 1973. Desse modo, cabe lembrarmos que a Resolução 242 condena a anexação de território através de guerra e a Resolução 338 determina o cessar-fogo. Quanto às fronteiras, estas passariam por alterações muito significativas, pois seriam definidas de acordo com as fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias.

O Acordo de Genebra contemplava a construção de um Médio Oriente mais seguro e livre de armas convencionais ou de destruição em massa. Havia

⁵²At the sectorial level, hegemony has been contested between two unrelenting coalitions: Pro-Israel – the 5.7 million Jewish citizens of Israel and the settlements in Lebanon: Anti-Israel – Syria, Hizballah, and the 4.3 million Arab subjects in the Occupied Territories. This coalition has the warm but insubstantial support of the 1.4 million Arab citizens of Israel [...]. The sectorial conflict has repeatedly erupted into extended hostilities: 1970 – the Jordanian civil war between the monarchy and the PLO; 1982 – 2000 – the Israeli invasion and occupation of southern Lebanon; 1987 – 93 – *Intifadah I*; 2000? – *Intifadah II*; 2006 – Israel-*Hamas* war, round one; 2006 – Israel-*Hizballah* war; 2008 – Israel-*Hamas* war round two.

uma proposta para a desmilitarização da Palestina, de modo que somente a Força de Segurança Palestiniana (PSF), agente controlador das fronteiras e força de segurança e de combate ao terrorismo, teriam acesso à compra de armas.

No que se refere à rejeição e ao combate ao racismo este estaria sob a responsabilidade tanto de Israel quanto da Palestina e a segurança para os dois Estados seria garantida através de uma Força Multinacional (MF) que agiria de modo preventivo e supervisionaria as medidas adotadas neste Acordo. Sem dúvidas, este Acordo contemplava planos essenciais, mas foi rejeitado pela direita israelita que o considerava subversivo e, também, pelos EUA que alegaram que este plano não poderia substituir o plano de paz em que esteve envolvido o Quarteto.

A Iniciativa de Genebra foi muito mais além. O primeiro aspecto a destacar é que, ao contrário dos Acordos de Oslo, esta iniciativa não tinha carácter oficial dado que os seus negociadores não desempenhavam responsabilidades políticas nem contaram com o apoio dos seus respectivos governos. Esta é talvez a diferença principal: trata-se mais exactamente de um exercício de relações públicas destinado a pôr em evidência que, apesar da deriva militarista do governo Sharon e da intensidade dos atentados suicidas, era possível retomar a negociação e existiam interlocutores válidos dispostos a fazê-lo (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 59)⁵³.

Quando destacamos a posição da política de direita de Israel, é porque esta se mostra claramente em oposição a tudo aquilo que, de algum modo, pode colocar em risco o Estado tal como ele é. A esquerda ainda acredita numa possibilidade de paz, pelo menos teoricamente, porém não nos iludimos com a possibilidade de estar a ser feita uma oposição acirrada à direita, pois quando se trata de defender o conjunto ou o Estado de Israel, as divisões políticas desaparecem.

O ideal nacionalista judaico, presente na política, dá a unidade entre os judeus em prol de um objetivo comum que é o seu próprio Estado. Quando se trata de defender a indissolubilidade do Estado, a oposição parece não existir.

⁵³La Iniciativa de Ginebra fue mucho más allá. El primer aspecto a destacar es que, al contrario que los Acuerdos de Oslo, esta iniciativa no tenía carácter oficial puesto que sus negociadores no desempeñaban responsabilidades políticas ni contaron con el respaldo de sus respectivos gobiernos. Esta es quizás la principal diferencia: se trata más bien de un ejercicio de relaciones públicas de cara a poner en evidencia que, pese a la deriva militarista del gobierno Sharon y de la intensidad de los atentados suicidas, era posible retomar la negociación y existían interlocutores válidos dispuestos a hacerlo.”

E “sobre certas questões há em Israel uma política de Estado que se situa por cima dos partidos políticos, coisa em parte digna de admirar” (BERMEJO, 2002: 94)⁵⁴.

Quando falamos de oposição interna em Israel, as divergências não são poucas, como é comum em qualquer sistema democrático. Porém, distingue-se pela assertividade em relação ao cumprimento de uma proposta que está acima de qualquer outra, ou seja, a defesa do Estado. Neste sentido, opera-se sistematicamente um grupo político centrado numa política defensiva que substancialmente privilegia a manutenção de um modelo de Estado judeu.

Independentemente das divergências internas, Israel centra-se num modo de política que faz cambalear a política árabe ante aquilo que representa em termos políticos, económicos e sociais. Israel é uma democracia desenvolvida, com alto índice de qualidade de vida e uma economia altamente tecnológica e dinâmica, em contraste com os seus vizinhos árabes:

O país ostenta a maior densidade de *start-ups* do mundo (um total de 3.850 novas empresas – uma para cada 1.844 israelenses). Além disso, o índice Nasdaq é composto por mais empresas israelenses do que pelo número total de empresas representantes de todo o continente europeu (SENOR & SINGER, 2011: 12).

Externamente, Israel mantém como aliado da maior potência mundial, da qual muitos Estados árabes são dependentes e isto acaba por inibir um avanço maior por parte destes países em direção a Israel. Para além do apoio económico que Israel recebe dos EUA há, também, o outro auxílio que vem no sentido de travar um avanço maior do mundo árabe contra os judeus, devido à dependência económica e tecnológica.

Se, por um lado, a política de Israel o isola na região, os seus principais vizinhos, contam apenas com um apoio formal da maioria dos Estados árabes porque estes são aliados dos EUA e não estão dispostos a correr o risco de se posicionarem claramente contra Israel e comprometerem as suas finanças públicas e regalias. Neste contexto, muitos países árabes, como a Árabia Saudita, não se arriscariam a flexibilizar a sua política em prol de um apoio mais direto aos seus irmãos regionais, contra Israel: a “[...] Arábia Saudita, ou para ser mais preciso, em termos do governo colonial britânico, a ditadura

⁵⁴sobre ciertas cuestiones hay en Israel una política de Estado que se sitúa por encima de los partidos políticos, cosa en parte digna de admirar.

familiar que serve de ‘fachada árabe’ escondendo atrás dos EUA para controlar a realidade da península arábica (CHOMSKY, 2002: 20)⁵⁵.

A alavanca de Israel não está no Médio Oriente, mas no Ocidente. Esta alavanca, sem dúvida, são os EUA. A potência mundial é a base económico-financeira que permite a Israel avançar com o seu modelo de política, ou seja, uma política enraizada nos ideais sionistas onde, a cada instante, é realçado o nacionalismo judaico num firme propósito de manter os colonatos como estratégia de domínio e de segurança na região.

De 1993 a 2000, a grande maioria dos 2,7 milhões de palestinos vivendo sob a dominação israelense foi separada dos colonos israelenses e judeus por intermédio de medidas de segurança e de barreiras arbitrárias. Os colonos beneficiam-se de uma total liberdade de locomoção nos territórios ocupados, ao passo que os palestinos – e somente aqueles que satisfazem às exigências israelenses, ou então os trabalhadores e as pessoas idosas – têm de se submeter ao uso de autorizações especiais para poderem circular, a menos que uma barreira venha impedir que as pessoas se desloquem. Em 1994, por exemplo, pouco depois do assassinato de 29 palestinos em Hebron pelo terrorista Baruch Goldstein, os israelenses mantiveram 20 mil habitantes limitados às suas casas durante dois meses, por serem vizinhos da comunidade de colonos judeus no centro de Hebron (o bairro H2), ao passo que estes podiam circular livremente (BISHARA, 2003: 136-137).

Na verdade, o grande Israel está no horizonte e este é um ponto que fragiliza qualquer tentativa de Acordo de Paz na região. Negociar, para Israel, representa nada mais nada menos do que protelar uma decisão final que não sabemos se um dia existirá. Ao lado da incerteza de um Acordo de Paz definitivo, caminha a certeza das reivindicações em que todos querem ter razão.

Não obstante, cerceados por vários problemas internos e externos, encontram-se a Palestina, a Síria, o Líbano e o Egito. Embora estes partilhem o idioma e a religião comuns em boa parte da população, há a solidariedade, mas também contrariedades e interesses entre eles.

Enquanto o passado acenou para a possibilidade de um futuro de união entre as nações árabes, as determinações que se seguiram ao processo ideológico de Gamal Abdel Nasser trataram de desenhar o momento presente,

⁵⁵[...] Arábia Saudita, o, para ser más precisos, en términos del gobierno colonial británico, la dictadura familiar que sirve de ‘fachada árabe’ tras la que se esconde EE.UU. para controlar en realidad la península arábica.

marcado por uma série de adversidades que rondam a política interna e externa.

Incessantemente, estes povos, vizinhos mais próximos de Israel mantêm a destreza de sobreviver ao meio de guerras e de manter uma cultura milenar que não se apaga com a deteriorização política, económica e social em que vivem. Assim como Israel, estes povos têm uma causa, um objetivo de vida a cumprir. São culturas diferentes, mas iguais na coragem e disposição para lutar pelo seu território e pelo que consideram ser seu por direito.

Não se trata, aqui, de julgar o certo ou o errado, mas de mostrar que todos os países, acima referidos, buscam para si um projeto próprio. Quanto à possibilidade de ver realizado, ou não, este projeto, é uma questão a que somente o tempo responderá, mas uma coisa é certa: seja qual for o desfecho desta história, ela não terá um final feliz para todos se continuar no patamar em que está.

Quando há objetivos direcionados para um mesmo sentido, mas com propostas diferentes, somente o diálogo franco e Acordos sérios poderão chegar a uma solução mais ou menos satisfatória. Isto porque todos querem o seu quinhão e todos têm uma causa que é diferente quanto à direção a ser seguida.

Toda essa situação, somada à existência de grupos radicais, como o Hamas e o Hezbollah, respectivamente instalados na Palestina e no Líbano, o regime complexo da Síria, a miséria da população da Palestina e também do Egito, sendo a última consequência da política de Hosni Mubarak e a política estratégica de Israel de ocupar territórios, fazem do Médio Oriente uma região explosiva.

Lembremos, também, que o reflexo do tipo de políticas acima descritas recai diretamente sobre a população. Esta, que até hoje tem ficado de fora das negociações, é hora de pensar em como conquistá-la e, ainda, trazê-la para a participação das negociações para a paz, através de representantes legítimos.

É importante entendermos que se torna necessário, hoje, que os povos israelita, palestino, libanês, egípcio e sírio deem parecer favorável às negociações que os envolvem. Somente assim, os projetos de paz terão mais possibilidades de sucesso. Enquanto a população, que é quem mais sente as durezas de um conflito, não estiver envolvida, os obstáculos continuarão. A

população poderá funcionar como grupo de pressão para que haja as primeiras cedências.

Na medida em que há participação popular, também ficará mais difícil aderir aos atos de sabotagem de um projeto em que eles têm participação, estando cientes do que se passa e das perspectivas que poderão ter no futuro. A participação mais efetiva da população em processos de negociações para a paz, para além de uma abertura maior no debate é um meio capaz para reconquistar a confiança por parte daqueles que já perderam a esperança de viver num ambiente “normal”. Lembremos que se trata de povos desesperançados, que vivem sob a ameaça constante e que, como mecanismo de defesa, fazem uso do contra-ataque.

Para se chegar a este patamar tem que haver um processo de amadurecimento das ideias quer seja por parte dos intervenientes do Estado e externos, quer seja por parte da população e dos seus representantes. Querer negociar é estar disposto a chegar a uma conclusão final e isto tem que estar presente em todas as situações, independentemente de quaisquer circunstâncias.

A diabolização do Outro tem que ser eliminada entre todas as partes. A partir daí, passa a estabelecer-se uma política estratégica voltada para as possibilidades de negociações para a paz. Concebe-se a legitimidade coletiva na tentativa de encontrar uma solução justa para todos em sentido o mais amplo possível.

Até ao momento, temos verificado que as negociações têm passado ao lado da opinião dos principais interessados. A maioria dos mediadores políticos não está inserida nestas sociedades nem pertence ao país ou à região. Não pretendemos dizer que os principais intervenientes tais como o Quarteto (EUA, UE, ONU e Rússia), não sejam importantes, pelo contrário. Apenas queremos salientar a necessidade de participação mais efetiva da população local.

Embora todos os intervenientes sejam relevantes, as tentativas de Acordo têm fracassado em parte por falta de imparcialidade dos mesmos e em parte porque ainda falta vontade política para encontrar uma solução senão definitiva, pelo menos satisfatória para a região.

A acomodação, principalmente por parte de Israel, ante a paralisia das negociações é um fator que acaba por colocá-las em risco. A melhor

alternativa, para Israel, consiste em reiniciar as negociações, sobretudo com a Palestina, pois assim dissipa parte das ameaças que tem sofrido, desobrigando, assim, o emprego da política “defensiva”.

A Palestina é o ponto mais complexo da situação e, por isso, partimos do pressuposto que é uma prioridade começar a procurar uma alternativa definitiva para este problema que não cessa de se agravar e arrasta outros países, como o Líbano e a Síria.

Não há como negar a existência de problemas quase insolúveis entre Israel e a Palestina, tais como a questão dos refugiados e o estatuto de Jerusalém. Os colonatos são o combustível que serve para reacender, de tempos em tempos, o conflito entre os dois povos, mas está longe de ser a questão mais complexa a ser resolvida. Isto não significa que a problemática que envolve os colonatos seja fácil, mas ainda deixa brechas para uma possível devolução ou partição a partir do momento em que não tem um significado simbólico tão intenso quanto Jerusalém.

O desejo de ambos os lados, de ter a mesma cidade como a sua capital, é um caminho sem saída. As reivindicações por Jerusalém não subetendem partes, mas o todo composto de uma História passada que no presente representa para os dois povos a sua origem e o pilar de sociedades que necessitam no dia a dia da presença simbólica de seus ancestrais.

Talvez seja necessário um Acordo em que Jerusalém esteja sob a jurisdição de Israel e da Palestina. Reconhecemos que esta é uma façanha, mas é uma das poucas alternativas para resolver este impasse. Chegar a um Acordo sobre esta questão também não é uma tarefa fácil, pois tanto Israel quanto a Palestina querem Jerusalém como a capital única do Estado.

Uma administração conjunta de Jerusalém será um caso único e muito complexo, mas a única alternativa tanto para Israel quanto para a Palestina. Indubitavelmente, tal situação requer um debate franco e o esclarecimento da população dos dois lados, ao mesmo tempo que se desenvolvem políticas voltadas para a paz, ou seja, pôr em prática programas conjuntos articulados com políticas públicas que visam o bem-estar da população e das áreas comuns da cidade.

A grande dificuldade para que tal feito seja realizado reside na intransigência de ambos os lados e na manutenção dos mitos do passado, os

quais atribuem aos dois povos o direito de posse absoluta sobre Jerusalém. Neste sentido, surge a necessidade de renunciar aos mitos ou, pelo menos, torná-los menos importantes do que são no momento. Isto é possível quando há um projeto de paz a ser conquistado.

A questão dos refugiados palestinos é outro assunto complexo. Israel e a Palestina debatem-se ante este problema mediante as suas razões. Os palestinos reivindicam o direito de retorno dos seus refugiados a partir da Guerra de Independência, em 1948, mas para isso terá que ter um plano para dar apoio aos seus retornados.

Os palestinos têm que levar em consideração que parte destas pessoas, quando chegarem à Palestina, não terão mais a mesma cultura do seu antepassado ou daquele que permaneceu no território. A Palestina terá que oferecer condições àqueles que se encontram com idade avançada e que necessitam do apoio do Estado. Este é um risco que a Palestina corre na medida em que se passaram muitos anos e ocorreram muitas mudanças a nível global.

Quando Israel alega que estes refugiados já deveriam ter-se adaptado à cultura do país de acolhimento, remete-nos para a possibilidade de que, em muitas situações, isto possa ter ocorrido. Neste sentido, a opção do retorno ou não para a Palestina ficará sob a responsabilidade da pessoa que passará a agir de acordo com a sua vontade e ciente de que estará indo para um lugar que, um dia, representou o seu lar, mas poderá ser diferente, pois nada permanece igual por muito tempo.

Os refugiados causam pavor a Israel. O retorno destes poderá subverter a demografia e colocar em risco a maioria judaica. Porém, é necessário debater o caso até se esgotarem todos os argumentos. Provavelmente, os dois lados estão equivocados sobre os pontos essenciais que são o retorno e a vontade de voltar e de se estabelecer na Palestina. Muitas destas pessoas já não têm vínculos diretos com a Palestina, o que poderá dificultar a sua adaptação.

O que não pode ser negado aos refugiados palestinos ou aos seus descendentes, após tantos anos de exílio, é a liberdade de retornar e de visitar a terra dos seus antepassados, enfim, o seu antigo lar. Não são pessoas que cometeram um crime e que, para sua expiação, tenham que ser banidas da

região. São apenas refugiados de guerra que, em muitas situações, nem quererão retornar definitivamente para a Palestina, principalmente, os mais jovens que nasceram noutro país e estão adaptados a uma outra cultura.

Bem sabemos que são hipóteses, pois as certezas só serão possíveis quando estiver garantido o direito de retorno aos refugiados palestinos. Ante esta incerteza que representa um “perigo” para Israel, cabe estabelecer um Acordo de modo que a Palestina seja a responsável pelos seus refugiados desde promover as condições dignas de sobrevivência e de adaptação.

Com certeza, o grande responsável por assegurar o retorno dos refugiados é o país de origem. Sobre Israel recai a responsabilidade de os refugiados terem deixado a Palestina motivados pela Guerra travada com este país. Isto é real, mas até onde consta e o que a Palestina exige é a devolução das terras que pertenciam a estas pessoas ou às suas famílias. A devolução de terras não está presente na atual política de Israel, mas como se trata de um bem imóvel, é possível negociar. Quanto às demais responsabilidades sobre estas pessoas, elas cabem à Palestina.

A resolução destas questões deve ser negociada em separado das demais, devido ao seu alto grau de complexidade. A partir do momento em que uma questão difícil for resolvida de modo satisfatório para as partes envolvidas, ocorrerá o resgate da confiança e, conseqüentemente, permitirá, no futuro, novas negociações, cujas respostas beneficiarão o conjunto de países envolvidos a partir do momento em que se abrirem as possibilidades para o entendimento, dando, assim, início ao processo de paz.

Não haverá paz enquanto as questões cruciais ficarem por resolver, independentemente do país em questão. A disputa territorial entre Israel e a Palestina, que tem mantido os ânimos exaltados na região, já há muitos anos, tornou-se crucial a resolução para acelerar as discussões em torno de políticas futuras para resolver todas as demandas regionais e eliminar as possibilidades de guerra advindas a partir dos vários anos de conflito. Mas, isto tem um longo caminho que ainda está por construir.

A questão com a Palestina tem merecido destaque porque é um problema que acaba por exercer uma forte influência na região. Podemos dizer que os outros problemas que Israel também enfrenta a nível regional, não são menos importantes, mas não têm a mesma capacidade para incendiar a região.

Por isto, quando houver uma proposta significativa entre Israel e a Palestina, as possibilidades serão maiores na resolução de questões com o Líbano e a Síria.

O Líbano e a Síria representam a continuidade das animosidades em larga escala na região. A Síria, mais do que uma ameaça interna para Israel, representa a extensão do conflito regional para o princípio de uma guerra internacional, pois conta com o apoio da Rússia e do Irã. Neste contexto, uma guerra entre Israel e a Síria significa, hoje, uma interferência do Irã. Isto, a médio prazo, implica o envolvimento de outros Estados fora da região.

Paralelamente à internacionalização do conflito, poderá ocorrer a polarização da região de modo que Israel terá que enfrentar uma coligação de forças internas e externas, que poderia arrastar outros aliados estrangeiros e desencadear a formação de alianças contra e pró-Israel.

No caso de uma intervenção internacional numa guerra regional contra Israel, inevitavelmente este país vai encontrar os seus aliados fora da região e, mais especificamente, no Ocidente. Neste sentido, irá ocorrer a formação de alianças a partir de outros continentes, embora os apoios não sejam diretamente aos Estados beligerantes do Médio Oriente, mas através dos intervenientes tais como os EUA, a Rússia e o Irã.

Em relação ao Líbano, é importante analisarmos a questão sob um outro ângulo. No Líbano, o grande inimigo de Israel não é o Estado, mas um grupo radical paramilitar, o Hezbollah, cuja influência na política libanesa é grande. O Hezbollah não é o Líbano enquanto Estado, mas este poderá ser responsabilizado por Israel em situação de confronto com o grupo radical. Isto é, o Estado poderá ser acusado por Israel por não ter mantido o Hezbollah sob controlo.

Neste contexto, o Hezbollah poderá levar o Líbano a mais uma guerra contra Israel, que ainda sente dificuldade de estabelecer a sua área de influência neste país devido às dificuldades criadas pelo próprio Hezbollah. A continuidade das provocações do Hezbollah em relação a Israel poderá fornecer o argumento necessário para este país iniciar uma nova intervenção de modo indiscriminado no Líbano, responsabilizando este país.

Segundo o jornal *Ha'aretz*, de 27 de Agosto de 2012, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu fez a seguinte referência a este respeito: “Tanto quanto

nós estamos preocupados, o governo libanês é responsável por tudo o que acontece na sua jurisdição” (RAVID, 2012, texto digital)⁵⁶.

Ao atribuir a responsabilidade ao Governo libanês, isto implica que, em situação de declaração de guerra, Israel não vai ater-se apenas aos ataques ao Hezbollah, mas ao Líbano que não tem controlo sobre o grupo xiita. Toda esta situação poderá, mais uma vez, servir de justificação para Israel fazer o uso da sua política defensiva e desencadear um ataque preventivo contra o Líbano.

Israel preocupa-se, neste momento, com um possível aumento dos ataques por parte do grupo palestino Jihad Islâmica e o Hezbollah a partir da fronteira com Israel, como consequência da Guerra Civil na Síria. A questão demonstra um quadro significativo quanto à possibilidade de uma nova intervenção israelita no Líbano, como nos informa a edição online do *Ha'aretz*, de 5 de Julho de 2012. “Seis anos após a eclosão da Segunda Guerra do Líbano, as IDF estão dizendo abertamente que Israel está se preparando para outra guerra no Líbano” (COHEN, 2012, texto digital)⁵⁷.

Segundo o *Ha'aretz*,

O confronto seguinte, eles apontam, vai causar ainda mais danos. No caso em que a situação iria irromper, disse Halevy, as IDF estão se preparando seriamente e profissionalmente para uma outra guerra no Líbano. A resposta terá de ser mais nítida, mais difícil, e em alguns aspectos muito violentas. A próxima guerra será com trocas muito pesadas de fogo de ambos os lados, e assim ambos precisam fazer todos os esforços para impedir que isso aconteça (COHEN, 2012, texto digital)⁵⁸.

O panorama futuro do Médio Oriente não oferece grande perspectiva de paz. As evidências de um possível conflito envolvendo Israel não são uma hipótese remota. Mais uma vez, o Líbano entra em rota de colisão com Israel e, provavelmente, mais países poderão a vir envolver-se num conflito futuro.

O Líbano, enquanto Estado, está esfacelado, mas é justamente a fraqueza do país que estimula as ambições sobre aquele território desde o seu interior. As pretensões da Síria sobre o Líbano não podem ser descartadas,

⁵⁶“As far as we're concerned, the Lebanese government is responsible for whatever happens in its jurisdiction”.

⁵⁷ Six years after the outbreak of the Second Lebanon War, the IDF is saying openly that Israel is preparing for another Lebanon war.

⁵⁸The next confrontation, they point out, will cause even more damage. In the event that the situation would erupt, said Halevy, "the IDF is preparing seriously and professionally for another Lebanon war. The response will need to be sharper, harder, and in some ways very violent. The next war will be with very heavy exchanges of fire on both sides, and so both need to make every effort to stop this happening.

assim como uma possível intervenção iraniana em apoio a um “outro Líbano” que podemos chamar de Hezbollah.

Verificamos que a possibilidade de generalização do conflito na região é possível e, se até ao momento tal não aconteceu, é porque os recentes conflitos têm sido exclusivamente internos e tem havido alguma reserva quanto à intervenção internacional justamente porque o risco de o conflito se generalizar é muito provável. A partir do momento em que dois ou mais Estados entrarem em choque, rapidamente vão aparecer os apoios mediante elos de ligação já existentes frente a um adversário já há muito conhecido.

O sentido de pertença a uma identidade, a uma cultura e a uma religião farão a diferença entre amigos e inimigos. O Estado ainda indefinido quanto à sua posição no futuro, continua a ser o Egito, mas algumas situações levam-nos a crer que o povo egípcio já fez a sua escolha e como a direção a ser tomada pelo Estado está indefinida, mas sob pressão tanto do lado muçulmano quanto do lado israelita com o apoio dos EUA. Se o Egito não suportar tal pressão, poderá desencadear uma forte reação contra tudo o que foi estabelecido e romper definitivamente com Israel, aproximando-se mais do lado árabe.

A capacidade de suportar as pressões que, cedo ou tarde, vão aparecer no Egito, vai depender da capacidade deste país para se reafirmar enquanto Estado independente, soberano e capaz de suprir por si só as suas carências e desfazer os Acordos do passado estabelecidos com Israel e com os EUA. Uma eventual situação de rompimento do Acordo estabelecido com Israel e com os EUA poderá levar o Egito a assinar novos pactos e com novos aliados.

Enquanto aumenta a possibilidade de conflito na região, pouco ou nada tem sido feito em prol da promoção da paz. À medida que Israel prossegue com a política de construção de colonatos nos Territórios Ocupados, parece que ficou esquecida a construção de dois Estados na Palestina. Este esquecimento e a ampliação dos colonatos faz aumentar a rejeição de Israel, na região, pois leva-nos mais uma vez a pressupor que por detrás de tudo isto há a intenção da construção do “Grande Israel”.

A atitude de Israel faz cambaleiar a perspectiva da potência mais poderosa da região, de dar abertura para reiniciar um novo processo de paz de maneira séria. Na verdade, a política adotada por Israel acaba por colocá-lo

numa encruzilhada, pois está cercado por inimigos, mas não tem feito muito para abrandar os descontentamentos; pelo contrário, tem adotado uma postura política que só faz ampliar as animosidades regionais, ao mesmo tempo que cresce a desconfiança fora das linhas de fronteira.

O ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter, mediador do histórico Acordo de Paz entre Israel e o Egito, parece já não acreditar que Israel tenha intenção de dar andamento a algum Acordo de Paz. Segundo Jimmy Carter, “tudo nos indica que essa solução com dois Estados basicamente foi abandonada, e que tivemos um avanço rumo a um ‘grande Israel’, o que eu acho contrário ao conceito da solução com dois Estados” (LUBELL, 2012, texto digital).

O modo como Israel tem colocado em prática a sua política em relação a Palestina, tem estimulado a aversão dos seus vizinhos. Qualquer atitude “mal fadada” que Israel tomar contra a Palestina, terá a oposição incondicional de uma parcela significativa da população do mundo árabe. Neste sentido, Israel estará em risco.

Não é nenhum exagero dizer que Israel tem, como pretensão, a construção do “Grande Israel”. Isto está claro quando analisamos a contínua expansão dos colonatos através de uma ocupação territorial fixada a partir do Direito Histórico, cuja reminiscência está pautada pela necessidade de resgatar um fundamento sócio-cultural e religioso, centrado na expectativa de um espaço capaz de ser transformado no grande lar judaico. Ao adentrarmos nos aspectos mais sóbrios deste evento, que relembra a personificação acabada de um espectro do passado, passamos à reflexão em torno da possibilidade de ver cumprido um propósito determinado por um passado remoto e ao mesmo tempo presente e detentor de um poder que pode apaziguar uma nação e exaltar os ânimos de outras que, por serem vizinhas, sofrem diretamente com as consequências de um projeto de Estado.

Quando partimos para a análise interna da povoação dos colonatos, verificamos que boa parte dos seus moradores é composta por judeus ortodoxos radicais. Não pretendemos afirmar que o tipo de população dos colonatos é escolhida, pois isto não diz respeito ao nosso trabalho, mas apenas sublinhamos que muitos dos habitantes dos colonatos surpreendentemente, correspondem a uma parcela da população judaica, cujas raízes não se perderam com o tempo e nem se perderão no futuro.

O radicalismo de muitos judeus ortodoxos está enraizado no sentimento de posse do território dos antepassados e nos diversos preâmbulos de uma vida escrita a partir de desígnios divinos ressaltados por um longo tempo em busca de retomar um espaço considerado seu desde sempre. É neste sentido que muitos radicais judeus, assim como os árabes, também são capazes de matar e de morrer em defesa daquilo que consideram intocável por uma outra pessoa.

Muitos destes habitantes radicais dos colonatos atuam como agentes da autoridade, ou seja, vigiam, prendem, julgam e condenam. Deste modo, mais do que uma medida de defesa, os colonatos são uma fonte segura de apropriação de território, onde o Estado faz o seu investimento e não corre o risco de perdê-lo ante uma possível desocupação motivada por ameaças árabes ou por qualquer outro motivo, pois aquele pedaço de chão que pertence à vida daquelas pessoas é sagrado.

Os colonatos são um investimento barato se comparado com o espaço territorial que os mesmos têm ocupado. Foi um modo que Israel encontrou de, aos poucos, cumprir com o objetivo de construção do “Grande Israel”, sem grande alarde, pois como o processo se dá sem resistência armada que possa gerar grande conflito, o caso passa praticamente despercebido e, quando se fala deles, as casas já estão praticamente prontas ou já habitadas. Não é possível dizer que todos os judeus sejam favoráveis à manutenção dos colonatos. Porém,

[...] a liderança política do campo da paz israelita tem anos de experiência em desviar a maioria dos que se opõem à ocupação para a via da preservação do *status quo*. Estas são as pessoas que durante os anos de Oslo afirmaram que a ocupação tinha virtualmente acabado e que somente necessitávamos de mais alguns anos de negociações (REINHART, 2004: 121-122).

Esta tem sido a estratégia de Israel desde há muito tempo e nada tem conseguido deter a sua expansão territorial. Enquanto procura incessantemente cumprir com o seu objetivo, constrói uma teia tecida com a própria ambição e o ódio dos vizinhos. As dificuldades que Israel tem enfrentado na região e que terá de enfrentar num futuro não muito longínquo, em parte, são de sua inteira responsabilidade.

Não se pode isentar um Estado de favorecer um ambiente de conflito quando ele mesmo adotou uma política estratégica de constrangimento e agressão ante os seus principais vizinhos. Esta junção de impactes mal sucedidos, que tem causado na região e até mesmo a nível mundial, recai sobre Israel o peso de estar numa situação de grande desconfiança dentro e fora da esfera regional.

Neste contexto, Israel sempre estará na defensiva. Atribui ao Outro a responsabilidade pelos seus atos, mas esta atitude acaba por colocar em risco a sua própria existência enquanto país rico e desenvolvido na medida em que, constantemente, consegue inflamar os ânimos. O risco reside no facto de que, um dia, possa ocorrer o transbordamento de todos os ressentimentos vizinhos de modo ainda desconhecido.

A reafirmação, enquanto Estado soberano, necessita de estabelecer parâmetros claros em relação às possibilidades de exteriorizar, na prática, um compromisso cuja base de sustentação seja um país capacitado para habilitar-se no sentido da organização política voltada para a construção de uma nova postura estratégica ante os seus vizinhos, com a finalidade de absorver a credibilidade e a confiança como meio de existência saudável.

4.2 FUNDAMENTOS PARA UMA NOVA POLÍTICA GEOESTRATÉGICA

As ações conduzidas a partir de projetos geoestratégicos concretos pressupõem a realização de um processo político e social viável mediante a adoção de paradigmas norteadores da realidade. Se as ações são as responsáveis pelas consequências que delas advêm, estas mesmas ações têm que ter, como princípio, o conhecimento dos prós e dos contras. Pois, somente através do agir guiado por um projeto que possui regras claras é que será possível estabelecer as diretrizes responsáveis por desencadear uma nova perspectiva política sobre um problema antigo.

A resolução de qualquer problema passa, necessariamente, pela aquisição de conhecimentos, os quais exigem a percepção do real sobre as circunstâncias internas e externas que nos levam ao conhecimento do grau de assertividade ou de erro. É na análise de um suposto desequilíbrio que se torna

possível corrigi-lo e transformá-lo em substância aprazível a realização de um projeto destinado a contemplar aquilo que faz a diferença quando dirigido para o bem.

Numa região como o Médio Oriente, na qual é evidente o desequilíbrio de poder, é importante que se estabeleçam as regras para que a vontade do poder mais forte não prevaleça durante as negociações. Neste sentido, a diplomacia será necessária para não só estipular as normas, mas para aplicá-las de modo harmónico e sempre no sentido de criar elos de ligação entre os negociadores. É importante encontrar pontos comuns para o bem e para o mal para todas as partes em relação à realização, ou não, de determinado plano de ação. As desigualdades são combustíveis que insuflam a instabilidade social e política.

Do ponto de vista da ideologia dominante, o conflito hegemónico em curso nunca será descrito como um conflito entre iguais potenciais. Isto levantaria, *ipso facto*, a questão da legitimidade, e conferiria racionalidade histórica ao adversário. Assim, é por uma determinação estrutural insuperável que a ideologia dominante – em vista de suas aspirações legitimadoras apriorísticas – não pode operar sem apresentar seus próprios interesses, por mais estreitos que sejam, como o ‘interesse geral’ da sociedade. Mas, precisamente pela mesma razão, o discurso ideológico da ordem dominante deve manter seu culto da ‘unidade’ e do ‘equilíbrio adequado’, mesmo que – particularmente em épocas de crises importantes – isso não represente mais do que retórica vazia quando contraposto ao princípio operativo real de *dividir para reinar* (MÉSZÁROS, 2004: 328).

A condução de cada ponto estratégico far-se-á por intermédio da construção de medidas articuladas com a realidade, mas sem quebrar os vínculos criativos ou míticos dos povos, porém sem permitir que estes interfiram no processo negocial. Neste ponto, é necessário prevalecer o respeito às diferenças, pois somente através da capacidade de dialogar com as diferenças será possível a construção de um plano de paz duradouro e de segurança coletiva.

No momento, não é interessante abrir as negociações simplesmente para discutir. A cada dia é mais urgente um plano que contemple um diálogo franco voltado para a concretização de um projeto capaz de elevar o nível das negociações no sentido de construir um caminho seguro em direção ao entendimento entre os Estados e as populações.

É urgente, para Israel, encontrar uma solução pacífica para se obter segurança e paz. Neste contexto, há a necessidade de uma nova política estratégica para assegurar a sua soberania e garantir uma vida saudável e livre de conflitos para a sua população. A saída mais segura para Israel não é manipular ou camuflar a realidade, mas partir para as negociações de modo a atender, também, a outras exigências para além das suas.

Na atualidade, a realidade impõe-se sobre o mito e passa a exigir de Israel a construção de uma estratégia capaz de conduzi-lo em direção à reafirmação enquanto Estado soberano e democrático. É o meio que possibilitará a Israel desfazer as rivalidades com os seus vizinhos e, assim, evitar a restauração de um “bloqueio árabe”, que ruiu em 1979, com a assinatura do Acordo de Paz entre Israel e o Egito.

Uma nova estratégia requer, por parte de Israel, o fim da demonização do Outro. Isto também vale em relação aos seus principais vizinhos. A rejeição tem que ser substituída pela cooperação dado que se trata de um processo longo, até que sejam colocadas em prática ações voltadas para o bem de todos.

A cooperação é um dos elementos integrados ao compromisso que, necessariamente, tem que ser assumido pelas partes visando atingir determinado objetivo. A cooperação entre os Estados é a medida mais segura para recuperar a confiança dos seus cidadãos e desarticular os grupos irregulares. Somente através de uma verdadeira rede de solidariedade entre os Estados será possível estabelecer políticas que privilegiem uma paz duradoura.

A própria renúncia às armas passa pela capacidade de negociação entre os Estados. Enquanto não houver diálogo entre eles, estes Estados vão incentivar e, até, armar os seus cidadãos contra o inimigo comum. A arma surge como um meio de intimidação e de persuasão. É muito arriscado quando um Estado tem como inimigo para além da instituição (Estado) a população desse mesmo país.

Quando a população não tem nenhum fator direto que a torna por si só inimiga de um determinado Estado, é mais lenta a adesão desta mesma população na luta contra o oponente, mas o contrário ocorre quando ela está ciente do que está a acontecer. Esta é a situação de Israel em relação aos Estados árabes.

Mais da metade da população egípcia deseja o fim do Acordo de Paz entre o Egito e Israel. Embora o Egito tenha mantido uma relação de dependência com os EUA, desde 1979, pois recebe deste país a importância de USD\$ 2 bilhões ao ano sendo que aproximadamente um terço desta verba é destinada às Forças Armadas.

Entre 1948 e 2011, os Estados Unidos forneceram o Egito com 71.600 milhões dólares em ajuda externa bilateral, incluindo 1,3 bilhões dólares por ano em ajuda militar, de 1987 até o presente. Desde 1979, o Egito tem sido o segundo maior destinatário de assistência bilateral estrangeira dos EUA, depois de Israel. Em julho de 2007, George W. Bush assinou um Memorando de 10 anos de Entendimento (MOU) com Israel aumentar a ajuda militar dos EUA de US \$ 2,4 bilhões no ano fiscal de 2008 para mais de \$ 3 bilhões até 2018. Egito não recebeu nenhum aumento correspondente na ajuda militar dos EUA, em vez disso, o governo Bush comprometeu-se a continuar a fornecer o Egito, com US \$ 1,3 bilhão em ajuda militar por ano, a mesma quantidade que recebeu anualmente desde 1987. Ao contrário de Israel e, separadamente, com a Jordânia, o compromisso da Administração não envolveu a assinatura de um Memorando de Entendimento bilateral com o governo egípcio. Congresso normalmente especifica uma atribuição precisa de ajuda externa para o Egito nas dotações de operações estrangeiras de projetos de lei. Egito recebe a maior parte dos fundos de ajuda externa a partir de três contas primárias: Financiamento Militar Estrangeiro (FMF), os Fundos de Apoio Econômico (ESF), e Educação Militar Internacional e Treinamento (IMET) (SHARP, 2013: 7-8)⁵⁹.

No momento, a política externa do Egito tem tido uma relativa independência em relação aos EUA como, por exemplo, a mediação do Acordo de Reconciliação entre o Hamas e o al-Fatah, em Maio de 2011.

A primeira preocupação dos EUA com o Egito surgiu logo após a queda de Hosni Mubarak. Neste período, o Governo egípcio permitiu que os navios de guerra iranianos navegassem no Canal de Suez em direção ao Mar Mediterrâneo. Esta decisão foi interpretada por Israel e pelos seus aliados como uma atitude digna de grande preocupação, embora o chanceler egípcio

⁵⁹Between 1948 and 2011, the United States provided Egypt with \$71.6 billion in bilateral foreign aid, including \$1.3 billion a year in military aid from 1987 to the present. Since 1979, Egypt has been the second-largest recipient, after Israel, of U.S. bilateral foreign assistance.24 In July 2007, the George W. Bush Administration signed a 10-year Memorandum of Understanding (MOU) with Israel to increase U.S. military assistance from \$2.4 billion in FY2008 to over \$3 billion by 2018. Egypt received no corresponding increase in U.S. military aid; instead, the Bush Administration pledged to continue to provide Egypt with \$1.3 billion in military aid annually, the same amount it has received annually since 1987. Unlike with Israel and, separately, with Jordan, the Bush Administration's pledge did not involve signing a bilateral MOU with the Egyptian government. Congress typically specifies a precise allocation of foreign assistance for Egypt in the foreign operations appropriations bill. Egypt receives the bulk of foreign aid funds from three primary accounts: Foreign Military Financing (FMF), Economic Support Funds (ESF), and International Military Education and Training (IMET).

tenha declarado que o seu país não tinha a intenção de romper o Acordo de Paz com Israel.

A preocupação de Israel e do seu aliado norte-americano não está centrada apenas nos Estados não aliados, mas também mantendo sob vigilância os aliados. Isto demonstra uma certa fragilidade nos Tratados de Paz assinados no passado, os quais não foram validados pelo apoio da população. As alterações que têm ocorrido na região têm sido alvo de grande preocupação para Israel e os EUA.

Os Estados estão habilitados para estabelecer Acordos sem consulta prévia da população, mas quando a mesma tem sido tutelada ao mesmo tempo que tem conhecimento do que se passa no seu país, desde os benefícios pessoais até de onde vêm as ordens, com o tempo ocorre a formação da revolta e da rejeição contra todas as situações consideradas opressoras.

A responsabilização de aliados do país gera a revolta na medida em que os indivíduos se identificam com aqueles que estão em situações semelhantes e isto torna-se mais forte quando pertencem a mesma matriz cultural. Esta situação repete-se entre os principais vizinhos de Israel em relação a Palestina e no Egito, a questão não é diferente. “Após o anúncio da reconciliação entre Fatah e Hamas, o Egito pediu que os EUA reconheçam um Estado palestino, por exemplo” (FLINT, 2010, texto digital).

A desconfiança é algo constante entre Israel e os demais Estados do Médio Oriente. O problema é que, para Israel, ou o seu aliado cumpre totalmente as regras ou está contra o país. Fica clara uma relação autoritária que Israel tem mantido com os outros Estados e não concede aos outros a mesma independência e soberania que reivindica para si próprio.

Alterar o modo de agir é imprescindível para Israel reinventar a sua política e, a partir daí, criar uma estratégia voltada para a paz. Isto pressupõe uma mudança de princípios e de atitudes, pois na atual conjuntura pensar em paz duradoura no Médio Oriente requer a compreensão de que a ação terá que ser conduzida de acordo com o que se pretende porque, até hoje, ações truculentas têm resultado em respostas violentas.

A moderação dos ímpetos talvez seja o início de um novo processo de negociação e de uma nova política estratégica para a região, mas para isto terá

que ter a visão de um futuro mais calmo, onde os desentendimentos possam ser resolvidos através do diálogo.

Uma visão estratégica nova vai exigir, de Israel e dos demais Estados comprometidos com a paz, habilidade e coragem das suas lideranças para convencer as suas populações quanto à importância do consentimento para uma solução negociada. Esta é uma questão muito relevante e, ao mesmo tempo, muito difícil, pois implica sublimar num primeiro momento as desconfianças, os ódios e os traumas, uma vez que a superação se dará somente a longo prazo.

Quando nos referimos ao convencimento das populações por parte das lideranças do Estado, isto implica criar mecanismos para “enfrentar” os grupos radicais que, nos últimos anos, têm conseguido arregimentar uma grande quantidade de pessoas em torno da sua ideologia. Neste caso, tem que haver um resgate da confiança no Estado. Esta situação aplica-se aos Estados árabes, os quais terão que cumprir com a sua obrigação, uma vez que os radicais conseguiram alcançar grande popularidade devido ao vazio de poder deixado pelo Estado.

Para Israel, a iniciativa de uma estratégia para a paz fundamenta-se na perspectiva da sua continuidade de modo pacífico, até hoje nunca experimentado. As principais ferramentas para institucionalizar uma nova visão da sua própria realidade vai exigir a resolução dos problemas com os seus vizinhos através de soluções políticas.

Não obstante, Israel passará pelo desafio de conquistar a confiança dos seus opositores internos e externos para que novas medidas sejam postas em ação. Se, aos nossos dias, não foi possível superar o nacionalismo judaico nascido durante o exílio, ele deverá ser, pelo menos, reduzido de modo significativo para se vencer a rigidez do princípio étnico-racial.

Ao apontarmos os pontos essenciais a serem superados por Israel a partir de uma nova estratégia para a paz, não excluimos da responsabilidade os demais Estados envolvidos na contenda. A Palestina, por seu lado, também deverá dar um passo em direção à paz, renunciando ao nacionalismo que nasceu como consequência da Guerra dos Seis Dias e que, até hoje, não tem dado aos palestinos sequer uma cidadania efetiva.

Mais uma vez voltamos a pontos por nós já aqui abordados, isto é, Israel é o poder solitário que desequilibra a região e sofre a ameaça de uma coligação de Estados e, portanto, cabe à maior potência dar o primeiro passo em direção à paz, pois é a única maneira de conquistar a segurança para a sua população. Porém, isto não desobriga os demais Estados de se alinharem em torno de um projeto de futuro menos violento para a região.

O sentido de cooperação tem que prevalecer e este aspecto é um grande desafio para Israel. A sua missão, para além de convencer a sua população, terá que oferecer mecanismos para conquistar a adesão dos seus adversários em prol de um projeto comum. A melhor hipótese para conseguir a cooperação é mostrar-se credível quanto às suas ações, pois é a única maneira de fazer os opositores perceberem que ocorreu uma mudança de postura e de atitude por parte de Israel.

A análise subsequente de um emaranhado de pressupostos norteadores de suprimentos acabados de outrora não servirão mais para acalantar nenhum sonho, mas apenas para sepultar as esperanças em relação ao futuro. O deixar de lado as apreensões em relação ao dia seguinte requer mais do que a vontade de fazer, mas atitude e compromisso sério para a realização de um projeto de paz que significa na verdade, a restauração da vida.

A situação atual exige, por parte de Israel, a reinvenção da sua história, ou seja, uma história na qual os mitos sejam superados pela urgência da realização de um projeto comprometido com a construção política para uma nova perspectiva de vida para os seus cidadãos a partir de princípios que priorizam a paz e a disposição para o diálogo com os adversários.

Quando apontamos para a necessidade de Israel dar o primeiro passo em direção ao entendimento na região, isto não significa que o lado árabe esteja isento de assumir compromissos de cooperação. Talvez esta seja uma etapa árdua, pois implica a suspensão das hostilidades e envolve, também, por parte de cada Governo, o controlo dos radicais.

O Estado terá que assumir as suas responsabilidades e, através de políticas públicas, deverá oferecer as condições para a sobrevivência digna da sua população. A partir desta ação começa a desarticular os grupos irregulares, os quais encontraram nas lacunas deixadas pelo Estado o meio ideal para se locomoverem e convencerem as pessoas.

O interesse na construção de um novo ambiente no Médio Oriente requer o comprometimento de todos. É importante que haja uma iniciativa de Israel, mas as decisões não podem ser unilaterais. Somente o envolvimento efetivo de Israel, da Palestina, da Síria, do Líbano e do Egito tornará possível o florescimento de uma nova realidade para estes países.

Quando deslocamos as responsabilidades respondemos positivamente para segmentos que conduzem ações pacíficas e, ao mesmo tempo, damos os primeiros passos para neutralizar atos violentos. As responsabilidades têm que ser descentralizadas para que haja conexão entre as partes e as trocas de informações em prol de um objetivo comum.

Ao estabelecer os primeiros contatos entre esses Estados, pautados pela seriedade, iniciar-se-á, também, o processo de resgate da confiança entre eles. Consequentemente, todas as ações produzidas através do consenso poderão refletir, positivamente, no seio da sociedade. Este é o caminho a ser percorrido para a desconstrução das rejeições, das ameaças e das animosidades.

A solução dos problemas entre esses países passa pela disposição em procurar uma solução negociada. A opção militar não levará a nenhum contrato de paz entre os países, mas ao aumento da violência e da disposição para a guerra. Quanto maior for uma intervenção militar, maior será a possibilidade de outras intervenções maiores no futuro. Uma paz duradoura não anda à boleia de aviões de guerra ou de blindados.

É importante compreendermos que a paz tem como princípio a justiça e isto implica a existência de uma ordem justa para todos, na qual é possível a cada Estado e a cada pessoa exercer-se livremente. A ausência da justiça tem provocado atos com alto grau de violência, pois quando não há um poder que assegura o direito a vida, cada indivíduo ou grupo de indivíduos criam, a seu modo, um meio de defesa e de proteção.

A paz é construída no dia-a-dia e necessita de um poder que não seja autoritário, mas que tenha autoridade e se exerça em nome do bem comum, de modo que a confiança seja conquistada através de ações concretas que desestimulam as rivalidades ao mesmo tempo que oferece segurança.

A noção de que a ausência de guerra significa paz, é equivocada. Onde não há segurança não há paz. A paz é uma construção conjunta entre o Estado

e a sociedade. Quando o Estado falha, a sua sociedade responde de algum modo e, geralmente, é através da violência. Se o Estado tem a autorização da sua sociedade para governar em seu nome, indubitavelmente, tem a responsabilidade de assegurar uma vida saudável para a sua população. Quando ele falha e não reconhece o seu erro, torna-se autoritário e passa a impor a sua vontade. Consequentemente, podem vir à tona vários antagonismos, os quais podem ser de diversas naturezas e incertas.

A incerteza da distinção entre os conflitos entre as várias unidades políticas e os conflitos dentro de cada uma dessas unidades é reconhecida legalmente, mesmo nos períodos de soberania concentrada. Basta que numa província, parte integrante do território de um Estado, uma parte da população se recuse a submeter-se ao poder central, e empreenda luta armada contra esse poder, para que o conflito bélico – guerra civil, de acordo com o direito internacional - seja visto como guerra plena pelos que consideram os rebeldes intérpretes de uma nação existente, ou em vias de nascimento (ARON, 2002: 54).

Pensar uma nova política estratégica tendo em vista a paz pressupõe, inevitavelmente, repensar o próprio poder do Estado. Ao propor-se um projeto em que a ausência de guerra e a segurança são as metas a ser atingidas, requer uma análise profunda de tudo o que tem sido feito até ao momento para, assim, identificar os acertos e as falhas e substituir as últimas por um objetivo que privilegie a segurança comum.

Vários são os pontos por resolver, que já foram apontados. Mas, algo primordial para avançar com um plano de paz duradoura é o reconhecimento do Estado palestino por Israel. Enquanto houver uma nação sem Estado, como é o caso da Palestina, dificilmente haverá apaziguamento por parte da população autóctone que luta de modo incansável por um Estado, cuja existência está, de certo modo, na dependência da aceitação por Israel e os seus aliados.

Se o Estado palestino representa insegurança para Israel, é uma nação que, embora desprovida de Estado, consegue mobilizar os seus compatriotas, com os quais mantém um elo de ligação cultural e religioso. Neste contexto, Israel é visto como um Estado que exerce uma ameaça constante sobre o mundo árabe e coloca em risco o direito de permanência dos palestinos na sua terra de origem.

A fonte dos desentendimentos acaba por gerar um desequilíbrio ameaçador quanto à possibilidade de uma guerra maior na região. Esta situação desencadeia um conjunto de reações contra Israel que, após as guerras, se apossou de territórios estratégicos que pertenciam aos vencidos e que, hoje, compõem o território israelita, alimentando a vontade de poder em paralelo com o desejo árabe de recuperar as terras perdidas e de banir Israel da região.

A Síria, por exemplo, apoia através do fornecimento de armas e de dinheiro, os movimentos anti-Israel. Isto leva-nos a crer numa adesão quase incondicional dos vizinhos árabes contra Israel, pois há um ponto convergente entre os árabes, que é a rejeição àquele país. Esta rejeição segue acompanhada de uma série de justificações que incluem, principalmente, o domínio e o sacrifício impostos ao povo palestino.

Israel tem-se mantido no cenário como o mais poderoso de entre os rivais, mas todo o seu poder não é um fruto exclusivo do seu território. Para além dos judeus da Diáspora, Israel recebe o apoio financeiro e armas dos EUA. Esta dependência em relação aos EUA é arriscada na medida em que um colapso norte-americano implicaria, para Israel, o fim do fornecimento de armas e da transferência de somas determinantes para a economia israelita.

Há uma outra questão, embora remota, acerca da qual é importante refletir. Numa situação de desentendimento entre Israel e os EUA, o primeiro entraria numa situação muito complexa, pois as perdas seriam enormes não só aí que se refere aos montantes doados pelos EUA, mas também pela influência que este país poderia exercer sobre outros aliados ocidentais contra Israel ou, ainda, promover uma aproximação decisiva do mundo árabe.

Como podemos compreender, a relação entre os EUA e Israel envolve uma série de obrigações mútuas, senão desmorona-se totalmente os projetos israelitas e os EUA ficariam arruinados junto à sua comunidade judaica e, sem este apoio importante, a sua política estaria comprometida.

As relações militares entre os EUA e Israel são muito próximas e compartilham os interesses estratégicos e de segurança no Médio Oriente, mas como nenhuma relação pode ser considerada eterna, esta também poderá esfacelar-se. Isto porque Israel é oneroso para os EUA e pode acontecer, um dia, que a sua população se posicione contra a situação vigente. Este é um

risco concreto que este país corre, na medida em que mantém uma relação muito significativa, também em termos de dependência em relação aos EUA.

Nos últimos tempos, têm ocorrido atritos entre Israel e os EUA. Como Israel está centrado na sua política de expansão de colonatos, em Agosto de 2011, acabou por chocar com o seu parceiro norte-americano, que tencionava o congelamento dos colonatos ilegais na Cisjordânia, uma das exigências norte-americanas para dar continuidade ao processo de paz. Segundo a revista *Veja* online,

Os Estados Unidos destacaram nesta segunda-feira que a decisão de Israel de construir quase 300 novas residências na Cisjordânia ocupada é “profundamente preocupante” e contraria os esforços para a retomada das conversações de paz com os palestinos (REDAÇÃO, 2011d, texto digital).

Verificamos, portanto, que Israel tem vários problemas que precisam de ser sanados como medida de segurança. Uma relação de dependência como a que vem sendo mantida com os EUA, à partida parece bastante vantajosa para ambos os lados e tem sido há muitos anos, mas ela já começa a dar mostras de desgaste numa altura em que se identifica a existência de discórdias entre os dois aliados. Quando falamos de discordância, referimo-nos aos atritos que têm surgido entre os dois Estados, nunca antes ocorridos. Isto demonstra claramente que há uma certa pressão sobre os EUA. Esta relação gerou, ainda, o estancamento das relações dos EUA com os países árabes, o que acaba por inibir o avanço norte-americano em termos de trocas comerciais.

Hoje, os EUA começam a computar as perdas adquiridas devido à sua relação com Israel. Neste contexto, há mais um agravante, isto se considerarmos as novas potências emergentes, que são concorrentes diretas dos EUA e não têm impedimentos quanto ao estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com o mundo árabe. Isto pode significar perdas significativas para os norte-americanos e, mesmo, um possível desarranjo com Israel

Na medida em que Israel construiu a sua relação com os EUA, este país descuidou-se de melhorar o seu relacionamento diplomático com os outros Estados, ou seja, não mantém, com a maioria, um nível elevado de contatos como tem mantido com os EUA. Pelo tipo de política que tem praticado, cultivou antipatias e isto, hoje, é um problema complexo, pois Israel tem

questões delicadas a serem resolvidas como aquelas que já foram descritas neste trabalho, mas vale a pena repeti-las porque são pontos sensíveis, como é o caso de Jerusalém, dos refugiados e do restabelecimento das fronteiras anteriores a 1967.

É facto que Israel mantém relações diplomáticas com muitos países e mesmo ações humanitárias, mas esta não é a questão. A verdade é que estas relações não evoluíram ao mesmo nível como aconteceu com os EUA o que, conseqüentemente, sempre tem havido uma certa reserva quanto à política e à atitude de Israel por parte de vários países. Tal situação eleva o grau de desconfiança e acaba por provocar uma espécie de isolamento solidário mesmo Israel mantendo relações diplomáticas e comerciais.

A tendência de isolamento internacional aumenta quando a direita israelita está no poder, pois trata-se de uma política agressiva em relação ao mundo árabe que, hoje, se tem mostrado da mesma maneira em relação aos imigrantes africanos e sudaneses. As iniciativas da direita acabam por promover o afastamento de Israel relativamente ao intercâmbio multicultural e multilateral.

A visualização do aspecto norteador de um sistema complexo de países implica, necessariamente, a isenção de focos de conflitos pontuais e a concentração dos esforços em direção às tomadas de decisões partilhadas a partir de concepções consensuais em torno de problemáticas cujas decisões visam o bem comum, mas isto não acontece com Israel quando se trata da Palestina, da Síria, do Líbano, de entre os outros atores árabes.

Neste contexto, Israel coloca-se na sua própria defesa e acaba por colocar em dúvida a sua posição enquanto ator capaz de permitir que os demais se exerçam de modo livre e tenham a possibilidade de concretizar os seus ideais como é o caso da Palestina, bem como o desrespeito às várias determinações da ONU, as quais não foram decisões tomadas unicamente pela instituição ou de maneira aleatória, mas votadas pela maioria de seus membros.

O posicionamento de Israel ante as várias situações problemáticas faz com que, para além de criar antipatias, não exista a evolução das relações, a nível internacional. A médio e a longo prazo, isto é preocupante, pois aumentam cada vez mais as resistências, que são acompanhadas da

indisposição para o diálogo e a tolerância. É a ausência da capacidade de compartilhar a compreensão de um problema externo porque não consegue sair da posição de Estado “judaico”, constantemente ameaçado.

De entre tantas ameaças, talvez o próprio Estado de Israel seja a sua maior ameaça devido ao seu alto grau de desconfiança ante muitos outros atores e a constante preocupação com a sua autoproteção frente aos Estados árabes. Esta autoproteção impede o diálogo e, simultaneamente, encerra as possibilidades de negociações para a paz, fragilizando ou congelando a diplomacia. Esta é a única via capaz de oferecer segurança, mas é obstruída sob a justificação da necessidade de agir de modo rigoroso porque o inimigo lhe oferece perigo.

Alterar a situação vigente requer a compreensão dos fatos a partir de uma perspectiva norteada pelo objetivo de se pretender encontrar uma solução justa para todos. Enquanto prevalecer a vontade de um sobre os demais continuará a verificar-se a impossibilidade de se efetivar, multilateralmente, qualquer Tratado de Paz.

A condição de segurança interna, ou externa, tão importante para qualquer país, constrói-se a partir de uma política, cuja base de sustentação se origina no projeto daquilo que o Estado pretende, no presente e no futuro. O tipo de política determina o progresso, o retrocesso ou, ainda, a estagnação e, do mesmo modo, o estímulo às hostilidades das vizinhanças e de outros Estados que, por algum motivo, se sentem contrariados com o andamento político do Estado em questão.

É importante que Israel repense o seu próprio conceito de Estado democrático e laico. Este é um exercício primordial para adequar a definição de Estado à realidade, isto é, desvincular-se de um ideal mítico e etnonacional e, ainda, rever as próprias atitudes no sentido de promover a gênese de um novo sentido de Estado, no qual as circunstâncias adversas possam ser tratadas de maneira menos truculenta do que têm sido até hoje, o que permitirá uma maior abertura para conversações para a resolução de problemas sem recorrer às armas.

A partir do momento em que Israel delimitar o seu campo de ação no Médio Oriente sem pretender impor o seu poder aos demais atores da região, iniciará um novo processo político a nível regional e, também, internacional. O

redirecionamento da política israelita torna-se cada vez mais indispensável não só para a retomada do processo de paz mas, principalmente, para fundar novas bases, as quais podem contribuir para uma maior abertura em relação às tomadas de decisões multilaterais.

De entre as principais alterações políticas a serem realizadas por Israel inclui-se, necessariamente a possibilidade de serem discutidas questões como o fim dos colonatos, o estabelecimento de fronteiras justas, a questão de Jerusalém, os refugiados, a Palestina, os Montes Golã, o Líbano e outras. Com isto não pretendemos oferecer uma fórmula, mas um possível caminho a ser seguido por Israel e os seus vizinhos rumo a uma nova realidade.

É importante, também, que Israel saia da posição defensiva e passe a assumir as suas responsabilidades perante a sua sociedade e o mundo, passando a respeitar as decisões de instituições, tais como a ONU, pois as determinações são tomadas de maneira democrática, onde a participação de vários países ao redor do mundo decide aquilo que será feito. Neste contexto, cada Resolução da ONU desrespeitada por Israel também implica num certo “desdém” em relação ao conjunto dos países que tomaram determinada decisão. Quando isto acontece, a atitude de Israel acaba por repercutir de modo negativo naquele mundo que fez uma escolha e votou uma proposta que considerou como sendo a mais justa e, ao mesmo tempo, capaz de solucionar determinado problema.

Muitas questões poderiam ser solucionadas pela negociação e pela via diplomática, mas a intransigência de Israel e dos Estados árabes, assim como a falta de imparcialidade de muitos atores internacionais, impedem a sistematização conjunta para viabilizar ações capazes de desobstruir as barreiras que levam ao acirramento das desavenças existentes na região. Neste contexto, o bom senso tem sido substituído, muitas vezes, pelo uso da força. Israel alega, sempre, o direito à defesa e, para isto, não importa quão violenta será a sua ação militar.

Quando não é possível atender as necessidades pela via diplomática, aumenta a disposição para a ação armada. Isto impede a renúncia à violência entre as partes envolvidas num conflito, o que não permite prosperar qualquer proposta de paz. A renúncia à violência significa, também, a assunção da responsabilidade para a manutenção da paz a um nível mais amplo, de modo

que possa garantir não só a própria sobrevivência, mas também o direito de outros povos e outras culturas à existência pacífica.

Todas as sociedades já viveram o “problema das relações internacionais”; muitas culturas se arruinaram porque não puderam limitar as guerras. Em nossos dias, não só uma cultura, mas a humanidade inteira sente-se ameaçada por uma guerra hiperbólica. A prevenção dessa guerra tornou-se, para todos os atores do jogo diplomático, um objetivo tão evidente quanto a defesa dos interesses puramente nacionais (ARON, 2002: 66).

A paz é construída a partir de elementos que afloram no momento em que se torna possível o diálogo franco entre os diferentes atores. Para isto, é necessário iniciar as negociações sem condições prévias, o que não tem sido feito por parte de Israel. Este país tem efetuado, sempre, imposições para, no mínimo, se sentar às mesas de negociações. A cada passo a ser seguido para a construção de uma nova política, corresponde a uma perspectiva voltada para a possibilidade de consolidar um processo de paz viável, única condição para Israel e os seus vizinhos encontrarem a segurança.

4.3 GUERRA OU PAZ: DUAS HIPÓTESES, UMA REALIDADE

Após várias guerras e a crescente rejeição entre árabes e judeus, evidencia-se a resistência de povos movidos pelo objetivo de viver na sua terra de origem. Cada indivíduo das diferentes nacionalidades divide o mesmo cenário histórico, no qual as fronteiras são os marcos das tensões que determinam a disposição para o conflito.

Ambições e desejos cruzam-se, mas seguem em direções opostas gerando o medo e a insegurança ante a luta por conquistas e reconquistas territoriais. Os conceitos fundamentalistas passam a fazer parte da estratégia dos povos em busca da vitória final que, no entanto, ainda não conseguiram perceber que, nesta batalha, só há perdedores, os quais podem ser representados pelas vítimas de várias naturezas, mas esquecidas com relativa facilidade, ou lembradas apenas nos momentos que os “mártires” são necessários.

As próprias vítimas não têm opção. Elas não escolheram ser vítimas e, muito menos, ser mártires. Ser mártir implica a livre escolha, a opção pelo

martírio em nome de uma causa, o que não acontece com aqueles que são vitimados pelo conflito israelo-árabe. Nenhuma pessoa, seja ela árabe ou judia, que não esteja voltada ao fundamentalismo, pode ser considerada um mártir, mas sim uma vítima de um conflito que não escolheu.

Cada ser humano faz as suas escolhas mas, em determinadas ocasiões, é levado pelo tipo de atividade política, a impulsionar a violência e a anular a vigência de um Tratado de Paz, reduzindo a concepção de justiça e de liberdade ao seu modo de pensar e de agir. Não é possível atribuir a todas as vítimas do conflito israelo-árabe a designação de mártires, pois nem todas fizeram esta opção. Apenas são vítimas de um conflito que se arrasta ao longo dos anos e que tem deixado um rasto de sangue e de muita dor.

A realidade impõe-se aos mitos e aos sonhos de modo que as alternativas para uma saída justa do conflito se esgotaram ante o amadurecimento do mesmo e, hoje, resta aos decisores árabes e judeus a opção pela continuidade ou pelo fim deste embate. Porém, o fim da contenda requer ações políticas imediatas e, ao mesmo tempo, medidas capazes de ultrapassar todos os requisitos que levaram à situação atual.

As opções são escassas e difíceis, pois implicam uma comunhão de vontades. A opção pela guerra, cuja finalidade é resgatar o território ou tudo aquilo que, por direito, pertence a um povo, significa continuar num ciclo de rivalidade que nunca se completa. Tanto árabes quanto judeus consideram-se merecedores daquele território e, portanto, qualquer guerra de retomada das terras, ou a manutenção das mesmas, implica a luta continua porque, independentemente de quem ganhar ou perder, a palavra desistir ou abrir mão do território ou de parte deste, não parece existir.

Um Acordo de Paz é a alternativa viável, mas não é a menos difícil. A paz envolve a partilha e a devolução justa do território, abrir mão dos mitos e do orgulho nascidos a partir deles. É um processo de cedências entre as partes através de Acordos multilaterais, em que os mediadores devem exercer, apenas, o papel de moderadores imparciais quando ocorrerem desequilíbrios entre os principais envolvidos nas negociações.

Neste contexto cabe, também, aos intervenientes estrangeiros, desistir dos interesses próprios na região e, mesmo, dos benefícios que o conflito gera como, por exemplo, a venda de armas. Até hoje, muitos Estados têm atuado

como mediadores, mas na verdade têm procurado conduzir as negociações em conformidade com as próprias ambições.

O comércio de armas envolve situações muito complexas. Embora existam Acordos diplomáticos para o controlo do comércio de armas nucleares, biológicas e químicas, as demais armas não passam por esta restrição. Neste sentido, a Amnistia Internacional tem trabalhado para tentar aprovar um Tratado, com a finalidade de impedir a transferência de armas para Estados que as tenham usado contra as populações.

As armas comercializadas, hoje, podem não ser as mais sofisticadas, se comparadas àquelas de destruição em massa, mas elas são as que matam a maior quantidade de pessoas na atualidade e fazem parte de um comércio internacional lucrativo. “Cerca de 75% das exportações globais de armas são realizadas pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (EUA, China, Rússia, Reino Unido, França) e pela Alemanha” (ROQUE & SANTORO, 2012, texto digital).

O fim da violência requer a diminuição ao acesso a armas e, para isso, as contendas não podem continuar na lista dos negociadores como um meio de exercer o comércio de modo cada vez mais lucrativo. Esta problemática é alimentada por conflitos existentes, tais como o israelo-árabe, que tem recebido a intervenção estrangeira a diversos níveis e, também, no que se refere ao comércio de armas.

Cada uma das transações individuais que constitui o comércio de armas implica em uma relação bilateral de transferência de armas, envolvendo algumas formas de troca, nas quais o fornecedor disponibiliza o material bélico em troca de dinheiro, crédito, bens de troca ou serviço militar e político, como a participação em alianças ou o apoio do fornecedor em posição do país comprador nas Nações Unidas. A depender da intensidade dos motivos envolvendo a extensão dos recursos do beneficiário, essas relações podem ser breves e superficiais ou chegam a se desenvolver em associações de longa duração, envolvendo várias transferências de sistemas de armas (MOMAYESI, 2006: 89).

O estabelecimento da paz entre Israel e os seus principais vizinhos não requer a intervenção externa com vistas à satisfação de interesses próprios. Qualquer decisão pertence aos envolvidos no conflito e a mais nenhum outro ator. As negociações têm de se realizar entre aqueles que vivem a mesma realidade e dividem o mesmo problema, mas com dimensões diferentes. Aos

intervenientes cabe a tarefa de não incendiar mais o conflito e procurar, através da diplomacia, contrabalançar os desníveis de poderes presentes nas mesas de negociações.

Segundo Raimond Aron,

durante a guerra, a política não afasta a diplomacia, que continua a conduzir o relacionamento com os aliados e os neutros (e, implicitamente, continua a agir com relação ao inimigo, ameaçando-o de destruição ou abrindo-lhe uma perspectiva de paz) (ARON, 2002: 73).

A exacerbação da realidade supõe critérios de ajuste para regular um meio hostil e, assim, impedir a polarização por vias violentas. Este ajuste corresponde a uma trajetória a ser traçada em direção ao fim dos desentendimentos entre Israel, a Palestina, o Líbano, a Síria e um acerto em definitivo com o Egito. Neste ponto, reafirmamos a importância de uma política estratégica de Israel voltada para a paz como a única alternativa para continuar a existir de maneira segura.

A resistência de Israel em não alterar a sua política no sentido de permitir a gênese de uma nova postura na região, poderá assistir ao irromper, no mundo árabe, de uma revolta generalizada contra este ator e, neste caso, pela primeira vez, Israel poderá vir a correr verdadeiro risco de desaparecer, do modo que o conhecemos atualmente. Se isto acontecer, este país poderá ser aniquilado mas, em caso contrário, aniquilará o principal oponente do momento como sinónimo de autoridade e de poder maior de entre os inimigos.

Um novo modelo de política estratégica poderá provocar uma alternância positiva para Israel e os demais Estados da vizinhança. Será o primeiro passo em direção a um Acordo de Paz, no qual cada intenção será analisada com o propósito de distinguir aquilo que pertence a um processo de mudança e aquilo que se refere a uma mera intenção para administrar o conflito ou manter a situação vigente.

Somente através da análise do projeto e das intenções das propostas será possível nos desvincilharmos das amarras de pseudo-compromissos, avançando para a prática de uma via capaz de principiar uma nova realidade desvinculada de um passado recente, mas com o objetivo de seguir em direção a um novo rumo regional. Na verdade, os interesses fora da região têm

interferido e definido a condução das negociações para a paz e, de certo modo, a manutenção do conflito.

Na verdade, o papel dos intervenientes externos consiste em tentar encontrar um meio para apaziguar os ânimos belicosos. Deste modo, estes intervenientes estarão a dar uma contribuição decisiva para a retomada das negociações, condição básica para pôr fim ao conflito. Caso contrário, só resta a opção pela guerra. Neste contexto, os atores têm que abdicar das suas posições radicais e de tudo aquilo que contamina o dia-a-dia e acaba por determinar a agenda política dos Estados envolvidos. O ambiente de desacordo é consequência das rivalidades antigas, mas cabe referir que elas não são eternas e podem ser eliminadas desde que existam os mecanismos capazes de aproximar as partes para o diálogo.

Os pontos principais a serem abordados, que correspondem a esses mecanismos que podem levar Israel e os outros atores da região à mesa das negociações, correspondem àqueles que afetam diretamente o quotidiano desses povos, ou seja, a segurança, a água, a origem histórica de cada povo, a imparcialidade dos intervenientes e, finalmente, a disposição para negociar mais do que um Tratado de Paz, um Acordo para e pela vida.

Quando estes povos entenderem que as ameaças e a insegurança correspondem ao modo como têm sido feitas as suas políticas, compreenderão que têm o direito de intervir junto aos seus governantes para exigir novas propostas que sejam viáveis e não provocativas, coerentes e não destruidoras do Outro, capazes de promover o diálogo e não o isolamento e ainda, que mais vale substituir a tendência para o radicalismo pela expectativa de uma nova ordem regional.

Sabemos que chegar ao fim dos radicalismos exige o despertar de uma nova consciência, o que não é fácil num ambiente marcado pelo conflito, dor, sofrimento e ódio, mas é, possivelmente, a única via para a paz a ser construída num tempo indeterminado, pois há muito a ser superado e qualquer iniciativa vai exigir persistência para ser concretizada. Isto porque a existência de rivalidades muito fortes interrompem quaisquer tentativas de uma solução negociada.

Um elemento importante na condução de uma nova estratégia é a educação para a paz. Esta é a maneira de, gradativamente, se eliminarem as

raízes dos ódios e das guerras, mas implica num processo longo, no qual são colocadas em prática, desde a infância, as diretrizes que levam à estabilidade de um país, cuja sociedade deixa de estar sob o jugo de Outro e passa a criar um padrão “normal” de sobrevivência humana, vital para a manutenção da sua vida e da sua cultura.

O estilo de política do Estado passa a comprometer, ou não, o seu povo e a sua cultura. Enquanto Estado capaz de preservar a sua soberania cabe salientar que se incluem todos os mecanismos indispensáveis para cultivar e perpetuar os costumes e as tradições de seu povo. Quando o Estado não consegue desfazer as suas desavenças com outros Estados, por mais forte, económica e militarmente, que ele seja, ele é vulnerável ante os inimigos.

É possível verificar a vulnerabilidade de um Estado independentemente da sua capacidade bélica, devido ao facto de estar sempre sob vigilância. Por mais poderoso que seja, pode haver fendas, muitas vezes imperceptíveis, que poderão ser visíveis por algum inimigo que não perderá a oportunidade de atacar. Isto pôde ser verificado na Guerra do Yom Kippur quando, inicialmente, Israel esteve a perder a Guerra. No passado, Israel conseguiu reagrupar as suas tropas e vencer a Guerra, mas este feito poderá não se repetir. De qualquer modo, o estar constantemente sob alerta quanto à possibilidade de ataque e de segurança leva à incerteza. Consequentemente, o Estado deixa de ter a tranquilidade necessária para dar segurança aos seus cidadãos, na medida em que será sempre o alvo de um ou de mais Estados, como é a situação de Israel.

Israel é, de certo modo, uma potência impotente. Todas as armas disponíveis, inclusive as armas inteligentes, não conseguem vencer definitivamente a guerra de guerrilha nem as ameaças. A intimidação provocada pela posse de armas inteligentes não exerce o mesmo efeito que exercia há anos anteriores. Isto porque Israel rivaliza com povos, cujos objetivos estão centrados numa causa, o que leva a reforçar a convicção em torno de um ideal capaz de subverter a ordem estabelecida e de não recuarem ante um poder superior.

A grande preocupação com a existência de armas nucleares é ocidental e israelita. Ocidental porque concebe, a partir desta arma, a possibilidade de uma guerra em grande dimensão, onde todo o sistema será desestruturado

desde a catástrofe humana até a económica e social. Porém, Israel não tem a mesma preocupação em termos de uma dimensão maior, pois ao ser o foco da ameaça, a preocupação centra-se praticamente no seu território. Hoje, a possibilidade da utilização de uma bomba atómica não é remota, mas sim indeterminada. Para Israel, há uma limitação territorial e mesmo fronteiriça que, de certo modo, pode ser avaliada como um “travão” para um possível ataque nuclear desferido por este país.

Para além de Israel ter um território bastante reduzido, a distância dos seus principais adversários é bastante pequena, o que inviabiliza um ataque nuclear desferido por este país pois, ao atacar um vizinho, acaba por sofrer as consequências e o mesmo vale para os demais. Neste contexto, a extensão do território ganha importância significativa.

A possibilidade de uma guerra nuclear aumentou ainda mais a importância do tamanho do território como fonte de poder nacional. Para assegurar credibilidade à sua capacidade de defesa de uma ameaça nuclear, um país precisa dispor de território suficientemente amplo para poder nele dispersar não só os seus centros industriais e populacionais, como também as suas instalações nucleares. O grande raio de alcance da destruição nuclear, somado ao tamanho relativamente pequeno de seus territórios, impõe uma severa restrição à capacidade de tradicionais estados nações, como a Grã-Bretanha e a França, de tornar verossímil uma ameaça nuclear. Por isso, é a extensão quase continental de seus territórios que permite a certos países, como os Estados Unidos, a União Soviética e a China, a possibilidade de desempenhar o papel de grandes potências nucleares (MORGENTHAU, 2003: 218).

Há uma preocupação israelita quanto à sua extensão e fragilidade territorial pois, para Israel, o território também significa defesa e segurança. O país tem trabalhado no sentido não só de manter, mas também de ampliar, o seu espaço territorial. Quando analisamos a política que Israel tem desenvolvido, verificamos que na sua base se encontra apenas uma preocupação local e muito focada na defesa e na segurança. Não há atribuições políticas voltadas para uma dimensão maior ou internacional. Mas isto não significa que Israel esteja isolado do mundo, mas apenas representa um ideal basicamente centrado num Estado individualista, que se relaciona com outros Estados, mas deixa claro quem é, como é e para quem é.

Devido ao seu carácter singular, Israel rejeita a alterar a sua própria estrutura política e social e, conseqüentemente, surgem lacunas, que são transformadas em ameaças e insegurança. O próprio estilo de governo

adotado por Israel, principalmente pelos políticos de direita, tem consolidado a apropriação de um conceito relativo ao meio ideal para aplicar as sanções ao outro através de uma política “dura”.

Israel cobra, da comunidade internacional, a aplicação de sanções sobre outros atores regionais ou fora da região, como é o caso do Irão. No entanto, para si, Israel raramente recebe algum tipo de restrição. O país age livremente sem sofrer grandes penalidades ou consequências dos seus atos mesmo aqueles que aceleram o conflito, de entre os quais está a construção de colonatos que, talvez, pudesse ser amenizada com a aplicação de algum tipo de sanção pela ONU, pois seria um meio de neutralizar algumas atitudes de Israel, sem o uso da força:

A agressão militar tem cedido espaço à força psicossocial, econômica e comercial, por meio de embargos e outros instrumentos que compõem o regime de sanções, igualmente elementos de grande poderio devastador nas Relações Internacionais (CASTRO, 2012: 463).

Na atualidade, Israel enfrenta uma situação nova. Os acontecimentos ocorridos no mundo árabe acabaram por atingi-lo, na medida em que um novo cenário político está a ser definido. A situação tornou-se mais complexa com o ataque de Israel à Faixa de Gaza em Novembro de 2012. O jornal *Público* online diz o seguinte:

Apesar das salvaguardas, ninguém duvida que, ao atacar Gaza, Israel pôs em marcha uma engrenagem muito mais difícil de controlar. ‘Este é um jogo completamente novo para Israel’, disse ao ‘LA Times’ Yoram Meital, professor de Estudos do Médio Oriente da Universidade Ben-Gurion, sublinhando que a equação que era antes feita a dois, entre israelitas e palestinianos, transformou-se ‘num triângulo que agora envolve o Egípto’ (PEREIRA, 2012, texto digital).

Verifica-se a possibilidade de, a curto ou a médio prazo, vir a existir um novo panorama geopolítico na região, o que implica um rearranjo geoestratégico que poderá envolver atores fora da região como, por exemplo, o Irão. Este ator concorrerá diretamente com Israel em busca da supremacia do poder no Médio Oriente.

A componente ideológica da religião islâmica é muito forte e promove a ligação entre os seus fiéis de modo seguro. Mesmo as diferenças dentro do islamismo, como os sunitas e xiitas esvaem-se quando um irmão é posto em risco, cuja causa e luta têm como fonte de inspiração o Alcorão e Alá. Em

nome de Alá e no combate ao infiel, ocorre uma unificação entre parte das correntes islâmicas.

O Irão, embora seja persa e xiita, mantém relações com o Hamas e é um aliado estratégico contra Israel, tal como o Hezbollah. A partir desta nova configuração estratégica, o Irão poderá tentar substituir as ajudas oferecidas pelos EUA ao Egito. Neste sentido, o Egito sentir-se-á com as mãos livres para agir ao seu modo na região e até mesmo para romper o Acordo de Paz com Israel. No momento isto não é possível porque o Egito depende da ajuda norte-americana.

Uma opção mais radical – com consequências explosivas para toda a região – seria a desvinculação do acordo de paz assinado em 1979 entre os dois países. A medida é reclamada há muito nas ruas, mas a Irmandade sabe que tal poria em risco a ajuda económica e militar concedida ao país pelos EUA (PEREIRA, 2012, texto digital).

O Egito está a passar por um momento de dupla solicitação: o momento em que desponta a possibilidade de uma nova ordem política inicialmente, liderada pela Irmandade Muçulmana e, depois, pelos militares, a par da contingência da necessidade de manter o país atrelado aos EUA por questões económicas e militares e, em paralelo, com Israel.

Verifica-se a intensificação das pressões sobre o governo egípcio. Ora em virtude da tendência ditatorial, ora em virtude de uma posição contrária ao estado vigente no triângulo Egito, Israel e os EUA. A situação agrava-se no decorrer dos dias embora seja, até certo ponto, velada, pois mantém-se uma certa discrição que, no entanto, está a esfacelar-se ante um passado tortuoso, um presente duvidoso e um futuro incerto para o qual serão delineadas novas diretrizes e um novo modo de condução que, provavelmente, não será semelhante ao da atualidade.

As imperfeições da política egípcia que, no passado recente, corresponderam ao ideal israelita e norte-americano, já não existem mais. Novas imperfeições de uma nova política também imprecisa começam a surgir para refutar o passado e escrever uma história, onde o passado não está conectado com o presente nem com o futuro. Uma nova realidade desponta de modo incerto. Vários grupos insurgentes surgiram no Egito, desde a Primavera Árabe, para combater o governo do marechal Abdel Fattah el-Sisi. Ajudados do Egito (Soldados do Egito) e Ansar Bayt al-Maqdis (Os Partidários de Jerusalém), têm

se destacado quanto ao rigor de seus ataques sendo que, o último, avançou para um sistema de aliança com Estado Islâmico, em 2014.

É na esfera política que surge a hipótese de se desfazerem os velhos Acordos e principiar uma fase, cuja primazia é o esfacelamento da ordem atual do Médio Oriente. Crê-se nos vários obstáculos para a paz na região, o que não tem a mesma intensidade quanto às certezas da paz. Configura-se uma realidade adaptada às circunstâncias desde históricas a momentâneas, num espaço de perspectivas sombrias em relação a um futuro promissor do diálogo entre os povos árabes e judeu.

Antecipa-se a antinomia da relação desertificada entre o sonho e a realidade. A aridez do solo atinge vertiginosamente as ideias voltadas para o entendimento capaz de promover uma nova perspectiva de vida, na qual a sobriedade da reflexão faria parte da esperança de construção de um novo presente com habilidade necessária para a construção de um futuro diferente, se comparado com o presente. Por exaustão ou por sacrifício subtende-se a necessária legitimação de Acordos entre árabes e judeus. Estabelece-se a inigualável adesão entre aqueles que procuram encontrar um caminho capaz de conduzir à extensão de uma nova realidade através de negociações e adesões a possibilidades de ideias livres de tutelas, locais ou estrangeiras.

Ao intensificar a resistência árabe frente a Israel cresce, também, as animosidades internas. O que tem ocorrido nos últimos tempos é a intensificação de combates entre grupos rivais internos no mundo árabe. O enfrentamento direto com Israel talvez não seja algo que possa acontecer a curto prazo, vindo de países como o Egito, o Líbano e a Síria, pois estes povos estão fragmentados. Assim como a Palestina, onde a disputa pelo poder ocorre entre os principais grupos de resistência contra Israel (Hamas e al-Fatah), nos demais Estados também há muitos grupos que se enfrentam, quase todos embalados pelo interesse em exercer o domínio territorial e o poder.

A aventura intolerável de tentar, através da guerra, encontrar uma solução para a região, é um argumento que regride em termos de tempo e de espaço na medida em que as ideias e o diálogo passam a ser superados pelas armas. Quando, ao tentar cultivar a violência por meio da guerra, se sugere a implantação de uma inesgotável batalha enraizada no pensamento e fortalecida pela vontade de revanche.

As guerras, particularmente no nível macrossistêmico, encerram funções políticas no comportamento interno e externo dos Estados e são motores da formação e extinção de ordens mundiais. O imaginário social sobre as guerras mostra como a dialética *irenè-polemos* ou ainda a dialética *eros-tanatos* resgata profundos simbolismos de arquétipos jungianos da psique humana (CASTRO, 2012: 87).

A guerra, como meio de atingir os objetivos, é uma fonte inesgotável de construção de obstáculos futuros. Na hipótese do aumento das tensões, estimula-se a vontade de ação em detrimento da opção pelo diálogo. A possibilidade de expandir as negociações para um patamar mais elevado das relações entre os diferentes atores, é a alternativa de se estabelecerem Acordos bilaterais ou multilaterais e impedir o rompimento ou a entropia no relacionamento externo. Provavelmente, evitar a entropia é um meio inovador na medida que não obstrui as relações que determinarão o futuro de modo a evitar a necessidade de reconstrução das relações externas com os outros atores e, também, internamente.

Enquanto a Síria e o Egito percorrem o caminho em busca da construção de uma nova realidade, a Palestina transgrediu o passado para se firmar como Estado ante a ONU. Neste sentido, a Palestina deu o primeiro passo na direção de uma possível construção de um país independente ao tornar-se Estado observador da ONU. Porém, isto é apenas o início de uma longa caminhada que envolve a renegociação de território com Israel e, também, a aceitação pelos atores externos.

Do modo como o território palestino se encontra dividido, é inviável a constituição de um Estado. Tal situação exige a negociação entre Israel e a Palestina em torno de uma divisão territorial viável para a implantação do Estado palestino. Neste contexto, surge a possibilidade de travar ainda mais o processo de negociação para a paz na região.

Independentemente da situação vigente na região, Israel ainda não consegue aceitar o facto da necessidade de voltar a negociar e, até certo ponto, abrir mão de uma parcela do território conquistado à revelia da Resolução 242, do Conselho de Segurança da ONU, que proíbe a conquista de território de outro povo através de guerras.

Israel apertou o cerco em resposta ao passo positivo dado pela Palestina junto a ONU. A ampliação dos colonatos, em Jerusalém Oriental, é o

modo de Israel mostrar que está determinado a manter a disposição para continuar a demonstrar que tem poder na região e, em nome deste poder, realizar o objetivo de conquistar as terras que, de acordo com os mitos, pertencem unicamente ao povo judeu.

Embora difícil de precisar, a longo prazo, o andamento da questão torna evidente a certeza de que é inevitável um embate entre os mitos e a realidade e entre os povos historicamente determinados a conquistar um espaço territorial, cuja significação ultrapassa os limites de um território criado a partir dos mitos que têm determinado as perspectivas de adentrarem num conflito permanente.

A julgar pela perspectiva engajada do mundo árabe e muçulmano, Israel pisa areias movediças mas, ao mesmo tempo, consegue bloquear os interesses árabes através do seu poderio militar. É substancial a perspicácia com que este país tem liderado a situação de conflito na região.

Indefinidamente, vão-se estruturando mecanismos eficazes para a continuidade do conflito, em paralelo com a ineficácia dos processos de paz. Costuma-se adentrar os parâmetros estabelecidos por lei, mas pouco ou nada é cumprido nas fases preliminares e, conseqüentemente, comprometem-se as futuras negociações que já vêm incrustradas de células perversas que acabam por determinar um futuro marcado pela intolerância e por retaliações entre esses povos.

Algo a ser levado a sério é o facto de que, se as animosidades se alterarem ao ponto de provocar um conflito de médio porte, este poderá, a curto prazo, tomar uma dimensão maior. Isto porque ao desencadear-se um ataque de ambos os lados, cuja dimensão foge ao padrão atual do conflito, poderá haver uma mobilização de, pelo menos, parte do mundo árabe para atacar Israel.

Se a finalidade não é a guerra, torna-se urgente a preparação de órgãos de defesa e de segurança para impedir a negligência por parte dos Estados. Quando ocorre a negligência por parte do poder público que coordena a sua estratégia de viabilizar a resolução de problemas, poderá ocorrer uma tragédia. Eliyahu Winograd, em entrevista à revista *Veja*, de Setembro de 2012, disse o seguinte sobre a guerra entre Israel e o Líbano, em 2006:

Winograd lembrou que uma de suas principais conclusões sobre o conflito de 2006 foi a má preparação de todos os organismos públicos e de segurança, e a negligente coordenação entre eles antes de sair para uma operação militar daquela envergadura. (REDAÇÃO, 2012a, texto digital).

É importante os Estados tomarem as experiências do passado como lição para o presente e para o futuro. Os erros repetidos também nos levam a formular as seguintes hipóteses: esses erros voltaram a acontecer por mero acaso ou intencionalmente? Isto é, um erro cometido pela primeira vez é, realmente, um erro, mas a sua repetição possui sentido diferente.

No âmbito da paz e da resolução dos conflitos, exige-se uma solução mediada pela via diplomática, a qual tem que ser muito bem preparada para evitar o eclodir de um novo conflito armado. Quando os ânimos exaltados se sobrepõem à diplomacia, desarticula-se o campo da tolerância e reprime-se o rigor em torno de uma organização de defesa e de segurança, mas não meramente de ataque.

CAPÍTULO V

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REALIDADE

5.1 ENTRE OS CAMINHOS DA GUERRA E DA PAZ

Por maior que seja a possibilidade de paz, ela tem que ser construída. No Médio Oriente, cuja configuração territorial, política e religiosa não tem contribuído para a elaboração de um projeto de paz duradouro, é de salientar a urgência de reestruturação das próprias políticas no sentido de se permitir uma maior abertura para reacender o objetivo comum da paz entre aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos nos confrontos ideológicos e bélicos regionais.

A segurança tão almejada entre os árabes e os judeus corresponde, hoje, à nostálgica presença dos antigos pressupostos ideológicos e políticos, sobreviventes na atualidade. Ao lado dessas ideologias, sobressaem os diversos interesses, os quais são justificados por um passado geralmente litúrgico e de guerra. Importa considerar, neste momento, a importância de conjugarmos o passado e o presente na tentativa da construção estratégica de um futuro menos conflituoso e, portanto, mais humano.

A liberdade, atualmente posta em evidência, nada mais é do que a presença de uma nova dimensão política e social a ser incorporada nos processos de negociações para a paz. Porém, tal liberdade necessita de compromissos e do respeito das diferenças, o que desobriga qualquer um dos lados a se adequar ao que o outro quer, pois esta condição é importante para encontrarmos pontos convergentes entre as diferentes realidades.

O árabe e o muçulmano não estão obrigados a aceitar a liberdade segundo a compreensão de Israel ou do Ocidente, nem estes últimos a visão árabe e muçulmana do que seja a liberdade. Prega-se nesse caso, a inestimável adequação de equilíbrio de opinião correspondente aos valores éticos e culturais de cada povo, numa concepção de liberdade ausente de imposições do que seja o melhor ou o pior a partir de uma visão única.

Busca-se, na incerteza, a construção de caminhos mais seguros para estimular a construção de uma nova realidade isenta de preconceitos e de julgamentos precipitados. A distância que separa os judeus e os árabes foi construída ao longo dos anos e transformou-se num obstáculo que precisa de ser desconstruído. A própria aversão entre os povos foi consolidada não só através das guerras, porque esta tem começo, meio e fim mas, principalmente,

por meio do desapossamento daquilo que é mais sagrado para o Outro, isto é, o solo onde as diferentes identidades foram construídas e cujas culturas se encontram enraizadas num passado remoto, mas determinante para o presente e para o futuro.

A perda da posse e a conquista da mesma têm duas vertentes objetivas: a primeira, gera a humilhação, que é seguida pelo ódio e a disposição para a luta; a segunda, a princípio, leva ao delírio coletivo que, por sua vez, induz a provocação. Passado este primeiro estágio, o vencedor passa a criar mecanismos para preservar a sua conquista e a partir desse momento constrói uma aliança entre o real e o imaginário que alimenta as prerrogativas futuras, ao mesmo tempo em que passa a criar obstáculos ao desenvolvimento do adversário. Israel tem feito isto com a Palestina.

Com os fracassados Acordos de Oslo, o Plano de Paz estabelecia um processo por etapas baseado 'no princípio território em troca da paz' das resoluções 242 e 338', mas, e aqui está a novidade, também 'na resolução 1.397 do Conselho de Segurança, assim como nos acordos previamente alcançados pelas partes, e na iniciativa árabe proposta pelo príncipe herdeiro saudita Abdallah e respaldada pela Cimeira Árabe de Beirute.' Quer dizer: um processo que ofereça aos palestinos um Estado independente num contexto de plena normalização de relações entre Israel e o mundo árabe. Esta é uma novidade assinalável, tendo em conta que o anterior processo de Oslo estava baseado na 'ambiguidade construtiva' segundo a qual não se deveria clarificar nitidamente o objetivo das conversações para evitar o seu fracasso. Apesar de tudo o que foi dito, a Hoja de Ruta deixava a Israel as mãos livres durante três anos para que intensificasse a sua política de fatos consumados mediante a qual pretendia modificar a fisionomia dos Territórios Ocupados para que, transcorrido este tempo, fosse completamente impossível a criação de um Estado viável (ÁLVAREZ-OSSORIO & IZQUIERDO, 2005: 56-57)⁶⁰.

Rejeitado pelos vizinhos, Israel enfrenta, na atualidade, a possibilidade de uma nova geopolítica na região. As consequências de uma nova organização geopolítica, a partir do mundo árabe, revelam-se preocupantes

⁶⁰Como en los fracasados Acuerdos de Oslo, la Hoja de Ruta establecía un proceso por etapas basado 'en el principio 'territorio a cambio de paz' de las resoluciones 242 y 338', pero, y aquí está la novedad, también 'en la resolución 1.397 del Consejo de Seguridad, así como en los acuerdos previamente alcanzados por las partes, y en la iniciativa árabe propuesta por el príncipe heredero saudí Abdallah y respaldada por la Cumbre Árabe de Beirut.' Es decir: un proceso que ofrezca a los palestinos un Estado independiente en un contexto de plena normalización de relaciones entre Israel y el mundo árabe. Esta es una novedad reseñable habida cuenta que el anterior proceso de Oslo estaba basado en la 'ambigüedad constructiva' según la cual no se debería clarificar nítidamente el objetivo de las conversaciones para evitar su fracaso. A pesar de todo lo dicho, la Hoja de Ruta dejaba a Israel las manos libres durante tres años para que intensificara su política de hechos consumados mediante la cual pretendía modificar la fisionomía de los Territorios Ocupados para que, transcurrido este tiempo, fuese completamente imposible la creación de un Estado viable.

para Israel, pois denota-se a presença de novos governantes, cuja autoridade já não está submetida à tutela dos EUA e, muito menos, à de Israel. Corre-se o risco de se romper o elo que até hoje tem permitido a Israel conquistar os seus objetivos políticos e, principalmente, ideológicos.

Ao perder o controlo sobre países como o Egito, Israel poderá deparar com uma realidade, que é ver este país liderar a criação de uma nova ordem política e religiosa. Uma junção árabe em torno, por exemplo, da religião islâmica, poderá estimular o desencadeamento de adeptos e chegar até à formação de Estados confessionais e, conseqüentemente, o enfrentamento com Israel será mais compacto e, também, bem mais complexo.

A habilidade com que tem sido conduzida a política na região parece ter chegado ao fim. As potências ocidentais e, principalmente, os EUA, que até então manifestaram forte apoio a Israel, poderão ver malograr os seus objetivos e, neste sentido, procurarão programar-se para uma nova realidade, na qual o mundo árabe poderá ser menos hostil e mais útil aos interesses norte-americanos, que enfrentam, também, cada vez mais, os interesses da China na região.

O crescente interesse da China no Médio Oriente também diminui a probabilidade de uma retirada norte-americana. Os EUA permanecerão preocupados em garantir a segurança dos fornecimentos de energia aos seus aliados asiáticos, que, como a China, estão cada vez mais dependentes dos exportadores de petróleo da região (LAÍDI, 2012, texto digital).

Toda a demanda da política externa tem sido elaborada no sentido de preservar os próprios interesses no Médio Oriente e, quando muito, eliminar aquilo que, de algum modo, possa parecer um entrave à continuidade do exercício do poder ocidental na região. Não obstante, as tentativas de refazer uma ordem política de acordo com os principais interesses internos e externos, no momento, não tem a mesma facilidade de outrora. Surgiram as reivindicações por parte da população árabe, as quais não são recentes e, por este motivo, são mais fortes e têm uma maior probabilidade de se efetivarem, pois tanto as ideias quanto a oposição à política ocidental atual estão amadurecidas.

Do lado árabe, há uma consciência sobre a política interna e externa. Mas isto não equivale dizer que a população árabe clama por uma política ou

democracia segundo o modelo ocidental. No Médio Oriente, e mais especificamente no Egito e na Síria, há sinais de mudança, embora ainda indefinidos, não podendo, portanto, afirmar que estes dois países seguirão o modelo político ocidental, na medida em que se trata de sociedades culturalmente distantes do modelo ocidental.

O que prevalece, neste momento, são os resquícios de políticas antigas, no caso do Egito, que fazem reacender uma perspectiva de democracia ocidental, porém isto não corresponde à realidade. A última Constituição egípcia, invalidada após a chegada ao poder de Abel Fattah el-Sisi, e anteriormente aprovada pela população, aponta para um ideal de Estado que, em grande parte, escapa aos desígnios democráticos ocidentais.

No preâmbulo da Constituição do Egito, no princípio número onze, verifica-se o seguinte:

O Egito é líder pioneiro intelectual e cultural é uma encarnação de seu leve poder, e um modelo de generosidade livre de criadores e pensadores originais, universidades, centros de ciência, centros linguísticos e de pesquisa, imprensa, artes, literatura e mídia de massa, a igreja nacional, e Al-Azhar, com a sua história como um dos pilares da identidade nacional, a língua árabe e Sharia islâmica, e como um farol para o pensamento iluminado moderado (YOUSSEF, 2012, texto digital)⁶¹.

A parte I da Constituição do Egito, referente ao Estado e à sociedade, no capítulo I, artigos dois, quatro e doze afirmam o seguinte:

Artigo 2 - O Islão é a religião do Estado e sua língua oficial é o árabe. Princípios da sharia islâmica são as principais fontes da legislação.

Artigo 4 - Al-Azhar é uma instituição independente abrangente islâmica, com autonomia exclusiva sobre os seus próprios assuntos, responsável pela pregação do Islão, a teologia e a língua árabe no Egito e no mundo. Al-Azhar estudiosos seniores, devem ser consultados em assuntos relacionados com a lei islâmica.

Artigo 12 - O Estado deve proteger os componentes culturais e linguísticos da sociedade, e promover a arabização da educação, ciência e conhecimento (CONSTITUTION PREAMBLE – (YOUSSEF, 2012, texto digital)⁶².

⁶¹Egypt's pioneering intellectual and cultural leadership is an embodiment of its soft power, and a model of the free generosity of original creators and thinkers, universities, science centers, linguistic and research centers, the press, the arts, literature and mass media, the national church, and Al-Azhar with its history as a mainstay of national identity, the Arabic language and Islamic Sharia, and as a beacon for moderate enlightened thought.

⁶²Article 2 - Islam is the religion of the state and Arabic its official language. Principles of Islamic Sharia are the principal source of legislation.

Podemos afirmar que a Constituição egípcia, recentemente aprovada e já sem validade, em alguns pontos, confunde-se com a democracia ocidental mas, ao analisarmos cada artigo, verificamos que os mesmos sempre se remetem ao texto constitucional, onde há referências claras à *Sharia*. Em praticamente todos os artigos mostra-se a subordinação das ações políticas que serão colocadas em prática segundo a lei, e esta lei é, como acabamos de referir, a *Sharia*.

Não se trata, aqui, de fazer prognósticos, mas de analisar o conteúdo desta emblemática perspectiva de mudança que, em princípio, pareceu ter um viés democrático para, em seguida, adquirir uma conotação islâmica que chegou ao fim com a queda do presidente Muhammad Morsi pelas Forças Armadas egípcias, em 2013. Assim como no Egito, a Síria também corresponde a mais uma indeterminação, não podendo ser descartada a possibilidade de condução política via religiosos muçulmanos, caso se efetive a queda do presidente Bashar al-Assad.

A revolta, inicialmente marcada pelos protestos populares contra o regime, alastrou até culminar numa Guerra Civil. A partir do momento em que a luta armada se radicalizou, propiciou a participação de grupos extremistas, tal como a Frente al-Nusra, acusada de ligação à al-Qaeda. Consequentemente, os últimos tempos têm sido marcados pela islamização da guerra.

A maioria dos ‘combatentes estrangeiros’ que entram na Síria para se juntar a grupos rebeldes, ou para lutar de forma independente com eles, são sunitas de outros países do Oriente Médio e do norte da África, disseram os investigadores da ONU, que elaboraram seu relatório após realizar entrevistas na região. O relatório da ONU compreende o período entre 28 de Setembro e 16 de Dezembro. O grupo xiita libanês Hezbollah confirmou que seus membros estão na Síria combatendo ao lado do governo. Também há informações de que xiitas iraquianos também estão combatendo na Síria e o Irã confirmou em setembro que suas Guardas Revolucionárias estão dando ajuda à Síria.” (ESTADÃO – REUTERS, 2012, texto digital).

Article 4 - Al-Azhar is an encompassing independent Islamic institution, with exclusive autonomy over its own affairs, responsible for preaching Islam, theology and the Arabic language in Egypt and the world. Al-Azhar Senior Scholars are to be consulted in matters pertaining to Islamic law.

Article 12 - The State shall safeguard the cultural and linguistic constituents of society, and foster the Arabization of education, science and knowledge.

O confronto caminha para um desfecho, com o inequívoco apoio islâmico. Bashar al-Assad conta com o apoio incondicional do Irão e do Hezbollah, em oposição aos rebeldes, apoiados pelos muçulmanos sunitas. Esta situação permite-nos dizer que é uma componente explosiva na medida em que coloca em confronto os xiitas e os sunitas.

Um diplomata ocidental que queria explicar essas recentes mudanças desenhou uma cruz na região, tendo a Síria em seu ponto central. Na linha leste-oeste ele escreveu "crescente febril" num trocadilho com o termo tradicional "Crescente Fértil", usado para descrever o trecho do Oriente Médio onde a civilização nasceu. O crescente febril representa a linha divisória volátil entre sunitas e xiitas, tendo a Síria como o prêmio a ser conquistado (FARQUHAR, 2012, texto digital).

A perspectiva de uma nova configuração geopolítica remete-nos para a reorganização geoestratégica da região. Parece desmoronar-se tudo aquilo que se manteve até à atualidade. A análise a partir da perspectiva de futuro eleva o grau de exigência quanto à necessidade de se estabelecerem os parâmetros adequados para a construção de uma nova infraestrutura moldada a partir de aspectos políticos novos.

A instabilidade recorrente possui como pano de fundo político dinâmicas que afetam a hierarquia de poder, envolvendo o reposicionamento e, mais recentemente, o que se considera ser o declínio hegemônico dos Estados Unidos, o enfraquecimento dos laços transatlânticos, o declínio europeu e a vertiginosa ascensão da China. Associa-se isso também ao aumento da violência perpetrada por atores não estatais (VAZ, 2012: 13-14).

A desconstrução da realidade do momento poderá levar para a oposição os velhos aliados. O Egito, que tem cumprido com o Acordo de Paz e colaborado com Israel, em situação de mudança política, é provável que subverta a ordem vigente. A Síria, apoiada pelo Hezbollah e o Irão, ganhará como oposição estes dois aliados atuais se o Governo de Bashar al-Assad perder a guerra para os rebeldes.

Na Síria, os jihadistas sunitas contam com o apoio da Arábia Saudita e do Qatar, numa perspectiva de expansão do islamismo a partir da visão sunita em clara oposição à possível hegemonia do Irão xiita na região. As alianças têm sido formadas no sentido de desestabilizar os antigos aliados e concentrar esforços em prol de um novo cenário, cujos interesses estão representados a nível regional e internacional.

A queda de Bashar al-Assad será benéfica para os EUA e para a Europa, na medida que o Irão perderá o seu principal aliado na região. A Síria, nas mãos dos rebeldes, permitirá uma maior pressão sobre o Irão, no que se refere ao seu programa nuclear. Com Benjamin Netanyahu no poder, em Israel, haverá um aquecimento na situação com o Irão, pois o primeiro-ministro israelita não aceita um Irão nuclear.

Na 67.^a Assembleia Geral da ONU, realizada em 2012, Binyamin Netanyahu disse o seguinte: “A esta hora tardia, não há apenas uma maneira de impedir o Irão de forma pacífica recebendo bombas atômicas. Isso é colocando uma clara linha vermelha sobre o programa nuclear do Irão” (HELLER, 2012, texto digital)⁶³.

Todos os cenários geopolíticos e geoestratégicos redimensionam os diferentes atores para campos opostos. Não se trata de mero prognóstico, mas da análise dos interesses divergentes que são evidentes na atualidade, ao mesmo tempo que há uma relação de interdependência entre os aliados. É a relação de interdependência, a partir de um jogo de poder, que acaba por determinar os cenários geopolíticos e geoestratégicos na região.

A Palestina, ainda na batalha pelo reconhecimento da sua soberania enquanto Estado, depois de muitos anos, conseguiu avançar em direção à independência. A criação de um novo cenário geopolítico no Médio Oriente, direta ou indiretamente, beneficiará a Palestina que, de momento, conta apenas com o apoio moral dos demais Estados árabes.

Em relação ao Egito, se ainda ocorrer uma viragem islâmica na política, um apoio mais visível à Palestina vai estar na dependência de Acordos entre o Hamas e a ANP, enquanto que o Hezbollah, provavelmente, continuará a manter o apoio aos palestinos a não ser que ocorra alguma mudança, a partir de grupos ligados ao Hamas, na Guerra Civil síria. Isto é, sunitas em oposição aos xiitas.

O Líbano, possivelmente, sofrerá as consequências se ocorrer algum enfrentamento entre os xiitas e os sunitas. Tal situação poderá aguçar o objetivo da construção da grande Síria, o que levará o envolvimento libanês

⁶³“At this late hour, there is only one way to peacefully prevent Iran from getting atomic bombs. That's by placing a clear red line on Iran's nuclear program.”

não só por parte do Hezbollah, mas do próprio Governo. Embora tal questão seja indeterminada, ela é uma hipótese a ser considerada.

No centro de um novo cenário político no Médio Oriente, Israel estará com menos apoios e mais adversários, os quais estarão mais fortalecidos pela partilha de uma mesma ideologia religiosa e de um objetivo antigo, que é a supressão de Israel. Isto coloca-nos ante a necessidade urgente de resolução de antagonismos enraizados na política e na sociedade desses países.

O vazio de poder deixado pelas antigas ditaduras tem sido ocupado pelos movimentos islâmicos, os quais contam com o apoio das populações locais. Quando Muhammad Morsi chegou ao poder, no Egito, este conservou uma certa contenção motivada pela necessidade do apoio militar dos EUA, mas isto não significa que, se um muçulmano voltar a assumir poder, manterá a mesma atitude por tempo indeterminado. A própria negociação de tréguas entre Israel e o Hamas, no embate na Faixa de Gaza, em 2012, colocou o Egito numa situação oposta ao que esperava a sua população, ou seja, o apoio ao Hamas.

Neste contexto, o presidente Muhammad Morsi, ante tantos outros problemas, evitou apenas colocar em risco o apoio militar norte-americano e, também, a criação de mais problemas com Israel. Mas isto não equivale dizer que a atitude do presidente egípcio deposto seria, sempre, a mesma frente a outros confrontos entre Israel e os árabes.

O apoio populacional conquistado nas urnas tem fortalecido os Governos saídos dos movimentos islâmicos, os quais contam com uma agenda doméstica baseada na *Sharia*, onde os extremistas têm sido beneficiados pelas concessões feitas pelos Governos aparentemente democráticos. As democracias do “novo mundo árabe” correspondem apenas a uma mera democracia formal, baseada no voto, mas sem liberdade, que coloca em risco o direito das minorias como, por exemplo, os direitos das mulheres.

A volatilidade geopolítica no Médio Oriente tem sido quase sempre uma constante mas, neste século XXI, parece estar a tomar uma direção diferente. Se, no passado, havia o interesse externo manifestado através das grandes potências mundiais na região, hoje, os interesses estrangeiros ainda permanecem, porém mais dependentes das combinações políticas internas na região.

Neste contexto, internamente, a situação passa por uma dupla solicitação quanto aos rearranjos políticos. Na medida em que os apoios externos são indispensáveis para alguns países, estes estão condicionados a uma política que mascara a realidade e que não dispõe de meios específicos para solucionar os principais problemas internos, tais como o desemprego, a falta de liberdade, a corrupção e a má distribuição de renda.

Muitos Estados árabes, tais como o Egito, mantêm uma relação de conveniência com os EUA e Israel. Esta vertente de solidariedade interesseira passa por contestações por parte da população que exige, antes de mais nada, o cumprimento da coerência árabe e islâmica, o que pressupõe o isolamento do Ocidente e de Israel.

A Primavera Árabe, cuja denotação pressupõe democracia, tem permitido o intercâmbio entre a ideologia religiosa e o poder político na construção de novas ditaduras, cujos pressupostos políticos e ideológicos se centram no poder divino e transformam este poder na realização das expectativas de grupos religiosos que, há muito tempo, procuram inserir-se no poder.

Nos Estados árabes, como o Egito e a Síria, a democracia está na estação de Inverno. Para a Palestina e o Líbano, o destino será traçado a partir dos dois primeiros, pois estão mais predispostos às interferências de todo o movimento árabe acontecido nos últimos tempos. Ou seja, as mudanças no mundo árabe poderão determinar não só os futuros acontecimentos, mas também os rearranjos dos principais Estados árabes e de novos cenários políticos na região.

Com os novos regimes políticos consolidados, surge a hipótese de ocorrer um embate entre sunitas e xiitas e, a partir desse momento, a atual geopolítica da região será alterada, com consequências que determinarão a posição da Palestina e do Líbano no contexto de uma nova ordem regional, que ainda é indeterminada.

A cisão entre o al-Fatah e o Hamas quase levou a uma Guerra Civil na Palestina havendo, no futuro, fortes hipóteses de irromper a rivalidade entre sunitas e xiitas, a partir da Guerra Civil na Síria, de modo que o Hamas possivelmente tomará uma posição pró-sunita embora, hoje, conte com o apoio do Hezbollah no combate a Israel. Porém, a aliança entre os dois grupos

fundamentalistas poderá romper-se se o Hamas seguir à risca a sua condição de sunita.

A hipótese de rompimento entre o Hamas e o Hezbollah beneficiaria Israel. Haveria uma divisão de forças, mas tal não significa que o Hezbollah deixaria de combater Israel, pois este grupo tem os próprios interesses e adversários e, então, possivelmente, evitaria a união entre os dois grupos radicais no combate aos judeus, mas também não há certeza quanto a isso devido à rejeição que ambos os grupos nutrem por Israel.

Na verdade, hoje, a Síria está a determinar os rumos da geopolítica regional. A vitória dos sunitas na Síria, ao mesmo tempo que gera a incerteza, também não descarta a hipótese de um confronto com Israel, com menor ou maior intensidade.

O facto de os rebeldes sírios estarem a ser apoiados pela Arábia Saudita, permite-nos refletir acerca da política externa desse país, cuja ação se dá no sentido de preservar as boas relações com o Ocidente e, assim, garantir o seu mercado consumidor de petróleo. Há o interesse da Arábia Saudita e do Qatar em manter a ponte de ligação com o Ocidente, pois é uma fonte altamente lucrativa para as suas economias exportadoras de petróleo.

Embora a vitória dos sunitas, na Síria, possa representar, para Israel, um relativo conforto, na medida em que isto representa a perda do maior aliado iraniano na região, há problemas de outras dimensões. Na medida que a Arábia Saudita e o Qatar, através do apoio aos rebeldes sírios, visam combater o Irão, isto poderá, também, levar a um confronto de outra dimensão para além das fronteiras do Médio Oriente.

O Irão parece ter um objetivo e ainda não deu mostras de querer desistir das suas intenções. Ante a derrota sunita na Síria, esse país poderá assumir uma postura mais agressiva, o que levaria a um confronto direto com os sunitas numa clara demonstração de uma batalha entre islâmicos.

Na política, os ativistas islâmicos que atuam no Afeganistão, na Argélia, e no Irã, – para dar apenas três exemplos –, fazem parte de linhas políticas não apenas distintas, mas também opostas e, às vezes, até inimigas. O fator determinante dessas divergências reflete simultaneamente, tanto a divergência, quanto a dificuldade que todos esses grupos têm tido em lidar com a modernidade (MESSARI, 2005: 4).

O enfrentamento entre os grupos islâmicos divergentes e o Irão não significa o fim das ameaças a Israel. Um ataque a Israel trará importantes benefícios ao Irão, que ganhará o apoio da população palestina e dos demais povos árabes contrários à existência de Israel. O alcançar de apoio popular no Médio Oriente, será algo extremamente importante para que o Irão possa aumentar as suas possibilidades de emergir na região como o maior concorrente israelita pelo poder.

Uma batalha entre sunitas e xiitas desestabilizaria totalmente a região e transformaria uma guerra regional em guerra internacional, pois o Irão, que está fora da região, tentaria arrastar outros Estados para o combate a Israel.

Os grupos rivais entrariam em luta enquanto Israel e o Irão disputariam entre si a condição de Estado hegemónico na região. Todos os grupos envolvidos têm interesses na Síria, na Palestina, no Líbano e no Egito. Mas, ao serem esses grupos irregulares, eles têm menos forças, o que nos leva a crer que o grande embate seja entre os Estados enquanto que os grupos são apenas estopim para dar início a uma disputa pelo poder no Médio Oriente. Segundo a concepção Efraim Inbar,

As revoltas no mundo árabe acentuam uma outra tendência regional - a ascensão de poderes não-árabe no Médio Oriente Irão, Israel e Turquia, à custa dos Estados Árabes. O enfraquecimento dos Estados árabes terão um impacto significativo sobre o equilíbrio regional de poder. Os Estados árabes mais importantes, o Egito, o Iraque e a Síria, enfrentam sérios desafios internos. Enquanto a Arábia Saudita e Jordânia parecem ter resistido à crise, definitivamente, tem que prestar mais atenção às suas arenas nacionais. Com exceção do Bahrein, cuja desestabilização necessária a intervenção militar saudita, o resto dos regimes monárquicos árabes do Golfo parecem apresentar maior resistência política que seus irmãos republicanos. No entanto, a necessidade de se concentrar em problemas domésticos vai reduzir a capacidade de todos os estados árabes para construir o poder nacional, o poder do projeto para além de suas fronteiras, e combater a influência iraniana e /ou turco regional (INBAR, 2012: 4)⁶⁴.

⁶⁴The upheavals in the Arab world accentuate another regional trend – the rise of non-Arab Middle East powers Iran, Israel and Turkey at the expense of the Arab states.⁸ The further weakening of the Arab states will have a meaningful impact on the regional balance of power. The most important Arab states, Egypt, Iraq and Syria, face serious domestic challenges. While Saudi Arabia and Jordan seem to have weathered the crisis, they definitely have to pay greater attention to their domestic arenas. With the exception of Bahrain, whose destabilization required Saudi military intervention, the rest of the Arab Gulf monarchic regimes appear to display greater political resilience than their republican sisters.⁹ Nonetheless, the need to focus on domestic problems will reduce the ability of all Arab states to build national power, project power beyond their borders, and combat the Iranian and/or Turkish regional influence.

A intervenção da Arábia Saudita regista a intenção de moderar o ímpeto iraniano e xiita e defender os seus próprios interesses. A nova demanda requer uma nova estratégia para organizar um novo quadro político menos turbulento que o atual. Neste sentido, Israel, que está no centro da questão, assim como a Palestina, é necessário conhecer e agir a partir de uma proposta capaz de desarticular as forças políticas atuais, que tentam conquistar espaço apenas na perspectiva individual.

A percepção da realidade remete-nos para questões que ultrapassam o presente, mas que estão centradas num passado histórico repleto de nuances que acabam por tornar-se transparentes no momento em que o cenário político atual se tornou propício para o emergir das metas que, há muito tempo, se mantiveram na expectativa de surgir uma hipótese de abertura para se tornarem realidade, mesmo envolvendo disputas entre os poderes estatais.

A Turquia apoia ativamente a oposição Islâmica sunita ao regime Alauita na Síria, cuja queda seria um choque para o Irão. A instabilidade na Síria chamou a atenção para a histórica rivalidade turco-persa na região, sinalizando mais uma vez a diluição do poder árabe e diminuição da influência ocidental. Mesmo que a Síria continua a ser uma fonte de conflito entre o Irão e a Turquia, os dois países ainda cooperam em muitos níveis, incluindo transações de energia, opondo-se o nacionalismo curdo, dividindo esferas de influência no Iraque, e auxiliando elementos da Irmandade Muçulmana no mundo árabe. Eles partilham igualmente uma preferência por um EUA inativo (INBAR, 2012: 4)⁶⁵.

Em qualquer confronto direto com o Irão, mais do que com qualquer país árabe, Israel poderá ser o alvo que dinamizará o conflito. Isto porque o Irão não perderá a oportunidade de cumprir com o seu objetivo, que não é apenas atacar Israel, mas conseguir atravessar as fronteiras persas e impor-se no Médio Oriente. Essa possibilidade de enfrentamento com o Irão também é um desejo de alguns políticos israelitas, como Benjamin Netanyahu.

Para Israel, independentemente do objetivo de enfrentamento com o Irão, pesa uma outra questão bastante preocupante, que se refere à articulação

⁶⁵Turkey also actively supports the Sunni Islamist opposition to the Alawite regime in Syria, whose fall would be quite a blow to Iran. The instability in Syria has focused attention on the historic Turkish-Persian rivalry in the region, signaling once more the dilution of Arab power and decreased Western influence. Even if Syria remains a source of conflict between Iran and Turkey, these two countries still cooperate on many levels, including energy transactions, opposing Kurdish nationalism, dividing spheres of influence in Iraq, and aiding Muslim Brotherhood elements in the Arab world. They also share a preference for an inactive US.

de uma política estratégia quer seja de defesa, quer seja para a construção da paz. Não há, ainda, uma definição clara das alianças no mundo árabe. O conjunto de Estados árabes rejeita Israel, mas como ficará este ponto comum entre eles a partir de um confronto entre os dois troncos da religião islâmica?

O islamismo é o motor do povo árabe e, independentemente de ser sunita ou xiita, ao longo dos anos ele tem mantido a unidade quanto ao combate a Israel. Porém, hoje, a situação mantém-se e, provavelmente, manter-se-á em ambos os lados, no que se refere à negação da existência de Israel, mas poderá não haver mais uma relação sem grandes atritos, em caso de confronto entre sunitas e xiitas.

Uma guerra religiosa interna poderá avançar até ao ponto de querer encontrar uma substância capaz de cercear a comunidade em torno da causa comum. Para isso, um conflito nesses termos poderá levar Israel a combater em duas frentes. Isto é, contra os sunitas, com o apoio da Arábia Saudita e dos países do Golfo Pérsico, como o Qatar, e contra os xiitas financiados pelo Irão, que conta com os aliados agrupados no Hezbollah.

A partir do momento em que a região for dinamizada num conflito de carácter religioso, desde o início não terá características meramente regionais, pois há o envolvimento de outros países, direta ou indiretamente, como é o caso do Líbano. O envolvimento do Hezbollah numa guerra faz com que o Líbano acabe por receber as consequências. O mesmo se aplica ao Hamas, na Palestina.

A complexa rede de interesses, consoante se ampliar o conflito, verá as alianças serem formadas fora da região pois, internamente, percebemos que não se trata de forças minoritárias, mas de forças poderosas. Aqueles grupos não estatais que até então combateram sozinhos, não o farão mais, pois os seus Estados financiadores estarão talvez, ocultos, mas nos campos de batalha. Consequentemente, a guerra será mais intensa e, também, mais difícil para Israel.

Na situação que acabamos de referir, há a presença de duas frentes de batalha numa mesma guerra, em cuja ação temos a guerra tradicional e a guerra de guerrilha. Esta diferença no modo como as batalhas serão travadas, faz elevar a intensidade da guerra e, principalmente, o número de vítimas civis. De acordo com Fernando D'Eça Leal:

O que diferencia a guerra irregular da guerra convencional é a ênfase sobre a utilização de forças irregulares e outras indirectas, métodos não convencionais e os meios para subverter, desgastar e cansar o adversário, ou torná-lo irrelevante para a população de acolhimento, em vez de o derrotar através da confrontação militar directa convencional e o pendor político da primeira. Na irregular, muitas vezes, necessitam de abordagem indirecta - de capacitação com os outros, enquanto procuram vencer os adversários física e psicologicamente. Ao contrário da guerra convencional, que se concentra em derrotar as forças militares do adversário ou apoderar-se de terreno chave, o foco da irregular é corroer o poder do inimigo, influência e vontade de exercer o poder político sobre a população autóctone (LEAL, 2011: 1113).

Os combatentes do Hamas e do Hezbollah, assim como de outros grupos islâmicos, os *mujahideen*, têm os seus próprios métodos e regras e dificilmente se submetem às ordens das Forças Armadas convencionais. Eles têm o seu próprio código de conduta e as suas próprias estratégias, sendo as últimas voltadas para alvos civis.

Não é possível comparar as estratégias do Hamas com as do Hezbollah, pois são grupos diferentes, desde a origem. Enquanto o Hamas tem as suas raízes na Irmandade Muçulmana, o Hezbollah tem como base a Revolução Iraniana, de 1979. Os próprios combatentes do Hezbollah foram treinados pela Guarda Revolucionária do Irão. O Hezbollah é um grupo cuja organização está baseada na hierarquia, pela qual tem profundo respeito.

Contudo, o Hamas e o Hezbollah têm em comum a luta contra Israel e o desejo da implantação de Estados islâmicos. Em termos de estratégia militar, ambos divergem, também. O Hamas é um grupo que se tem valido muito dos atentados suicidas, o mesmo não acontecendo com o Hezbollah, que não recorre por tantas vezes a esse tipo de atentado. Esta é uma contradição, pois foram os xiitas os primeiros a fazer uso desse tipo de atentado, sendo com os sunitas, mais especificamente com o Hamas, que tais atos se difundiram.

A visão estratégica do Hezbollah é bem mais clara que a do Hamas, o que o torna mais eficiente no uso dos mísseis do que o grupo sunita. Neste contexto, torna-se claro que o Hezbollah é um grupo melhor estruturado que o Hamas. Portanto, os xiitas são aqueles que conseguem impor dificuldades para Israel, como já aconteceu no passado, no Líbano. O Hezbollah ainda conta com o auxílio da geografia, no que se refere à fronteira com a vizinha Síria.

A organização palestina tem dificuldades para se rearmar, pois suas fronteiras com Israel e o Egito são fechadas. Os israelenses

controlam ainda o espaço aéreo e marítimo. Já o Hezbollah, apesar do Exército libanês e das forças de paz da ONU (Unifil), pode usar a porosa fronteira do Líbano com a Síria para fortalecer seu arsenal, vindo do Irã. A capacidade militar do grupo hoje é maior do que era em 2006 (CHACRA, 2009, texto digital).

O espetáculo, hoje, chama mais a atenção e quanto mais vítimas fizer, mais glorioso será o ato. Os *mujahideen* procuram, através de seus atos, mostrar ao mundo o quanto estão dispostos para atingir os seus objetivos, mesmo que para isso a população civil seja o alvo.

Contudo, [...], o alcance universal da televisão criou ações politicamente mais eficazes, cujo objectivo não era atingir os decisores, mas sim alcançar um impacto mediático significativo. Afinal, tais ações acabaram com a presença militar formal dos Estados Unidos no Líbano, na década de 1980, na Somália, na década de 1990 e, efectivamente, na Arábia Saudita depois de 2001. Um dos infelizes sinais de barbárie é o facto de os terroristas terem descoberto que, desde que esteja ao alcance dos ecrãs de todo o mundo, o assassinio em massa de homens e mulheres insignificantes tem maior valor noticioso do que os mais celebrados ou simbólicos alvos para as suas bombas” (HOBSBAWM, 2008: 121).

A realidade que se impõe no Médio Oriente e no mundo reflete as consequências de políticas até hoje direccionadas para orientar questões subjacentes ao conjunto de objetivos que deveria ser comum à organização pacífica dos Estados da região. Ao longo dos anos, a cada novo embate entre israelitas e árabes, novas modalidades de ataques foram surgindo e cada vez mais incrementadas. Tanto do lado israelita quanto do lado árabe, ocorreu uma falha no aparelho de Estado quanto à sua estrutura enquanto instituição responsável pelas garantias não só da soberania, mas também pela manutenção do direito de cidadania à população no que se refere às garantias de cada indivíduo se exercer livremente, de modo seguro.

Do modo como estão estruturadas as políticas de Israel e dos seus principais vizinhos, a pacificação da região torna-se cada vez mais difícil. Somente a partir de novas estratégias políticas, não só por parte de Israel, será possível, pela primeira vez, que a paz reine entre aquelas populações. Nenhum meio bélico será capaz de pôr fim às rivalidades, pois o grande problema encontra-se no aparelho de Estado que foi formado tendo em consideração um passado mítico, cuja história revela a importância da submissão de um povo sobre o Outro, para além do direito histórico sobre a posse do território.

5.2 UMA NOVA CONCEPÇÃO DE ESTADO E NOVAS ESTRATÉGIAS

No instante final da origem do Estado de Israel, o mito foi aclamado, nascendo assim um Estado cuja premissa maior é um “Estado judaico para o povo judeu.” Nasceu, então, um Estado cujo alicerce foi construído a partir de elementos arqueológicos e subjetivos inerentes a uma história remota.

Ao inserir no conceito de Estado uma concepção mítica, estruturou-se, desde então, uma política estratégica sustentada pela ideologia da redenção. Isto é, nasceu um Estado comprometido em pôr fim às injustiças cometidas durante séculos contra os judeus e que visava dar segurança ao povo errante, a partir do seu retorno à Terra Prometida. Este modo peculiar de Estado ficou claro desde a proclamação da independência em 1948, por David Ben-Gurion.

A terra de Israel é o local de origem do povo judeu. Aqui a sua identidade espiritual, política e religiosa foi moldada. Aqui eles primeiro atingiram a formação de um estado, criaram valores culturais de significância nacional e universal e deram ao mundo o eterno Livro dos Livros. Depois de serem forçosamente exilados de sua terra, o povo conservou consigo sua fé durante sua Dispersão e nunca deixou de rezar e sonhar com o retorno para sua terra e com a restauração, lá, de sua liberdade política.

Impelidos por sua ligação histórica e de tradições, judeus lutaram geração após geração para se reestabelecerem em sua antiga terra natal. Nas décadas recentes, eles voltaram em massa. Pioneiros, desafiadores, refugiados e defensores, eles fizeram desertos florescerem, reavivaram a língua hebraica, construíram vilarejos e pequenas cidades, criaram uma próspera comunidade que controla a sua própria economia e cultura, adorando a paz mas sabendo como se defender, trazendo as bênçãos de progresso para todos os habitantes do país e aspirando a um estado independente.

[...] Declaramos que, vigorando a partir do término do Mandato a esta noite, véspera de Shabbath, 6 de Iyar de 5708 (15 de maio de 1948), até o estabelecimento das autoridades eleitas, regulares do Estado em acordo com a Constituição que será adotada pela Assembleia Constituinte Eleita no mais tardar em 1o. de outubro de 1948, o Conselho do Povo atuará como Conselho Provisório do Estado, e seu órgão executivo, a Administração do Povo, será o Governo Provisório do Estado Judeu, a ser chamado "Israel."

[...]. Nós apelamos ao povo judeu em toda a Diáspora para ajudar os judeus de Eretz-Israel nas tarefas de imigração e construção e de os apoiarem na grande luta de realização do antigo sonho - a redenção de Israel.

Colocando nossa confiança no Misericordioso, nós afixamos nossas assinaturas a esta proclamação nesta sessão do Conselho de Estado, no solo da Terra Natal, na cidade de Tel-Aviv, nesta véspera de Shabbath, em 5 de Iyar de 5708 (14 de maio de 1948).

David Ben-Gurion (BEN-GURION, 1948, texto digital).

Em Israel há garantias democráticas e de direitos para os judeus, mas não para os israelitas que estão condicionados a prestar contas conforme a sua origem, pois não basta nascer em solo israelita para ser um cidadão com plenos direitos, tendo que ser judeu.

Não se questiona, aqui, a laicidade do Estado, mas o privilégio de raça. Um Estado que está orientado para diferenciar o povo, acaba por determinar a direção de uma política que segue as diretrizes de um modelo que se justifica na História remota e contemporânea através das atrocidades cometidas contra o seu povo. É, por exemplo, o caso do Holocausto.

Ao procurar dar segurança aos seus cidadãos, Israel acabou por fazer o contrário. Quando fez a opção por elementos discriminatórios e permitiu que estes estivessem inscritos nas leis básicas⁶⁶, as quais elencam o conjunto de leis que regula os direitos e os deveres dos seus cidadãos bem como as demais atribuições e responsabilidades nacionais.

Ao institucionalizar uma concepção de nação baseada na etnia, criou-se um forte aparato de proteção que desencadeou num modo desordenado de conceber o Outro. Ou seja, o Outro é sempre a ameaça, é aquele que destrói a ordem vigente e coloca em risco toda a cultura e a nação. Assim, concebeu-se uma visão distorcida do diálogo na medida que este tipo de pensamento bloqueia qualquer possibilidade de se estabelecerem Acordos fiáveis, visto que há, sempre, desconfiança.

Se, no princípio, Israel se orientou para assegurar um lar seguro para o seu povo, com o tempo tratou de ampliar este lar em detrimento de outros e, neste momento, a insegurança aumentou. Aquela rejeição árabe do período da independência de Israel dilatou-se, com o passar dos anos, motivada não pelo princípio originário, mas pela ocupação do território por parte de Israel.

Ao analisarmos todo o processo histórico, desde a independência de Israel até à atualidade, verificamos que ocorreram muitas mudanças no modo como o mundo árabe e, principalmente, os vizinhos mais próximos de Israel, os palestinos, o encaram. Hoje, temos conhecimento de que muitos árabes,

⁶⁶Leis Básicas: leis que orientam constitucionalmente o Estado de Israel. As Leis Básicas estão organizadas em capítulos.

principalmente aqueles pertencentes aos grupos extremistas, querem o fim de Israel, mas esta posição não corresponde à totalidade dos Estados vizinhos.

Quando à Palestina, por exemplo, exige a devolução do território anterior à Guerra dos Seis Dias, ou a Síria que quer os Montes Golã e a devolução das Fazendas de Shebaa, por parte do Líbano, não se nota nestas exigências o pedido pelo fim de Israel. Implicitamente a essas exigências, está a aceitação de Israel pela Palestina, pela Síria e pelo Líbano. Nesta situação, referimo-nos apenas aos Estados e não ao Hamas, ao Hezbollah, assim como aos demais grupos radicais.

Em relação aos Montes Golã, para muitos israelitas, trocar terra por paz é um erro. Eles argumentam que se se efetivar um processo desta natureza tal implica riscos para Israel e não será suficientemente capaz para estabilizar a situação entre os dois países. Um estudo israelita apresenta as seguintes desvantagens:

A primeira parte deste estudo resume as vantagens estratégicas de Israel sobre o controlo dos Montes Golã, que seria executada por uma retirada a partir desta área. A segunda parte deste estudo explora o valor limitado para Israel de um tratado de paz com a Síria, enfatizando as desvantagens de segurança de transferir os Montes Golã à Síria no âmbito de um tratado de paz superam as limitadas vantagens políticas. A terceira parte deste estudo analisa a longo prazo a viabilidade do status quo e sugere que a superioridade militar israelita e a determinação para manter os Montes Golã são importantes para dissuadir o regime Alawita ou possíveis regimes sucessores em Damasco que desafia o status quo. A quarta parte do estudo analisa a história política dos Montes Golã, e demonstra que Israel tem o direito histórico legítimo sobre esse território. A quinta parte deste estudo analisa a situação jurídica deste território em disputa e indica que Israel tem uma reivindicação legal válida para o planalto. A parte final deste estudo oferece recomendações de política (INBAR, 2011: 2-3)⁶⁷.

A questão da paz está submetida a demandas estratégicas que são justificadas em razões históricas. Legítima, ou não, esta situação revela

⁶⁷The first part of this study sums up the strategic advantages of Israel's control over the Golan Heights, which would be forfeited by a withdrawal from this area. The second part of this study explores the limited value to Israel of a peace treaty with Syria, emphasizing that the security disadvantages of transferring the Golan Heights to Syria in the framework of a peace treaty far outweigh the limited political advantages. The third part of this study analyzes the long-term viability of the status quo and suggests that Israeli military superiority and determination to keep the Golan Heights is important in deterring the Alawite regime or possible successor regimes in Damascus from challenging the status quo. The fourth part of the study surveys the political history of the Golan Heights, and demonstrates that Israel has a legitimate historical claim over this territory. The fifth part of this study examines the legal status of this disputed territory and indicates that Israel has a valid legal claim to the plateau. The concluding section of this study offers policy recommendations.

entraves profundos que rompem com as perspectivas de se estabelecerem vias de acesso para demarcar uma nova etapa entre Estados marcados pela ameaça e reivindicação do direito à defesa.

Estamos a ter em consideração, aqui, apenas os Estados e a ANP, porque legalmente são estes que podem instituir e cumprir Acordos. Porém, Israel tem perdido e continua a perder tempo para pôr um fim a esta demanda. Conforme o problema se foi agravando, com o passar do tempo, os grupos não estatais foram surgindo como poder paralelo aos Estados e hoje já estão a chegar ao poder, o que, indubitavelmente, dificulta a possibilidade de um Acordo de paz duradouro.

A estrutura laica da ANP está fragilizada e dificilmente conseguirá vencer o Hamas e voltar a unificar o território e a política palestinianos. No Líbano, o Hezbollah tem progredido politicamente, o que torna cada vez mais urgente, para Israel, encontrar uma estratégia para resolver todos os problemas em que está envolvido com o Líbano desde a sua origem enquanto Estado.

Independentemente do que virá da Síria e do Egito, se o Hamas e o Hezbollah assumirem o poder efetivo do Estado, dificilmente o Egito manterá o Acordo com Israel e a Síria, podendo seguir um dos dois grupos, conforme a ideologia religiosa de quem assumir o poder naquele país.

Pode-se afirmar, hoje, que o Egito já fez a sua opção em relação à Síria. O presidente deposto, Muhammad Morsi, já havia demonstrado apoio aos rebeldes em clara oposição ao presidente sírio, Bashar al-Assad. Isto não constituiu surpresa, se levarmos em consideração o facto de que a Irmandade Muçulmana não é bem vista pelo regime sírio.

Ao contrário do líder supremo do Irão, aiatolá Ali Khamenei, que ignorou o conflito sírio, em seu discurso de abertura, Mursi disse que o Egito está 'pronto' para ajudar e ajudar a revolução síria. Ele disse que o regime sírio do presidente Bashar al-Assad perdeu a legitimidade e a comunidade internacional deve trabalhar para parar o derramamento de sangue no país. 'Nossa solidariedade com a luta do povo sírio contra um regime opressivo que perdeu a sua legitimidade é um dever ético, pois é uma necessidade política e estratégica', disse ele. (REDAÇÃO, 2012c, texto digital)⁶⁹.

⁶⁹Contrary to Iran's Supreme Leader Ayatollah Ali Khamenei, who ignored the Syrian conflict in his opening speech, Mursi said that Egypt is "ready" to aid and help the Syrian revolution. He said that the Syrian regime of President Bashar al-Assad has lost legitimacy and the

Aos poucos, teve início o esboço de uma nova configuração geopolítica no Médio Oriente, no qual um novo ciclo histórico se inicia para adequar as consequências dos acontecimentos do presente. Se a realidade atual é inexata, em contrapartida, começam a surgir as hipóteses que poderão dar forma ao mundo árabe do século XXI.

O regime político dinástico da Síria, iniciado com Hafez al-Assad, em 1971, à semelhança de alguns outros Estados árabes, ruiu. Apesar da decadência do poder dos al-Assad no Governo, que parece ter chegado ao fim, ele não atingiu o declínio de modo solitário. A Rússia e a China tomaram posição em favor da Síria e impediram que a ONU pudesse aplicar as medidas para, ao menos, tentar pôr fim a uma Guerra Civil que já ceifou muitas vidas.

O sociólogo e professor na Universidade de Trieste, em Itália, o argelino Khaled Fouad Allam, em entrevista ao Instituto Humanitas, fez a seguinte análise sobre os objetivos da Rússia e da China em relação à Síria:

Em particular, a Rússia sempre tem sido um aliado estratégico da Síria, tanto durante como após a guerra fria; o exército sírio foi formado pelos russos. Do ponto de vista geopolítico, tanto a China como a Rússia consideram a Síria o epicentro do Oriente Médio: quando se despreza a Síria, se despreza toda a região, com graves consequências sobre as minorias muçulmanas na Rússia e na China. Para estes países, a Síria é uma importante cunha da geopolítica do Oriente Médio (REDAÇÃO, 2012l, texto digital).

Para a Rússia, a Síria é um aliado estratégico no Médio Oriente, pois além de manter importante parceria comercial, possui duas bases militares indispensáveis, Tartus e Latakia. Estas bases garantem a presença da Rússia no Mar Mediterrâneo bem como o acesso ao fornecimento de armas ao Hezbollah, no Líbano, e ao Hamas, na Palestina.

A queda de Bashar al-Assad significará o fim da presença russa na Síria. Neste contexto, um Acordo assinado em 1971, entre a URSS e a Síria, chegaria ao fim, o que estrategicamente não é desejável para os russos pois, sem a base de Tartus, a Rússia teria que retornar ao Mar Negro para abastecer

international community must work to stop the bloodshed in the country. 'Our solidarity with the struggle of the Syrian people against an oppressive regime that has lost its legitimacy is an ethical duty as it is a political and strategic necessity', he said.

⁶⁹Contrary to Iran's Supreme Leader Ayatollah Ali Khamenei, who ignored the Syrian conflict in his opening speech, Mursi said that Egypt is "ready" to aid and help the Syrian revolution. He said that the Syrian regime of President Bashar al-Assad has lost legitimacy and the international community must work to stop the bloodshed in the country. 'Our solidarity with the struggle of the Syrian people against an oppressive regime that has lost its legitimacy is an ethical duty as it is a political and strategic necessity', he said.

os navios. Em Tartus não há a preocupação com o congelamento das águas, pois ali o clima mediterrânico é moderado e o Inverno é curto.

Ao lado da Rússia, encontra-se a China, que também mantém fortes laços comerciais com a Síria. A China, juntamente com a Rússia, mantém importantes laços comerciais e militares com a Síria, pois fornece armas ao regime de Bashar al-Assad e tem objetivos sobre as fontes de combustíveis fósseis, embora a Síria não seja um dos grandes produtores de petróleo da região.

É importante salientarmos, também, que a China, para além dos próprios projetos económicos e comerciais com a Síria, tem um outro motivo que leva esse país a vetar, juntamente com a Rússia, qualquer medida contra o regime sírio. Ou seja, a China tem problemas de conflito com o Tibete e a tomada de decisão, por parte deste país, poderá abrir precedentes no conflito em que está envolvido.

Ao analisarmos estes pontos específicos, verificamos que há uma extensão do conflito na Síria que acaba por envolver outros parceiros. Verifica-se a existência de duas frentes de conflito na Síria, isto é, uma interna e a outra externa. A par da Guerra Civil síria, há a disputa entre a Rússia e a China por um lado, e os EUA, UE e os demais aliados ocidentais, por outro. Esta disputa tem sido clara no Conselho de Segurança da ONU.

Enquanto a Rússia e a China lutam em prol de interesses próprios, o Ocidente não tem feito outra coisa senão procurar garantir a sua área de influência no Médio Oriente. Os EUA e os seus aliados, como Israel, visam o fim de Bashar al-Assad. O término do regime sírio implica, também, para o Irão, a perda de um importante aliado na região. Na verdade, o Irão é um país que o Ocidente pretende isolar, para evitar a expansão da sua área de influência na região.

O peso político do Ocidente na Guerra Civil síria diminuiu. Uma reação ocidental para fazer valer os seus objetivos pode levar a um confronto maior, pois tanto a Rússia quanto a China estão dispostas a enfrentar as potências ocidentais, na medida que não têm recuado em momento algum nas posições tomadas em relação à Síria e em defesa dos seus interesses.

Uma ofensiva ocidental poderá levar Israel a uma situação bastante difícil. Israel é o alvo mais visado, principalmente pelo Irão. Qualquer atitude a

ser tomada por parte do Ocidente sobre a Guerra na Síria, necessariamente tem que levar em consideração o possível avanço do conflito para outros Estados, onde a posição de Israel não é uma das mais confortáveis.

Desde a independência, Israel tem sobrevivido por meio da intimidação e da submissão do mundo árabe ao seu poderio militar, mas o Estado nunca teve uma existência pacífica e nunca foi aceite, de facto, pelos seus vizinhos, os quais nunca estiveram numa situação confortável que permitisse impor condições e vê-las cumpridas. Ao contrário de Israel, que pode oferecer um projeto de paz e, ao mesmo tempo, impor as suas condições, os seus vizinhos árabes não dispõem de tal privilégio.

Muitas das propostas feitas por Israel à Palestina e aos demais vizinhos, já garantiam, de antemão, que eles não teriam condições de as aceitar. Até hoje, Israel não tem demonstrado uma preocupação efetiva em solucionar, de uma vez por todas, o problema de rejeição relativamente aos árabes. Isto não tem acontecido porque, na verdade, este Estado está ciente de que, ante qualquer ameaça, tem condições militares suficientes de suprimi-la de modo avassalador.

O poderio militar israelita, na atualidade, tem encontrado resistência e, ao mesmo, tempo dificuldade de se impor, apenas em relação aos grupos radicais, como já aconteceu no confronto com o Hezbollah, no Líbano. Trata-se, pois, não de uma guerra convencional, mas de uma guerra de guerrilha, que oferece muita resistência e foge aos padrões da guerra convencional.

O sucesso do Hezbollah frente a Israel serviu para estimular a sua popularidade no mundo árabe e, a partir desse momento, passou a ocorrer um fenómeno novo que, de certo modo, consiste na fusão entre a religião islâmica e o nacionalismo árabe. O Hezbollah, por exemplo, mesmo sendo xiita, consegue aproximar-se dos sunitas e de pessoas de outras confissões religiosas.

A religião voltou também a assumir um papel mais importante na forma como os indivíduos reagem a uma realidade dura da qual não pareciam poder escapar. As pessoas sentiram-se inicialmente atraídas pela Irmandade Muçulmana, mas a organização era demasiado vaga politicamente para proporcionar uma solução concreta para os seus problemas, e voltaram-se antes para organizações palestianas tais como o Hamas e a Jihad Islâmica, que tinham surgido com um claro projecto nacional-religioso (PAPPÉ, 2007: 247).

Se o islamismo não é um ponto determinante da política do Médio Oriente, hoje, pode-se dizer que, em muitas situações, a religião faz parte do conceito estratégico e serve de elemento nacionalista capaz de promover a unificação árabe. Externamente, esse fenómeno ainda não faz parte de uma consciência mais ampla, tomado como um referencial unificador de um novo nacionalismo árabe, cuja matriz é intrínseca a cada pessoa e faz parte da cultura de um povo, o que facilita a concepção da identidade.

A conjugação dos vários elementos que apontam para uma possível alteração do cenário geopolítico e geoestratégico no Médio Oriente, desorienta o tipo de defesa e de segurança que Israel tem utilizado até hoje, pois há uma nova superestrutura a ser construída de modo que não é possível prever de antemão quando e como o novo cenário estará pronto e qual a configuração que tomará.

A aposta israelita na sua capacidade militar, neste momento, poderá falhar. Hoje, o seu principal aliado, os EUA, também estão, em certa medida, a perder credibilidade e já não funcionam tão bem como o árbitro que foram, outrora, no Médio Oriente. No passado, os EUA conquistaram aliados importantes, tais como o Egito, a Jordânia e a Arábia Saudita, mas estes países são frágeis ante as tempestades políticas internas, como aconteceu, recentemente, com o Egito.

A agitação política exige novas tomadas de decisão que implicam, em muitas situações, o rompimento dos Acordos anteriormente assinados. Esta é a situação de Israel frente ao Egito que, cedo ou tarde, terá a sua aceitação como Estado colocada à prova. Isto porque os regimes que estão sendo substituídos, têm se mostrado mais rígidos do que os anteriores e têm tido como base o islamismo de matriz radical.

A Israel cabe a tarefa de reformular a sua política no que se refere ao território em disputa com a Palestina e às demais pendências com o mundo árabe. Ante um novo cenário que se avizinha, não há muitas opções e, talvez, a própria administração de toda a problemática envolvendo Israel e os Estados árabes, já não seja possível a médio prazo.

De acordo com a nossa análise, as hipóteses de Israel são limitadas. Há duas possibilidades reais, isto é, promover um Acordo de Paz sem exigências prévias, no qual seja aceite a presença de um Estado palestino na região

em condições dignas para os palestinos e o mundo árabe ou, em contrapartida, continuar a valer-se do seu poderio militar, mas de modo mais intenso. Esta última hipótese corresponde a uma catástrofe para ambos os lados e, provavelmente, para o mundo.

Ao recorrer ao poder militar de modo avassalador, Israel tem que estar preparado para enfrentar o Irão e os grupos paramilitares, como o Hamas e o Hezbollah, de entre outros. A tomada de decisão baseada no critério militar desencadeará a formação de alianças de ambos os lados e, inevitavelmente, acabará por envolver muitos outros países dentro e fora da região.

Aproxima-se o momento de definição de posições. Enquanto, neste momento, os EUA estão a passar por uma certa decadência de credibilidade na região, a Rússia, a sua antiga rival, tenta conquistar uma posição através do apoio à Síria e ao Irão. As antigas rivalidades cruzam-se num mesmo território e serão elas, juntamente com os poderes locais, que demarcarão as novas posições e os novos poderes.

Enquanto ocorre o esfacelamento de antigos regimes como o do Egipto, da Líbia, do Yemen, do Bahrein e, provavelmente, o da Síria que se encontra num conflito de duração incerta, as antigas alianças entram num processo de aproximação e de desagregação, pois há a tentativa de garantir os próprios interesses. As potências, como os EUA, o Reino Unido, a França, a Rússia e a China, estão a marcar posição.

Neste novo cenário que está a ser construído, a vantagem não é de Israel. Na medida que os EUA deixam de ter a influência que tinham no passado, Israel fica mais desamparado e, conseqüentemente, o respeito pelo seu poder militar também diminui. Uma aventura israelita rumo ao Irão será marcada por grandes perdas materiais e, sobretudo humanas, sem levar em consideração a queda de popularidade local e a condenação por boa parte da comunidade internacional.

Um ataque israelita ao Irão acarretará conseqüências desastrosas, inclusive, no campo económico, principalmente para os EUA e a UE, o que dificultaria ainda mais a saída da crise económica por estas duas potências em conseqüência da alta do preço do petróleo. É esta conseqüência, sobretudo, que tem travado o apoio norte-americano ao ataque de Israel ao Irão. Sobre esta questão, o historiador André Gattaz diz o seguinte:

Atualmente não acredito que Israel faria a loucura de atacar o Irã. Tal ataque seria extremamente danoso aos interesses econômicos de europeus e estadunidenses, que veriam o preço do petróleo disparar, dificultando uma saída para a crise econômica – e os Estados Unidos já passaram este recado ao governo israelense. Mesmo considerando que seja comum Israel conduzir ações militares sem a anuência ou conhecimento do governo estadunidense, não acredito que o Estado sionista opte pela via militar em função das previsíveis retaliações do próprio Irã e de seus apoiadores no Líbano, na Síria, no Egito e na Palestina. O mais provável é a manutenção de uma retórica altamente afiada combinada com a guerra suja – tais como os ataques cibernéticos, raptos e assassinatos seletivos, conduzidos pelos serviços secretos dos Estados Unidos e de Israel. (GATTAZ, 2012, texto digital).

A análise de Gattaz está correta em relação à questão econômica, porém há um forte interesse do Ocidente em não permitir o avanço nuclear do Irã bem como o seu domínio sobre o Médio Oriente. Neste contexto, verificamos uma alteração do eixo do conflito na região que, apesar de continuar a existir a disputa territorial entre israelitas, os palestinos e demais vizinhos, o eixo do conflito deslocou-se para o Golfo Pérsico, mas isto não significa que ele acabou na região, apenas a demanda foi incrementada com a presença iraniana e outros atores com interesses na região.

O Médio Oriente sofreu uma mudança significativa nos últimos dois anos. O epicentro político desta região conturbada deslocou-se do conflito entre Israel e os palestinos para o Golfo Pérsico e para a luta pelo domínio regional entre o Irã, por um lado e, por outro, a Arábia Saudita, a Turquia e agora o Egito. Na luta emergente entre as influências xiitas e sunitas da região, o velho conflito do Médio Oriente tornou-se um elemento secundário (FISCHER, 2012, texto digital).

Embora o conflito se tenha ramificado, a Palestina ainda é o epicentro da rivalidade existente entre os árabes e os judeus, sendo que a política externa dos primeiros, implícita ou explicitamente, é contrária a Israel. A própria natureza do Estado israelita, desde o seu princípio, permitiu a formação de rivalidades a partir dos seus principais vizinhos.

O Estado de Israel, nascido do sonho sionista, acabou por criar uma abertura ao desentendimento com o povo árabe ao partir da necessidade da existência de um Estado para abrigar o povo judeu. Este sonho, posto em realidade, acabou por criar um novo problema a partir do momento em que gerou dificuldades de coexistência pacífica com os povos vizinhos.

Israel foi uma criação unilateral que acabou por provocar uma tragédia permanente entre palestinos e judeus. São duas nações cujas cicatrizes

remontam há muito tempo e nunca cicatrizaram. Isto porque as duas partes julgam estar com a razão, o que muitas vezes se justifica pelo sofrimento e sentimento de terror de um povo ante o outro.

A ascensão do terror atravessou as frágeis fronteiras e consolidou-se numa revanche expressa por vários Estados árabes solidários com a irmã Palestina, cuja semelhança cultural e religiosa permitiu a solidariedade, mesmo que teórica, dos seus pares, embora até hoje não tenha tido influência suficiente para albergar todas as atitudes mais importantes e, assim, libertar a Palestina do pesadelo do conflito.

Se, hoje, lamentamos o empobrecimento do povo palestino, verificamos também que, até hoje, Israel tem tido livre acesso à Palestina e à região, numa clara posição de querer manter o poder e domínio na região. Israel tem tido mão livre sobre o Médio Oriente e nada tem conseguido detê-lo. As resoluções da ONU têm sido desrespeitadas e a comunidade internacional tem mantido um silêncio sepulcral.

A natureza de Israel, cujo Estado simbólico nasceu a partir do sionismo político, na promessa de um “lar nacional judaico” para os judeus, permitiu sintetizar, para um único espaço, as representações bíblicas e messiânicas num contexto político que passou a determinar o avanço israelita sobre as terras que, em conjunto, formam um “cinturão” estratégico e de defesa, ao mesmo tempo que gera um quadro de humilhação nos vizinhos árabes.

O estigma da perseguição, utilizado pelos judeus, sobrepõe-se, em muitas situações, à primazia de uma conduta ética em relação ao Outro, com capacidade económica e militar inferior. Consequentemente, essa situação conduz à insurreição armada do adversário, que também se volta para o sagrado na tentativa de se fortalecer e vencer o poder mais forte. Neste sentido, dá-se o embate entre o bem e o bem, se compreendido a partir da perspectiva de cada lado o que, ao ser assim, torna cada vez mais difícil a condução de negociações razoáveis para ambas as partes.

Israel, desde o seu estabelecimento, tem enfrentado dificuldades na sua política externa pois, ao estar localizado numa região hostil à sua existência, tem tido muitos obstáculos e não tem feito muito para os diminuir. Deficitário em recursos naturais, Israel tem tentado superar essa deficiência através da alta tecnologia e de grandes importâncias arrecadadas no exterior através de

doações e de empréstimos junto do seu maior parceiro económico e militar, os EUA.

Israel tem-se preocupado mais com a sua sobrevivência do que com um projeto de paz durável. A sua política de guerra preventiva visa proteger-se, mas com isto abre um fosso para o caminho da paz. A guerra preventiva serve, também, para deixar o adversário em estado de alerta que, com menor ou maior força, irá reagir ante o agressor. A guerra preventiva encerra, em si mesma, um carácter autoritário que viola as leis internacionais de soberania e estimula a violência. Sem dúvidas, este tipo de guerra compromete um futuro de paz para todas as partes envolvidas e cria ambições bélicas que podem fomentar a ideia de ameaças que estimulam o desejo de ataque e de conquista sobre o adversário, sem contar o objetivo da vitória moral capaz de estimular o patriotismo.

A violação de leis e dos Direitos Cívicos e Humanos compromete toda uma política voltada para a paz e camufla, muitas vezes, uma estratégia dissuasiva. Essa estratégia significa impor, aos adversários, a necessidade de incrementar cada vez mais o seu arsenal em nome da defesa.

A guerra preventiva, adotada por Israel, afugenta o sonho da segurança. Toda a estratégia da política israelita, no sentido de prevenção e de defesa, tem contribuído para o aumento da insegurança. Um dos princípios a ser seguido por este Estado, se realmente pretende viver em paz com os seus vizinhos, é abandonar essas duas estratégias e passar a conquistar a confiança dos mesmos. Somente com um compromisso sério e confiança recíproca será possível pôr fim a um conflito que parece ser infinito.

5.3 PRIMAVERA ÁRABE - REVOLUÇÃO OU INVERNO DE FUTUROS ACORDOS DE PAZ?

O termo Primavera teve origem durante o período da rebelião da Checoslováquia, contra a dominação da URSS no período após a II Guerra Mundial. Na Checoslováquia, a Primavera de Praga foi uma época de liberalização política. Ao contrário do mundo árabe, a Primavera de Praga foi

um movimento liderado por intelectuais do Partido Comunista que passaram a opor-se à URSS com o propósito de fazer reformas a nível político, económico, social e cultural. Através de um dos líderes da Primavera de Praga, Alexander Dubcek, que assumiu o Governo de Checoslováquia em 1968 e deu início ao projeto do *socialismo de rosto humano*, o que desagradou à URSS.

O projeto tinha por base humanizar a política e promover a desagregação política da URSS e a política de Stalin. A nova política da Checoslováquia prosperou, o que contrariou ainda mais a URSS. Consequentemente, o líder da revolução foi levado para Moscovo. A população procurou manter-se fiel ao seu líder mas, em 1969, foi reestabelecido o Estado estalinista na Checoslováquia.

O Ocidente tomou o termo emprestado da Checoslováquia para designar como Primavera Árabe as manifestações e os protestos ocorridos no Médio Oriente e no Norte da África a partir de meados de Dezembro de 2010. Porém, a definição dada pelo Irão foi *Islamic Awakening*, isto é, Despertar Islâmico.

A onda de protestos iniciou-se com a autoimolação de um jovem tunisino, Mohammed Bouazizi, em protesto contra as más condições de vida no seu país. A partir daquele momento, os protestos intensificaram-se, ao mesmo tempo que se espalhou pelo Médio Oriente e o Norte da África.

Conforme as rebeliões aumentavam, muitos Governos autoritários valiam-se de mecanismos repressivos, mas alguns não conseguiram manter-se no poder. Três chefes de Estado não resistiram à onda de protestos. De entre eles, são de destacar Zine El Abidine Ben Ali, presidente da Tunísia, Muhammad Hosni Said Mubarak, presidente do Egito, e Muammar Abu Minyar al-Gaddafi, presidente da Líbia, morto pelos rebeldes.

Outros governantes também anunciaram o fim dos seus mandatos ao declarar que não disputariam eleições em 2013 e 2014. Na Jordânia, o Governo renunciou. Na Síria, o Governo de Bashar al-Assad tenta resistir. De todos os conflitos originários com a Primavera Árabe, o da Síria é aquele com o seu fim ainda indeterminado.

Após a “onda revolucionária” que se espalhou pelo Médio Oriente, veio a instabilidade política da região. O Médio Oriente, hoje, encontra-se numa situação de perigo latente, no qual cada manifestação popular pode

representar o reinício de protestos violentos e evoluir para uma Guerra Civil, tal como aconteceu na Líbia e na Síria.

O Egito, pelo rigor dos seus protestos, não poderá afastar, no futuro, a possibilidade de uma Guerra Civil e, para isso, basta que haja um motivo suficientemente forte para permitir a luta fratricida. Ao contrário do que se apontam algumas análises, o Egito não está na direção de uma democracia segundo o modelo ocidental. Se, no passado, a sua população viveu sob um regime militar, na atualidade, não é diferente.

Neste contexto, ao contrário das expectativas positivas do Ocidente em relação à Primavera Árabe, principalmente no seu princípio, os judeus encararam com preocupação os últimos acontecimentos e a possível tomada do poder por radicais islâmicos. A turbulência do mundo árabe, direta ou indiretamente, abala as estruturas do Estado de Israel em termos estratégicos e de confiança num futuro sem grandes atritos com os vizinhos. Isto pode ser verificado por Efraim Inbar, que nos diz o seguinte:

A preeminência da Irmandade Muçulmana no Egito e sua aceitação internacional aparentemente grande, contribui para a causa de todos os radicais islâmicos. Uma tomada islâmica do Egito iria criar um terremoto estratégico, o reforço do eixo radical no Médio oriente e, possivelmente, reviver uma coalizão árabe militar contra Israel (INBAR, 2012: 12)⁷⁰.

A preocupação de Efraim Inbar não é sem-sentido quando se refere aos grupos cuja ideologia religiosa é uma ferramenta forte e com grande capacidade de aglutinar pessoas em torno de uma causa. De entre as várias causas islâmicas, está a rejeição a Israel, ao Ocidente e mesmo das liberdades individuais, sendo que esta última pode levar a embates muito fortes.

Islão, 'o coração e a alma' da identidade da maioria dos povos do Médio Oriente, sempre teve grande apelo na região. Esta realidade faz com que as forças políticas islâmicas a mais forte alternativa para os ditadores atuais dos estados árabes. Os islâmicos são susceptíveis de ganhar poder, seja por eleições ou por meios revolucionários, eles geralmente são a melhor força política organizada fora do governo no poder. Resultados das recentes eleições na Tunísia e no Egito demonstram amplamente este ponto (INBAR, 2012: 2-3).

⁷⁰The prominence of the Muslim Brotherhood in Egypt and its seemingly great international acceptance will bolster the cause of the radical Islamists all over. An Islamist takeover of Egypt would create a strategic earthquake, strengthening the radical axis in the Middle East and possibly reviving an Arab military coalition against Israel.

O despertar das revoltas árabes tem demonstrado a força do Islão e, ao mesmo tempo, a radicalização entre os muçulmanos e os não-muçulmanos tem-se intensificado internamente em cada país que passou pela Primavera Árabe e, mais especificamente, no Egito. Isto representa a incapacidade dos Governos atuais de se manterem imparciais ante as diferenças e de estabelecerem leis que atendam o conjunto da sociedade e que tenham como base o respeito às individualidades, religiões e culturas de cada indivíduo ou grupo.

A opressão sofrida pela população ao longo dos vários anos de regimes ditatoriais foi o caminho para que ocorresse a Primavera Árabe. Há muitos anos, a população desses países vinha sofrendo com as arbitrariedades cometidas pelos seus Governos. As revoltas recentes já vinham a ser preparadas desde há bastantes anos e só precisaram de um estopim para aqueles que, tendo chegado ao limite do aceitável, tomassem coragem para enfrentar a situação, indo para as ruas.

A autoimolação do jovem tunisino chamou a atenção dos demais jovens e da população árabe porque ocorreu uma identificação de motivos. Não foi a autoimolação em si ou o *Facebook* ou o *Twitter*, que fizeram a revolução. As redes sociais tiveram a sua importância, mas não foram a causa necessária para o desencadear da revolta. Elas foram, apenas, instrumentos para divulgar aquilo que havia sido construído ao longo de muitos anos sob a tutela de Governos fechados, corruptos e incapazes de resolver os seus problemas internos.

As causas que levaram aos protestos violentos, foram preparadas durante muito tempo. Cada Governo autoritário e corrupto criou a pré-disposição para aquilo que o Ocidente designa como Primavera Árabe. O descaso dos Governos árabes para com a sua população resultou nos protestos e guerras internas que duram até hoje.

O Egito, por exemplo, vive o caos político, económico e social. Tudo parece incerto naquele país pois, com a nova Constituição, que já não está em vigor, a tendência consistiu em fundamentar-se na fé. Tudo ficou indeterminado e agravou a crise que começou a aparecer mais claramente, como afirmou em 2013 o então ministro da Defesa do Egito, o general Abdel Fattah el-Sisi:

A atual crise no Egito 'pode conduzir a um colapso do Estado', afirmou nesta terça-feira o ministro da Defesa, o general Abdel Fatah al Sisi [*sic*], que acrescentou que o exército se ocupará de proteger as infraestruturas vitais, sobretudo o canal de Suez, após cinco dias de confrontos sangrentos no país.

O ministro, também comandante das forças armadas, se referia aos últimos distúrbios no país, que deixaram ao menos 52 mortos e centenas de feridos, sobretudo nas províncias situadas no Canal de Suez, no nordeste do Egito.

'O prosseguimento do conflito entre as forças políticas e suas divergências sobre a direção do país podem conduzir a um colapso do Estado e ameaçar as gerações futuras'... (REDAÇÃO, 2013C, texto digital).

As dificuldades que o Egito está a passar são reais. A própria expectativa aquando do início dos protestos não se concretizou, de facto. Os jovens que estiveram na Praça Tahrir tinham, na verdade, objetivos frágeis que não se sustentaram no pós-revolução. Isto é, o grande projeto para a maioria era pôr fim ao Governo de Hosni Mubarak. Quando o Governo ruiu, os objetivos esgotaram-se.

As pessoas que enfrentaram a violência para pôr fim a um regime político, não estavam verdadeiramente organizadas, mas ligadas a grupos, facções sem qualquer espécie de ideal ou compromisso comum, na medida em que aquilo que havia era só um agrupamento de indivíduos com objetivos muito diferentes, que se juntaram apenas para participar da revolução, mas sem nenhum vínculo ideológico comum.

Muitos lutaram ao lado de determinado grupo, tendo como único propósito unificador a queda do Governo. Não havia uma comunhão de interesses e nenhum projeto para o futuro. Na ausência de causas comuns, apareceram as divergências que acabaram por destruir aqueles grupos, pois uma associação política, social ou de qualquer outra espécie, só terá existência sólida se tiver laços comuns que unem os seus integrantes.

Num primeiro momento, o lado muçulmano foi o único lado representado no governo do Egito. Em contrapartida, os objetivos de outras pessoas ficaram de fora e, hoje, continuam a enfrentar leis pouco flexíveis. Toda essa amálgama de problemas pode agravar ainda mais a situação socioeconómica da população, que necessita de trabalho e de expectativas de futuro.

Quanto às hipóteses de um futuro melhor elas são imprecisas. A tendência é o retorno ao princípio, isto é, aquele que criou as condições para

que ocorresse a insurreição. O Governo de hoje não é formado pelos revolucionários de ontem, pois a partir do momento em que assumiram o poder, deixaram de o ser, independentemente da ideologia.

Em virtude de o atual Governo dirigir o país de modo bastante autoritário, uma boa parcela da população deixou de estar representada. Tal situação faz aumentar o quadro de instabilidade interna e afugenta o investidor externo, o que pode comprometer o bem-estar do país e da população em geral. Quanto maiores forem as rivalidades internas, maiores serão as dificuldades que o Egito enfrentará para se reerguer.

Como a situação interna é bastante tensa, de modo que há várias posições divergentes dentro do Estado, isto acaba por aumentar a instabilidade regional. Conforme a situação se agrava, a violência e o conflito poderão atravessar as fronteiras. Numa situação como esta, haverá mais um país em Guerra Civil, o que ampliará as possibilidades de se iniciar uma guerra regional com consequências trágicas para o Médio Oriente e para o mundo.

No caso de a revolta interna do Egito evoluir, no futuro, para uma Guerra Civil, teremos duas guerras de mesma natureza numa mesma região. O Egito e a Síria poderão romper com as barreiras de segurança simbólicas e físicas, que se configuram na região. Numa situação como esta, Israel estará na região entre o Egito e a Síria e, externamente, terá o Irão como a maior ameaça.

Se a Primavera Árabe não surtiu, até hoje, o efeito esperado pelas populações envolvidas, ela conseguiu não só derrubar antigas ditaduras mas, também, delinear um novo cenário para a região. Não se pode negar que as mudanças ocorridas no Médio Oriente, a partir dessa revolução têm alterado, em muito, a política dos Estados envolvidos.

É notório que, inicialmente, quem saiu vitoriosa dessa revolução foi a Irmandade Muçulmana, que assumiu o poder num país importante, como o Egito. Mas, na sequência dos acontecimentos naquele país, ela acabou por ser derrotada pelos militares que voltaram a assumir o poder, tendo eliminado o Governo muçulmano.

A democracia, que os meios de comunicação ocidental tanto divulgaram aquando do processo revolucionário, não aconteceu, nem acontecerá. Não é possível alterar instantaneamente a concepção de política e de cultura de um povo, como supôs o Ocidente. Muitos daqueles que estiveram e ainda estão

fazendo protestos são movidos porque querem um modelo próprio de política e de sociedade.

Não é possível partir do princípio de que o modelo de democracia ocidental sirva para todo o planeta. É necessário levar em consideração a matriz cultural de cada povo e o que ele preza para a sua existência. Seria ingenuidade conceber um país de maioria muçulmana, como o Egito, adotar o modelo ocidental de política, de democracia e de sociedade.

A própria concepção de liberdade não é a mesma para todos os povos. A ideia pode ser a mesma, mas a prática é diferente, pois só é possível definir um conceito de algo a partir de elementos culturais sobreviventes ao longo da História e cultivados no quotidiano dos povos, numa vertente voltada para atender a um chamado que não se remete ao outro lado do mundo, onde também tem o seu conceito e modo de vida pautados por uma liberdade que é só sua.

Os muçulmanos entendem o Islão como um projecto de vida global, que lhes é apresentado por Deus sob a forma de um conjunto de princípios ou valores fundamentais... Contudo, o Islão, do árabe *Islame*, significa, entre outras acepções possíveis do termo que se devem à riqueza de vocabulário da língua árabe, submissão voluntária à ordem universal de Deus. Nesse sentido, é o próprio homem que, pela sua livre e espontânea vontade, decide submeter-se a viver a sua vida com base naquele projecto global (AMADA, 2009: 47, texto digital).

Ao contrário do que geralmente se afirma sobre os acontecimentos de 2011, no Médio Oriente, ou seja, que foram inesperados e deixaram o mundo surpreso, isto não corresponde à realidade e não pode ser analisado dessa maneira. Do mesmo modo, a tendência do surgimento de governos islâmicos também não gera surpresa, pois as ditaduras recentemente destituídas, não deram espaço para a formação da oposição forte e laica e subestimou a capacidade islâmica de chegar ao poder político.

Actualmente, os fundamentalistas disfrutam de uma posição privilegiada porque são a única oposição que apresenta à maior parte dos regimes árabes existentes. Estes regimes, repressivos e autoritários, foram ao longo dos anos eliminando as forças de oposição, como os liberais, seculares e os comunistas. Naquela altura, esses regimes não julgavam que o movimento de revivalismo religioso produzisse uma camada de islamistas profundamente empenhados na política. Eles tornaram-se uma formidável força com que estes poderes se defrontam. Estes mesmos regimes são responsáveis pela criação dos islamistas porque, durante os anos 60

e 70, encorajaram o movimento de islamização como forma de combater o comunismo que era muito popular entre as classes jovens e universitárias. Estas elites nunca pensaram que a oposição viesse das mesquitas, pois achavam o Islão uma força conservadora e quietista, promotora do consenso social (PINTO, 2008: 31).

Na verdade, o grande impulso do ressurgimento islâmico deve ser analisado desde a derrota árabe para Israel, na Guerra dos Seis Dias. O efeito psicológico da derrota nesta Guerra foi forte para os árabes, os quais passaram a acreditar que perderam a Guerra em consequência do afastamento do islamismo e da aproximação dos costumes ocidentais. Em paralelo a esta crença, o nacionalismo árabe ficou desacreditado. Neste contexto, em princípios dos anos de 1970, surgiu o fundamentalismo islâmico como força religiosa e política.

O fim da ideologia nacionalista árabe, somada à sua ineficácia na promoção económica e social e, também, à ideologia e aos regimes autoritários que chegaram ao poder após a colonização europeia, foram incapazes de dar uma resposta positiva aos anseios e às necessidades da população e tornaram-se ineficazes, corruptos, fechados e repressivos.

Diversos factores, quer internos, quer externos ao mundo muçulmano, contribuíram para um ressurgimento religioso mais acentuado a partir dos anos 70. Em termos sociais, o fenómeno religioso é o resultado do fosso entre as aspirações das populações e as oportunidades falhadas. Durante as primeiras décadas de desenvolvimento, os governos conseguiram absorver no mercado de trabalho as forças trabalhadoras em expansão e os novos licenciados. As economias petrolíferas dos anos 60 e 70 ofereciam grandes oportunidades de emprego às populações. Contudo, em finais dos anos 70 e princípios da década de 80, o crescimento desenfreado das populações veio a juntar-se a outras dificuldades – nomeadamente a flutuação dos mercados petrolíferos – afectando seriamente as capacidades de emprego. Um número crescente de jovens e de desempregados, uma massa alienada, veio, assim, a constituir terreno propício ao recrutamento de islamistas (PINTO, 2008: 31-32).

Do mesmo modo que foi sendo preparado o terreno para os islamistas chegarem ao poder, desenvolveram-se no Médio Oriente, dois projetos opostos, isto é, um projeto árabe muçulmano e um outro, judaico. Estes dois projetos chocam frontalmente e, para ambos os lados, está presente a ideia de ameaça à identidade e à cultura de cada um.

As diferenças existentes entre as culturas árabe e israelita tornar-se-ão tendencialmente mais visíveis quando as consequências da Primavera Árabe

tiverem sido totalmente expostas. A conclusão dos protestos que marcaram o Médio Oriente, em 2011, irá demarcar uma nova face para a região.

Percebe-se uma nova formação geopolítica e geoestratégica na região, como consequência dos últimos acontecimentos, mas não é possível dizer, com exatidão, quais serão as mudanças suscitadas pela revolução e quando elas estarão concluídas, mas é possível afirmar que o modelo de democracia ocidental não será adotado integralmente e que aumentará o número de países administrados por Governos com fortes laços com a religião islâmica ou, ainda, incapazes de manter uma efetiva unidade nacional, como é o caso da Líbia, que é um Estado formado por várias tribos.

É possível verificarmos, no gráfico que passamos a apresentar, que os principais Estados árabes se encontram atrelados, política e socialmente, à religião muçulmana. No entanto, as diferenças entre sunitas e xiitas dividem aqueles povos.

GRÁFICO 2

	Shia	Sunni
Regimes of Major Nations	Iran Iraq Syria	Saudi Arabia Egypt Turkey
Some Major Organizations	Hezbollah (Lebanon) Mahdi Army (Iraq)	Al Qaeda & affiliates Muslim Brotherhood

Fonte: The Gray Area, 2014.

A nova cara do Médio Oriente poderá ser formada de modo mais coerente do que o foi no passado. Cabe salientar que usamos o conceito de coerência no sentido de ele ser mais próximo à realidade cultural de todos aqueles povos e não no sentido de “julgar” entre o bem e o mal a partir de uma concepção ocidental, pois isso não é possível hoje e, também, vai depender da perspectiva de cada povo de acordo com a sua formação histórico-cultural.

É nessa possível alteração da região que Israel deverá estar atento e ser capaz de se antecipar com uma proposta de paz viável para todos os envolvidos. Esta é uma estratégia indispensável, pois após serem estabelecidas as mudanças na região e confirmadas todas as hipóteses acerca

dos Governos islâmicos, Israel enfrentará sérias dificuldades na medida que parte dos regimes políticos não serão mais determinados pelo Ocidente e, mais especificamente, pelos EUA, à semelhança do que aconteceu no passado.

A mão norte-americana esteve e ainda está sobre muitos países tais como o Egito e, de certo modo, ainda permanece ditando as regras. Tudo, ou quase tudo, aquilo que foi feito com a interferência ocidental e norte-americana, foi pensado, antecipadamente, na situação de Israel de modo a beneficiar a realização de projetos por parte deste Estado.

Ao romper com essa tradição, Israel estará mais vulnerável ante o inimigo e isto representa perigo. Se Israel sentir que está fragilizado, as ameaças não irão cessar. O mundo árabe sentirá tal situação e poderá tentar um ataque, mas a resposta não será frágil. Uma radicalização, por parte de Israel, poderá destruir os laços amigáveis no que tange a situação entre os EUA, a UE e as novas lideranças do pós-Primavera Árabe.

Em contraste com o completo isolamento registrado durante os ataques a Gaza entre 2008 e 2009, a última ofensiva de Israel desencadeou uma verdadeira peregrinação de líderes regionais ao território palestino. Ministros da Tunísia, parlamentares líbios, diplomatas turcos, representantes da monarquia do Qatar e, acima de tudo, Hisham Qandil, primeiro ministro e chefe do governo egípcio, bateram ponto na área conflagrada. Ou seja, o apoio a Gaza, até pouco tempo uma iniciativa exclusiva de sírios e iranianos, está se tornando regra no mundo árabe e islâmico (CAMARGOS & SAUDA, 2012, texto digital).

Já é possível, hoje, ver certas alterações no mundo árabe. O passado recente regista a forte influência de grupos como o Hamas, a Jihad Islâmica e o Hezbollah, os quais formavam o bloco de combate a Israel, juntamente com a Síria e o Irão. Nos dias atuais, os protagonistas tradicionais continuam a ter importância, mas a verdade é que as novas lideranças governamentais, fruto da Primavera Árabe, estão a formar um bloco mais compacto em torno da Palestina, por exemplo, e contra Israel.

As novas forças políticas árabes têm mostrado mais coesão quando se trata de negociações sobre os problemas da região. Os antigos regimes, herdeiros dos Acordos pautados por interesses individuais, não ousavam desafiar o poder ocidental, que os financiava. Havia um compromisso mútuo entre alguns países árabes, o Ocidente e Israel. O pacto existente dava

sustentabilidade à política israelita e, também, mais segurança, pois o Governo israelita conhecia o que estava acertado com os Estados, tais como o Egito e a Jordânia. Hoje, há expectativas e poucas, ou nenhuma, certeza.

Hoje em dia, os tratados de paz com o Egito e a Jordânia estão sob grande tensão, com as forças internas anti-Israel, especialmente os islâmicos, torna-se mais influente e vocal. Os militares egípcios, ainda estão no controle do país, anunciou o seu apoio para manter os compromissos internacionais do Egito. Mas, mesmo se o vetor da política egípcia não mudar drasticamente em um futuro próximo, o atual regime é mais fraco do que o anterior e, com toda a probabilidade, não deseja ser sobrecarregado com a relação com Israel. A 'paz fria' pode, portanto, tornar-se ainda mais fria. Da mesma forma, a Jordânia pode preferir manter Israel no comprimento do braço, para não se expor a críticas por opositores radicais (INBAR, 2012: 8-9)⁷¹.

Israel esbarra inevitavelmente com uma formação de Governos regionais, cujas negociações de Acordos serão mais complexas do que todas aquelas que tiveram lugar até ao momento. Trata-se, pois, de um rearranjo interno de Estados numa perspectiva islâmica. Neste contexto, não há uma linha divisória entre a religião e a política.

Um Estado islâmico tem, na sua essência, a rejeição da concepção ocidental de mundo. A ordem mundial aceite pelos islamitas fundamentalistas é aquela que está de acordo com a sua religião e isto implica uma visão rígida e praticamente sem nenhuma abertura para negociar com um outro Estado não islâmico. Segundo Sayyid Qutb, ideólogo do fundamentalismo islâmico,

nós não devemos ser derrotados, de tal modo que começamos a procurar semelhanças com o Islã nos sistemas atuais ou em algumas religiões atuais ou em algumas ideias atuais; nós rejeitamos esses sistemas no Oriente, bem como no Ocidente. Nós rejeitamos todos eles, como de fato eles são regressivos e em oposição à direção para a qual o Islã tem a intenção de levar a humanidade (QUTB, s.d.: 136-137)⁷².

⁷¹Nowadays, the peace treaties with Egypt and Jordan are under great strain as anti-Israel domestic forces, particularly the Islamists, become more influential and vocal.²⁵ The Egyptian military, still in control of the country, has announced its support for keeping Egypt's international commitments. But even if the vector of Egyptian politics does not change dramatically in the near future, the current regime is weaker than the previous one and, in all likelihood, does not wish to be burdened with the Israeli relationship. The "cold peace" might, therefore, become even chillier. Similarly, Jordan might prefer to keep Israel at arm's length so as not to expose itself to criticism by radical opponents.

⁷²We ought not to be defeated to such an extent that we start looking for similarities with Islam in the current systems or in some current religions or in some current ideas; we reject these systems in the East as well as in the West. We reject them all, as indeed they are retrogressive and in opposition to the direction toward which Islam intends to take mankind.

Os fundamentalistas islâmicos querem o esfacelamento do modelo ocidental de organização do mundo. Não há nenhum apego deles ao modelo ocidental que faça arrefecer esse ideal. A lástima fundamentalista centra-se na ousadia ocidental de usar de “má fé” com o seu povo e com o mundo. Os fundamentalistas responsabilizam o Ocidente e os judeus sionistas pelos desarranjos mundiais. De facto, o Ocidente impôs-se e ditou regras em várias regiões do planeta.

Ademais, há ainda que se considerar a hegemonia do Ocidente com suas ferramentas de dominação e invenção simbólica do outro no processo forçado de exportação do modelo de Estado nacional às sociedades orientais, africanas e polinésias. O resultado, muitas vezes, fora o total desencaixe entre tais instituições exportadas pelo Ocidente, como criação simbólica, gerando mimetismos institucionais por parte de sociedades clânicas e tribais em várias regiões do mundo. Sucessivos golpes de estado, instabilidades sociais e políticas muitas vezes também atreladas a crises econômicas seriam frutos imediatos de vários mimetismos institucionais exportados pelo modelo ocidental de imposição a vários países fora do eixo central das Relações Internacionais (CASTRO, 2012: 102).

A região passa por uma fase febril provocada pelas últimas mudanças e por aquelas que ainda estão em curso. Os islamitas chegaram ao poder no Egito, e lutam pelo poder na Líbia e na Tunísia, estando a Síria a ser disputada entre sunitas e xiitas. No novo eixo que está a se formar, no qual os sunitas estão em vantagem, num primeiro momento poderá ser interessante para Israel e os EUA ante a possibilidade de isolamento do Irão e do Hezbollah, porém isto poderá acontecer apenas na primeira fase.

É praticamente impossível o Hamas aproximar-se do Ocidente, o que inviabiliza o rompimento dos laços que mantém com o Irão e com o Hezbollah. Há, como possibilidade, a China e a Rússia, mas estes dois países apoiam o atual Governo sírio, o que exigirá importantes negociações no futuro para que um grupo como o Hamas possa romper definitivamente com Teerão e o Hezbollah.

O Hamas acredita ser o responsável pelas futuras mudanças na região, pois crê ter natureza revolucionária e, até ao momento, é o lado religioso, do qual esse grupo pertence, que tem sido o vencedor da Primavera Árabe. Paralelo a esses últimos acontecimentos, há uma perda de confiança muito grande principalmente pelos palestinos, em relação a conquista da paz pela via diplomática.

A *Folha de São Paulo* online, de 10 de Dezembro de 2012, faz uma análise sobre o reconhecimento tardio do Estado da Palestina como Estado não membro da ONU. Na sequência, traz um relato de um padeiro de Ramallah, que diz o seguinte:

Embora, em novembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas tenha votado pelo reconhecimento da Palestina como Estado não membro, analistas consideraram que a decisão chegou tarde demais, em vista do novo estado de ânimo reinante na região. [...]. 'A resistência', disse Tha'er al-Baw, 23, aludindo ao Hamas, 'mostrou que é melhor do que o campo que negocia. Nos tempos de Arafat, pensávamos que seria possível chegar à paz pelas negociações. Hoje ninguém mais acredita nisso (FARQUHAR, 2012, texto digital).

Ocorreu, há já bastante tempo, a transferência de credibilidade da população árabe para os grupos islâmicos. Esses ocuparam o vazio de poder deixado pelos Estados como é o caso do Líbano, onde o Hezbollah é aceite até mesmo por outras confissões religiosas. Na Palestina, a confiança dos palestinianos foi transferida para o Hamas.

Em meio à violência e ao medo constantes, os palestinianos perderam a confiança naqueles que deveriam proporcionar-lhes proteção. As Intifadas foram determinantes para que ocorresse a transferência de poder para o Hamas. A imagem mundialmente conhecida do menino palestiniano, morto por soldados israelitas, foi um referencial para que até o poder paternal fosse transferido para o Hamas.

Ao ver uma criança ser morta nos braços do pai, como foi o caso de Mohhamed al-Dura, segundo um psiquiatra da Faixa de Gaza, Eyad el Sharraj, as crianças perderam o referencial do pai protetor que já não conseguia proteger os seus filhos ante os fortes confrontos armados. O papel de protetor foi transferido para o Hamas, de acordo com o psiquiatra.

As crianças anseiam por armas e, posteriormente, algumas delas identificam-se com os activistas armados porque manifestam exercer poder. Quando a imagem do pai como símbolo do poder é destruída, as crianças precisam se identificar com novos símbolos e os novos símbolos do poder são os militantes armados (CYMERMAN, 2004: 55).

Continua o psiquiatra:

Na segunda Intifada quem substituiu ao papel do pai é um grupo organizado, o Hamas. O grupo converteu-se em pai. Realizámos um

estudo com rapazes de doze anos e perguntámos quais eram os seus anseios. 24 por cento dos rapazes disse desejar converter-se em mártir. Os homens-bomba da actualidade são um resultado da Primeira Intifada que começou em 1987. O rapazinho que atirava pedras passou por diversas situações traumáticas, incluindo a identificação com um novo poder depois de ver destruída a imagem do pai como figura de autoridade. Soma-se a isto a perda da esperança, a desilusão quanto ao processo de paz e o profundo trauma da psicologia palestina (CYMERMAN, 2004: 55).

Os acontecimentos atuais não representam novidade, pois são apenas fases de amadurecimento de vários passados, cronologicamente separados. Outrora, houve mais administração de situações complexas do que a resolução das mesmas e, no presente, ao que tudo indica, as atitudes permanecem as mesmas.

O mundo continua a acreditar numa revolução democrática no mundo árabe. Israel permanece na sua política de “linha dura”, na qual impera a Lei de Talião. Neste sentido, não há uma verdadeira preocupação em solucionar os problemas pendentes com os Estados vizinhos.

Não há coerência entre a política israelita e a paz e isto também se aplica aos seus vizinhos árabes. Quando há uma verdadeira sintonia entre a política e a proposta de paz, os laços de confiança começam a se estabelecerem, mesmo que no princípio de modo mais frágil, mas com o tempo, começam a ser fortalecidos através do cumprimento de compromissos assumidos e do respeito mútuo.

Ao deflagrar a Primavera Árabe, tornou-se mais visível aquilo que ainda estava oculto, ou seja, o modelo da nova configuração geopolítica da região. Combateram-se muito os atos terroristas, mas os especialistas, inclusive os israelitas, não foram capazes de perceber que o Médio Oriente estava a passar por uma transformação como consequência da ausência do Estado e a partir de princípios religiosos muito fortes.

Ao longo dos anos, Israel construiu um aparato de inteligência grande e sofisticado. No entanto, a instabilidade no Médio Oriente veio como uma surpresa. Autoridades israelitas tinham especulado nos últimos anos que a sucessão próxima de envelhecimento de Mubarak poderia transformar o Egito em uma "porta seguinte para o Irão." Mas esta conjectura foi anulada pelas previsões de analistas de inteligência israelitas e especialistas académicos para uma transferência de potência. Da mesma forma, Israel não conseguiu medir a força da oposição na Síria. Este é um lembrete austero do potencial de mudança rápida e incerteza política no Médio Oriente. Surpresas estratégicas, como improváveis como são, ainda podem acontecer. Por isso, é sempre necessário se preparar para uma variedade de

cenários, em particular os de pior caso. Além disso, Israel deve tomar maior cuidado ao considerar situações improváveis, mas gravemente ameaçadoras (INBAR, 2012: 7-8)⁷³.

A evolução dos conflitos no Médio Oriente pode ser verificada através dos dois mapas que passamos a apresentar:

⁷³Over the years Israel has built a large and sophisticated intelligence apparatus. Nonetheless, the unrest in the Middle East came as a surprise. Israeli officials had speculated in recent years that the forthcoming succession of an aging Mubarak could turn Egypt into an 'Iran next door.' But this conjecture was quashed by the predictions of Israeli intelligence analysts and academic experts for a smooth transfer of power. Similarly, Israel failed to gauge the strength of the opposition in Syria. This is a stark reminder of the potential for rapid change and political uncertainty in the Middle East. Strategic surprises, as improbable as they are, still can happen. Consequently, it is always necessary to prepare for a variety of scenarios, particularly the worst-case ones. Furthermore, Israel must take greater care when considering improbable but gravely threatening situations.

MAPA 4

Middle East 5 Years ago: 2 Wars in Mostly Stable Region



Fonte: The Gray Area, 2014.

MAPA 5

Middle East 2014: Chaos and Regional Wars



Fonte: The Gray Area, 2014.

O facto de a religião islâmica estar suprindo as carências das pessoas e o fosso deixado pelos Estados ou poder legalmente constituído, já era evidente que a tendência religiosa iria prevalecer. Ideologicamente, a religião tem um poder muito grande de persuasão, pois consegue aglomerar um grande número de pessoas, dando-lhes o sentido para a vida. A religião é, na verdade, um grande aglutinador de vontades em torno de uma única ideia, não surgindo a partir do nada, mas de uma fonte sólida e de acontecimentos concretos.

O significado de ideologia na mobilização não é que 'causa que se faça' mas que 'dá uma causa para fazer.' Proporciona fundamentos e garantias à actividade política envolvida. A relação com objectivos e avaliações confere significado às acções políticas, tornando-as compreensíveis para nós e para os outros" (McLELLAN, 1987: 97).

Há, também, um resgate da identidade que se desgastou frente os acontecimentos. Há uma necessidade urgente do ser humano se definir enquanto pessoa que integra e defende tal modelo de vida ou de sociedade. É a busca do próprio *eu* e da dimensão espacial onde ele nasceu, cresceu e age enquanto ser humano que procura encontrar e defender o seu espaço e a religião são o meio propício, porque há uma comunhão de vontades.

As pessoas não vivem só pela razão. Não podem calcular e agir de modo racional à procura do seu interesse próprio sem se definirem. A política do interesse pressupõe identidade. Em períodos de mudanças sociais rápidas as identidades estabelecidas dissolvem-se. É necessário redefinir e criar novas identidades. Às pessoas que perguntam quem são e donde vêm a religião fornece uma resposta indispensável e os grupos religiosos proporcionam pequenas comunidades sociais para substituírem as perdidas aquando do processo de urbanização. Todas as religiões, como disse Hassan al-Turabi, oferecem 'um sentido de identidade e uma direcção na vida'. Neste processo as pessoas redescobrem ou criam novas identidades históricas. Quaisquer que sejam os objectivos universalistas que possam ter, as religiões dão às pessoas identidade, distinguindo entre crentes e não crentes, entre os membros superiores do grupo e os outros, diferentes e inferiores (HUNTINGTON, 2001: 113-114).

Não é possível fugir da realidade. Enfrentar os factos é a solução. Hoje, o islamismo exerce influência sobre os acontecimentos que o Médio Oriente está a viver. Se ela não define a estratégia política, ela influencia ideologicamente e permite que haja uma conjugação entre o ideal nacional e religioso, ambos capazes de dar fôlego a consolidação de um Estado voltado para atender uma maioria, cujos princípios estão voltados para o Islão.

Com o passar dos anos, aumentaram as reivindicações por direitos nos campos territoriais, políticos, económicos e sociais entre as partes envolvidas no conflito. Hoje, essas reivindicações evoluíram e atingem, também, os aspectos culturais, os Direitos Humanos e as Relações Internacionais, sendo que estas últimas necessitam de negociações imparciais e frutíferas para evitar um maior desequilíbrio regional e, quiçá, prevenir o desequilíbrio internacional.

Torna-se impensável a reavaliação da sujeição árabe em prol dos israelitas ou vice-versa. É urgente um entendimento baseado na diplomacia, no qual as armas de guerra possam ser substituídas pelo diálogo conjunto entre os diferentes povos.

CONCLUSÃO

O Médio Oriente debate-se sob a égide de um processo de conflito longo que, inevitavelmente, assola a região e cria expectativas quanto ao próximo embate. As perspectivas de paz são turvas ante as disputas territoriais e de poder que reinam naquela região. O sobressalto maior refere-se às estratégias capazes de levar a paz àqueles povos, cujas identidades se confundem com os antepassados remotos e em nome dos quais, muitas vezes, justificam as suas reivindicações.

Israel é o fruto mais precioso do sionismo que, enquanto ideologia, glorifica o povo judeu e vê os povos vizinhos como uma ameaça à sua existência. Isto constitui, de entre muitos, mais um obstáculo à construção da paz. Enquanto Estado judaico para os judeus, Israel põe em causa, para muitas pessoas, o próprio conceito de cidadania que encontra diferenças significativas entre ser judeu, árabe ou de outra nacionalidade formando, portanto, uma democracia multifacetada.

Os cambaleantes processos de paz, desde Oslo até os dias de hoje, têm passado por períodos marcados pela inércia e, mesmo, pelo retrocesso. Estes Acordos têm sido superados por acontecimentos marcantes como, por exemplo, operações militares e desconfiança mútua, que servem de argumento para não cumprir aquilo que foi estabelecido entre os envolvidos no conflito.

Os fracassos dos Acordos de Paz entre Israel e a Palestina geraram a desconfiança mútua entre os dois povos e atravessaram as fronteiras fortalecendo, assim, a rejeição da maioria dos Estados árabes em relação a Israel. Se, no passado, as Guerras travadas entre Israel, o Egito, a Síria e o Líbano produziram as rivalidades que conhecemos, e que foram reforçadas pela causa palestina.

O Acordo de Paz entre Israel e o Egito, assinado em 1979, foi importante para os dois países mas, na verdade, ele não significa a aceitação absoluta de Israel por parte da população egípcia. O mesmo acontece em relação ao Egito, pois não há como negar a existência da rejeição de um povo em relação ao outro e, mais, a desconfiança não cessa surgindo, deste modo, incertezas quanto à continuidade de tal entendimento.

Em Oslo, viveram-se momentos de expectativa quanto a um futuro de paz entre israelitas e palestinos, mas os Acordos assinados só foram parcialmente cumpridos. A partir do fracasso dos Acordos de Oslo, os processos de paz entre Israel e a Palestina ficaram estagnados. Foram feitas várias tentativas, mas nenhuma delas surtiu o efeito desejado para o estabelecimento da paz, condição essencial para amenizar as hostilidades na região.

Com o passar dos anos, a configuração estratégica do conflito foi alterada através de novos obstáculos, que se desenvolveram com a presença de novos atores. O Hamas, a Jihad Islâmica Palestina e outros grupos irregulares mais recentes, de entre os quais são de destacar as Brigadas al-Nasser Salah al-Deen, as Brigadas Abu Ali Mustafa (as antigas Brigadas das Águias Vermelhas) e as Brigadas Yahya Ayyash, têm polarizado o conflito. Consequentemente, Israel sentiu-se mais ameaçado e passou a determinar as bases da sua segurança com muito rigor, o que levou a um maior estrangulamento da Palestina.

A ofensiva militar de Israel contra os territórios e as principais cidades palestinas, justificada perante a opinião pública mundial como um esforço de destruir a 'infra-estrutura' do terrorismo, certamente não prima por uma visão estratégica e política capaz de conduzir a um futuro consenso, com base em um diálogo mediado por representantes das Nações Unidas e outras organizações internacionais. Apesar da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas favorável à criação de um Estado palestino ao lado de Israel, a tragédia mortífera no Oriente Médio prossegue aparentemente sem solução à vista (RATTNER, 2009: 71).

A construção do *muro de contenção*, por parte de Israel, "sitiou" a Palestina, mas os israelitas encontraram as justificativas convenientes para a existência desse marco de separação entre as duas sociedades, nos atos praticados pelos novos atores regionais. Com isto, a segregação palestina tornou-se mais evidente e reforçou o ideal de luta armada entre os vários grupos insurgentes em território palestino.

O conflito israelo-palestino tornou-se o epicentro de acontecimentos, cujos desdobramentos colocam o mundo em alerta. Com o passar dos anos, este conflito passou a ser o mais forte agregador de vontades do mundo árabe

no combate a Israel e conseguiu superar o pan-arabismo e o nasserismo, idealizados por Gamal Abdel Nasser.

O estabelecimento do Estado de Israel, em 1948, desencadeou a primeira reação conjunta, entre os países árabes, em apoio à Palestina. Isto demonstra o quão é forte o fator de identidade daqueles países em torno de um princípio que atende à prerrogativa de interpretar como ameaça a supremacia de uma nacionalidade incomum na região. Do outro lado, temos uma atitude recíproca.

A partir de então, deu-se o levante árabe contra Israel, que não cessou com as sucessivas Guerras travadas com os seus principais vizinhos. A ineficácia árabe nas Guerras não foi suficiente para dissuadir, principalmente, a Palestina, a Síria e o Líbano de manterem relações hostis com Israel. O Egito, contrariando os seus aliados árabes, assinou um Acordo de Paz com Israel, mas essa paz pode não ser permanente, na medida que enfrenta a rejeição da população.

O quadro de instabilidade regional gera apreensão no mundo. A insegurança paira, na medida que se sucedem os factos conectados a Israel e aos principais vizinhos. Se, outrora, as afirmações em torno de um ideal árabe, de ver Israel fora da região, não se confirmaram na atualidade, esse ideal permanece como um objetivo que vem sendo perseguido há várias décadas.

O não reconhecimento de Israel por boa parte dos Estados árabes coloca em evidência o panorama estratégico de uma região atrelada aos princípios da rejeição israelita, que são imanentes nas sociedades árabes e na própria política desses Estados. Mais do que um elemento de coesão dos Estados árabes, Israel é a representação permanente da fraqueza árabe e das suas derrotas em campos de batalha.

O orgulho ferido dos árabes, somado às humilhações palestinianas e aos desmandos de Israel na região, formam o combustível capaz de manter acesa a chama da intolerância e da insegurança. Neste contexto, as possibilidades para a abertura de um novo caminho em direção à paz tornam-se difíceis, passando a exigir perseverança por parte dos mediadores na condução de negociações multilaterais com vista a um futuro mais harmonioso na região.

O caminho em direção à paz não passa necessariamente pela vontade externa, mas pela necessidade de sobrevivência pacífica do Médio Oriente. Somente uma estratégia voltada para o estabelecimento de Acordos fiáveis e com os ganhos e dividendos partilhados entre todas as partes envolvidas, será possível alterar a situação explosiva da região.

Hoje, após vários anos sem a resolução dos principais entraves ao estabelecimento da paz na região, a situação tornou-se mais complexa. A questão da Palestina continua a ser o principal foco do conflito, mas a falta de solução do mesmo fez com que o seu eixo se deslocasse e criasse ramificações internas e externas.

O conflito no Oriente Médio revela dimensões muito amplas que a questão do Estado para os palestinos, assunto muito polémico entre os próprios judeus e seus partidos políticos, sobretudo quanto à devolução dos territórios palestinos, ocupados após a guerra de 1967 (RATTNER, 2009: 84).

Neste momento, a Palestina continua a ser um grande problema para Israel, mas ela não representa uma ameaça à existência daquele país. A Palestina não possui condições económicas e bélicas para eliminar o seu oponente. Os grupos irregulares palestinianos incomodam e deixam a sociedade israelita insegura, mas não têm capacidade para eliminar Israel.

Embora as hostilidades contra os judeus, na Palestina, continuem fortes, o eixo do conflito que representa a maior ameaça a Israel, deslocou-se para fora do Médio Oriente. O Irão, através das ligações com a Síria e o Líbano, tornou-se uma ameaça assustadora a república israelita e, por conseguinte, é, na atualidade, o ator mais ameaçador para Israel.

Na análise geopolítica da região, há de se considerar a emergência do Irã dos aiatolás, com setenta milhões de habitantes, a maioria na miséria, mas que resiste firmemente às pressões do mundo ocidental para que abandone o enriquecimento de urânio para fins militares. Beneficiado pela bonança dos altos preços do petróleo, o Irã apoia movimentos radicais como o Hezbollah e outros militantes xiitas que subscrevem a doutrina da destruição de Israel (RATTNER, 2009: 84).

Alinhados com o Irão encontram-se aqueles que têm afinidades religiosas e interesses económicos e políticos. Nenhum grupo ou Estado ligado ao Irão está isento da defesa de interesses e de poder. O Hezbollah manifesta

constante apoio ao Irão que, em contrapartida, retribui generosamente com o fornecimento de armas suficientes para equipar os membros do grupo.

O Hezbollah tem no Irã o seu patrono e na Síria sua principal fonte de subsistência. Sem o caminho aberto pelo regime de Assad, o grupo libanês se veria diante de sérios obstáculos para ter armas, dinheiro e se manter em operação. Em sua mensagem, o próprio Nasrallah reconheceu a importância vital da aliança ao classificar a Síria como “ponte” e chamar os mortos no atentado de mártires e parceiros “na resistência a Israel” (REDAÇÃO, 2012e, texto digital).

Há, também, um alinhamento ideológico-religioso entre o Irão e o Hezbollah, que permite a identificação quase que absoluta entre ambos. Esta força política xiita que se desenvolveu no Líbano, influencia de modo decisivo a política deste país e, ao assumir certos papéis na sociedade, que são responsabilidade do poder público, o grupo conquista o apoio dos diferentes segmentos sociais, fragilizando a política nacional do Líbano.

Enquanto força regional, o Hezbollah, sozinho, não ameaça a existência de nenhum país, pois não tem capacidade de destruição total. Porém, não é neste sentido que Israel analisa a questão, isto é, a capacidade de destruição por parte do Hezbollah é ampliada através do seu maior aliado, o Irão.

Neste círculo complexo de alianças contra Israel, aparecem os vários Estados e grupos que têm, como afinidade, a rejeição ao Estado judaico. O Hamas, por exemplo, tem uma ideologia religiosa, que difere da ideologia xiita. O ponto de intercessão entre os oponentes de Israel, na maioria das vezes, encontra-se na nacionalidade árabe, na língua árabe, no desejo de poder, na religião islâmica e no desejo comum de destruir Israel.

A Palestina aparece como o ponto de referência para a congregação da vontade árabe no repúdio a Israel. Numa região marcada pelos excessos de sentidos entre os povos autóctones, Israel é a “nódoa” que não condiz com a região, embora o povo judeu possua também excesso de sentido expresso na sua cultura e na própria defesa da “Terra Prometida”.

Com uma identidade muito forte e enraizada nos antepassados remotos, os árabes e os judeus disputam o poder e o território, os quais se confundem com as suas próprias vidas e encontram em cada passagem histórica a justificação para a posse definitiva do território. Assim, Israel construiu a pátria do povo judaico sem dispensar os mitos, os quais, no passado, serviram como

alicerce do Estado e, hoje, ainda são referenciados como uma parte da História judaica, cuja simbologia alimenta a sociedade e dinamiza o Estado.

O sionismo no seu ideal nacionalista conclamou desde o início, o renascimento da nação judaica e a criação de um Estado judeu para os judeus. 'No ano de 1897, o Primeiro Congresso Sionista, inspirado pela visão de Theodor Herzl do Estado Judeu, proclamou o direito do povo judeu a uma renascença nacional em seu próprio país' (BEN-GURION, 1948, texto digital).

Israel nasceu do “sonho” do retorno à Terra Prometida. As suas próprias identidades, espiritual e cultural, estão entrelaçadas com a história do passado remoto, porém nunca esquecida. A manutenção dos vínculos culturais e espirituais alimentou os judeus da Diáspora, que conservaram viva a crença na sua origem histórica e o desejo de retornar à terra-mãe. Desse modo, no discurso da Proclamação da Independência, David Ben-Gurion deixou claro o elo que liga o seu povo ao território conquistado.

Impulsionados por este vínculo histórico, os judeus lutaram através dos séculos por voltar à terra de seus pais e recuperar seu país. Nas últimas décadas, eles voltaram em massa. Eles recuperaram o deserto, reviveram sua língua, construíram cidades e aldeias e estabeleceram uma comunidade vigorosa e crescente com vida própria econômica e cultural. Eles buscaram a paz, mas sempre estiveram preparados para se defender. Eles trouxeram a bênção do progresso para todos os habitantes do país (BEN-GURION, 1948, texto digital).

A memória judaica é dinâmica e está conectada com o passado, com o presente e com o futuro. Isto é, o discurso do presente é sustentado por elementos recolhidos no passado, mas com projeção para o futuro. A definição da identidade do povo judeu está ligada à memória cultural, que não é algo passageiro, mas duradouro e cujos símbolos são fundamentais na construção da identidade de um povo. Segundo Jan Assmann, a memória cultural é “a faculdade que nos permite construir uma imagem narrativa do passado e, através desse processo, desenvolver uma imagem e uma identidade de nós mesmos” (DOURADO, 2013, texto digital).

Um Estado concebido a partir de um ideal centrado na proteção de um povo, fez da sua herança cultural um projeto de futuro constantemente realimentado através da defesa de um território considerado somente seu. A lembrança do passado tornou-se a proteção da memória utilizada como

aprendizagem e prevenção para o futuro. De acordo com Aleida Assmann, a memória é utilizada para tornar as pessoas conscientes daquilo que podem esperar receber do mundo em que vivem “para que não tenham que inventar a roda e começar do zero a cada geração” (DOURADO, 2013, texto digital).

O modo particular que os judeus encontraram para construir o Estado e proteger o seu povo é, na verdade, uma estratégia de sobrevivência adotada desde a sua independência. Pode-se dizer que se trata de um povo cujo passado influencia certas atitudes que não se restringem aos planos individual ou social, mas ao nível estatal. Israel não é um Estado que fica à espera que um problema seja resolvido por si só ou por interferência externa, que poderá ser demorada. Este Estado tende a responder a um acontecimento quase que instantaneamente, tendo sempre preparado um plano “B” quando se trata de questões importantes ou delicadas.

As características culturais ligadas ao passado têm conduzido a política israelita. Isto talvez não seja identificável à primeira vista, mas não fica oculto se submetido a uma análise mais profunda. Neste sentido, cabe destacar que o modelo de política adotado por Israel tem sido determinante na administração de todos os problemas enfrentados na região, mas não na resolução dos mesmos.

Israel traçou estratégias políticas que se têm repetido durante vários anos e não têm contribuído para melhorar a relação com os Estados árabes que, pelo contrário, em muitas situações têm piorado, como é o caso do Líbano, da Síria e da Palestina. Israel não é um Estado débil, mas tem empregue mal os seus recursos estratégicos. Tem vencido as batalhas, mas não tem conseguido colocar um ponto final no conflito e, conseqüentemente, aumentam os esforços em torno da defesa e da segurança, em paralelo ao crescimento de ameaças.

A sociedade israelita demonstrou grande resiliência ao enfrentar os desafios de segurança nacional no passado. A maioria dos israelitas entende que eles vivem em um lugar violento que tem o potencial para se tornar ainda mais brutal rapidamente. A boa notícia é que, embora o ambiente de segurança regional, tem-se deteriorado, Israel continua a ser um Estado forte. O diferencial de poder entre Israel e seus vizinhos é maior do que nunca, o que permitirá a Israel atender a maioria dos problemas por conta própria. Mas não se engane: Israel está enfrentando um maior isolamento regional, mais terror, ameaças às rotas marítimas, bem como os recursos energéticos no

Mediterrâneo Oriental, e as perspectivas de um Irão nuclear (INBAR, 2012: 59)⁷⁴.

Desde o princípio, foram sendo construídos obstáculos intransponíveis entre Israel, a Palestina, a Síria e o Líbano. Quanto ao Egito, houve uma tentativa de solucionar o problema que, de certo modo, tem dado resultado, mas há um desacordo a nível interno, por parte da sociedade egípcia, que gera insegurança sobre a permanência do Acordo assinado entre Israel e Egito.

Toda a situação transcende o âmbito da legitimação e soberania do território e recai na desobediência difusa de povos cujos Estados determinam uma boa dose das medidas que promovem uma realidade atribulada. Neste contexto, a figura determinante do Estado passa a gerir um patamar de problemas insolúveis.

A crença num poder meramente voltado para o bem comum não é aquela que prevalece no Médio Oriente. Na região, está evidente o conflito territorial e de interesses que acaba por destruir a possibilidade de paz. Quando se determina alguma estratégia na região, vêm à tona os interesses conflitantes de Israel e dos Estados árabes.

No momento de vislumbre de uma possível solidariedade entre todos os seus iguais, surge a panaceia do deslocamento de objetivos que circulam em vias de adotar a posição mais adequada na defesa dos objetivos individuais ou de grupo. Esses interesses não são apenas domésticos, mas também associados ao nível externo. “Como a estabilidade nos países árabes vizinhos de Israel foi abalada, o equilíbrio regional do poder está favorecendo poderes não-árabes. Em paralelo, a capacidade dos Estados Unidos para conter essas marés tem declinado” (INBAR, 2012: 60)⁷⁵.

⁷⁴Israeli society has displayed great resilience facing national security challenges in the past. Most Israelis understand that they live in a rough neighborhood which has the potential to become even more brutish rather quickly. The good news is that, although the regional security environment has deteriorated, Israel remains a strong state. The power differential between Israel and its neighbors is larger than ever, which will allow Israel to meet most challenges on its own. But make no mistake: Israel is facing greater regional isolation, more terror, threats to the sea lanes as well as energy resources in the Eastern Mediterranean, and the prospects of a nuclear Iran.

⁷⁵As the stability within the Arab states in Israel's neighborhood has been shaken, the regional balance of power is favoring non-Arab powers. In parallel, the ability of the United States to stem these tides has declined.

Por ser a maior potência da região, em termos económicos e militares, Israel tem a responsabilidade de traçar, estrategicamente, uma política interna e externa capaz de direcionar os objetivos para a paz, pois este Estado somente terá segurança a partir do momento em que a sua política estiver orientada para encontrar uma solução para o conflito no qual está envolvido.

A proposta para uma estratégia voltada para a paz requer habilidade e paciência para transmitir gradativamente gestos de confiança, os quais, com o tempo, terão que ser validados pelo compromisso de manter cada Acordo assinado. A questão a ser levada em consideração também é o compromisso de resgatar a confiança perdida entre todos os povos envolvidos. Em cada negociação realizada entre os Estados, a sociedade tem que estar ciente do que está a ser tratado bem como da necessidade de um esforço conjunto em prol do fim do conflito e de um ambiente pacificado. É inadequado pensar que o Estado, sozinho, sem a participação da população, vai conseguir superar todos os obstáculos à paz. Uma vez que o conflito é inerente à sociedade, é fundamental um Acordo com o aval coletivo.

Israel não nega a possibilidade de um Estado palestino, mas impõe restrições. As imposições israelitas limitam a abertura de um processo de negociação com a Palestina e, por extensão, com os demais Estados árabes. É no contexto das deliberações que ocorrem, também, as violações dos Acordos que, por este motivo, travam quaisquer possibilidades de entendimento entre as partes direta ou indiretamente envolvidas.

Um Acordo rompido entre Israel e a Palestina, por exemplo, tem reflexos nos demais atores regionais e, por conseguinte, acelera o processo de rejeição entre os povos, fragilizando o Estado enquanto entidade reguladora dos assuntos internos e externos. Toda a credibilidade que uma população deposita no Estado, enquanto ator que age na esfera internacional em defesa da sua segurança e autonomia, acaba por ser reduzida na medida em que ele não conseguiu conduzir as negociações de modo positivo.

Há uma desapropriação do caráter de confiança gerado, interna e externamente, em relação ao Estado. A esfera pública torna-se o cenário de grandes debates individuais centrados na defesa de interesses próprios. Ao se ter efetivado este tipo de procedimento, sempre haverá um ou mais lados envolvidos que sairão perdedores e isto rompe com a confiança mútua.

A situação entre Israel e os seus principais vizinhos é muito sensível. Uma estratégia que visa pôr fim ao conflito tem que ter em consideração todos os pontos essenciais do conflito, com ênfase para aqueles que envolvem Israel e a Palestina.

Donde se pode inferir que negociações de paz no Oriente Médio só serão viáveis quando houver um acerto da situação com os palestinos, implicando em concessões territoriais inevitáveis. Mesmo os países árabes que estabeleceram relações diplomáticas com Israel, Marrocos, Jordânia e Egito continuam a pressionar para que se chegue a um acordo com os palestinos (RATTNER, 2009: 83).

É importante analisarmos que a estratégia para a paz não envolve apenas Israel e a Palestina, mas os outros países que, internamente, produziram novos atores que, independentemente do Estado, também combatem Israel. Trata-se, portanto, de um conflito complexo, no qual as forças estatais caminham lado a lado com as forças não estatais.

Hoje, qualquer estratégia voltada para pôr fim ao conflito passa por negociações multilaterais, nas quais todos os envolvidos têm que manter abertas as portas do diálogo. Não é possível uma estratégia funcionar se ficarem excluídos do processo de negociações os atores que exercem influência na sociedade de cada um dos países envolvidos. Há quem considere impossível negociar com grupos como o Hamas e o Hezbollah mas, independentemente dos juízos de valor, a verdade é que estes dois grupos, por exemplo, são influentes nas sociedades palestina e libanesa. O poder que eles têm foi legitimado pelas suas próprias sociedades e, se eles forem excluídos das negociações, qualquer atitude tomada por eles poderá desarticular as conversações e, ainda, conquistar mais força no seio das sociedades a que pertencem, gerando assim uma nova onda de violência. Esta talvez seja uma das etapas mais difíceis, visto que os grupos irregulares são resistentes a qualquer tipo de negociação.

A condução estratégica para o apaziguamento da região, na verdade, ultrapassa hoje, as dimensões iniciais do conflito, ou seja, a disputa territorial entre Israel e a Palestina. O território continua a ser o eixo condutor do conflito, mas o grande foco, ou risco, para Israel, não está na Palestina, mas nos inimigos que estão nas fronteiras ou fora da região, como é o caso do Irão.

Hoje, o conflito atingiu um grau maior de expansão e criou ramificações internacionais. Israel tornou-se o elo que une ou desune o mundo árabe e islâmico. Isto é, todos os atores que rejeitam Israel, se aproximam dos árabes, e todos aqueles que apoiam aquele país, são inimigos dos povos árabes e da religião islâmica. É o compasso de um jogo, cujos intervenientes definiram com quem estão a jogar.

Os problemas têm que ser equacionados à mesa das negociações com base na razão e na imparcialidade. É o momento do escrutínio da verdade sobre todos os envolvidos no conflito, bem como a condução do diálogo aberto e capaz de direcionar a abertura de novas perspectivas para a solução de problemas antigos e atuais.

Uma solução negociada é o único meio para desarticular possíveis acontecimentos capazes de minarem um Acordo de Paz. O estabelecimento da confiança entre todos os envolvidos é de extrema importância e está na dependência da seriedade do tratamento dos problemas que envolvem os atores principais.

O respeito ao compromisso assumido por todos os países envolvidos é o caminho a ser seguido quando o objetivo é deixar de alimentar as animosidades numa região tão volátil como é o Médio Oriente. O cumprimento dos futuros Acordos vai determinar os próximos passos da região, cuja indeterminação afeta todos os Estados envolvidos e coloca o mundo em estado de alerta.

Neste contexto, é a Israel, como o Estado mais poderoso da região, cabe tomar a iniciativa de estimular a criação de uma nova atitude frente aos seus vizinhos árabes. O princípio dessa mudança passa por dar menor importância ao Estado ideal e judaico, no qual todas as ideologias parecem convergir para um mesmo lugar. Isto é, em busca de um mesmo objetivo que se revela na defesa incontestável de um Estado iminentemente judaico e superior aos árabes.

Enquanto democracia representativa na região, Israel necessita restabelecer um pensamento interno desvinculado do princípio da discriminação e da superioridade étnica e cultural. Os próprios partidos políticos têm o dever de zelar pelo reconhecimento não apenas do seu Estado, mas pela garantia de uma democracia mais próxima da defesa de direitos

igualitários dos cidadãos, independentemente de etnia ou cultura. Isto também é um caminho para encontrar a paz e a segurança, tão necessárias a árabes e a judeus.

A comunhão de vontades em torno de um objetivo único não é um atributo comum entre Israel e os seus vizinhos o que, por ser assim, aumenta a desconfiança e solidifica, ainda mais, as rivalidades. A cada negociação falhada cresce a frustração nas sociedades israelita e árabe e aumentam as dificuldades de entendimento sem, ao menos, os obstáculos iniciais terem sido superados.

Formalizar uma negociação é, na verdade, pôr em campo uma estratégia voltada para o diálogo direto e franco entre todos os envolvidos. Num primeiro momento, torna-se necessária a resolução do conflito israelo-palestiniano através de negociações bilaterais. O bom andamento destas criará condições para reduzir a rejeição por parte dos outros Estados vizinhos de Israel e abrirá espaço, no futuro, para as negociações multilaterais, cujo objetivo consistirá em estabelecer Acordos a partir de uma nova proposta, nos quais esteja contemplada a renúncia a todas as formas de provocação e de violência.

A ascensão de uma nova maneira de conduzir a resolução dos problemas entre árabes e judeus passa pela garantia de uma estratégia que priorize a junção de objetivos comuns e a busca constante de vontades capazes de superar a cultura beligerante. A recuperação da confiança entre Israel, a Palestina, a Síria, o Líbano e o Egito é algo a ser conquistado a longo prazo.

Ao se propor uma estratégia capaz de romper com os estímulos que levam ao conflito, é necessário repensar até mesmo o modo de ensino israelita e, também, árabe. A “diabolização” do Outro não pode ser mais incentivada nos livros didáticos ou através de histórias contadas pelos mais velhos às crianças e aos jovens.

A imunidade de uma defesa repleta de sistemas “falsos”, do ponto de vista estratégico, deve ser eliminada. Isto porque todo o aparato de segurança e de defesa, principalmente por parte de Israel, não tem surtido efeito e as estratégias adotadas até hoje contra os “inimigos” têm tendência a apontar o

opponente como o único responsável pela situação vigente, sendo que, em relação aos demais países, a situação não é muito diferente.

As políticas internas de Israel, da Palestina, do Líbano, da Síria e um pouco menos do Egito, expõem todas as contrariedades existentes em relação ao inimigo. Neste aspecto, a política é utilizada, também, como estratégia de diabolização do adversário. Esta é uma manobra que só serve para ampliar o quadro caótico de todos os envolvidos no conflito, que é alimentado pelas querelas regionais, ganhando, contudo, proporção e forma internacionais.

Quanto mais Israel avançou nos mecanismos de segurança e de monitoramento da vizinha Palestina, maior foi a adesão dos cidadãos árabes determinados a combater este país. Isto não é diferente em países como o Líbano ou a Síria. O modelo de segurança adotado por Israel acabou por ampliar as barreiras que dificultam o entendimento com os seus vizinhos e, de certa maneira, proporcionou o alinhamento entre os grupos rivais internos, tal como aconteceu durante o Governo de Ariel Sharon.

A repressão 'linha-dura' de Sharon levou a uma aliança estratégica entre os grupos armados opostos no cenário político palestino. A investida do exército de Israel nos territórios impediu os militantes nacionalistas (Tanzin, Brigadas dos Mártires de Al Aqsa) e os extremistas islâmicos (Hamas e Jihad) a superarem suas diferenças ideológicas, atuando como uma frente comum e deixando temporariamente as disputas sobre as características do futuro Estado Palestino (RATTNER, 2009: 77).

A própria superioridade econômica e tecnológica de Israel acaba por inserir o país no *hall* daqueles que têm o passado e o presente marcados pelo conflito e, o que é pior, com a projeção deste cenário para o futuro. Não será através de um aparato de vigilância e de armas diversificadas que a paz entre os adversários se tornará uma realidade. A análise para a resolução dos principais obstáculos é indispensável para elaborar uma proposta de paz.

Mesmo no caso hipotético de um acordo de paz, as negociações sobre a desocupação do território da margem ocidental, com o desmantelamento dos assentamentos, a divisão de Jerusalém e, sobretudo, a questão do retorno dos refugiados, enfrentarão obstáculos praticamente insuperáveis (RATTNER, 2009: 79).

Os impasses que têm impedido uma política imparcial por parte de Israel e dos países árabes são consequência dos interesses particulares de cada país que têm prevalecido sobre o bem comum da região. No que se refere a

esta questão, não há atores isentos de responsabilidade, pois cada Estado tenta, a seu modo, a vitória que se reduz, na verdade, à vitória moral respaldada pela posse do território e o afastamento do Outro.

A intolerância é parte integrante da relação que foi se estabelecendo ao longo dos anos entre Israel e os seus vizinhos. A incapacidade de solucionar os problemas mais antigos acabou por beneficiar o surgimento de outros a partir daqueles já existentes. As expectativas frustradas, como Oslo, tornaram-se combustível para aumentar as hostilidades regionais e, hoje, parecem obstáculos intransponíveis a serem superados.

A revisão e a análise de todas as medidas adotadas até hoje, para solucionar o problema israelo-árabe, conduz-nos a uma estreita relação de interesses e de poder que têm travado os diversos Acordos de Paz e incapacitado uma solução negociada para resolver as demandas na região. Têm prevalecido as estratégias voltadas a atender os interesses internos a partir de ideologias nacionalistas, muitas vezes sustentadas por mitos e por histórias de antepassados, como é o caso de Israel.

Noções israelitas de pátria e nação, são complicadas pela ambivalência do judaísmo e, por vezes, as diferentes interpretações que dão a eles através da Bíblia, bem como fortes influências ocidentais nos atuais fundadores sionistas e penderes a diversidade deve ser abordada com cautela. Em hebraico, vários termos podem designar conceitos muito próximos (ENCEL, 2011: 318)⁷⁶

O sionismo tem, como respaldo, a história remota para justificar a existência de um “Estado judaico para os judeus”. Em contrapartida, o lado árabe também reivindica um território palestino, no qual estão enraizados, para além das questões históricas, o resgate da moral árabe frente a Israel e, mesmo, ao Ocidente.

No âmbito das reivindicações e interesses surgem elementos como a religião, que não está na origem do desentendimento entre árabes e judeus, mas hoje faz parte do conceito estratégico. Mais do que a aquisição de um espaço territorial, este é idealizado, também, para implantar a religião de

⁷⁶Les notions israéliennes de patrie et de nation, rendues complexes par l' ambivalence du judaïsme et par les interprétations parfois divergentes qu' il donne d' elles à travers la Bible, ainsi que par les fortes influences occidentales sur les courants sionistes fondateurs et leur exceptionnelle diversité, doivent être abordées avec prudence. En hébreu, plusieurs termes peuvent désigner des concepts très proches.

eleição de maioria islâmica, como se verifica ao analisarmos os objetivos do Hamas, na Palestina.

Em Abril de 2015, veio à tona a denúncia de que o Hamas pretende criar um Estado na Faixa de Gaza separado do restante da Palestina. O estabelecimento deste Estado faz parte de negociações entre o Hamas e Israel. Embora as lideranças do Hamas tenham negado que tenha havido qualquer tipo de negociação com Israel, Ahmed Majdalani, da Frente Luta Popular (facção ligada à OLP), afirmou que esta é uma ideia que surgiu há dez anos e que o autor foi o Ariel Sharon. Na época, Sharon fez a proposta ao Hamas quando Israel se retirou da Faixa de Gaza. Para Majdalani, “o Hamas tem trabalhado para criar um ‘emirado islâmico’ na Faixa de Gaza” (REDAÇÃO, 2015, texto digital)⁷⁷.

Uma Palestina islâmica representa a conquista de mais um espaço para o Islão e atende as suas expectativas de expansão. Neste sentido, um único espaço torna-se cenário de disputas internas entre as forças opostas, com interesses voltados para outra direção, como o Hamas e o al-Fatah. Enquanto o Hamas toma como alicerce da sua plataforma política a religião islâmica, o al-Fatah é secular, como verificámos

O confronto de ideologias não é uma exceção no Médio Oriente. De cada embate ideológico vem à tona uma linha divisória que expõe claramente a inexistência de um elo comum, mas uma mera comunhão de vontades em torno de um objetivo imediato e jamais uma proposta de coexistência viável entre todos.

Tomando o Hamas para efeito de comparação com outros partidos ou grupos envolvidos na contenda entre árabes e judeus, verificamos que há mais divergências do que pontos comuns entre eles. O Hamas, sunita, difere da proposta e do ideal de um outro grupo religioso, que é o Hezbollah, xiita. São duas forças opostas numa mesma religião, cuja semelhança tem força, mas não o suficiente para a unificação de poder.

O combate a Israel é o ponto de convergência entre o Hamas e o Hezbollah. Isto também pode ser aplicado a outros grupos irregulares da região. A conexão existente entre tais grupos é frágil, pois se conseguirem chegar à meta comum, que é o fim de Israel, um ou mais adversários surgirão,

⁷⁷Hamas of working toward establishing an ‘Islamic emirate’ in the Gaza Strip.

mas internamente, dentro de um mesmo contexto religioso, porém com direcionamentos políticos e interesses diferentes.

A união entre os elementos opostos, mas sem objetivos comuns, é pouco duradoura. A tendência natural é o rompimento do compromisso de união assim que conquistarem aquilo que se propuseram fazer juntos. A partir desse momento, a disputa sai do campo externo e adentra o espaço doméstico.

Na verdade, há apenas uma união árabe em torno da rejeição a Israel, mas falta a conexão entre aqueles que estão dispostos a estabelecer laços para lá de uma religião. Isto implica em projetos unos que não estão presos a uma vertente religiosa, mas a um programa político voltado para a agregação de valores que unificam povos e se convertem em propostas de objetivos comuns, nas quais o bem maior não são as vaidades de povos, mas a criação de ambiente pacífico predominando no território.

Os radicalismos são obstáculos para a paz. Nenhuma vertente da ideologia política ou religiosa fundamentalista dará conta de subverter a ordem vigente e estabelecer uma estratégia capaz de desconstruir os elementos que sustentam o conflito. A base para uma nova visão da realidade é a proposta detentora de um alto grau de imparcialidade e renúncia aos radicalismos.

Para alterar a atual política na região será preciso rever o modelo de ocupação do território. O modo como aquele território foi sendo ocupado ao longo dos tempos, desde o fim do Império Otomano e posterior ocupação pelas potências europeias, tem cingido marcos divisórios com linhas fronteiriças irrealistas que colaboram, na atualidade, para o atual processo de nova ocupação por parte de Israel, o que tem intensificado o acirramento das animosidades.

Os objetivos dos árabes palestinos passaram a ser os mesmos de Israel no que se refere ao território de eleição. Ambos os povos estabeleceram a meta de criar dois Estados num mesmo espaço. Esta similitude de objetivos levou ao enfrentamento direto entre eles e, por conseguinte, disseminou a rejeição pelo Médio Oriente.

As fronteiras passaram a ser estabelecidas conforme o interesse do vencedor das Guerras que, até hoje, foi Israel. O país singular e mais poderoso da região, sozinho, tem ditado as regras a que, mesmo em desacordo, os vizinhos árabes se têm submetido. É a submissão forçada dos árabes à

estratégia política de Israel no sentido de garantir o cumprimento dos seus objetivos.

Do lado árabe, as políticas impotentes, a fragilidade económica e a falta de determinação acerca de um propósito isento de radicalismos, ou de religião, impede-o de sistematizar um programa suficientemente eficaz para poder negociar com Israel em condições mais iguais. Enquanto prevalece tal situação, o mundo árabe não tem condições de levar adiante uma iniciativa para modificar a estrutura política regional e canalizar forças para viabilizar um processo de paz.

Ante a impotência árabe, neste momento, Israel, por ser a maior potência regional e por estar sozinho numa região predominantemente árabe e adversária, é coerente no momento elaborar uma estratégia política capaz de reestruturar as relações com os vizinhos árabes.

A segurança que é, desde há muito tempo, a grande preocupação de Israel, só será possível mediante a elaboração de um roteiro de ações políticas voltadas para solucionar os problemas com a sua vizinhança. Nem as armas inteligentes são capazes de dar segurança a um país quando ele não está determinado a seguir uma nova direção no que se refere à política interna e externa no âmbito da paz.

A política de Israel, no que se refere à região, tem-se mostrado autoritária enquanto a sua política doméstica tem fortalecido, na sociedade, a rejeição árabe e o apoio a medidas cada vez mais restritivas sobre os palestinianos e aos demais Estados árabes com os quais faz fronteira.

A linha de conduta do Estado de Israel tem determinado as barganhas necessárias para garantir o seu apogeu económico e militar na região. Devido ao facto de ser o único país ocidentalizado no Médio Oriente e com forte aproximação ao Ocidente, Israel configura-se, hoje, como uma alavanca para os interesses norte-americanos, recebendo, em troca, como recompensa, as garantias suficientes para manter o domínio regional.

No embate entre árabes e judeus, o Ocidente aparece como o grande apoiante de Israel e, concomitantemente, como inimigo árabe. A postura de Israel não tem contribuído para amenizar os descontentamentos dos seus vizinhos aos níveis político e social. Esta situação contribui para aumentar a rejeição a Israel, por ampliar as tensões internas e pressionar os Governos

árabes no sentido de darem uma resposta ao Estado que consideram o seu opressor, acabando isto por legitimar ações violentas dos grupos irregulares.

Não é apenas a conquista do território que procura acalantar a disputa, mas as várias ações realizadas por ambos os lados. Esta situação garante a supremacia de uma vertente política perigosa, que é o nacionalismo presente entre árabes e judeus e de acordo com a concepção de cada Estado. A regência de um arcabouço de medidas restritivas por parte de Israel acalenta o sonho árabe de o ver destruído e, paralelamente a isto, surge em Israel a necessidade de reforçar a segurança. Estes dois pontos polarizam a região e, simultaneamente, criam um círculo vicioso no que se refere à segurança e à defesa.

A nível regional, a manutenção da situação atual mantém a posição de isolamento de Israel. Porém, o aparato científico e tecnológico deste país coloca-o em posição de destaque entre os países mais desenvolvidos do mundo, numa clara demonstração de que está em contato direto com o planeta. O isolamento interno ameaça Israel, mas não o suficiente para alterar a sua postura política em relação aos seus principais vizinhos árabes.

O isolamento de Israel, a nível regional, não é uma ameaça à sua economia ou ao seu desenvolvimento, mas sim em termos de segurança. Há, ainda, a dependência em relação ao seu maior apoiante, os EUA que, nos últimos tempos, têm perdido influência no Médio Oriente, o que para Israel não é uma situação confortável. Este país depende das ajudas norte-americanas, da potência mundial que funciona, também, como um mecanismo de dissuasão de seus inimigos.

O tipo de dependência de Israel em relação aos EUA é arriscado. A hipótese que se levanta é se Israel conseguirá manter-se com a mesma desenvoltura económica, social e bélica, sem os recursos norte-americanos. A relação mantida com os norte-americanos difere das demais relações externas mantidas com outros países. Entre Israel e os EUA há uma ligação simbiótica e, em muitas ocasiões, é possível verificarmos uma mesma identidade política em ambos os lados.

Neste contexto, as relações internacionais de Israel não acontecem da mesma maneira com todos os países. Isto não pode ser negligenciado, pois é com base na realidade que será possível recriar um projeto estratégico que

permita o estabelecimento de um novo modelo de relações ao nível diplomático, político e económico-comercial entre os países do Médio Oriente.

A administração do conflito não foi e nunca será a solução para Israel e os seus vizinhos árabes. Se ambos os lados pretendem uma solução para a questão, todos têm que renunciar aos objetivos exclusivamente internos, o extremo desejo de poder e de conquista territorial para, futuramente, criarem condições para salvaguardar as soberanias, os direitos e os deveres a partir do respeito mútuo.

Há duas hipóteses a serem seguidas por Israel e os seus adversários: a direção para a paz ou a continuidade do conflito. A segunda hipótese coloca os dois lados em risco. Há quem argumente que Israel é suficientemente forte para derrotar mais uma vez os Estados árabes mas isto, na verdade, é apenas uma hipótese. Na situação de indeterminação do mundo árabe e islâmico e em face da resistência de Israel para não alterar o seu modelo de política na região, surge também a possibilidade de uma revolta generalizada nas sociedades árabes e, pela primeira vez, de modo forçado, Israel poderá deixar de ser exatamente como o conhecemos hoje. O quadro conflituoso é longo e cheio de ramificações e, por ser assim, a qualquer momento pode romper uma raiz e desencadear uma reação em cadeia, pois há interligações entre cada uma das ramificações.

Desde a Guerra do Yom Kippur, em 1973, que não há uma ação generalizada dos Estados árabes contra Israel. Os mesmos Estados que, no passado, se organizaram e agiram em conjunto contra o inimigo, hoje, ainda mantêm a mesma postura. O que aconteceu foi a assinatura de Acordos frágeis, como é a situação de Israel e do Egito, embora permaneça a rejeição de ambos os lados.

Hoje, o mundo árabe encontra-se mais frágil devido às divisões, aos conflitos internos e, também, às dificuldades económicas. A Síria encontra-se em Guerra Civil e o Egito enfrenta longos embates internos na sequência da Primavera Árabe. Mas, é justamente a indeterminação interna que poderá gerar um clima de tensão maior em relação a Israel, numa fase em que os governos estão indefinidos, a sociedade descontente manifesta-se abertamente contra os seus governantes e não esconde o descontentamento em relação a Israel.

O declínio do poder relativo do Egito reforça o papel de liderança de Arábia Saudita como o único Estado árabe com a capacidade de conter um pouco a influência iraniana e turca. Não surpreendentemente, o jogo de equilíbrio é complexo, especialmente com a recente cooperação saudita-turca para acabar com o governo de Bashar Assad na Síria, um aliado iraniano. Enquanto os sauditas financiam grande parte da oposição ao regime alawita, a Turquia serve como base da oposição na fronteira da Síria. A intervenção saudita para proteger o sucesso do regime sunita no Bahrein é outro exemplo de cercear a influência iraniana. Neste papel, a Arábia Saudita é um aliado tácito de Israel (INBAR, 2012: 61)⁷⁸.

Uma viragem árabe, ou islâmica, pode não ser o mais provável, mas fortalece a hipótese de alteração na configuração geopolítica e geoestratégica do Médio Oriente. Novos atores começam a entrar em cena após algum tempo como, por exemplo, a Rússia. Ante a desagregação da atual estrutura geopolítica da região, torna-se urgente a reorganização do sistema regional a partir de uma proposta de paz sólida.

A Primavera Árabe, que à primeira vista prometia mais mudanças do que aquelas que realmente aconteceram, subscreve-se no antagonismo de uma vertente que subjaz a uma nova onda de alterações que reflete a demanda regional a partir de pressupostos inequívocos de novos equilíbrios de poder.

Cabe salientar que os ventos da Primavera Árabe prometiam transformações políticas significativas a partir de princípios democráticos. Porém, os ideais de democracia não prevaleceram. Antigas posturas totalitárias desapareceram em alguns países, mas noutros apenas mudaram de roupagem. As promessas suscitadas pela Primavera Árabe foram apenas um lampejo de esperança ocidental que se apagou com as mudanças tímidas de Governos em alguns países, tendo sido incapaz de alterar o estilo político de governar. Isto é, o Presidente egípcio, Hosni Mubarak, foi deposto, mas o seu regime político permanece.

⁷⁸The decline in the relative power of Egypt enhances the leadership role of Saudi Arabia as the only Arab state with the ability to somewhat contain Iranian and Turkish influence. Not surprisingly, the balancing game is complex, especially with recent Saudi—Turkish cooperation to end Bashar Assad’s rule in Syria, an Iranian ally. While the Saudis fund much of the opposition to the Alawite regime, Turkey serves as the opposition’s base on Syria’s border. The successful Saudi intervention to protect the Sunni regime in Bahrain is another example of curtailing Iranian influence. In this role, Saudi Arabia is a tacit ally of Israel.

A expectativa que se vislumbra para a gênese de um Acordo capaz de reorganizar social e politicamente a região está cada vez mais na dependência de um novo suporte administrativo dos Estados voltado para o equilíbrio e a regulação das diferenças entre Israel, a Palestina, o Líbano, a Síria e o Egito. “O Oriente Médio, tradicional foco de conflitos ao longo dos últimos cem anos, tornou-se mais complexo” (FELDBERG, 211-212: 81).

Uma estratégia que permita o desenvolvimento destes países, de modo saudável, tem que partir da maior potência regional, que é Israel. A proposta determinará a qualidade e a viabilidade de parâmetros destinados à concepção de um novo paradigma para a região. Porém, gradativamente, Israel terá que resolver, diplomaticamente, através de uma solução negociada, todos os obstáculos que foram surgindo desde a sua independência até aos nossos dias.

As negociações pautadas pela coerência e a imparcialidade figurarão como o princípio para o futuro Tratado de Paz, a partir do respeito entre as diferentes posições presentes ou representadas. A contenção dos excessos é outra condição aplicada a todos os envolvidos para que haja progresso nas negociações. Nenhum dos países poderá representar uma postura que não atenda à maioria dos diferentes segmentos da sociedade.

A partir de negociações, num primeiro momento bilaterais, entre Israel e a Palestina, é possível restabelecer a confiança entre os dois vizinhos e, posteriormente, aos demais Estados árabes, com os quais deverão ser estabelecidas negociações multilaterais.

Em primeiro lugar aparece a Palestina porque, enquanto Israel não resolver pelo menos os pontos principais do conflito, não é provável avançar com as negociações e não haverá paz. Cada país tem as suas diferenças com Israel, mas a questão palestina é um agregador de antagonismos e de vontades contra Israel, o que coloca este Estado ante a necessidade de conquistar a confiança árabe através de negociações credíveis com a Palestina para poder dar andamento ao processo de paz multilateral, cuja finalidade é garantir a sua segurança, o bem-estar e a paz no Médio Oriente. Porém, isto dependerá do interesse de cada envolvido no conflito em pretender, ou não, a solução para o problema que, até ao momento, tem demonstrado que os protagonistas não procuram, de facto, uma solução definitiva para pôr fim ao

conflito encarando, de modo qualitativamente diferenciado, o futuro que se entreatre ao Médio Oriente.

BIBLIOGRAFIA

1. Livros

AAVV. *Bíblia de Jerusalém*, 5.^a reimp. São Paulo: Paulus, 2008, trad. do francês.

AAVV. *Bíblia Judaica Completa*, 5.^a reimp. São Paulo: Editora Vida, 2015, trad. do inglês por Rogério Portella e Celso Eronides Fernandes.

AAVV. *Nobre Alcorão*. S. l.: al-Madinah al-Munauarah: Complexo do Rei Faad, 2005, trad. Helmi Nasr.

AAVV. *Relações Internacionais em Tempos de Crise Econômica e Política – VI Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*. Brasília: Editora Ideal, 2012.

ÁLVAREZ-OSSORIO, Ignacio & IZQUIERDO, Ferran. *¿Por Qué Há Fracasado la Paz? Claves para Entender el Conflicto Palestino-Israelí*. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación – Los Libros de la Catarata, 2005.

AVNERY, Uri. *Outro Israel*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012, trad. do inglês por Caia Fittipaldi.

ARON, Raimond. *Guerra e Paz entre as Nações*. São Paulo, Editora Universidade de Brasília – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, trad. Sergio Bath, 2002.

BAKER, Alan (Ed.). *Israel's Rights as a Nation-State in International Diplomacy*. Jerusalém: Jerusalem Center for Public Affairs – World Jewish Congress, 2011.

BARD, G., Mitchell. *Mitos e Fatos – A verdade sobre o Conflito Árabe-Israelense*. São Paulo: Editora & Livraria Sêfer, trad. Uri Lam, 2004.

BERMEJO, Garcia Romualdo. *El Conflicto Árabe-Israelí en la Encrucijada: ¿Es Posible la Paz?* Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2002.

BISHARA, Marwan. *Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BREITMAN, Richard & GODA, Norman J. W., *Hitler's Shadow. Nazi War Criminals, U.S. Intelligence and the Cold War*, Washington, DC, National Archives, s. d. [2010].

- CARTER, Jimmy. *Palestina. Paz, Sim. Apartheid, Não*. Lisboa: QuidNovi, 2007, trad. do inglês por Pedro Garcia Rosado – revisão de Luís Milheiro.
- CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Ideal, 2012.
- CHEBEL, Malek. *El Islam: Historia y Modernidad*. Madrid: Paidós, 2011.
- CYMERMAN, Henrique. *Entrevistas no Centro do Mundo*, 2.^a ed., Parede: Prime Books Sociedade Editorial, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *El Triángulo Fatal. Estados Unidos, Israel y Palestina*. Madrid: Editorial Popular, 2002, trad. do inglês.
- DAHRENDORF, Rolf. *As Classes Sociais e Seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- DIAS, Marli Barros. *Israel e Palestina. O Papel do Poder Político e da Ideologia na Construção da Paz*. Curitiba, Juruá Editora, 2015.
- DONINI, Giovanni Pier. *O Mundo Islâmico: Do Século XVI à Actualidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2008.
- ENCEL, Frédéric & THUAL, François. *Geopolitique d'Israel*, s. I.: Points, 2011.
- ENCEL, Frédéric. *Atlas Geopolitique D' Israel: Aspects D' Une Democratie en Guerre*. Paris: Autrement, 2008.
- EHRENBERG, John et al (Eds.). *The Iraq Papers*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.
- FERABOLLI, Silvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-Arabista*, 2.^a ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.
- FERRANDO LADA, José Luis. *Palestina e Israel: El Interminable Laberinto de la Paz*. Alzira – Valencia: Centro Francisco Tomás y Valiente – UNED Alzira – Valencia, 2008.
- FISAS, Vicenç. *Anuario 2008 de Procesos de Paz*. Barcelona: Içaria Editorial, S.A., 2008.
- FISK, Robert. *A Grande Guerra pela Civilização. A Conquista do Oriente Médio*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, trad. do inglês por Sandra Martha Dolinsky.
- FOX, Jonathan & SANDLER, Schmuël. *Bringing Religion into International Relations*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2004.
- FRATTINI, Eric. *Mossad: Os Carrascos do Kidon*, 1.^a reimp. São Paulo: Seoman, 2014, trad. e adaptação do inglês por Alessandra Miranda de Sá.

- FRIEDMANN, Georges. *Fin du Peuple Juif?* Paris: Gallimard, 1965.
- GARAUDY, Roger. *The Founding Myths of Israeli Politics*. [Em linha] 1966.
Disponível online: <http://www.vho.org/aaargh/fran/livres/RGfounding.pdf>
(Acesso em 30 de Agosto de 2011)
- GILBERT, Martin. *História de Israel*. Lisboa: Edições 70, 2009, trad. do inglês por Patrícia Xavier – revisão de Luís Milheiro.
- GRIFFITHS, Martin (Ed.). *International Relations Theory for the Twenty-First Century. An Introduction*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.
- GRIFFITHS, Martin & O'CALLAGHAN, Terry. *International Relations: The Key Concepts*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002.
- HADDAD, Hubert. *Palestina*. Lisboa: Quetzal Editores, 2009, trad. do inglês por Ana Cristina Leonardo – revisão de Pedro Ernesto Ferreira.
- HALLIDAY, Fred. *The Middle East in International Relations – Power, Politics and Ideology*, Cambridge University Press, 2005.
- HUNTINGTON, P. Samuel. *O choque das civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 2001.
- HROUB, Khaled. *Hamas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.
- JONES, Curtis F. *Divide and Perish – The Geopolitics of the Middle East*, 2.ª ed. Bloomington, Indiana: AuthorHouse, 2011.
- KAMEL, Ali. *Sobre o Islã – A Afinidade entre Muçulmanos, Judeus e Cristãos e as Origens do Terrorismo*, 7.ª reimp. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2007.
- KASSIR, Samir. *Considerações Sobre a Desgraça Árabe*, Lisboa: Edições Cotovia, trad. António Gonçalves, 2006.
- KATHLAB, Roberto. *Árabes Cristãos?*, 2.ª ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2009.
- MARQUES, Martins Ademar, et al. *História do Tempo Presente*, 2.ª ed., São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- MAYER, Arno. *El Arado y la Espada – Del Sionismo al Estado de Israel*. Barcelona: Ediciones Península, 2010.
- McLELLAN, David. *A Ideologia*, Lisboa: Editorial Estampa, 1987, trad. do inglês por M. F. Gonçalves de Azevedo.

- MEARSHEIMER, John J. & WALT, Stephen M. *O Lóbi de Israel e a Política Externa dos EUA*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2010, trad. do inglês por Rita Graña.
- MOMAYEZI, N. International System and Arms Transfer. *In*: LEONARD, T. (org.). *Encyclopedia of the Developing World*, (vol. 1, pp. 88-92). Londres e Nova York: Routledge, 2006.
- MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília – UNB, trad. Oswaldo Biato, 2003.
- MORRIS, Benny. *One State, Two States: Resolving the Israel/Palestine Conflict*. New Haven – Londres: Yale University Press, 2009.
- MORRIS, Benny. *Righteous Victims, A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881-2001*. New York: Vintage Books, A Division of Random House, 2001.
- MUCZNIK, Esther & RUAH, Joshua. *Israel – Ontem e Hoje*. Algés: Difel 82 – Difusão Editorial, 2007.
- MUSSMAR, Youssef H. *Dicionário Português-Árabe*, 5.^a ed. Curitiba: e. do a., 2002.
- NAPOLEONI, Loretta. *The Islamist Phoenix. The Islamic State and the Redrawing of the Middle East*. Nova Iorque: Seven Stories Press, 2014.
- NELSON, Eric. *The Hebrew Republic: Jewish Sources and the Transformation of European Political Thought*. Cambridge – London: Harvard University Press, 2010.
- NYE JR, Joseph S. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Gente Editora, 2009, trad. Henrique Amat Rêgo Monteiro.
- OZ, Amos. *Israel, Palestine and Peace. Essays*. San Diego – Nova Iorque – Londres: A Harvest Original – Harcourt Brace & Company, 1994.
- PAPPÉ, Ilan. *História da Palestina Moderna – Uma Terra, Dois Povos*, Lisboa: Editorial Caminho, 2007.
- PAPPÉ, Ilan. *The Forgotten Palestinians. A History of the Palestinians in Israel*. New Haven – Londres: Yale University Press, 2011.
- PERES, Shimon. *O Novo Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994, trad. do inglês por Donaldson M. Garschagen.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. *Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*, 2.^a ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2008.

PUTNAM, D. Robert. “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games”, *International Organization*, vol. 42, n.º 3, 1988.

Disponível

online:

http://portal.uam.es/portal/page/portal/UAM_ORGANIZATIVO/Departamentos/CienciaPoliticaRelacionesInternacionales/personal/fernando_rodrigo/pagina_personal_fernando_rodrigo/teoria_relaciones_inter/Textos/Putnam-%20The%20Logic%20of%20Two-Level%20Games.pdf

(Acesso em 05 de Dezembro de 2012)

QUTB, Seyyd. *Milestones*. 2.^a ed. – revista. Damasco: Dar al-Ilm, s.d.

RATTNER, Henrique. *Israel e a Paz no Oriente Médio – Uma luz no fim do Túnel?*, São Paulo: Nobel, 2009.

REINHART, Tanya. *Destruir a Palestina: A Segunda Metade da Guerra de 1948*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, trad. do inglês por Ana Saldanha.

RIBEIRO, Edgard Teles. *Diplomacia Cultural – Seu Papel na política Externa Brasileira*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RENYER, Jaune & MANOR, Ehud. *Un Estado Judío y Democrático: Aproximación al Sistema Constitucional de Israel*. Lleida: Editorial Milenio, 2010.

ROSENTHAL, Donna. *Os Israelenses. Pessoas Comuns em Uma Terra Extraordinária*. São Paulo: Editora Évora, 2013, trad. do inglês por J. E. Mendonça – revisão de Bel Ribeiro.

RUBIN, Barry. *The Truth About Syria*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

SAID, Edward W. *Orientalismo – O Oriente como Invenção do Ocidente*, 4.^a reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, trad. do inglês por Rosaura Eichenberg.

SAND, Shlomo. *A Invenção da Terra de Israel: Da Terra Santa à Terra Pátria*. São Paulo: Benvirá, 2014, trad. do inglês por Lúcia Brito.

SAND, Shlomo. *A Invenção do Povo Judeu: Da Bíblia ao Sionismo*, 3.^a reimp. São Paulo: Benvirá, 2011, trad. do inglês por Eveline Bouteiller.

- SENOR, Dan & SINGER, Saul. *Nação Empreendedora – O Milagre Econômico de Israel e o que Ele nos Ensina*. São Paulo: Editora Évora, 2011, trad. do inglês por Henrique Amat.
- SHAPIRA, Shimon (Ed.). *Iran: From Regional Challenge to Global Threat*. Jerusalém: Jerusalem Center for Public Affairs, 2012.
- SHEHADEH, Raja. *Caminhos Palestinos – Notas sobre Uma Terra em Extinção*. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2009, trad. do inglês por Mayara R. Guimarães.
- SMITH, Dan. *Atlas do Oriente Médio: Conflitos e Soluções*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- SZPILMAN, Marcelo, *Judeus. Suas Extraordinárias Histórias e Contribuições para o Progresso da Humanidade*, 2.^a ed., Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- TESSLER, Mark. *A History of the Israeli-Palestinian Conflict*. 2^a ed. Bloomington-Indianapolis: Indiana University Press, 2009.
- TILLEY, Virgínia. *Palestina/Israel Un País, Un Estado: Una Iniciativa Audaz para la paz*. Madrid: Ediciones AKAL, 2007.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *O Grande Oriente Médio. Da Descolonização à Primavera Árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2014.
- WALT, M. Stephen & MEARSHEIMER, J. John. *O Lóbi de Israel e a Política Externa dos Estados Unidos da América*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- WARSCHAWSKI, Michel. *En la Frontera – Israel-Palestina: Tetimonio de Una Lucha por la Paz*. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A., 2004.
- WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2002, trad. de Carlos Sérgio Duarte.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Armadilha em Gaza. Fundamentalismo Islâmico e Guerra de Propaganda Contra Israel*, 2.^a ed. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

2. Documentos Políticos

AAVV. “Qornet Shehwan Gathering”. [Em linha] s.d.

Disponível

online:

http://themiddleeastmirror.weebly.com/uploads/7/5/3/0/7530186/qornet_shehwan_gathering.pdf

(Acesso em 27 de Março de 2011)

al-HAQ. "Position Paper. A Legal Commentary on the Geneva Accord".
Ramallah: al-Haq Organization, 2004.

Disponível online: <http://www.alhaq.org/publications/publications-index/item/a-legal-commentary-on-the-geneva-accord>

(Acesso de 13 de Dezembro de 2012)

ASSANGE, Julian. "O Mundo Amanhã: Julian Assange Entrevista o líder do Hezbollah". S. l.: EBC – Agência Pública. 2012.

Disponível online: <http://www.ebc.com.br/noticias/jornalismo-participativo/2012/10/entrevista-de-assange-com-lider-do-hezbollah>

(Acesso em 23 de Outubro de 2012).

BALFOUR DECLARATION. 1917.

Disponível online: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/balfour.asp

(Acesso em 20 de Dezembro de 2011).

BEN-GURION, David. "Lei do Retono". Israel, 1950.

Disponível online: <http://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/return.htm>

(Acesso em 18 de Fevereiro de 2013).

BEN-GURION, David. "Declaração de Independência de Israel". 1948.

Disponível online: <http://www.pazaqora.org/1948/05/declaracao-da-independencia-de-israel/>

(Acesso em 24 de Outubro de 2013).

EMENDA À LEI REGISTRO DE POPULAÇÃO. Israel, 1970.

Disponível online: <http://www.eb23-diogo-cao.rcts.pt/Trabalhos/nonio/xx/div/lretorn.htm>

(Acesso em 18 de Janeiro de 2012).

HAMAS. " Hamas Charter". 1988.

Disponível online: <http://www.thejerusalemfund.org/www.thejerusalemfund.org/carryover/documents/charter.html>

(Acesso em 09 de Março de 2013).

ONU. "Resolução 497". 1981.

Disponível online: [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/497%20\(1981\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/497%20(1981))

(Acesso em 11 de Outubro de 2012).

ONU. *Consejo de Seguridad*: “Resolución 478”. 1980.

Disponível

online:

[http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/478%20\(1980\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/478%20(1980))

(Acesso em 07 de Fevereiro de 2013).

ONU. *Security Council Resolutions*: “Resolução 242”. 1967.

Disponível online: <http://www.un.org/documents/sc/res/1967/scres67.htm>

(Acesso em 03 de Outubro de 2012).

ONU. *Carta das Nações Unidas*. 1945.

Disponível online: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>

(Acesso em 22 de Fevereiro de 2013).

PNUD – Brasil. *Ranking do IDH Global 2011*. 2011.

Disponível

online:

http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=1_Ranking2011

(Acesso em 07 de Dezembro de 2012).

3. Artigos

DIAS, Marli Barros. “Nacionalismo Judaico – Contraposição ou Singularidade Inserida na Globalização?”. Cacoal: *Práticas Discursivas Amazônicas*, n.º 2, 2013, págs. 161-176.

DIAZ, da Silva Carla & BRAGA, Matos Lou`Ane Paula. “A Geopolítica de Israel”. Franca – São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. [Em linha] s.d.

Disponível

online:

<http://www.colriiu.org/archivos/5372738b1efcArticulo%20la%20geopolitica%20de%20Israel.pdf>

(Acesso em 07 de Novembro de 2012).

EILAND, Giora. “Regional Alternatives to the Two-State Solution”. Ramat Gan: *Besa Memorandum*, n.º 4, 2010.

FELDIBERG, Samuel. “Israel e Um Novo Oriente Médio”. São Paulo: *Política Externa*, vol. 20, n.º 3, 2011-2012.

FEITH, Douglas J. “Can Israel Be Jewish and Democratic?” Nova Iorque: *The Wall Street Journal*, 25.10.2010. Disponível online:

<http://www.wsj.com/articles/SB100014240527023044105045755606709438820>

14

(Acesso em 02 de Agosto de 2015).

FELDBERG, Samuel. “Israel e Um Novo Oriente Médio”. São Paulo: *Política Externa*, vol. 20, n.º 3, 2012, págs. 81-89.

FELDBERG, Samuel. “Trágica Monotonia no Oriente Médio”. São Paulo: *Política Externa*, vol. 23, n.º 1, 2014, págs. 199-208.

INBAR, Efraim. “Israel is not Isolated”. Ramat Gan: *Mideast Security and Policy Studies*, n.º 99, 2013.

INBAR, Efraim. “Israel’s National Security Amidst Unrest in the Arab World”. Washington: *The Washington Quarterly*, Verão de 2002, vol. 35, n.º 3, pp. 59-73.

INBAR, Efraim. “The 2011 Arab Uprisings and Israel’s National Security”. Ramat Gan: *Mideast Security and Policy Studies*, n.º 95, 2012.

INBAR, Efraim. “Israeli Control of the Golan Heights: High Strategic and Moral Ground for Israel”. Ramat Gan: *Mideast Security and Policy Studies*, n.º 90, 2001.

INTERNATIONAL SEPHARDIC LEADERSHIP COUNCIL (Ed.), *A Backgrounder of the Nazi Activities in North Africa and the Middle East During the Era of the Holocaust* including *An Overview of the Arab World Leader: Amin Al-Husseini, the Grand Mufti of Jerusalem and his Connection with the Third Reich*. Nova Iorque: International Sephardic Leadership Council, 2006.

Disponível online: <http://www.paulbogdanor.com/holocaust/mideast.pdf>

(Acesso em 30 de Janeiro de 2015).

LEAL, D’Eça Fernando. “A Guerra Irregular – A Conspiração do Silêncio no Século XXI?”. Lisboa: *Revista Militar*, n.º 2515/25/16, 1113-1148. [2011].

Disponível online: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=671

(Acesso em 10 de Julho de 2013).

LEONARDO, A. Maria. “Antropologia das Relações Internacionais”. S. I. *Ethnic – Revista Brasileira de Estudos Interculturais*, vol. 12, 2009, págs. 1-15.

PEREIRA, Eugênio Alessandro. “O Exercício do Poder na Política Internacional: Contraponto entre as Perspectivas de Hans Morgenthau e Immanuel Wallerstein”. Curitiba: *Tuiuti: Ciência e Cultura*, n.º 44, 2010, págs. 49-71.

SANDLER, Schmuel. "Toward a Theory of World Jewish Politics and Jewish Foreign Policy". Jerusalém: *Hebraic Political Studies*, n.º 3, 2007.

SORJ, Bernardo. "Decifrando a Crise no Oriente Médio". São Paulo: *Política Externa*, vol. 23, n.º 3, 2015, págs. 21-32.

WAACK, William. "As Causas Profundas da Guerra Civil Síria". São Paulo: *Política Externa*, vol. 22, n.º 3, 2014, págs. 111-119.

4. Artigos Consultados na Web

AAVV. *Egyptians Embrace Revolt Leaders, Religious Parties and Military, As Well*. S. I.: PewResearchCenter – Global Attitudes Project, 25 de Abril de 2011.

Disponível online: <http://www.pewglobal.org/files/2011/04/Pew-Global-Attitudes-Egypt-Report-FINAL-April-25-2011.pdf>

(Acesso em 06 de Setembro de 2015).

AAVV. "O Knesset". S. I.: *Agência Judaica*. [Em linha] s. d.

Disponível online: <http://www.eitan.com.br/O%20Knesset.pdf>

(Acesso em 08 de Fevereiro de 2013).

AMADA, Arifo. "Um Olhar Muçulmano sobre a Problemática da Liberdade de Expressão", Lisboa, 2009, págs. 45-46, 2009.

Disponível

online:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/seriemonograficacienciadasreligi/article/view/3971/2683>

(Acesso em 20 de Dezembro de 2013).

ARAÚJO, Cecília Araújo & DERSHOWITZ, Alan. "Uma Pitada Centrista na Política Externa Israelense". São Paulo: *Veja*, 2013.

Disponível online em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/uma-pitada-centrista-na-politica-externa-israelense>

(Acesso em 21 de Fevereiro de 2013).

BEIER, José Rogério. "A Palestina nos Livros Escolares Israelenses: Ideologia e Propaganda na Educação" [Entrevista com Nurit Peled-Elhanan]. S. I.: *Hum Historiador*, 2012.

Disponível online: <http://umhistoriador.wordpress.com/2012/09/23/a-palestina-nos-livros-escolares-israelenses-ideologia-e-propaganda-na-educacao/>

(Acesso em 05 de Fevereiro de 2013).

BLINDER, Caio. “Rabiscos Estratégicos – (Israel & Oriente Médio)”, São Paulo: *Veja*, 2012.

Disponível online em: <http://veja.abril.com.br/blog/nova-york/ira/rabiscos-estrategicos-israel-orientes-medio/>

(Acesso em 06 de Fevereiro de 2013).

CAMARGOS, Marcia & SAUDA, Cordeiro Aldo. “Um Elenco Renovado”. São Paulo: *Estadão*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,um-elenco-renovado,964910,0.htm>

(Acesso em 30 de Janeiro de 2013).

CAMPAGNUCCI, Fernanda. *O Outro Lado do Muro. Uma Viagem à Palestina*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

CARNIERI, Helena. “Alta Taxa de Natalidade Garante Maioria Judaica em Israel”, Curitiba: *Gazeta do Povo*. 2010.

Disponível online: <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=989326&tit=Alta-taxa-de-natalidade--garante-maioria-judaica-em-Israel>

(Acesso em 20 de Novembro de 2011).

CHACRA, Gustavo. “ Hamas não é tão Poderoso quanto o Hezbollah”. São Paulo: *Estadão* [Em linha] 2009.

Disponível online: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,hamas-nao-e-tao-poderoso-quanto-o-hezbollah,302233,0.htm>

(Acesso em 18 de Janeiro de 2012).

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>

(Acesso em 06 de Fevereiro de 2012).

COHEN, Gili. “Senior IDF Officer: Israel is Preparing for the Next Lebanon War”. Tel Aviv: *Ha’aretz* [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/senior-idf-officer-israel-is-preparing-for-the-next-lebanon-war-1.449126>

(Acesso em 24 de Outubro de 2012).

D’AMOURS, Jillian Kestler. “Um Fuzil em Lugar do Talmud”, Montevideu: *Inter Press Service*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://ips.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=8638>

(Acesso em 20 de Setembro de 2012).

DERFNER, Larry. “Parlamentar Árabe e Mulher mais Odiada de Israel”. São Paulo: *Estadão*. [Em linha] 2013.

Disponível online: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,parlamentar-arabe-e-mulher-mais-odiada-de-israel-,986721,0.htm>

(Acesso em 15 de Fevereiro de 2013).

DOURADO, Flávia. “Memória Cultural: O Vínculo entre Passado, Presente e Futuro”. São Paulo: *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo* [Em linha] 2013.

Disponível online: <http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural-o-vinculo-entre-passado-presente-e-futuro>

(Acesso em 24 de Outubro de 2013).

EMBAIXADA DE ISRAEL NO BRASIL. “Entre as Nações: Oriente Médio – Oriente Médio e Norte da África”. Brasília, DF: *Rede Diplomática de Israel*. [Em linha] s. d.

Disponível online: <http://embassies.gov.il/brasil/AboutIsrael/AmongtheNations/Pages/ENTRE-NACOES-Oriente-Medio.aspx>

(Acesso em 21 de Fevereiro de 2013).

FALAH, Ghazi-Walid. “The Geopolitics of ‘Enclavisation’ and the Demise of a Two-State Solution to Israeli-Palestinian Conflict”. S. I: *Third World Quarterly*, vol. 26, n.º 8, pp. 1341-1372 [Em linha] 2005.

Disponível online: <http://www.jstor.org/stable/4017718>

(Acesso em 10 de Setembro de 2011).

FISCHER, Joschka. “Os Novos Problemas do Novo Médio Oriente”. Lisboa: *Público*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.publico.pt/opiniao/noticia/os-novos-problemas-do-novo-medio-oriente-1576189>

(Acesso em 24 de Janeiro de 2013).

FLINT, Guila. “Entenda o Acordo de Reconciliação entre Fatah e Hamas”. Londres: *BBC Brasil*. [Em linha] 2011.

Disponível online:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/05/110503_entenda_fatah_hamas_gf.shtml

(Acesso em 30 de Outubro de 2012).

FRIDMAN, George. "Israeli-Arab Crisis Approaching". Austin: *Stratfor Global Intelligence*. [Em linha] 2011.

Disponível online: <http://www.stratfor.com/weekly/20110822-israeli-arab-crisis-approaching>

(Acesso em 24 de Agosto de 2011).

GATTAZ, Andre. "Não Acredito que Israel Cometa a Loucura de Atacar o Irã". Moscovo: *Rádio Voz da Rússia*. [Em linha] 2012.

Disponível online: http://portuguese.ruvr.ru/2012_08_31/israel-ataque-ira-loucura

(Acesso em 24 de Janeiro de 2013).

HA'ARETZ EDITORIAL. "Israel's Disabled Should not be Secluded – People with Developmental Disabilities Should be Integrated into the Community, not Separated From Society". Tel Aviv: *Ha'aretz*. [Em linha] 2013.

Disponível online: <http://www.haaretz.com/opinion/israel-s-disabled-should-not-be-secluded-1.534206>

(Acesso em 08 de Julho de 2013).

HANSON, Davis Victor. "Real Clear Politics "Goodbye, Middle East". S. I.: *Real Clear Politics*. [Em linha] 2012.

Disponível online:
http://www.realclearpolitics.com/articles/2012/09/01/goodbye_middle_east_america_doesnt_need_the_grief_115297.html

(Acesso em 01 de Fevereiro de 2013).

HELLER, Jeffrey. "Netanyahu Draws 'Red Line' on Iran's Nuclear Program". S. I.: *Reuters*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.reuters.com/article/2012/09/27/us-un-assembly-israel-iran/idUSBRE88Q0GI20120927>

(Acesso em 16 de Janeiro de 2013).

ISSEROFF, Ami. "Israel and the Palestinians: History Since Oslo". S. I.: *MidEastWeb* [Em linha] 2010.

Disponível online: <http://www.mideastweb.org/briefhistory-oslo.htm>

(Acesso em 25 de Agosto de 2011).

LAÏDI, Zaki, "Adeus, Médio Oriente?". Lisboa: *Público*. [Em linha], 2012.

Disponível online: <http://www.publico.pt/opiniao/noticia/adeus-medio-oriente-1577189>

(Acesso em 18 de Janeiro de 2013).

LAMB, Franklin. "US Preparing for a Post-Israel Middle East?". *Cross Village: Foreign Policy Journal*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.foreignpolicyjournal.com/2012/08/28/us-preparing-for-a-post-israel-middle-east/>

(Acesso em 04 de Outubro de 2012).

LIMA, Bruno. "Crise da Democracia Israelense?". Rehovot: *Conexão Israel*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.conexaoisrael.org/crise-da-democracia-israelense-2/2012-12-26/bruno>

(Acesso em 15 de Fevereiro de 2013).

LIMA, José Antonio. "Casamento com Estrangeiro vai Vetar Candidatura a Presidente no Egito", São Paulo: *Época*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/ofiltro/2012/01/30/casamento-com-estrangeiro-vai-vetar-candidatura-a-presidente-no-egito/>

(Acesso em 18 de Outubro de 2012).

LIS, Jonathan & LIOR, Ilan. "Final Israel Election Results: Kadima's in Knesset, Habayit Hayehudi Gets 12 Seats". Tel Aviv: *Ha'aretz*. [Em linha] 2013.

Disponível online: <http://www.haaretz.com/news/israeli-elections-2013/israeli-elections-news-features/final-israel-election-results-kadima-s-in-knesset-habayit-hayehudi-gets-12-seats.premium-1.496066>

(Acesso em 20 de Fevereiro de 2013).

LUBELL, Maayan. "Israel não Está Comprometido com Solução com 2 Estados, Diz Carter, 22/10/2012. S. I.: *Reuters. Brasil* [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE89L07620121022>

(Acesso em 25 de Outubro de 2012).

MAAYANA, Miskin. “Knesset Attorney: ‘Nakba Law’ is Constitutional”. *Beit El: Arutz Sheva 7. International News*. [Em linha] 2011.

Disponível online: <http://www.israelnationalnews.com/News/News.aspx/148389>

(Acesso em 19 de Fevereiro de 2013).

MACFARQUHAR, Neil. “Análise: Sunitas Avançam no Oriente Médio”. São Paulo: *Folha de S. Paulo*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1197982-analise-sunitas-avancam-no-orientemedio.shtml>

(Acesso em 31 de Janeiro de 2013).

NINIO, Marcelo. “Ceticismo Enfraquece Voto Árabe em Israel”. São Paulo: *Folha de S. Paulo*. [Em linha] 2013.

Disponível online: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1217389-ceticismo-enfraquece-voto-arabe-em-israel.shtml>

(Acesso em 15 de Fevereiro de 2013).

OTTO, Natália. “Para Analista Político, EUA têm Interesse em Manter Conflito Árabe-Israelense”. Porto Alegre: *Sul 21*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.sul21.com.br/jornal/para-analista-politico-eua-tem-interesse-em-manter-conflito-arabe-israelense/>

(Acesso em 07 de Fevereiro de 2013).

PEREIRA, Ana Fonseca. “Reacção do Egipto à Ofensiva Preocupa Israel”. Lisboa: *Público*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.publico.pt/noticia/reacao-do-egipto-a-ofensiva-preocupa-israel-1572749>

(Acesso em 19 de Novembro de 2012).

PERES, Shimon. “Full Text of Peres’s Address to the Parliament – ‘The International Community Must Designate Hezbollah as a Terrorist Organization’ President Declares”. Jerusalém: *The Times of Israel*. [Em linha] 2013.

Disponível online: <http://www.timesofisrael.com/full-text-of-peress-address-to-the-eu-parliament/>

(Acesso em 25 de Março de 2013).

RAVID, Barak. “Netanyahu: Israel will Strike Lebanese State in Case of Hezbollah Provocation”. Tel Aviv: *Ha’aretz*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/netanyahu-israel-will-strike-lebanese-state-in-case-of-hezbollah-provocation-1.460853>

(Acesso em 24 de Outubro de 2012).

REDAÇÃO. “Judeus e Árabes: Irmãos”. São Paulo: *Isto É*. [Em linha] 2000.

Disponível online:

http://www.istoe.com.br/reportagens/37489_JUDEUS+ARABES+IRMAOS

(Acesso em 21 de Setembro de 2012).

REDAÇÃO. “A Palestina”. S. l.: *Comissão Justiça e Paz*. [Em linha] 2002.

Disponível online: <http://www.alfredo-braga.pro.br/discussoes/palestina.html>

(Acesso em 28 de Dezembro de 2011).

REDAÇÃO. “Multiculturalismo: Como Viver Juntos?”. São Paulo: *Jornal Debate*.

[Em linha] 2006.

Disponível online: <http://jornaldedebates.uol.com.br/debate/como-viver-junto/artigo/multiculturalismo-como-viver-junto/3117>

(Acesso em 19 de Fevereiro de 2013).

REDAÇÃO. “Arafat Financial Empire in Jeopardy”. S. l.: Fox News. [Em linha]

2009. Disponível online: <http://www.foxnews.com/story/2004/11/09/arafat-financial-empire-in-jeopardy/>

(Acesso em 18 de Março de 2014).

REDAÇÃO. “Governo Israelense Aprova Projeto que Obriga Juramento de lealdade a Estado Judeu”. Londres: *BBC Brasil*. [Em linha] 2010.

Disponível online:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/10/101010_israel_juramento_rc.shtml

(Acesso em 27 de Dezembro de 2011).

REDAÇÃO. “Colonos Judeus Atacam Base Israelense na Cisjordânia”. São Paulo: *Estadão*. [Em linha] 2011a.

Disponível online: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,colonos-judeus-atacam-base-israelense-na-cisjordania-,810648,0.htm>

(Acesso em 19 de Outubro de 2012).

REDAÇÃO. “Crisis Guide: The Israeli-Palestinian Conflict”. Nova Iorque-Washington: *Council on Foreign Affairs*. [Em linha] 2011b.

Disponível online: <http://www.cfr.org/israel/crisis-guide-israeli-palestinian-conflict/p13850>

(Acesso em 01 de Outubro de 2011).

REDAÇÃO. “Egyptians Embrace Revolt Leaders, Religious Parties and Military, As Well”. Washington, DC: *Pew Research Center – Pew Research Global Attitudes Project*. [Em linha] 2011c.

Disponível online: <http://www.pewglobal.org/2011/04/25/chapter-4-relationship-with-the-united-states-and-israel/>

(Acesso em 05 de Janeiro de 2012).

REDAÇÃO. “EUA: Novos Assentamentos Judeus são ‘Profundamente Preocupantes’”, São Paulo: G1. [Em linha] 2011d.

Disponível online: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/eua-novos-assentamentos-judeus-sao-profundamente-preocupantes.html>

(Acesso em 01 de Novembro de 2012).

REDAÇÃO. “Israeli Airstrike Kills Militant Commander”. Nova Iorque-Washington: *Council on Foreign Relations (Middle East)*. [Em linha] 2011e.

Disponível online: <http://www.cfr.org/about/newsletters/archive/newsletter/n55>

(Acesso em 19 de Setembro de 2011).

REDAÇÃO. “The Religious Right in Israel” – “It’s on the Rise Too” – “As if to Match the Islamist Surge, Religious Jews are Gaining in Politics Too”. Londres: *The Economist*. [Em linha] 2011f.

Disponível online: <http://www.economist.com/node/21541442>

(Acesso em 02 de Outubro de 2012).

REDAÇÃO. “Top of the Agenda: Libyans Eye Transition in Tripoli”. Nova Iorque-Washington. *Council on Foreign Relations*. [Em linha] 2011g.

Disponível online: <http://www.cfr.org/about/newsletters/archive/newsletter/n55>

(Acesso em 21 de Setembro de 2011).

REDAÇÃO. “Ataque ao Irã Coloca em Perigo o Futuro de Israel, Diz ex-Juiz”, São Paulo: *Veja*. [Em linha] 2012a.

Disponível online: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ataque-ao-ira-coloca-em-perigo-o-futuro-de-israel-diz-ex-juiz>

(Acesso em 19 de Dezembro de 2012).

REDAÇÃO. “Egito Chama Embaixador em Israel após Ataque do País à Faixa de Gaza”. São Paulo: G1. [Em linha] 2012b.

Disponível online: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/11/egito-chama-embaixador-em-israel-apos-ataque-do-pais-faixa-de-gaza.html>

(Acesso em 22 de Fevereiro de 2013).

REDAÇÃO. “Egyptian President Hails ‘Syrian Revolution’ in Tehran Non-Aligned Summit”. Dubai: *al-Arabiya News*. [Em linha] 2012c.

Disponível online: <http://english.alarabiya.net/articles/2012/08/30/235082.html>

(Acesso em 21 de Janeiro de 2013).

REDAÇÃO. “Hezbollah Chief Claims Responsibility for Drone that Entered Israeli Airspace”. Tel Aviv: *Ha'aretz*. [Em linha] 2012d.

Disponível online: <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/hezbollah-chief-claims-responsibility-for-drone-that-entered-israeli-airspace-1.469509>

(Acesso em 11 de Dezembro de 2012).

REDAÇÃO. “Irã e Hezbollah Balançam com o Regime na Síria”. Rio de Janeiro: *O Globo*. [Em linha] 2012e.

Disponível online: <http://oglobo.globo.com/mundo/ira-hezbollah-balançam-com-regime-na-siria-5545161>

(Acesso em 20 de Novembro de 2013).

REDAÇÃO. “Iraque diz que não Vai Propor Ação Árabe contra Israel por Gaza – Representante do País Havia Proposto Usar Petróleo para Pressionar Israel. Após Reunião da Liga Árabe, no Cairo, Iraquiano Retirou Declaração”. São Paulo: *G1*. [Em linha] 2012f.

Disponível online: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/11/iraque-diz-que-nao-vai-propor-acao-arabe-contra-israel-por-gaza.html>

(Acesso em 06 de Fevereiro de 2013).

REDAÇÃO. “Israel Constrói Muro de Segurança na Fronteira com o Líbano”. S. l.: *Euronews*. [Em linha] 2012g.

Disponível online: <http://pt.euronews.com/2012/04/30/israel-constroi-muro-de-seguranca-na-fronteira-com-o-libano/>

(Acesso em 03 de Outubro de 2012).

REDAÇÃO. “Judeus Ortodoxos vão Passar a ir à Tropa como os Outros Israelitas”. S. l.: *Euronews*. [Em linha] 2012h.

Disponível online: <http://pt.euronews.com/2012/08/01/judeus-ortodoxos-vaopassar-a-ir-a-tropa-como-os-outros-israelitas/>

(Acesso em 18 de Outubro de 2012).

REDAÇÃO. “Navio do Brasil Grava 320 Invasões Aéreas de Israel no Líbano”. S. l.: *BBC Brasil* [Em linha] 2012i.

Disponível online:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120605_fragata_voos_libano_uk.sml

(Acesso em 04 de Outubro de 2012).

REDAÇÃO. “ONU Alerta para Combates Sectários na Síria”. São Paulo: *Estadão*. [Em linha] 2012j.

Disponível online: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,onu-alerta-para-combates-sectarios-na-siria,976062,0.htm>

(Acesso em 16 de Janeiro de 2013).

REDAÇÃO. “Síria e a Nova Geopolítica do Oriente Médio. Entrevista Especial com Khaled Fouad Allam”. São Leopoldo: *Instituto Humanitas Unisinos*. [Em linha] 2012l.

Disponível online: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513393-siria-e-a-nova-geopolitica-do-oriente-medio-entrevista-especial-com-khaled-fouad-allam>

(Acesso em 20 de Janeiro de 2013).

REDAÇÃO, “Experts: Mideast Peace Deal Will Demand Huge Risks”. Belém: *Ma'an News Agency*. [Em linha] 2013a.

Disponível online: <http://www.maannnews.net/eng/ViewDetails.aspx?ID=580180>

(Acesso em 17 de Abril de 2013).

REDAÇÃO. “Israel: Boca de Urna Indica Vitória Apertada de Netanyahu – Eleições Parlamentares em Israel Tiveram Participação Popular Recorde nesta 3.ª”, São Paulo: *Veja*. [Em linha] 2013b.

Disponível online: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/pesquisas-de-boca-de-urna-dao-vitoria-apertada-para-netanyahu>

(Acesso em 08 de Fevereiro de 2013).

REDAÇÃO. “Ministro Egípcio Adverte sobre Ameaça de Colapso do Estado”. S. l.: *Agência France Press* [Em linha] 2013c.

Disponível online:
http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2013/01/29/interna_internacional,346843/ministro-egipcio-adverte-sobre-ameaca-de-colapso-do-estado.shtml

(Acesso em 29 de Janeiro de 2013).

REDAÇÃO. “Netanyahu Bate Recorde de Construção nos Colonatos da Cisjordânia”. Lisboa: *Público* [Em linha] 2013d.

Disponível online: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/netanyahu-bate-recorde-de-construcao-nos-colonatos-em-territorios-ocupados-1581083>

(Acesso em 28 de Junho de 2014).

REDAÇÃO. “PLO officials: Hamas Negotiating with Israel on Palestinian State in Gaza”. Jerusalém: *The Jerusalem Post*. [Em linha] 2015.

Disponível online: <http://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict/PLO-officials-Hamas-negotiating-with-Israel-on-Palestinian-state-in-Gaza-396776>

(Acesso em 21 de Abril de 2015).

ROQUE, Atila & SANTORO, Maurício. “O Brasil e o Comércio de Armas”, São Paulo: *Folha de S. Paulo*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/57945-o-brasil-e-o-comercio-de-armas.shtml>

(Acesso em 21 de Março de 2013).

SCHWAMMENTHAL, Daniel, “The Mufti of Berlin”. Nova Iorque: *The Wall Street Journal*, 24.09.2009 [Em linha].

Disponível online: <http://www.wsj.com/articles/SB100014240529702034401045744005324951688>

94

(Acesso em 01 de Março de 2015).

SHARP, Jeremy M. “Egypt: Background and U.S. Relations”, Washington, DC: *Congressional Research Service*. [Em linha] 2013.

Disponível online: <http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33003.pdf>

(Acesso em 10 de Setembro de 2014).

SETTI, Ricardo. “Relações Israel-Egito Estão em Ponto Tão Baixo que o Embaixador Israelense no Cairo Mora em... Tel Aviv”. São Paulo: *Veja*. [Em linha] 2011.

Disponível online: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo/relacoes-israel-egito-estao-em-ponto-tao-baixo-que-o-embaixador-israelense-no-cairo-mora-em-tel-aviv/>

(Acesso em 26 de Fevereiro de 2013).

SIMON, Roberto. “Israel Vai às Urnas com Abbas e Irã em 2.º Plano – Para 63% dos israelenses, Prioridade é a Economia; Netanyahu Lidera com Folga”. São Paulo: *Estadão*. [Em linha] 2013.

Disponível online: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,israel-vai-as-urnas-com-abbas-e-ira-em-2-plano,986438,0.htm>

(Acesso em 21 de Janeiro de 2013).

WEISS, Martin D. “Winds of War, Part II”. S. l.: *The Gray Area*. [Em linha] 2014.

Disponível online: <http://thegrayarea.org/?cat=19834>

(Acesso em 23 de Abril de 2014).

YOUSSEF, Nariman. “Egypt’s Draft Constitution Translated” – “Constitution Preamble”. S. l.: *Egypt Independent*. [Em linha] 2012.

Disponível online: <http://www.egyptindependent.com/news/egypt-s-draft-constitution-translated>

(Acesso em 10 de Dezembro de 2012).

YOUSSEF, Nariman. (CONSTITUTION PREAMBLE – 02/12/2012 – “Egypt Independent”). S. l.: *Egypt Independent*. [Em linha] 2012.

Disponível online em: <http://www.egyptindependent.com/news/egypt-s-draft-constitution-translated>

(Acesso em 11 de Março de 2013).

5. Mapas e Gráficos

MAPA 1 – United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
Palestinian Communities Affected By The Barrier (December 2011).

Disponível online:
https://www.ochaopt.org/documents/ochaopt_atlas_barrier_affecting_palestinians_december2011.pdf

(Acesso em 01 de Julho de 2014).

MAPA 2 – United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
Occupied Palestinian Territory (December 2011).

Disponível online:
<https://thefunambulistdotnet.files.wordpress.com/2012/11/map-ocha-palestinian-territory.jpg>

(Acesso em 15 de Junho de 2013).

MAPA 3 – United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
Restricting space in the opt Area C Map (December 2011).

Disponível online: http://www.itcooper.org/sites/default/files/ochaopt_atlas_restricting_space_december2011_0.pdf

(Acesso em 03 de Julho de 2014).

MAPA 4 – The Gray Area - “*Winds of War, Part II*” – 2014.

Disponível online: <http://thegrayarea.org/?cat=19843>

(Acesso em 03 de Julho de 2015).

MAPA 5 – The Gray Area - “*Winds of War, Part II*” – 2014.

Disponível online: <http://thegrayarea.org/?cat=19843>

(Acesso em 01 de Julho de 2015).

GRÁFICO 1 – Baseado em: “Egyptians Embrace Revolt Leaders, Religious Parties and Military, As Well”. Washington, DC: *Pew Research Center – Pew Research Global Attitudes Project*. [Em linha] 2011.

Disponível online: <http://www.pewglobal.org/2011/04/25/chapter-4-relationship-with-the-united-states-and-israel/>

(Acesso em 05 de Janeiro de 2012).

GRÁFICO 2 – The Gray Area - [“Xiitas e Sunitas”].

Disponível online: <http://thegrayarea.org/?cat=19843>

(Acesso em 01 de Julho de 2015).